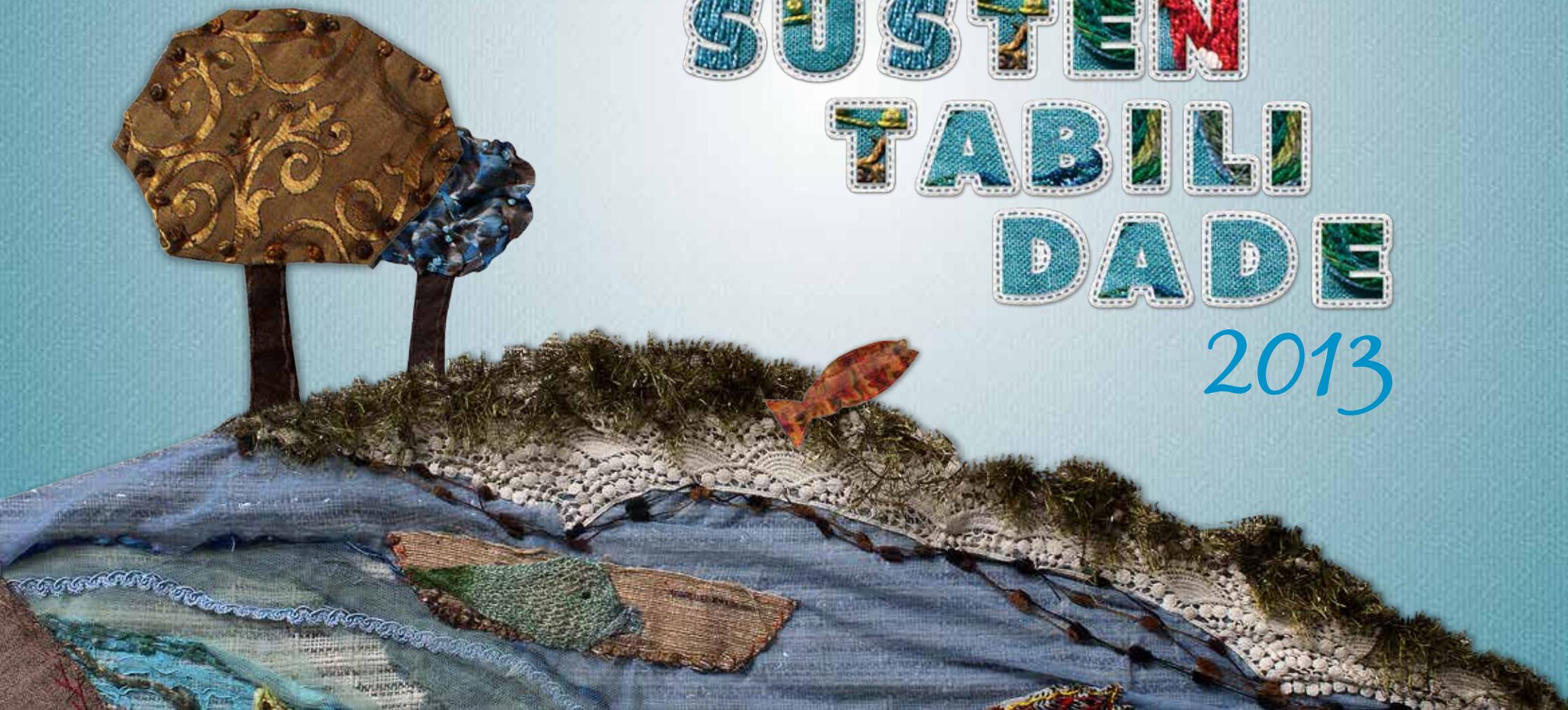


*Relatório Anual de*

# SUSTEN TABILI DADE

*2013*





50  
anos





## 50 Anos da Copasa

Os números, os relatos, os demonstrativos, as informações relevantes, as realizações e expectativas, teremos aqui tudo o que se espera de um documento como este. Mais uma vez, a Copasa se mostra e se coloca com transparência. Mas este ano teremos um relatório diferente por uma razão ligada diretamente aos números: estamos relatando os resultados do ano em que completamos nossos primeiros 50 anos.

Este relatório mostra um pouco do que fizemos para marcar data tão relevante – a Oficina Povo D'Água. Um grupo de 71 empregados, cada um deles com experiências e vivências relacionadas aos rios mineiros que formam nossas nove grandes bacias hidrográficas, se dedicaram a um trabalho do qual a grande maioria não tinha experiência anterior: bordar e transformar esse ato em fazer artístico com sentido, beleza e compartilhamento – o trabalho final é a soma de tudo que fizeram coletivamente. Compartilhamos essa obra de arte com você, que terá a oportunidade de apreciá-la nas ilustrações que compõem este relatório.

Como poderemos antever aqui, quando o indivíduo se doa ao grupo e compartilha seu acreditar e seus sonhos, viabiliza transformações pessoais e coletivas. Foi assim que milhares de

pessoas trabalharam e trabalham na construção da nossa história de 50 anos. Nós, que conhecemos nossos rios e bacias, sabemos que uma pequena nascente sozinha pode crescer quando se une a outras, acredita em seu destino, salta e corre pelas montanhas de Minas até chegar aos nossos vales e daí buscar outras terras onde servir. São assim os rios de Minas, prontos, como a gente de Minas, para integrar, unir e servir. Somos assim na Copasa. Olhamos para trás com orgulho e aprendizado em busca de como construir melhor os próximos 50 anos, servindo a Minas e sua gente.

No nosso Relatório de Sustentabilidade, destacam-se, como será possível perceber, alguns números: nove grandes bacias que, na verdade, são a união de milhares e milhares de nascentes, pequenos cursos d'água e grandes rios; 71 empregados que simbolizam todos que por aqui trabalharam, trabalham e ainda virão a trabalhar; e 50 anos que fazem parte da nossa história. Os breves textos que introduzem os capítulos foram retirados do memorial dos empregados, textos que contam suas vivências nas nove bacias de Minas. O Grupo Matizes Dumont, internacionalmente reconhecido pela qualidade de seu trabalho em arte educação, foi convidado a coordenar os trabalhos.





# Sumário

<b>A Copasa</b> .....	<b>6</b>
Visão, missão, valores e posicionamento estratégico.....	7
Mensagem da Administração.....	8
Principais indicadores.....	12
A história da Copasa.....	17
Estrutura Organizacional da Copasa.....	19
Subsidiárias.....	20
A Copasa em 2013.....	23
<b>Governança Corporativa</b> .....	<b>32</b>
Estrutura de governança.....	33
Conduta ética.....	40
Relacionamento com partes interessadas.....	42
<b>Dimensão Econômica</b> .....	<b>45</b>
Conjuntura econômica.....	46
Desempenho financeiro da Controladora.....	47
Investimentos.....	56
Mercado de capitais.....	58
Desempenho operacional e comercial.....	60
Principais riscos, oportunidades e estratégias.....	66





<b>Dimensão Ambiental</b> .....	<b>70</b>
Política ambiental.....	71
Regularização ambiental.....	73
Coleta e tratamento de esgoto.....	78
Preservação ambiental.....	83
Eficiência energética.....	86
Mudanças climáticas.....	88
Educação ambiental.....	92
<b>Dimensão Social</b> .....	<b>95</b>
A Copasa e seus empregados.....	96
A Copasa e seus clientes.....	119
A Copasa e seus fornecedores.....	125
A Copasa e a comunidade.....	127
<b>Balanco Social Anual</b> .....	<b>136</b>
<b>Sobre o Relatório</b> .....	<b>141</b>
Parâmetros de elaboração do relatório.....	142
Índice de conteúdo da GRI.....	145
Agradecimento.....	157
Ficha técnica.....	158
<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>159</b>

# A COPASA

*Portanto, sinto-me orgulhosa e realizada por fazer parte dessa  
Empresa, que não só me propicia brilhantes realizações, como também  
ajuda os rios da minha história a seguirem seus cursos*



# A Copasa



## VISÃO 2017

*Ser referência em gestão empresarial, no mercado nacional de saneamento, com o maior índice de atendimento na área de atuação.*

## VISÃO 2030

*Ser uma empresa global e de referência no setor de saneamento.*

## MISSÃO

*Prover soluções em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, gerando valor para os clientes, acionistas, colaboradores e sociedade, de forma sustentável.*

## VALORES

- ▶ **Ética e transparência** nas relações.
- ▶ **Responsabilidade** socioambiental.
- ▶ Valorização dos **colaboradores**.
- ▶ **Qualidade** dos serviços prestados.
- ▶ Orgulho de ser **Copasa**.
- ▶ **Inovação** e empreendedorismo.
- ▶ Foco na **satisfação** do cliente.
- ▶ Atuar com **segurança**.
- ▶ Disseminação do **conhecimento**.
- ▶ **Crescimento** sustentável.

## POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

*Manter o padrão de qualidade com o menor custo possível, concentração de esforços na busca de eficiência produtiva, na ampliação do volume de produção e na minimização de gastos, mantendo o padrão de qualidade.*



# Mensagem da Administração

João Antônio  
Fleury Teixeira



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(GRI 1.1)

A Copasa, empresa de economia mista, foi constituída em 1963 como Companhia Mineira de Água e Esgoto (Comag) e teve sua denominação alterada para Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG), por meio da Lei Estadual nº 6.475, de 14 de novembro de 1974. Desde 2003, tornou-se uma empresa de capital aberto e, em 2006, suas ações passaram a ser negociadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), tendo o estado de Minas Gerais como seu acionista majoritário.

Nessa trajetória de 50 anos, a Companhia consolidou sua atuação, contribuindo para melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população do estado de Minas Gerais. A competência técnica do nosso corpo funcional é reconhecida pelo mercado e nossas práticas de gestão, baseadas nos princípios da responsabilidade social e sustentabilidade, têm sido premiadas como modelo de excelência empresarial. O reconhecimento do modelo de gestão implantado na Companhia, evidenciado pelos prêmios conquistados em 2013, dá sequência vitoriosa a esse meio século de vida.





A Diretoria de Operação Metropolitana obteve o reconhecimento máximo na última edição do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS 2013), o Troféu Quíron Diamante, o mais importante prêmio de saneamento na América Latina. O PNQS é consagrado como instrumento de referência na avaliação e melhoria contínua dos serviços de saneamento ambiental do país. O *Anuário Época Negócios 360°* premiou a Copasa, pelo segundo ano consecutivo, como a Melhor Empresa do Setor de Água e Saneamento. O Prêmio Valor 1000 a elegeu, pela segunda vez, como a melhor empresa de saneamento do Brasil e recebemos uma premiação inédita da revista *Você S/A* em virtude de nossas políticas e práticas de recursos humanos. Além disso, pelo quarto ano consecutivo, a Copasa compõe a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. Esse índice objetiva refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, diferenciando-as em termos de qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, natureza do produto, além do desempenho nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e mudanças climáticas.

Outras importantes conquistas se referem à expansão da área de abrangência e ao aumento da população atendida com os serviços prestados pela empresa. Finalizamos o ano de 2013 abastecendo com água tratada uma população aproximada de

14,6 milhões de mineiros, o que representa um crescimento de 3,4% em relação a 2012, enquanto o universo de pessoas atendidas com os serviços de esgotamento sanitário foi de aproximadamente 9,3 milhões de clientes, número 6,2% superior ao registrado em 2012.

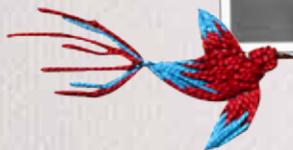
O ano de 2013 foi muito especial para a Copasa. Ao congratularmos com nossos empregados pelos resultados alcançados nesse ano, começamos a pensar nos desafios que teremos de vencer para que nosso crescimento sustentável prossiga, de forma que consigamos alcançar nossa visão de futuro de ser referência em gestão empresarial, no mercado nacional de saneamento, com o maior índice de atendimento na área de atuação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da sociedade.

Em 2013, o governo do estado, por intermédio da Copasa, lançou o Programa Água da Gente, o maior programa de saneamento da história de Minas Gerais, que prevê recursos da ordem de R\$ 4,55 bilhões em obras de melhorias, ampliação e implantação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a ser investidos até 2016.

Iniciamos 2014 com previsão de investimentos da ordem de R\$ 983 milhões, destinados à expansão dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos. Vamos acelerar a execução de nossa estratégia, intensificar as parcerias, continuar a investir nas pessoas e criar valor aos nossos acionistas.



Ricardo Augusto  
Simões Campos



## MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

(GRI 1.1)

Em 2013, ano em que completamos 50 anos, demos continuidade à consolidação do nosso referencial de excelência empresarial para que, de forma sustentável, pudéssemos superar etapas, realizar conquistas e alcançar resultados. Concluimos o ciclo de revisão do planejamento estratégico com objetivos articulados e ajustados para os próximos anos, em um processo que envolveu todos os gerentes, acolhendo e estimulando a participação de profissionais de áreas de conhecimento diversificadas. Revisamos também nossa visão e missão e reforçamos os valores e princípios que nortearão nossas ações no dia a dia. Trata-se de um compromisso da Companhia com o modo como vai entregar seus resultados, reafirmando nossa busca pela eficiência e rentabilidade.

A Copasa encerrou o ano de 2013 com uma receita operacional líquida de água e esgoto de R\$ 3,01 bilhões (não considerando receita de construção) e Ebitda ajustado de R\$ 1,14 bilhão. No exercício, os investimentos totalizaram R\$ 909,2 milhões, montante aplicado, principalmente, em sistemas de coleta e tratamento de esgotos (R\$ 566,4 milhões) e em sistemas de abastecimento de água (R\$ 321,5 milhões), que resultaram em ampliação significativa da capacidade de atendimento aos usuários dos serviços prestados

pela Empresa. Ainda, foram assinados três novos contratos de concessão para prestação de serviços de esgotamento sanitário e renovadas as concessões em 12 sedes municipais com serviços de abastecimento de água. Iniciamos, também, a operação de 14 novos sistemas, sendo três com serviços de abastecimento de água e 11 com serviços de esgotamento sanitário, destacando-se o do município de Sabará, situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em relação ao abastecimento de água, na comparação com 2012, a população atendida aumentou em quase meio milhão de pessoas (484 mil), com um incremento de 3,4%, representando um público de aproximadamente 14,6 milhões de habitantes conectados à rede distribuidora de água tratada. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, houve uma evolução significativa, com um aumento de mais de meio milhão de pessoas (543 mil) que puderam dispor de serviços públicos de esgotamento sanitário, representando um acréscimo da ordem de 6,2% e totalizando aproximadamente 9,3 milhões de habitantes beneficiados com esse serviço.

O avanço nas questões afetas ao tratamento de esgotos é um marco importante para a Empresa e resultou em expressivo aumento do volume de esgoto tratado, atingindo 237,3 bilhões de litros, uma elevação de 12% em relação ao ano de 2012. Entre as principais ações, destaca-se o início de operação de 19 novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) em diversas

idades do estado de Minas Gerais, entre elas: Conceição do Mato Dentro, Mirabela, Montalvânia, Salinas, Santa Luzia e Santa Rita do Sapucaí. A Empresa encerrou o ano de 2013 com 148 estações em operação e mais 78 em construção, com previsão de término até 2016.

Para atender às necessidades específicas das localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Copasa ampliou sua atuação na região nordeste do estado de Minas Gerais, por intermédio da Subsidiária Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copanor). A Empresa concluiu o ano de 2013 prestando serviços de abastecimento de água em 198 sistemas, beneficiando 283 mil pessoas, e de esgotamento sanitário em 61 sistemas, beneficiando 118 mil pessoas.

Agradecemos aos colaboradores e parceiros da Copasa, que nas suas atividades diárias contribuíram, com comprometimento e empenho, para o alcance dos resultados obtidos, fundamentados no modelo de gestão adotado, corroborados pelas premiações e reconhecimentos conquistados em 2013 e que compõem o presente relato. Esperamos juntos alcançar nossa missão, com o alicerce nos preceitos da sustentabilidade, de construir uma empresa ainda mais sólida, contribuindo para a universalização dos serviços de saneamento e a melhoria da qualidade de vida das populações em nossa área de atuação.





# Principais Indicadores (Dados da Controladora)

(GRI EC1)

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ MIL)	2013	2012	2011
Receita Operacional Líquida (ROL) de água e esgoto	3.007.736	2.768.365	2.509.610
Custos dos serviços prestados + despesas comerciais e administrativas	2.286.482	2.012.471 <sup>1</sup>	1.754.302
Custos dos serviços prestados + despesas comerciais e administrativas (sem depreciações/amortizações)	1.858.448	1.635.129	1.449.805
Ebitda	1.156.899	1.143.033 <sup>1</sup>	1.051.524 <sup>3</sup>
Ebitda ajustado <sup>2</sup>	1.140.390	1.127.953 <sup>1</sup>	1.037.569 <sup>3</sup>
Lucro líquido	419.795	481.723 <sup>1</sup>	470.437
Ativo total	9.454.301	9.143.663 <sup>1</sup>	8.274.201
Dívida bruta	3.272.425	3.182.320	2.956.752
Dívida líquida	3.011.944	2.685.895	2.715.216
Patrimônio líquido	5.337.359	4.934.888 <sup>1</sup>	4.501.677



**INDICADORES DE RENTABILIDADE**

	2013	2012	2011
Retorno sobre investimento (LL/AT)	4,4	5,3 <sup>1</sup>	5,7
Rentabilidade sobre patrimônio líquido (LL/PL)	7,9	9,8	10,5

**INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

	2013	2012	2011
Liquidez corrente	1,18	1,45	0,84
Capital de terceiros/patrimônio líquido	0,77	0,85 <sup>1</sup>	0,84
Margem Ebitda (%)	30,0	32,0 <sup>1</sup>	31,8
Margem Ebitda ajustado (%)	36,3	38,7	39,8
Dívida líquida/Ebitda ajustado	2,6	2,4	2,6

**AÇÕES**

	2013	2012	2011
Valor patrimonial da ação (R\$)	44,60	41,23 <sup>1</sup>	39,17
Lucro ou prejuízo por ação (R\$)	3,51	4,02 <sup>1</sup>	4,09



**MERCADO**

	2013	2012	2011
Número de ligações de água (un)	3.915.098	3.779.192	3.634.689
Número de ligações de esgoto (un)	2.404.141	2.258.604	2.111.360
Número de economias de água (un)	4.731.449	4.571.955	4.402.057
Número de economias de esgoto (un)	3.065.071	2.893.771	2.708.870
Volume faturado de água (1.000 m³)	684.359	667.325	649.706
Volume faturado de esgoto (1.000 m³)	446.754	428.220	402.552
Extensão de rede de água (km)	46.620	44.864	43.906
Extensão de rede de esgoto (km)	22.138	20.093	18.105
Municípios com concessão de água (un)	626	625	620
Municípios com concessão de esgoto (un)	283	277 <sup>a</sup>	225
Municípios operados – água (un)	617	612	606
Municípios operados – esgoto (un)	223	200	176
População atendida – água (mil)	14.550	14.066	13.614
População atendida – esgoto (mil)	9.328	8.785	8.270

(GRI EN8)



#### CORPO FUNCIONAL

	2013	2012	2011
Empregados	11.864	11.611	11.535
Número de admissões	767	378	479
Terceirizados <sup>5</sup>	1.340	725	686

#### INDICADORES AMBIENTAIS (R\$ MIL)

	2013	2012	2011
Investimentos em programas e projetos externos	7.335	9.642	6.336
Investimentos em produção e operação	363.947	356.345	171.735



INDICADORES SOCIAIS (R\$ MIL)	2013	2012	2011
Capacitação e desenvolvimento de empregados	1.912	1.805	1.097
Participação nos lucros	32.670	27.613	28.317
Patrocínios culturais, artísticos e esportivos <sup>6</sup>	3.375	3.555	3.750
Fundo da Infância e da Adolescência <sup>6</sup>	0	671	750
Total de investimentos sociais internos	493.858	431.542	401.090
Total de investimentos sociais externos	664.958	595.853	495.482

**Notas:** <sup>1</sup> Esses valores diferem do divulgado em 2012 em função de ajustes contábeis, conforme descrito na Nota Explicativa 3.23 das demonstrações financeiras de 2013.

<sup>2</sup> O Ebitda é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando a Instrução CVM nº 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, receita financeira líquida, depreciações, amortizações e resultado não operacional das Subsidiárias. A margem Ebitda é calculada sobre a receita total (receita líquida de água e esgoto e receita de construção, adicionadas das outras receitas operacionais e das receitas das Subsidiárias). Já o Ebitda ajustado é calculado desconsiderando as receitas/custos de construção. As receitas de construção, embora não apresentem efeito de caixa imediato, geram implicações no exercício em que são reconhecidas, tendo em vista que seu resultado faz parte da base de cálculo para o pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos e para a participação dos empregados nos lucros. <sup>3</sup> Os valores divergem dos divulgados no Relatório Anual de 2011, devido à mudança na metodologia de cálculo. <sup>4</sup> No número da Subsidiária Copanor, foram incluídas 30 concessões de esgoto que não tinham sido divulgadas no *release* operacional de dezembro de 2012 e que apresentam uma população conjunta de 97 mil habitantes. Além disso, no número referente à Controladora, foram incluídas quatro novas concessões de esgoto assinadas em dezembro de 2012 que não foram divulgadas no *release* operacional daquele mês. <sup>5</sup> O número de empregados terceirizados é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente. <sup>6</sup> Valores referentes aos recursos liberados pela Empresa por meio das Leis de Incentivo Fiscal.

(GRI 3.10)





# A História da Copasa

Com a finalidade de definir e executar uma política ampla de saneamento básico para o estado de Minas Gerais, em 5 de julho de 1963, foi criada, por meio da Lei Estadual nº 2.842, a Comag. Em 1971, mais um importante passo foi dado nessa história. O Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), estabelecendo as metas a ser alcançadas pelo país no setor de saneamento. A partir daí, o Departamento Municipal de Águas e Esgoto de Belo Horizonte (Demae), responsável pela prestação desses serviços na cidade de Belo Horizonte, incorporou-se à Comag. Essa fusão e as mudanças introduzidas pelo Planasa, especialmente o incremento do suporte técnico-financeiro ao trabalho desenvolvido pelas companhias estaduais de saneamento, trouxeram significativo impulso ao crescimento da Companhia. Com isso, a Comag começou a passar por uma série de modificações para se ajustar às necessidades da política de saneamento básico do estado de Minas Gerais, entre elas, a alteração de seu nome para Copasa MG, por meio da Lei nº 6.475/1974.

Atualmente, a Copasa é uma empresa pública, de capital aberto, regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais (Sedru). Atua como concessionária do setor de saneamento, desenvolvendo atividades que compreendem os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo desde as atividades de planejamento e elaboração de projetos até sua execução, ampliação, remodelagem e exploração dos serviços de saneamento.

(GRI 2.1/GRI 2.2/GRI 2.5)

Em 2006, a Companhia fez sua oferta inicial de ações (Initial Public Offering–IPO), ingressando no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Em abril de 2008, foi feita a oferta secundária de ações em sua totalidade por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e parcialmente pelo estado de Minas Gerais, que manteve o controle acionário.



Em 2007, visando a reforçar a presença no mercado e aproveitar oportunidades de negócios, foram criadas três Subsidiárias integrais: Copasa Águas Minerais de Minas, Copasa Serviços de Irrigação e Copanor.

(GRI 2.2/GRI 2.3)

Em 5 de julho de 2013, a Companhia completou 50 anos de existência, sendo reconhecida como referência em excelência empresarial em seu setor de atuação, cumprindo o seu papel de contribuir para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais e para a qualidade de vida dos mineiros. No ano do cinquentenário da Copasa, para alavancar ainda mais o setor de saneamento, o governo de Minas Gerais lançou o maior programa de saneamento da história do estado, o Água da Gente, garantindo investimentos em obras de melhorias e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo o tratamento do esgoto.

O programa vai impactar diretamente na qualidade de vida e na melhoria da infraestrutura urbana das cidades atendidas pela Copasa, além de ajudar a recuperar e proteger os principais rios de Minas, com a ampliação dos programas de coleta e tratamento de esgotos.



# Estrutura Organizacional da Copasa



(GRI 2.3)



# Subsidiárias



## COPANOR

A Copanor é a concessionária para a prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, com tarifa reduzida em localidades com baixo IDH e população entre 200 e cinco mil habitantes na região das bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu, todas situadas na região norte e nordeste do estado de Minas Gerais, sendo responsável pela execução do Projeto Estruturador do Governo do Estado de Minas Gerais – Vida no Vale.

### (GRI S05)

Com recursos oriundos do Governo do Estado de Minas Gerais, a Subsidiária mantém estruturas tecnológica e organizacional que permitem o aumento da eficiência e a redução de custos operacionais na prestação de serviços de saneamento, possibilitando manter um modelo tarifário compatível com a realidade socioeconômica da região, sem comprometer a qualidade dos serviços. De acordo com o relatório Estudos e Modelos de Saneamento Rural, elaborado pelo Banco Mundial, a experiência da Copanor foi uma das escolhidas como modelo de implantação e de gestão de serviços de saneamento em comunidades isoladas no Brasil.



Em dezembro de 2013, havia um total de 198 localidades atendidas com sistemas de abastecimento de água implantados, beneficiando 283 mil pessoas, e 61 localidades com sistemas de esgotamento sanitário, favorecendo 118 mil pessoas. Além disso, 886 famílias foram contempladas com a implantação de módulos sanitários com banheiro, tanque, chuveiro e pia em suas residências. Dos 92 municípios que fazem parte da área de abrangência da Copanor, até dezembro de 2013, 88 já estavam com a lei autorizadora aprovada e os contratos de programa assinados pelos prefeitos, permitindo a transferência dos serviços da prefeitura municipal para a Copanor.

Em sua primeira etapa de implantação, que corresponde à região dos vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu, serão atendidas, até 2016, 463 localidades com população entre 200 e cinco mil habitantes, beneficiando 400 mil pessoas. Encontram-se em andamento as obras de implantação ou adequação da infraestrutura em mais de 150 localidades e já estão concluídos, ou em fase final de aprovação, mais de 110 projetos de água e/ou esgoto, cujas obras estão previstas para serem contratadas nos próximos anos.

De 2007 até dezembro de 2013, foi investido pelo governo do estado por meio da Copanor, com recursos do Tesouro Estadual, o montante de R\$ 423 milhões em obras de saneamento, equipamentos, materiais e serviços.

## COPASA ÁGUAS MINERAIS DE MINAS

A Subsidiária Copasa Águas Minerais de Minas foi criada pelo governo de Minas para promover o retorno da produção, distribuição e comercialização das águas minerais das fontes das cidades de Caxambu, Cambuquira e Lambari, no Circuito das Águas de Minas Gerais, e também das fontes de Araxá.

A Caxambu foi a primeira água mineral a voltar ao mercado por meio da Subsidiária da Copasa, em 2008. A água mineral Cambuquira retornou ao mercado em 2011. A Araxá retornou ao mercado em 2012. Após concluir o processo de adequação para atendimento às determinações dos órgãos reguladores, conforme informado no Relatório de Sustentabilidade de 2012, a Lambari voltou às gôndolas em 2013, com a conclusão da reforma da fábrica e a adequação às determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Desde sua criação, a Subsidiária gerou aproximadamente 850 empregos diretos e indiretos. Em 2013, obteve um crescimento de sua área de atuação com a inclusão de novos distribuidores,



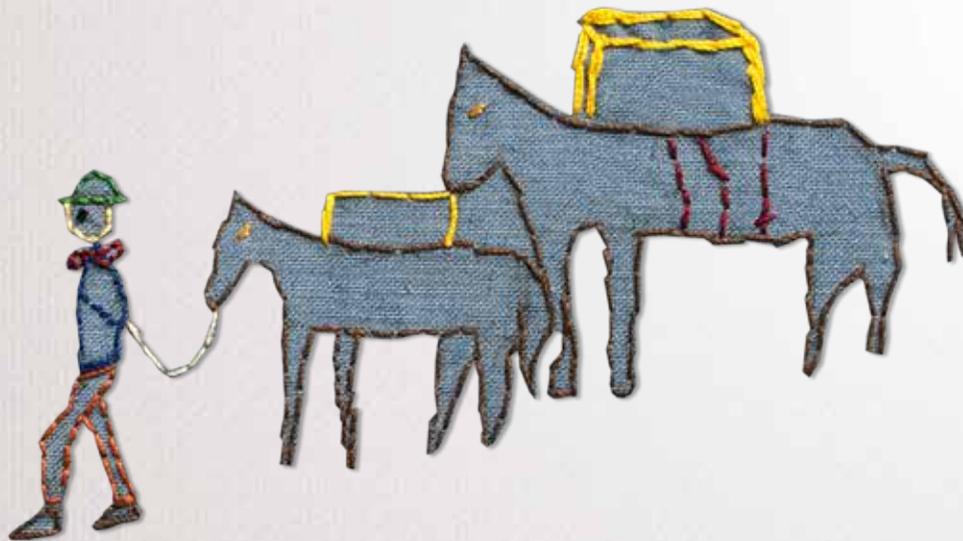
estando presente, além de Minas Gerais, em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Ceará, Paraná e Santa Catarina, sendo envasados nessas unidades 3,1 milhões de litros de água mineral.

As marcas Cambuquira e Caxambu foram as águas oficiais da 11ª edição do Madrid Fusion, importante evento da gastronomia mundial realizado anualmente desde 2002. A 11ª edição aconteceu no mês de janeiro de 2013, na capital espanhola, tendo como tema a culinária do estado de Minas Gerais.

## COPASA SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO

A Copasa Serviços de Irrigação iniciou suas atividades em março de 2008 e, desde então, foram realizados investimentos no montante de 7,5 milhões com recursos do Tesouro do Estado. Esses investimentos destinaram-se à adequação da infraestrutura operacional e aquisição de veículos e equipamentos para a Etapa II do Perímetro Irrigado do Projeto Jaíba.

No início de 2013, o governo do estado decidiu pela transferência da gestão do Sistema de Irrigação da Etapa II do Jaíba para a Associação dos Irrigantes do Jaíba II (DIJ II), com base no Decreto Estadual nº 46.080, de 12/ de novembro de 2012. Em decorrência dessa mudança, a Subsidiária encontra-se em processo de liquidação.





# A Copasa em 2013

(GRI 2.8 /GRI 2.9)

A Copasa terminou o ano com o fornecimento de água tratada para 14,6 milhões de pessoas no estado de Minas Gerais, tendo sido efetuadas 136 mil novas ligações de água e implantados 1.756 km de novas redes de distribuição, perfazendo um total de 46.620 km. Ainda, ampliou o atendimento com serviços de esgotamento sanitário, passando a atender a 223 municípios mineiros, beneficiando 9,3 milhões de pessoas. O volume de esgoto tratado foi de 237,3 milhões de metros cúbicos, o que representa mais de 12% acima do registrado em 2012. Esse incremento se deve ao início de operação de 19 novas ETEs.

## REGULAÇÃO DO SETOR

A regulação dos serviços públicos de saneamento básico objetiva garantir o equilíbrio entre as necessidades dos usuários (por modicidade tarifária, serviços de qualidade e em quantidade adequada), dos prestadores de serviços (por sustentabilidade econômica e financeira) e dos investidores (por remuneração adequada dos investimentos). Em atendimento à Lei Federal nº 11.445/2007, a Lei Estadual nº 18.309, que estabelece as normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, criou a Agência Reguladora de Serviços de

Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), autarquia especial vinculada à Sedru.

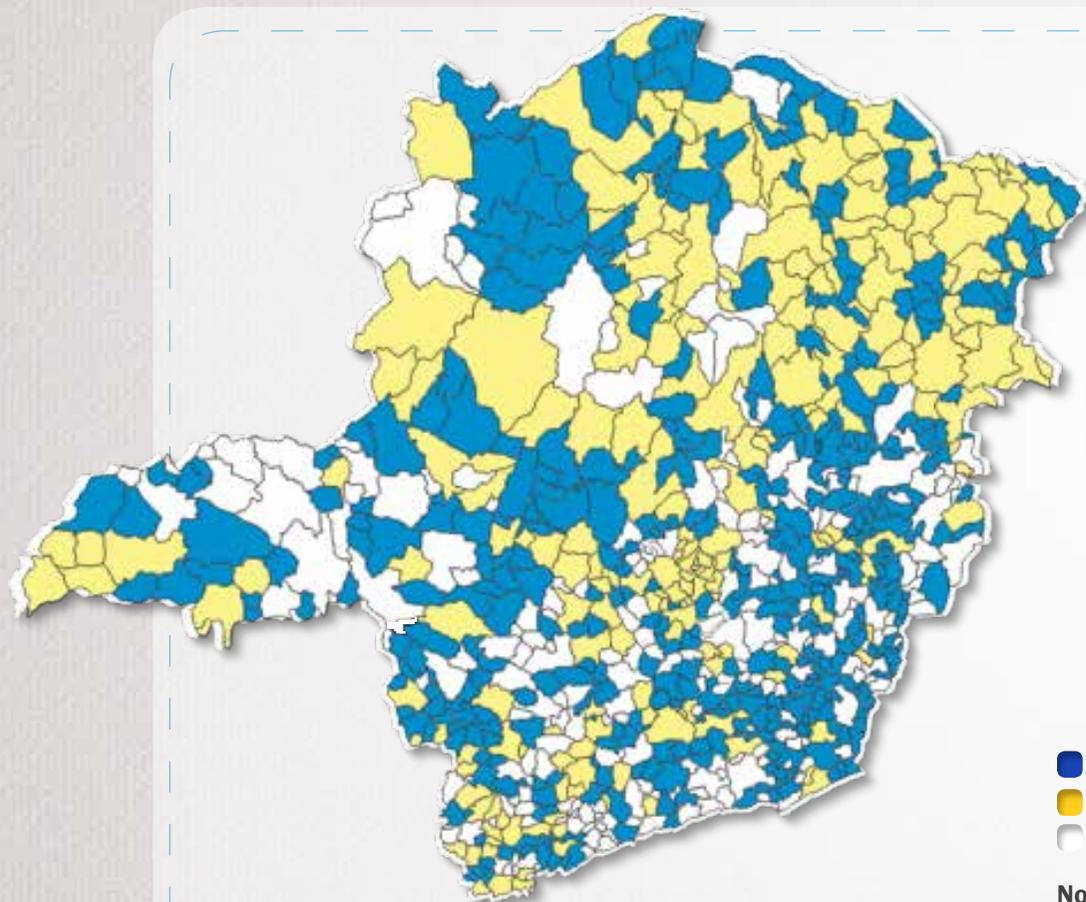
Seguem algumas publicações da ARSAE-MG em 2013:

- ▶ Nota Técnica nº 02: determina o custo do serviço de atendimento telefônico gratuito da Companhia;
- ▶ Nota Técnica nº 04: detalha o cálculo do índice de reajuste tarifário da Copasa e apura um reajuste de tarifário médio de 5,25%;
- ▶ Resolução nº 38: dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação prévia ao usuário em razão de alteração de modalidade tarifária ou de início da prestação dos serviços;
- ▶ Resolução nº 40: define as condições gerais para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário regulados;
- ▶ Consulta Pública nº 05: objetiva colher contribuições para estabelecer as condições gerais para as atividades a ser desempenhadas pelos laboratórios dos prestadores dos serviços.

Em 2013, a ARSAE-MG realizou 56 fiscalizações econômicas, técnicas e comerciais para verificação e avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Copasa.



## Participação da Copasa no Estado de Minas Gerais<sup>1</sup>



O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, atingiu R\$ 4,2 bilhões. A Empresa encerrou o exercício com uma receita operacional líquida de água e esgoto de R\$ 3,01 bilhões (não considerando receita de construção) e Ebitda ajustado de R\$ 1,14 bilhões. Os investimentos totalizaram R\$ 909,2 milhões, montante aplicado, principalmente, em sistemas de abastecimento de água (R\$ 321,5 milhões), em programas de desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros (R\$ 21,3 milhões) e em sistemas de esgotamento sanitário (R\$ 566,4 milhões), que resultaram em ampliação significativa da capacidade de atendimento aos usuários de serviços públicos de saneamento básico atendidos pela Companhia.

**Nota:** <sup>1</sup> Posição em 31/12/2013.



## Concessões dos serviços de água e esgoto



Cumprindo sua missão institucional de ser um agente do desenvolvimento econômico e social do estado de Minas Gerais, em 2013, a Copasa ampliou e assegurou o atendimento nas áreas onde já atuava e também expandiu seu mercado, assinando novas concessões para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em diversas sedes municipais.

Foram renovadas as concessões para a prestação de serviços de abastecimento de água em 12 sedes municipais: Astolfo Dutra,

Camacho, Divisa Alegre, Florestal, Itamonte, Itapeva, Lagoa Grande, Marilac, Moeda, Nova Módica, Nova Resende e Santa Juliana. Ainda no exercício de 2013, a Subsidiária Copanor assumiu novas concessões para prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em sedes municipais e em diversas vilas e povoados. De forma consolidada, a Copasa chegou ao final de 2013 como concessionária para prestação de serviços de água em 626 municípios e de esgotamento sanitário em 283 municípios, conforme quadro a seguir:

## CONCESSÕES E OPERAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO

ITEM	TOTAL	COPASA	COPANOR
Número de municípios com concessão de água	626	580	46
Número de municípios com concessão de esgoto	283	237	46
Número de municípios com operação de água	617	572	45 <sup>1</sup>
Número de municípios com operação de esgoto	223	194	29 <sup>1</sup>

**Nota:** <sup>1</sup> Os municípios que ainda não entraram em operação estão em obras e/ou estágio final de investimento.



# Cooperação técnica



Visando a expandir seu mercado de atuação, a Copasa desenvolve atividades de cooperação técnica com municípios, companhias de saneamento e entidades do setores público e privado, no Brasil e no exterior. Essas atividades são desempenhadas na forma de visita técnica, assistência técnica ou consultoria, recebendo uma modelagem adequada ao negócio.

Em 2013, além de receber equipes de diversas instituições e delegações de países como Inglaterra, Etiópia, Moçambique e Marrocos, com objetivo de benchmarking, treinamento em serviço ou identificação de futuros parceiros, a Copasa atendeu a demandas de empresas, tais como: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), Companhia Vale do Rio Doce (Vale S.A.), Saneamento de Goiás (Saneago), Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda (SAAE Volta Redonda) e Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto (Semae Ouro Preto). Seguem alguns detalhes dessas atividades:

**MISSÃO BRITÂNICA:** a UK Trade & Investment (UKTI), departamento comercial do governo britânico, organizou a visita de uma missão britânica de tecnologias para gerenciamento de água e de resíduos sólidos, entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2013. Essa delegação, liderada pelo ministro Richard Benyon,

responsável pela pasta de Meio Ambiente, Água e Assuntos Rurais do governo britânico, escolheu duas empresas de saneamento brasileiras a ser visitadas, sendo uma delas a Copasa, que apresentou aos empresários britânicos uma visão institucional da Empresa, seu plano de investimentos e o estágio de desenvolvimento tecnológico. A visita foi encerrada com a expectativa de se estimular o intercâmbio tecnológico entre as partes.

**DELEGAÇÃO ETÍOPE:** estimulado pelo Banco Mundial, o diretor do Departamento de Água e Esgoto da empresa Morrison Hershfield L'international Inc. (Canadá), Sr. George Douglas McRae, organizou a visita à Copasa de uma comitiva formada por técnicos e políticos, todos envolvidos num projeto piloto de sistema de esgotamento sanitário naquele país. A delegação etíope foi formada pelo prefeito de Addis Abeba, capital da Etiópia, e pela equipe técnica da Addis Abeba Water and Sanitation Development and Rehabilitation Project Office (Etiópia), totalizando sete pessoas. Na visita, foram apresentadas aos etíopes as estruturas institucional e física da Empresa, com foco na infraestrutura de esgotamento sanitário na cidade de Belo Horizonte, com visitas técnicas às ETEs Arrudas (Cogeração) e Onça.

**DELEGAÇÃO DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE:** o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), formalizou um convênio de cooperação técnica com o governo de Moçambique, visando à capacitação



técnica e treinamento das equipes envolvidas nas atividades de especificação, aquisição e implementação de rotinas de controle de insumos. No que diz respeito a materiais para saneamento (aquisição de produtos químicos para tratamento, equipamentos como bombas, válvulas, tubos e conexões para coleta e transporte de água e esgoto, entre outros), a Copasa foi escolhida para receber as equipes e proceder ao treinamento *in loco*. Esse treinamento, visando ao aprendizado sobre macrofluxo de compras, especificação, catalogação de materiais e governança de catálogo, envolveu a equipe de suprimentos da Copasa e foi realizado em três etapas durante o mês de novembro de 2013.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA:** visando a subsidiar o programa de modernização da gestão do Ministério da Fazenda, o coordenador de Gestão Corporativa da Secretaria de Política Econômica solicitou visita de *benchmarking* à Copasa, motivado pela premiação recebida pela Empresa, apontada como uma das melhores empresas para se trabalhar no país, pelo Guia Você S/A. A agenda da cooperação técnica foi focada na política de gestão de pessoas, detalhando os aspectos destacados pela equipe do Ministério da Fazenda como de grande importância para o aprimoramento do seu processo de gestão.

**SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (SEDS):** ciente da necessidade de mudar o processo de gestão de pessoas no âmbito dos órgãos estaduais, gerando retornos como melhoria do clima organizacional, melhoria na produtividade, redução do absenteísmo

e afastamento por doenças, a SEDS solicitou visita técnica à Copasa objetivando conhecer os programas adotados pela Empresa. Coube à Companhia, que já pratica programas de grande alcance entre os empregados, fazer o repasse das metodologias adotadas à equipe responsável pelos recursos humanos da SEDS.





# Modelagem de oportunidades de negócios

A Copasa vem desenvolvendo atividades de prospecção e modelagem de oportunidades de negócios desde 2011, buscando a expansão do mercado de atuação e o fortalecimento da imagem da Empresa. Em 2013, foram estruturadas as seguintes parcerias:

**FOZ DO BRASIL:** a Copasa é parceira da Foz do Brasil, com participação minoritária de 15,5% das ações em um negócio modelado para assumir o projeto, a construção e a operação (que será transferida após 17 anos) dos sistemas de tratamento de água e efluentes, da distribuição de energia elétrica e da coleta e disposição final dos resíduos sólidos da Siderúrgica Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil, no município de Jeceaba.

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO MANSO:** parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa para a ampliação, manutenção e operação compartilhada do sistema produtor de água do Rio Manso, um dos responsáveis pelo abastecimento de água do sistema integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ampliando sua capacidade de produção em mais 1,8 m<sup>3</sup>/s. O prazo total da concessão administrativa será de 15 anos, envolvendo investimentos em obras civis, equipamentos e projetos, no montante aproximado de R\$ 500,6 milhões, necessários para a disponibilização de toda a infraestrutura. A empresa vencedora do processo licitatório foi a Construtora Norberto Odebrecht.

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS:** parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa para a implantação e operação parcial do sistema de esgotamento sanitário do município de Divinópolis, visando ao atendimento do contrato de programa firmado com a prefeitura municipal. O prazo total da concessão administrativa será de 27 anos, envolvendo investimentos em obras civis, equipamentos e projetos, no montante aproximado de R\$ 202,5 milhões, necessários para a disponibilização de infraestrutura de transporte e tratamento dos esgotos nas bacias dos rios Itapecerica, Pará e Ermida. A parceria tem como objetivo principal a ampliação do atendimento da coleta e tratamento de esgoto para um percentual próximo a 95% da população até o ano de 2022. A previsão de publicação do edital de licitação é de ocorrer no primeiro semestre de 2014.

Para 2014, estão previstas novas parcerias com a iniciativa privada, buscando a diversificação do mercado de atuação da Empresa, que pretende atuar em segmentos como o reuso de efluentes de ETEs para fins industriais, o tratamento de efluentes industriais, bem como a obtenção de concessões estratégicas em Minas Gerais e fora do estado.



# Prêmios e Reconhecimentos



(GRI 2.10)

**CÂMARA BRASIL-ALEMANHA:** o sistema de cogeração de energia e aproveitamento do biogás da ETE Arrudas foi reconhecido com o Prêmio von Martius de Sustentabilidade 2013, concedido pela Câmara Brasil-Alemanha. Esse sistema tem como objetivo evitar que gases poluentes sejam eliminados no meio ambiente, bem como proporcionar o aproveitamento do gás que é liberado durante o processo de tratamento do esgoto.

**ÉPOCA NEGÓCIOS 360°:** após um minucioso e inédito levantamento sobre as principais dimensões da administração das empresas no Brasil, o Anuário Época Negócios 360° premiou a Copasa, pelo segundo ano consecutivo, como a Melhor Empresa do Setor de Água e Saneamento. Elaborado em parceria com a Fundação Dom Cabral e a Boa Vista Serviços, o anuário contemplou seis quesitos: desempenho financeiro; governança corporativa; inovação; visão de futuro; práticas de recursos humanos; e responsabilidade socioambiental.

**INOVAÇÃO NA GESTÃO DO SANEAMENTO:** a Copasa teve a prática de gestão compartilhada, desenvolvida no Departamento Operacional Norte, com sede no município de Montes Claros, reconhecida pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, no X Seminário de Inovação na Gestão do Saneamento,

realizado em Curitiba, em novembro de 2013. Referida prática objetiva o alcance de resultados, por meio de atuação estratégica de grupos de trabalho, fomentando a disseminação e a melhoria das melhores práticas de gestão.

**MERCADO COMUM:** a Copasa foi classificada entre as 50 melhores e maiores empresas do estado de Minas Gerais, na categoria Expressão, e nono lugar na categoria Excelência, no XV Prêmio Minas Desempenho Empresarial 2012/2013, promovido pela revista Mercado Comum. Foram avaliados critérios relacionados ao desempenho econômico-financeiro, como crescimento das receitas operacionais, lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, liderança setorial, número de empregados, patrimônio líquido, entre outros.

**NEGÓCIOS DA COMUNICAÇÃO:** em uma eleição promovida pela revista Negócios da Comunicação, a Copasa foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo, como uma das empresas que melhor se comunicam com jornalistas, na categoria Saneamento. O prêmio baseia-se em uma pesquisa feita com 25 mil jornalistas de todo o país, que elegem três empresas por setor de atuação.

**PNQS:** a Diretoria de Operação Metropolitana (DMT) obteve o reconhecimento máximo na edição do PNQS 2013–o Troféu Quíron Diamante–Nível IV–1.000 pontos. A DMT foi a maior unidade a ser

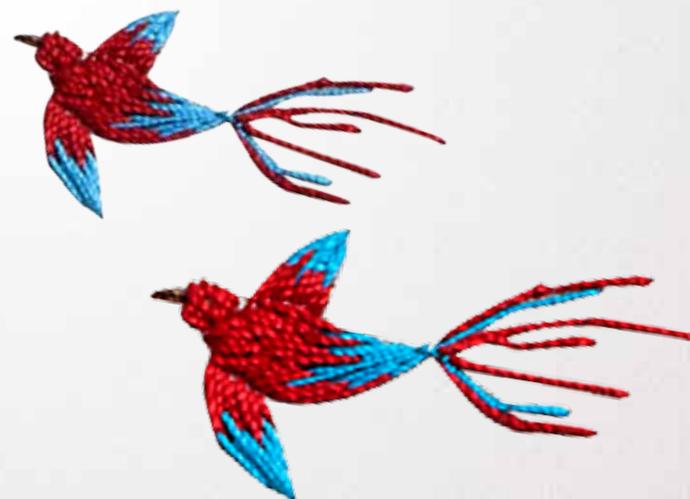


reconhecida na mais importante premiação do setor de saneamento na América Latina. Esse prêmio estimula empresas do setor a investir em práticas gerenciais voltadas à competitividade e sustentabilidade. Seu principal objetivo é incrementar o desempenho das organizações públicas ou privadas, municipais ou estaduais, responsáveis pela prestação dos serviços de água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos.

**SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL:** pelo quarto ano consecutivo, a Copasa compõe a carteira do ISE da BM&FBOVESPA. Esse índice objetiva refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade, diferenciando-as em termos de qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, natureza do produto, além do desempenho nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e mudanças climáticas.

**VALOR ECONÔMICO:** o Prêmio Valor 1000 elegeu a Copasa como a melhor empresa de saneamento do Brasil. Promovido pelo jornal Valor Econômico, na 13ª edição do anuário, foram avaliados os resultados obtidos em termos de receita líquida, crescimento sustentável e geração de valor, além de gestão eficiente e transparente, práticas de governança corporativa, envolvimento social e respeito ao consumidor e ao meio ambiente.

**VOCÊ S/A:** a Copasa foi contemplada em virtude de suas políticas de recursos humanos e está entre “As Melhores Empresas para Você Trabalhar”. O prêmio, concedido pela revista Você S/A, na 17ª edição traz as 150 empresas que mais investem na satisfação e na motivação dos empregados. A Copasa integrou a lista na categoria Instituições Públicas. O prêmio é um dos mais conceituados do país e seleciona as empresas pela excelência no ambiente de trabalho, com base na avaliação dos próprios empregados, cuja opinião sobre diversos assuntos relacionados à atuação em recursos humanos impacta, de maneira diferenciada, no resultado.





# GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

*[...] Águas de Minas, verdadeiras riquezas  
Seguem ligeiras até desagnar.  
Nutrir, nadar, navegar [...].*

# Estrutura de Governança

## (GRI 4.1)

A Copasa é uma empresa de economia mista, de capital aberto, tendo como acionista controlador o estado de Minas Gerais, com 51,1% das ações. Desde a sua IPO, realizada em fevereiro de 2006, visando a garantir o equilíbrio de interesses entre os acionistas e ampliar seus direitos em relação à legislação vigente, aderiu ao mais elevado nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado.

Entre as boas práticas de governança com as quais a empresa está comprometida, se destacam:

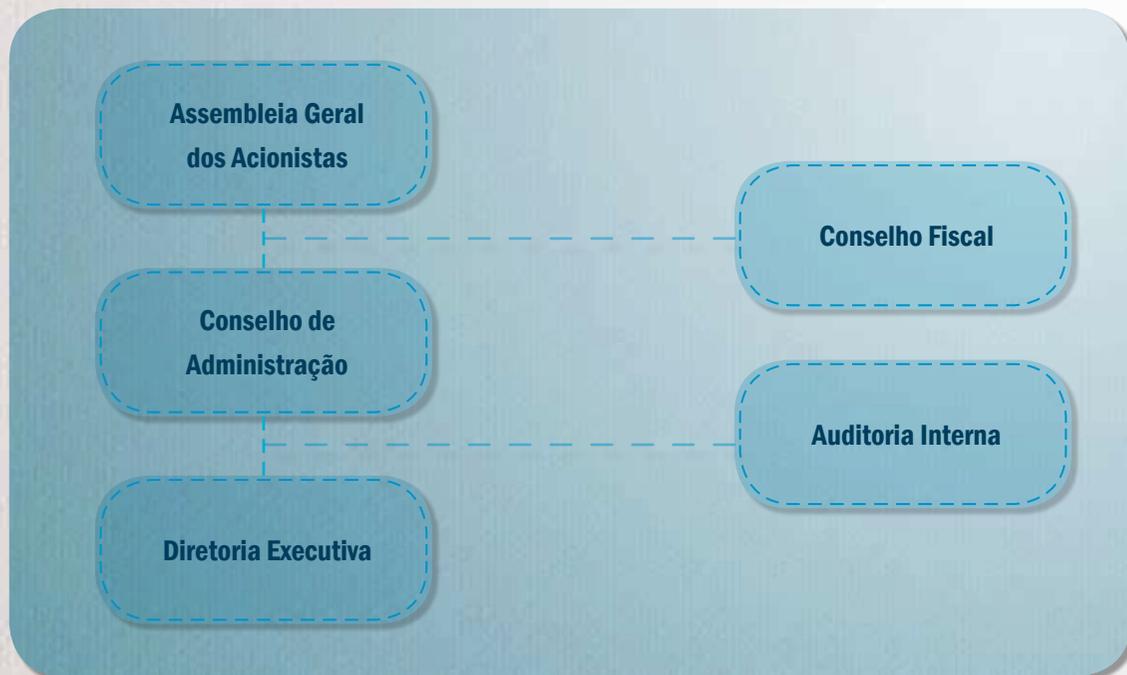
- ▶ atuação com um Conselho de Administração de, no mínimo, 20% de conselheiros independentes, sendo que a Copasa possui cinco membros independentes (62,5%), num total de oito membros do Conselho;
- ▶ concessão aos acionistas minoritários de *tag along* de 100% (condições idênticas às oferecidas ao acionista majoritário, no caso de alienação do controle);
- ▶ divulgação de demonstrações financeiras traduzidas para o inglês;
- ▶ elaboração e divulgação do Código de Conduta Ética e da política de negociação de valores mobiliários;
- ▶ emissão exclusivamente de ações ordinárias, tendo todos os acionistas direito a voto;
- ▶ *free float* (ações em circulação) de no mínimo 25%, sendo que a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, 48,6% das ações em circulação;
- ▶ realização de pelo menos uma reunião pública por ano com analistas e investidores, visando à apresentação de sua situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, tendo sido realizadas, em 2013, sete reuniões com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). Tais reuniões aconteceram nos seguintes municípios: Belo Horizonte, Brasília, Juiz de Fora, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Uberlândia;
- ▶ resolução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissória do Estatuto Social;



- ▶ vedação à acumulação de cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia desde 2007, apesar de que referida condição será exigida apenas a partir de 2014.



## REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA COPASA



## ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS

A Assembleia Geral de Acionistas é a instância máxima de decisão de competência dos acionistas, tem sob sua competência exclusiva, entre outras atribuições: tomar as contas dos administradores; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal; deliberar sobre reforma de Estatuto Social; e deliberar sobre a remuneração dos administradores. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia determina que sejam de competência da Assembleia Geral as seguintes deliberações que envolvam montantes superiores a R\$ 150 milhões: aprovação de qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório, celebração de convênios e contratos envolvendo empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a ser celebrados pela Companhia.

## CONSELHO FISCAL

A Copasa possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, que pode ter de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos na Assembleia Geral Ordinária. Seus honorários são fixados pela Assembleia, nos termos da lei, e a duração do mandato é de um ano.

### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013<sup>1</sup>

NOME	CARGO
Paulo Elisiário Nunes	Presidente
Jair Siqueira	Vice-presidente
Alvimar Silveira de Paiva	Conselheiro titular
Carlos Eduardo Carvalho de Andrade	Conselheiro titular
Rafael Rodrigues Alves da Rocha <sup>2</sup>	Conselheiro titular
Letícia Pedercini Issa Maia <sup>2</sup>	Conselheiro suplente
Sérgio Pessoa de Paula Castro	Conselheiro suplente

**Notas:** <sup>1</sup> O currículo dos membros do Conselho Fiscal poderá ser acessado no site [www.copasa.com.br/ri](http://www.copasa.com.br/ri), seção Governança Corporativa/Estrutura Organizacional. <sup>2</sup> Membros eleitos como representantes dos minoritários.



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é a instância mais alta da Administração da Copasa. Entre suas atribuições, estão: convocar Assembleia Geral; aprovar o planejamento estratégico; aprovar os planos de negócios, orçamentos anuais e planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia; eleger e destituir diretores e determinar suas responsabilidades; aprovar novas concessões cujo valor presente líquido seja negativo, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pela Companhia; aprovar plano de cargos e salários e investimentos ou despesas não previstas no orçamento anual de valores compreendidos entre R\$ 9 e R\$ 150 milhões; escolher e destituir auditores independentes.

O Conselho poderá ser composto por no mínimo cinco e no máximo nove membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Seus membros cumprem mandato unificado de um ano, salvo destituição, considerando exercício anual o período compreendido entre cada Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos.

A remuneração de cada conselheiro corresponde a 20% da média da remuneração paga aos membros da Diretoria Executiva, sendo que 50% do valor equivale a uma parcela fixa mensal e os outros 50% são pagos em conformidade com a participação do conselheiro nas reuniões mensais. Além disso, os conselheiros recebem 20% da participação nos lucros atribuída aos diretores.

(GRI 4.5)

Quanto à frequência de reuniões, o Conselho de Administração realiza uma reunião mensal, sendo que reuniões extraordinárias poderão ser realizadas sempre que necessário. Segundo o Regimento Interno do Conselho de Administração, seus membros devem declarar, previamente à deliberação, sempre que a matéria submetida à sua apreciação tiver interesse particular ou conflitante com o da Companhia, abstendo-se de participar da sua discussão e votação.

(GRI 4.6)



### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013<sup>1</sup>

NOME	CARGO
João Antônio Fleury Teixeira	Presidente
Ricardo Augusto Simões Campos <sup>2</sup>	Vice-presidente
Alencar Santos Viana	Conselheiro
Alexandre Pedercini Issa <sup>3</sup>	Conselheiro
Alfredo Vicente Salgado Faria <sup>3</sup>	Conselheiro
Enio Ratton Lombardi <sup>3</sup>	Conselheiro
Euclides Garcia de Lima Filho <sup>3</sup>	Conselheiro
José Carlos Carvalho <sup>3</sup>	Conselheiro
Tadeu Barreto Guimarães	Conselheiro

**Notas:** <sup>1</sup> O currículo dos membros do Conselho de Administração poderá ser acessado no site [www.copasa.com.br/ri](http://www.copasa.com.br/ri), seção Governança Corporativa/Estrutura Organizacional. <sup>2</sup> Na atual composição, somente o vice-presidente do Conselho faz parte da Diretoria Executiva da Copasa.

(GRI 4.2)

<sup>3</sup> Conselheiros independentes (art. 14, § 2º, do Estatuto Social: “Considera-se independente o conselheiro que **(i)** não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social; **(ii)** não for acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do acionista controlador, não for e não tiver sido nos últimos 3 (três) anos vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (excluem-se desta restrição

para pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); **(iii)** não tiver sido nos últimos 3 (três) anos empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; **(iv)** não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; **(v)** não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; **(vi)** não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; **(vii)** não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital); ou **(viii)** o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76”.

(GRI 4.3)



## DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é responsável pela administração dos negócios em geral. Reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais.

Para consolidar o alinhamento das estratégias e diretrizes da Companhia, bem como proporcionar o acompanhamento de assuntos relevantes para o desempenho da Empresa, são realizadas reuniões periódicas da Diretoria Executiva com o corpo gerencial. Adicionalmente, ocorrem reuniões itinerantes da Diretoria com alguns executivos que possuem atribuições estratégicas para a gestão do programa de investimentos e do plano de expansão de mercado da Companhia.

A Diretoria Executiva é formada por até 11 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. É composta pela Presidência, Vice-Presidência e nove Diretorias, sendo quatro operacionais (Operação Centro-Leste; Metropolitana; Norte; e Sudoeste) e cinco corporativas (Financeira e de Relações com Investidores; Gestão Corporativa; Meio Ambiente; Planejamento e Gestão de Empreendimentos; e Técnica e de Novos Negócios).

## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013<sup>1</sup>

NOME	CARGO
Ricardo Augusto Simões Campos	Diretor presidente
Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho	Diretor Técnico e de Novos Negócios
Gelton Palmieri Abud	Diretor de Gestão Corporativa
Juarez Amorim	Diretor de Operação Metropolitana
Márcio Luiz Murta Kangussu	Diretor de Operação Norte
Marcos Antônio Teixeira	Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
Paula Vasques Bittencourt	Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Paulo Fernando Rodrigues Lopes	Diretor de Operação Sudoeste
Tilden José Santiago	Diretor de Meio Ambiente
Valério Máximo Gambogj Parreira	Diretor de Operação Centro-Leste

**Nota:** <sup>1</sup> O currículo dos membros da Diretoria Executiva poderá ser acessado no site [www.copasa.com.br/ri](http://www.copasa.com.br/ri), seção Governança Corporativa.



## AUDITORIA INTERNA

A atuação da Auditoria Interna é orientada pelo Plano Anual de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração, ao qual é diretamente vinculada. Essa vinculação concede independência e imparcialidade à Auditoria para exercer suas funções, tais como: planejamento e execução de trabalhos de auditoria nos sistemas de controle; identificação de falhas e/ou irregularidades; proposta e acompanhamento de melhorias nos controles internos. Também é responsável pela geração, como produto das funções supracitadas, de informações úteis e confiáveis para orientar e apoiar decisões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

A Auditoria Interna tem como objetivo o fortalecimento dos controles internos, para que possam gerar informações fidedignas para as demonstrações financeiras e criar um ambiente que iniba a prática de atos contrários ao que dispõem o Código de Conduta Ética e o Sistema Disciplinar da Companhia.

Em 2013, foram realizados 21 trabalhos de auditoria, que envolveram 61 unidades organizacionais, representando cerca de 32,6% das unidades da Companhia. Nesses trabalhos, foram avaliados os riscos de processo, inclusive a identificação de eventuais casos de corrupção. Os principais controles da Companhia estão contemplados no sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP), sendo as operações integradas, permitindo às unidades responsáveis o monitoramento dos processos e a identificação de eventuais irregularidades.

(GRI S02)

As medidas tomadas nos casos de corrupção estão estabelecidas na Norma de Procedimento do Sistema Disciplinar, no Regulamento de Procedimento Administrativo para Desligamento do Empregado e na legislação vigente.

(GRI S04)

## AUDITORIA INDEPENDENTE

A empresa prestadora dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Copasa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Durante a vigência do contrato, que iniciou em março de 2013, não houve a prestação de outros serviços não relacionados aos de auditoria das demonstrações financeiras.

(GRI 3.13)



# Conduta Ética

## (GRI 4.8/GRI 4.9)

O Código de Conduta Ética da Copasa estabelece os valores éticos corporativos e norteia a relação da Companhia com seus públicos.

A Comissão de Ética, composta por seis membros, zela pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas. Para tanto, orienta e aconselha os empregados em questões relativas à interpretação e aplicação do Código de Conduta Ética, realiza palestras periódicas, recebe denúncias, avalia e delibera sobre possíveis violações ao disposto no Código.

A Comissão de Ética realiza reuniões ordinárias semanais. Em 2013, foram ministradas palestras com o objetivo de disseminar as diretrizes do Código de Conduta Ética a cerca de 300 empregados.

## (GRI S03)

PROCESSOS ÉTICOS	2013 <sup>1</sup>	2012	2011
Processos éticos abertos	15	16	16
Aplicação de censuras éticas	3	3	6
Recomendações formais a gestores e empregados envolvidos	5	7	6

**Nota:** <sup>1</sup> Situação em 31 de dezembro de 2013.



Ainda em 2013, foi feita a revisão do Código de Conduta e do Manual de Procedimentos para a Apuração de Denúncias e Irregularidades, por meio de um grupo de trabalho constituído pela Comissão de Ética, acrescido de representantes da Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Auditoria. As novas versões do Código e do Manual foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Também foi elaborado o Regimento Interno da Comissão de Ética.

Conforme informado no Relatório de Sustentabilidade anterior, foram realizadas as seguintes iniciativas para promover o engajamento dos empregados com o tema:

- ▶ apresentação sobre a atuação da Comissão de Ética da Copasa no 8º Encontro do Conselho de Ética Pública com as Comissões de Ética do Estado de Minas Gerais;
- ▶ em parceria com a Associação dos Empregados da Copasa, de suas Subsidiárias e Patrocinadas (Aeco) foi realizado o Terceiro Concurso de Redação e Desenho, destinado a filhos e dependentes dos empregados da Copasa, com o tema *A ética nos dias atuais*. Foram apresentados 527 trabalhos, concorrendo a prêmios, dos quais 12 foram classificados em 1º, 2º e 3º lugares em quatro categorias de faixa etária, todos premiados em cerimônia realizada em novembro de 2013;
- ▶ em parceria com o Grupo de Teatro Copasa, foi elaborado um esquete didático sobre ética e comportamento ético no dia a dia, destinado aos empregados da Companhia.



# Relacionamento com Partes Interessadas

(GRI 4.14/GRI 4.16)

A Copasa se relaciona com suas partes interessadas de acordo com seus valores, princípios e crenças, pautando-se pelo disposto no Código de Conduta Ética, visando ao alinhamento de interesses e identificação das expectativas das partes envolvidas. Nesse sentido, utiliza formas de interação e canais de relacionamento alinhados com sua gestão para comunicar decisões, mobilizar a força de trabalho e consolidar parcerias com vistas ao desenvolvimento sustentável do seu negócio e da sociedade.

Para proporcionar o relacionamento adequado com a sociedade, a Companhia utiliza diferentes canais de comunicação e conduz o diálogo, especialmente por meio de mídias impressas e digitais, de acordo com a realidade de cada parte interessada, tais como: cartazes, pôsteres, malas diretas, TV Copasa, intranet, Revista Gota D'água, Informativo Vida e Saúde, entrevistas e comunicação com clientes por dispositivos móveis (SMS), site (Fale Conosco), Facebook, Twitter e Central de Relacionamento com Cliente (115).

A Empresa implantou a Rede de Comunicação, formada por empregados, visando a aprimorar o diálogo com as partes

interessadas, especialmente os colaboradores e a sociedade, objetivando a integração das informações fornecidas por todas as unidades organizacionais.

## CLIENTES

A Copasa relaciona-se com os usuários de seus serviços embasada pelas diretrizes de qualidade, com foco na constante melhoria dos instrumentos utilizados no relacionamento com os clientes, que dispõem de serviços de atendimento para solicitações, esclarecimento de dúvidas e registro de demandas (reclamações e elogios). Para questões que não tenham sido resolvidas nas instâncias ou unidades diretamente responsáveis, a Empresa dispõe dos serviços da Ouvidoria (para mais informações: A Copasa e seus clientes).

## ESTADO DE MINAS GERAIS

O estado de Minas Gerais, com 51,1% das ações da Copasa, é o controlador da Companhia. As operações com o acionista controlador são realizadas a preços e condições considerados pela Administração compatíveis com os praticados no mercado, excetuando a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer



por meio de negociações especiais (encontro de contas). A Sedru é o órgão ao qual a Copasa se vincula institucionalmente ao Governo do Estado de Minas Gerais.

## FORNECEDORES

O relacionamento da Copasa com fornecedores é pautado pela legislação vigente, com ênfase na Lei nº 8.666/1993, que orienta os procedimentos de seleção, contratação e gestão de fornecedores e prestadores de serviços pelos órgãos e entidades públicos. Além disso, as relações da Empresa com fornecedores de bens e serviços são orientadas por critérios técnicos e profissionais, respeito às leis e normas vigentes, visando ao estrito atendimento às necessidades da organização (para mais informações: A Copasa e seus fornecedores).

## INVESTIDORES

A Copasa adota como política de relações com investidores a transparência, a tempestividade e a qualidade nas informações prestadas, buscando, assim, fornecer subsídios que sejam suficientes para a tomada de decisão de investir nas ações da Companhia.

As principais ferramentas de comunicação utilizadas são: eventos com analistas e investidores (*Copasa Day*, *Non Deal Road Shows* nacionais e internacionais, reuniões com a Associação dos

Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e visitas programadas); *website* de relações com investidores, com conteúdo em português e inglês; disponibilização, por meio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do *website* de relações com investidores, de relatórios como o Balanço Social Anual Ibase, as demonstrações financeiras anuais completas, o formulário de referência, as informações trimestrais, o relatório anual e de sustentabilidade, o *release* operacional mensal e o *release* trimestral de resultados; realização de teleconferências, trimestralmente, após a divulgação dos resultados, com tradução simultânea para o inglês.

(GRI 4.4)

Estas e outras informações podem ser obtidas no site [www.copasa.com.br/ri](http://www.copasa.com.br/ri). A equipe de Relações com Investidores também poderá ser contatada pelo *e-mail* [ri@copasa.com.br](mailto:ri@copasa.com.br) e telefone **+55 31 3250.2015**.

## ÓRGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES

A Copasa segue as determinações dos órgãos governamentais responsáveis por temas ligados à sua área de atuação, tais como: ARSAE-MG, CVM e órgãos ambientais. Adicionalmente, assuntos como contratação de financiamentos, alteração estatutária, criação de cargos são acompanhados pelo Comitê de Governança Corporativa do estado de Minas Gerais.



## PREFEITURAS MUNICIPAIS

Como os municípios são detentores da responsabilidade pela prestação dos serviços de saneamento, na relação com a Copasa eles representam o poder concedente. O vínculo entre as partes é estabelecido a partir dos contratos de concessão e contratos de programa, que, por sua vez, são formalizados em consonância com a legislação vigente, em especial, a Lei Federal nº 11.445/2007. Nas localidades em que atua, a Copasa mantém contato direto e participa de reuniões com representantes do legislativo municipal e do poder concedente, visando a garantir a qualidade dos serviços prestados, estabelecer parcerias, além de renovar e obter novas concessões.

## PÚBLICO INTERNO

A Copasa mantém relação com seus empregados, orientada pelo respeito e cumprimento da legislação trabalhista, dos contratos, dos acordos coletivos de trabalho e das normas internas (para mais informações: A Copasa e seus empregados).

## SOCIEDADE

Além de primar pela excelência na prestação de um serviço básico, a Copasa pauta seu relacionamento pelas boas práticas de responsabilidade social e ambiental, com transparência e respeito aos valores culturais, visando ao desenvolvimento sustentável dos negócios da Companhia e da sociedade. A Companhia realiza e apoia diversos projetos de natureza social e cultural, objetivando o fortalecimento da sociedade e das comunidades em que atua (para mais informações: A Copasa e a comunidade).





# DIMENSÃO ECONÔMICA

---

*Sabemos que os desafios no futuro serão muito maiores, mas a vontade de trabalhar poderá ajudar a superar as adversidades, pois quando você ama aquilo que faz, as coisas se tornam muito mais fáceis.*

# Conjuntura Econômica

Com o intuito de estimular a atividade econômica em forte desaceleração, o Governo Federal, no início de 2013, manteve a taxa de juros em 7,25% ao ano, nível mais baixo da história, bem como aprofundou as desonerações de impostos e elevou exponencialmente o crédito a juros subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em meados do ano, fatores externos – em especial, as decisões de política monetária dos Estados Unidos – causaram reviravolta no cenário macroeconômico: o dólar subiu em relação ao real, aumentando a pressão sobre a inflação. O risco combinado do preço dos alimentos e o câmbio jogaram a inflação oficial para um patamar acima do teto da meta oficial, levando o Banco Central a reagir com aperto monetário durante o restante do ano.

Frustrada a tentativa de acelerar o nível de atividade, o Governo Federal abandonou velhos dogmas políticos e montou um pacote de concessões de serviços públicos para o setor privado, para desobstruir os entraves da infraestrutura ao crescimento e aumentar a taxa de investimento. No entanto, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), manteve-se ao longo do ano acima do centro da meta e encerrou o período acumulando uma alta de 5,91%; a taxa básica de juros encerrou o ano em 10% ao ano e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não deverá ultrapassar 2,5%. Já o dólar, motivado pelas incertezas globais, encerrou

o ano cotado a R\$ 2,34, representando assim uma desvalorização do real frente ao dólar em 15%.

Para 2014, há mais dúvidas do que consensos, quer seja pelas dificuldades em vislumbrar os efeitos da redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos pelo Federal Reserve Bank, quer seja pelas incertezas internas decorrentes das eleições presidenciais. De qualquer forma, inflação em queda modesta, crescimento igual ou menor do que do ano anterior e política fiscal ainda sem meta são a síntese dos melhores prognósticos para o período.



# Desempenho Financeiro da Controladora

## RECEITAS

A receita operacional líquida de água e esgoto da Controladora atingiu R\$ 3,01 bilhões em 2013, representando um crescimento de 8,6% sobre o valor registrado em 2012, que foi de R\$ 2,77 bilhões.

Essa elevação foi resultante de:

- ▶ incremento de 3,5% no número de economias de água e de 5,9% no número de economias de esgoto, resultado do esforço da Copasa em aumentar a cobertura dos serviços no estado de Minas Gerais;
- ▶ reajuste tarifário médio de 5,25%, que entrou em vigor a partir de 13 de maio de 2013;
- ▶ mudança do percentual de cobrança da tarifa de esgoto, em função do início de operação das ETEs.

Segue tabela comparativa da receita operacional líquida de água e esgoto em 2013 e 2012:

RECEITAS DE ÁGUA E ESGOTO (R\$ MIL)	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
Receita líquida – água	1.980.672	1.858.366	6,6
Receita líquida – esgoto	1.027.064	909.999	12,9
<b>Receita líquida de água e esgoto</b>	<b>3.007.736</b>	<b>2.768.365</b>	<b>8,6</b>

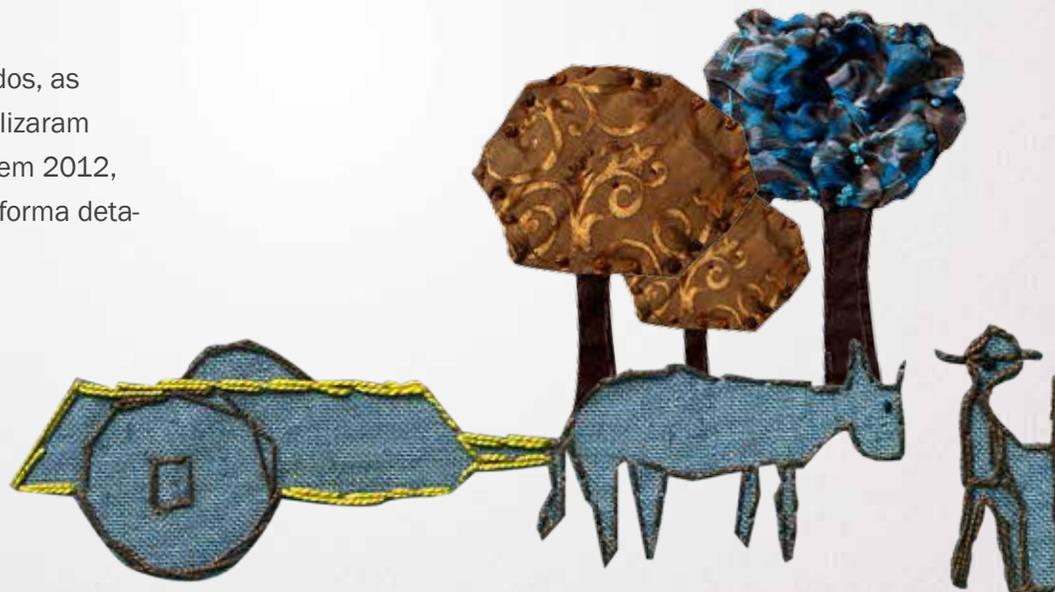


Já as receitas de construção apresentaram aumento de 7% em relação ao ano de 2012, conforme tabela a seguir:

RECEITAS (DESPESAS) DE CONSTRUÇÃO (R\$ MIL)	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
Receita de construção	707.082	660.725	7,0
Custo de construção	(690.573)	(645.645)	7,0
<b>Receita de construção líquida</b>	<b>16.509</b>	<b>15.080</b>	<b>9,5</b>

## CUSTOS E DESPESAS

No exercício de 2013, os custos dos serviços prestados, as despesas administrativas e as despesas comerciais totalizaram R\$ 2,29 bilhões, valor superior em 13,6% ao registrado em 2012, que foi de R\$ 2,01 bilhões. A tabela a seguir mostra, de forma detalhada, a evolução dos custos da Companhia nos períodos comparativos:



R\$ MIL	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
<b>Custos dos serviços prestados + despesas comerciais e administrativas</b>	<b>2.286.482</b>	<b>2.012.471</b>	<b>13,6</b>
Pessoal	1.011.363	904.002	11,9
Depreciações e amortizações	428.034	377.342	13,4
Energia elétrica	220.560	241.057	-8,5
Serviços de terceiros	394.460	295.892	33,3
Material	118.939	105.436	12,8
Custos operacionais diversos	51.565	43.284	19,1
Repasse tarifário a municípios	71.933	68.120	5,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.672	67.019	9,9
Créditos tributários	(84.044)	(89.681)	-6,3
<b>Custos dos serviços prestados + despesas comerciais e administrativas (sem depreciações/amortizações)</b>	<b>1.858.448</b>	<b>1.635.129</b>	<b>13,7</b>



Os itens que mais impactaram os custos da Copasa no ano de 2013, em comparação com 2012, foram:

▶ **pessoal:**

elevação de 11,9%, devido, principalmente, ao acordo coletivo da categoria, cuja data-base é maio; ao aumento em 2,2% no número de empregados da Companhia; e aos gastos com o Programa de Desligamento Voluntário de Empregado Aposentado e/ou em Condições de se Aposentar, que totalizaram R\$ 26,8 milhões em 2013, contra R\$ 8,7 milhões em 2012. Em 2013, os gastos com esse programa representaram 2,6% do total dos gastos com pessoal (1,0% em 2012);

▶ **depreciações e amortizações:**

elevação de 13,4%, em decorrência do início de depreciação/amortização de ativos em função da incorporação de bens patrimoniais e obras encerradas ao longo do período comparativo;

▶ **energia elétrica:**

a despesa de energia em 2013 apresentou redução de 8,5% (R\$ 20,5 milhões), devido, especialmente, à queda da tarifa de energia elétrica a partir de janeiro de 2013, em cerca de 20%, em função da Medida Provisória nº 579/2012. Tal redução foi parcialmente neutralizada pelo reajuste tarifário anual da concessionária de energia elétrica, ocorrido em abril de 2013;

▶ **serviços de terceiros:**

aumento de 33,3%, devido, principalmente, à elevação dos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrente de novos contratos com preços unitários mais altos, tendo em vista que o aquecimento da demanda no setor de construção civil tem impactado os preços da mão de obra dos serviços. Esses gastos foram influenciados também por novos contratos de prestação de serviços decorrentes da expansão da Companhia e pela elevação dos gastos com publicidade e propaganda, visando à divulgação do Programa Água da Gente;

▶ **materiais:**

elevação de 12,8%, devido, principalmente, ao aumento dos gastos com materiais de tratamento, combustíveis/lubrificantes e materiais de conservação e manutenção de sistemas, em decorrência do aumento do consumo, em função da expansão da Companhia, e ao aumento do preço desses produtos;

▶ **créditos tributários:**

queda de 6,3% em função da redução dos gastos com energia elétrica, que é um dos itens que mais contribuem para a recuperação dos referidos créditos.



## OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Em 2013, as outras receitas operacionais apresentaram decréscimo de 11,1%, devido, principalmente, ao fato de que em 2012 houve a contabilização no item outras receitas de incentivos fiscais oriundos do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas, no valor de R\$ 7,2 milhões, o que não ocorreu em 2013. Outro fator que pesou para a redução desse item foi a não recorrência em 2013 da recuperação de créditos tributários referentes à correção

monetária de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, compensados em 2012, no valor de R\$ 7,5 milhões; e a compensação complementar de custos do Programa de Alimentação do Trabalhador de anos anteriores, no valor de R\$ 12 milhões.

Já as outras despesas operacionais tiveram queda de 9,9%, em função de redução dos valores provisionados para processos judiciais. Segue tabela com os valores nos períodos comparativos:

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (R\$ MIL)	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Receita de serviços técnicos	1.673	5.289	-68,4
Reversão de provisão não dedutível	33.057	57.677	-42,7
Recuperação de contas baixadas	66.193	35.732	85,2
Outras receitas	7.804	23.632	-67,0
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>108.727</b>	<b>122.330</b>	<b>-11,1</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>			
Perdas eventuais ou extraordinárias	(53.653)	(70.400)	-23,8
Outras despesas	(28.063)	(20.273)	38,4
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(81.716)</b>	<b>(90.673)</b>	<b>-9,9</b>
<b>Total de outras receitas (despesas) operacionais líquidas</b>	<b>27.011</b>	<b>31.657</b>	<b>-14,7</b>



## EBITDA

O Ebitda de 2013 foi calculado conforme a Resolução CVM nº 527/2012, ou seja, englobando as receitas e custos de construção, que foram de R\$ 1,16 bilhão, contra R\$ 1,14 bilhão

em 2012. Desconsiderando as receitas e despesas de construção, o valor do Ebitda ajustado em 2013 foi de R\$ 1,14 bilhão, com margem Ebitda de 36,3%, conforme tabela a seguir:

CÁLCULO DO EBITDA <sup>1</sup>	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
Lucro líquido do exercício	419.795	481.723	-12,9
(+) Tributos sobre o lucro	146.363	157.424	-7,0
(+) Receita financeira líquida	158.769	122.551	29,6
(+) Depreciações e amortizações	428.034	377.342	13,4
(+) Resultado não operacional das Subsidiárias	3.938	3.993	-1,4
<b>(=) Ebitda</b>	<b>1.156.899</b>	<b>1.143.033</b>	<b>1,2</b>
<b>(=) Margem Ebitda</b>	<b>30,0%</b>	<b>32,0%</b>	
<b>Ebitda ajustado (excluindo o resultado de construção)</b>	<b>1.140.390</b>	<b>1.127.953</b>	<b>1,1</b>
<b>Margem Ebitda ajustado</b>	<b>36,3%</b>	<b>38,7%</b>	

**Nota:** <sup>1</sup> O Ebitda é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando a Instrução CVM nº 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, receita financeira líquida, depreciações, amortizações e resultado não operacional das Subsidiárias. A margem Ebitda é calculada sobre a receita total (receita líquida de água e esgoto e receita de construção, adicionadas das outras receitas operacionais e das receitas das Subsidiárias). Já o Ebitda ajustado é calculado desconsiderando as receitas/custos de construção. As receitas de construção, embora não apresentem efeito de caixa imediato, geram implicações no exercício em que são reconhecidas, tendo em vista que seu resultado faz parte da base de cálculo para o pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos e para a participação dos empregados nos lucros.



## RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

R\$ MIL	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
<b>Receitas financeiras</b>			
Variações monetárias e cambiais	14.200	51.645	-72,5
Juros	9.907	21.696	-54,3
Ganho real em aplicações financeiras	37.601	58.710	-36,0
Capitalização de ativos financeiros/outros	24.126	2.768	n.m.
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>85.834</b>	<b>134.819</b>	<b>-36,3</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Variações monetárias e cambiais	(58.036)	(55.603)	4,4
Juros sobre financiamentos	(181.481)	(194.447)	-6,7
Diversos	(5.086)	(7.320)	-30,5
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(244.603)</b>	<b>(257.370)</b>	<b>-5,0</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(158.769)</b>	<b>(122.551)</b>	<b>29,6</b>

Em relação às receitas financeiras, cabe destacar a redução nos itens juros e ganho real em aplicações financeiras, em função de menor valor disponível em caixa para aplicação em títulos de curto prazo. Já a variação do item variações monetárias e cambiais é explicada, principalmente, pela contabilização em 2012 de R\$ 23,1 milhões referentes à correção monetária dos recursos da 4ª emissão de debêntures contratadas junto ao BNDES.

Quanto às despesas financeiras, note-se que, em função da reduzida participação da dívida em moeda estrangeira na dívida total da Copasa, o impacto da valorização do dólar e euro frente ao real foi pequeno. Ressalta-se que, em 2012, estava contabilizado no item juros sobre financiamentos o mesmo valor de R\$ 23,1 milhões, referente aos recursos contratados junto ao BNDES (4ª emissão de debêntures) citados anteriormente. Assim sendo, verificou-se um resultado líquido negativo 29,6% superior em 2013 comparativamente a 2012, passando de R\$ 122,6 milhões para R\$ 158,8 milhões.



## LUCRO LÍQUIDO E RENTABILIDADE

O lucro líquido da Controladora apurado em 2013 foi de R\$ 419,8 milhões, representando uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 7,9%. A elevação das receitas de água e esgoto em 8,6% foi neutralizada pelo aumento nos custos e despesas em 13,6%, pela redução nas outras receitas operacionais líquidas em 14,7%, assim como pela elevação nas despesas financeiras líquidas em 29,6%.

R\$ MIL	2013	2012	VARIAÇÃO (%)
Lucro líquido	419.795	481.723	-12,9
Lucro (prejuízo) por ação	3,51	4,02	-12,9

## REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em observância à política de dividendos aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, para o exercício de 2013, distribuir os dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no percentual de 35% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/1976. Tais distribuições têm sido realizadas sob a forma de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no Estatuto Social. Na realização da Assembleia Geral de Acionistas, foram ratificadas as distribuições referentes ao exercício. Na tabela a seguir, apresentam-se as declarações de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2013.



REFERÊNCIA	DATA DA RCA	DATA DO CRÉDITO	VALOR BRUTO (R\$ MILHÕES)	VALOR BRUTO POR AÇÃO (R\$)	DATA DO PAGAMENTO
1T13	18/03/2013	21/03/2013	38,1	0,3189	17/05/2013
2T13	24/06/2013	25/06/2013	36,4	0,3049	23/08/2013
3T13	20/09/2013	24/09/2013	31,1	0,2603	19/11/2013
4T13	29/01/2014	03/02/2014	34,1	0,2855	03/04/2014
<b>Acumulado 2013</b>			<b>139,7</b>	<b>1,1696</b>	

Para 2014 e os exercícios subsequentes, conforme definido na política de dividendos, caberá ao Conselho de Administração a definição do percentual a ser distribuído a títulos de juros sobre o capital próprio, observando o limite de 50% de lucro líquido.

A distribuição ocorrerá trimestralmente, dando-se o pagamento em até 60 dias após cada distribuição.



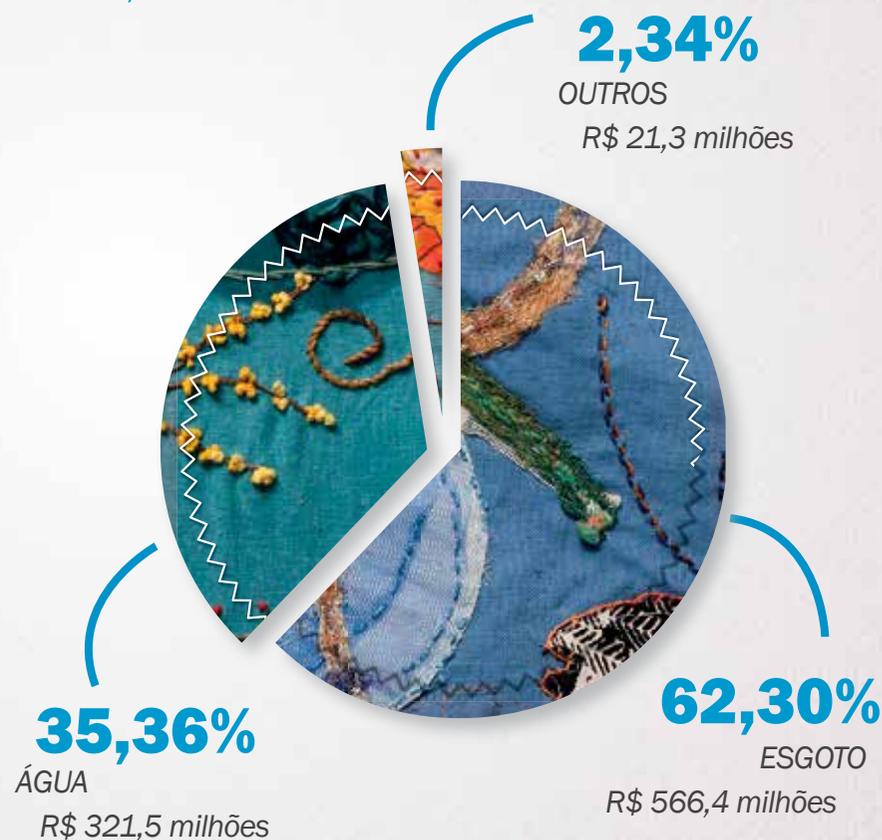
# Investimentos

Os investimentos realizados em 2013 totalizaram R\$ 909,2 milhões. Desse total, R\$ 321,5 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 566,4 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e os R\$ 21,3 milhões restantes foram investidos em programas de desenvolvimento empresarial e operacional.

Além da utilização dos recursos próprios, os investimentos foram equacionados mediante empréstimos obtidos junto à Caixa Econômica Federal, ao BNDES e ao banco alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)*.

Com relação aos investimentos nos sistemas de abastecimento de água, destacam-se aqueles destinados à complementação de interligação da adutora noroeste na Região Metropolitana de Belo Horizonte e à ampliação da capacidade de produção do sistema Rio das Velhas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como outros destinados à implantação do sistema de abastecimento de água de Passabem, Fama e Santana do Deserto e à expansão da capacidade de atendimento de sistemas de abastecimento de água de diversas cidades, tais como: Belo Horizonte, Campos Gerais, Cássia, Cruzília, Contagem, Coromandel, Divinópolis, Esmeraldas,

## INVESTIMENTOS 2013 R\$ 909,2 MILHÕES



Felixlândia, Itamarandiba, Nova Lima, Prata, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Manso, Santa Vitória, São Gotardo, Taiobeiras e Ubá.

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, destacam-se os investimentos destinados à ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Belo Horizonte/Contagem (Meta 2014), Cataguases, Pedro Leopoldo e Pouso Alegre, Vespasiano e da ETE Arrudas; às obras para construção de ETEs em Almenara, Barbacena, Betim (ETE Central,) Caratinga, Conceição do Mato Dentro, Divinópolis, Extrema, Ibirité, Jequitinhonha, Justinópolis, Ribeirão das Neves, Martinho Campos, Monte Azul, Nova Serrana, Raposos, Santa Luzia, Santo Antonio do Monte, Santos Dumont, São Gotardo, São Sebastião do Paraíso, Teófilo Otoni e Três Corações; e à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário de Camanducaia, Carmo do Paranaíba, Capitão Enéas, Carbonita, Coronel Fabriciano, Francisco Dumont, Itacarambi, Lontra, Manga, Serra dos Aimorés, São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.



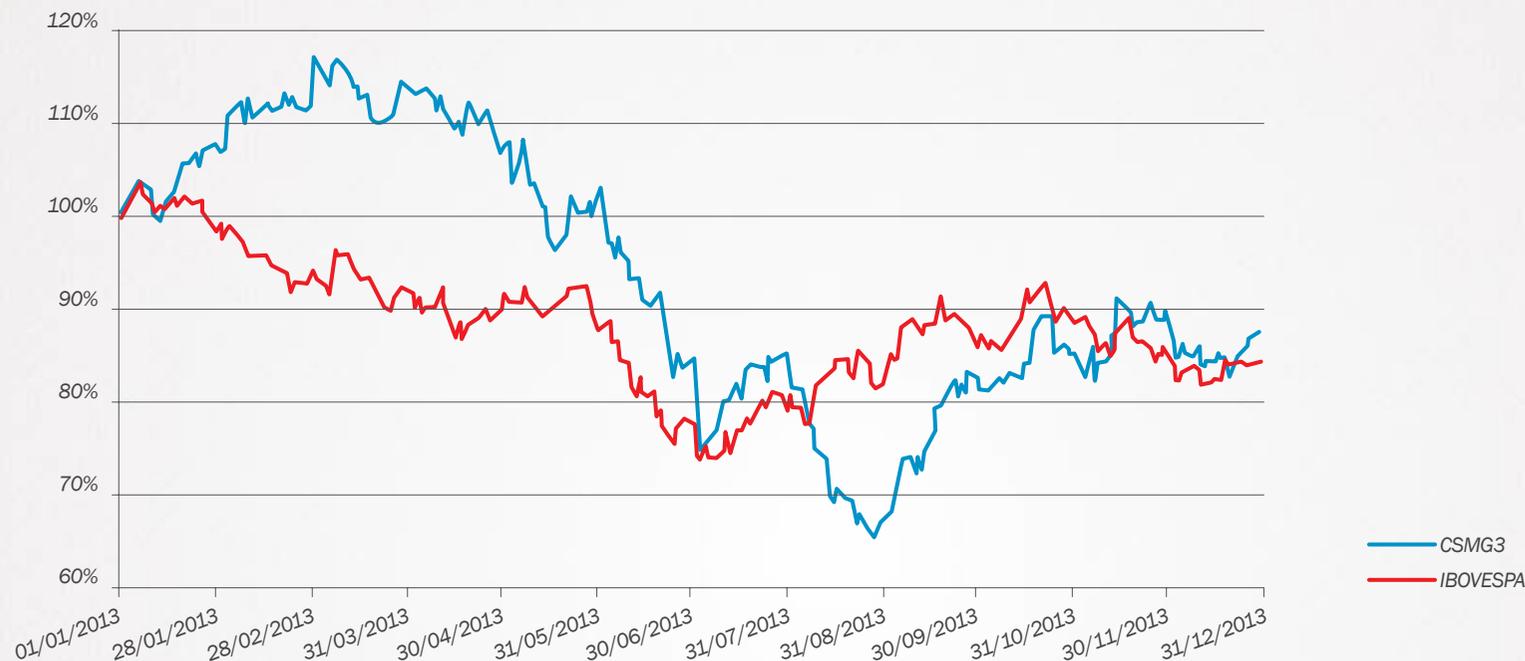
# Mercado de Capitais

A Copasa tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA, sob o código CSMG3, e está listada no Novo Mercado de Governança Corporativa, desde a IPO, realizada em 2006.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 2,77 bilhões, representados por 119.684.430 ações ordinárias. Desse total, 51,1% pertenciam ao Governo do Estado de Minas Gerais, 48,6% estavam em circulação (free float) e o restante (0,3%) encontrava-se em tesouraria.

Em 2013, a cotação das ações, ajustada pelos juros sobre o capital próprio, apresentou uma redução de 12,3%, enquanto, no mesmo período, o índice Ibovespa, que serve como indicador do desempenho médio das cotações das ações de maior negociabilidade e representatividade do mercado de capitais brasileiro, apresentou decréscimo de 15,5%. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 4,2 bilhões.





Em 2013, as ações da Copasa estiveram presentes em 100% dos pregões, com volume médio diário de negociação de R\$ 11,7 milhões e uma média de 1.600 negócios por dia. Suas ações fazem parte de importantes índices da BM&FBOVESPA, cabendo-se destacar o índice IBrX-Brasil (que lista as 100 ações mais líquidas da bolsa), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de

Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), o índice *Small Caps* (SMLL) e o Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT). Além disso, a Copasa foi novamente selecionada para integrar, em 2014, a carteira teórica do ISE da BM&FBOVESPA, que agrega empresas que possuem diferenciado compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.



# Desempenho Operacional e Comercial

(GRI 2.8)

A população atendida com abastecimento de água aumentou em 484 mil pessoas, um incremento percentual de 3,4%, atingindo cerca 14,6 milhões de habitantes ao final de 2013. Esse desempenho

é reflexo da expansão da Copasa e da Copanor, evidenciada pelo acréscimo de 136 mil novas ligações de água ao longo do período.

## CONSOLIDADO<sup>1</sup> – ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ITEM	UNIDADES	2013	2012
Municípios com concessão <sup>2</sup>	Unidade	626	625
Municípios com operação <sup>3</sup>	Unidade	617	612
População atendida	Mil habitantes	14.550	14.066
Ligações faturadas	Mil unidades	3.915	3.779
Extensão de rede	km	46.620	44.864
Volume de água faturado	1.000 m <sup>3</sup> /ano	684.359	667.325

**Notas:** <sup>(1)</sup> Inclui localidades atendidas pela Copasa e pela Copanor. <sup>(2)</sup> Total de municípios em que a Empresa detém qualquer concessão (sedes, vilas, povoados ou outros). <sup>(3)</sup> Total de municípios em que a Empresa opera qualquer concessão (sedes, vilas, povoados ou outros).



Nos serviços de esgotamento sanitário, o número total de municípios passou de 200, em 2012, para 223, no ano de 2013, beneficiando uma população de 9,3 milhões de habitantes, com incremento de 543 mil pessoas atendidas. Esse atendimento é realizado por meio de 2,4 milhões de ligações prediais de esgoto,

que em 2013 apresentaram acréscimo de 6,5% em relação ao ano de 2012, ou seja, 146 mil novas ligações, das quais aproximadamente 43 mil devem-se ao início de operação em novas localidades. A rede coletora foi expandida em 2.045 km, totalizando mais de 22,1 mil km.

### CONSOLIDADO<sup>1</sup> - ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO

ITEM	UNIDADES	2013	2012
Municípios com concessão <sup>2</sup>	Unidade	283	277
Municípios com operação <sup>3</sup>	Unidade	223	200
Ligações faturadas	Mil unidades	2.404	2.258
População atendida	Mil habitantes	9.328	8.785
Extensão de rede	km	22.138	20.093
Volume de esgoto faturado	1.000 m <sup>3</sup> /ano	446.754	428.220
Volume de esgoto tratado	1.000 m <sup>3</sup> /ano	237.291	211.092

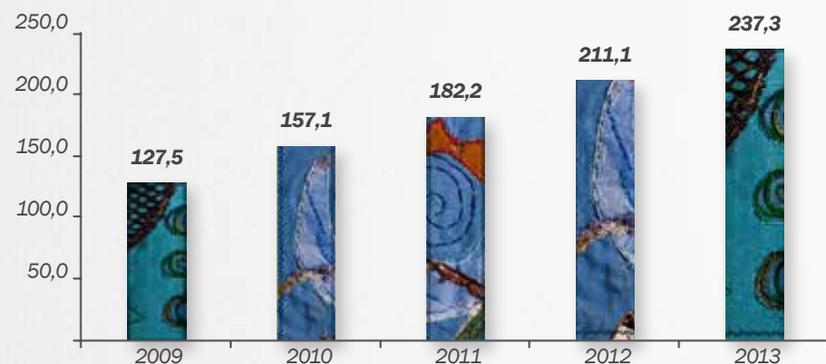
**Notas:** <sup>(1)</sup>: Inclui localidades atendidas pela Copasa e pela Copanor. <sup>(2)</sup>: Total de municípios em que a Empresa detém qualquer concessão (sedes, vilas, povoados ou outros). <sup>(3)</sup>: Total de municípios em que a Empresa opera qualquer concessão (sedes, vilas, povoados ou outros).



O volume de esgoto tratado pela Companhia atingiu 237,3 bilhões de litros, com elevação percentual de 12% em relação ao ano anterior, tendo sido iniciada a operação de 19 novas ETEs, em diversas cidades do estado de Minas Gerais, entre as quais destacamos Conceição do Mato Dentro, Mirabela, Montalvânia, Salinas, Santa Luzia (ETE sede) e Santa Rita do Sapucaí.



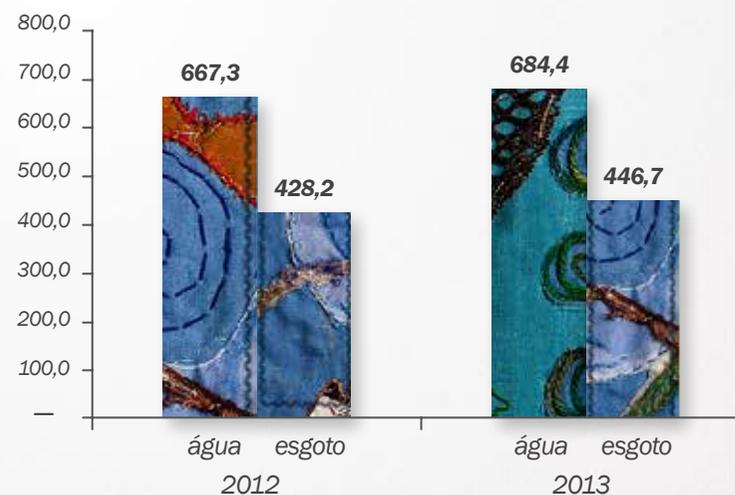
### VOLUME DE ESGOTO TRATADO (milhões m<sup>3</sup>)



Em 2013, a expansão da Companhia elevou o volume faturado de água em 17,0 bilhões de litros e o volume faturado de esgoto em 18,5 bilhões de litros. A ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades que já eram operadas e o início de faturamento de sistemas de água e esgoto em novas

localidades, como as sedes municipais de Buenópolis, Capim Branco, Centralina, Grão Mogol, Mirabela, Montalvânia e Sabará, contribuíram para esse crescimento.

### VOLUME FATURADO (milhões m<sup>3</sup>)



Ressaltamos, também, o resultado alcançado em termos da produtividade de pessoal, medida pela relação empregados/1.000 ligações totais (água + esgoto), que passou de 1,96 empregados/1.000 ligações, em 2012, para 1,93, em 2013.

A tabela a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais/comerciais:



#### CONSOLIDADO - INDICADORES DE DESEMPENHO COMERCIAL/OPERACIONAL

ITEM	UNIDADES	2013	2012
Empregados	Unidade	12.177	11.827
Produtividade (A+E)	Emp./mil ligações	1,93	1,96
Volume faturado de água	1.000 m <sup>3</sup> /ano	684.359	667.325
Volume faturado de esgoto	1.000 m <sup>3</sup> /ano	446.754	428.220
Volume de água produzido	1.000 m <sup>3</sup> /ano	973.885	948.816
Índice de hidrometração	%	99,9	99,89
Índice de perdas de faturamento <sup>1,2</sup>	%	29,7	29,6
Água Não Convertida em Receita (ANCR) <sup>2</sup>	l/ligação/dia	236,4	234,1

**Notas:** <sup>(1)</sup>: Média Anual. <sup>(2)</sup>: Dados da Controladora



## GESTÃO COMERCIAL

### Tarifas

Os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são remunerados sob a forma de tarifas. A política tarifária aplicada pela Copasa é regulamentada pela ARSAE-MG.

As tarifas são diferenciadas segundo as categorias – social, residencial, comercial, industrial e pública – e faixas de consumo. Sua determinação leva em conta o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços públicos de saneamento básico operados pela Copasa. Além disso, são progressivas em relação ao volume faturado, ou seja, quem consome mais paga mais por litro do que quem consome menos. Essa política tarifária beneficia a população, promovendo a conscientização para o adequado consumo de água.

A tarifa de esgoto para as localidades com coleta e tratamento equivale a 90% da tarifa de água. Já a tarifa de esgoto das localidades onde o esgoto é coletado, mas ainda não passa por tratamento, corresponde a 50% da tarifa de água. Os reajustes tarifários são anuais e previamente aprovados e autorizados pela ARSAE-MG. Em 2013, foi aplicado um reajuste tarifário médio de 5,25%, aprovado pela Resolução Normativa ARSAE-MG nº 35/2013, de 12 de abril de 2013.

### Faturamento

A base de clientes da Copasa é diversificada e pulverizada, com destaque para a parcela proveniente do consumo residencial, equivalente a 69,7% do faturamento, o que reduz a dependência ou exposição da Empresa a um determinado cliente ou grupo de clientes. Os dez maiores clientes respondem por apenas 5,7% da receita e os 50 maiores, por apenas 7,7%.

A Companhia trabalha com diferentes ciclos de faturamento, dependendo da variação de tempo entre a leitura do hidrômetro e o vencimento da conta, o que impacta na agilidade da arrecadação. Em 2013, foram aplicados dois tipos de ciclo: em 94,5% do faturamento, correspondente às localidades com melhor infraestrutura de acesso, foi aplicado o menor ciclo, composto por 15 dias úteis; o maior ciclo, de 20 dias úteis, foi aplicado nas localidades com infraestrutura deficiente de acesso, representando 5,5% do faturamento.



## Inadimplência

O índice de inadimplência total, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber e o valor total faturado, considerando dados acumulados desde janeiro de 1998, atingiu 1,39% em 2013, sendo considerado um dos menores do país e referência para as demais companhias que atuam no setor.

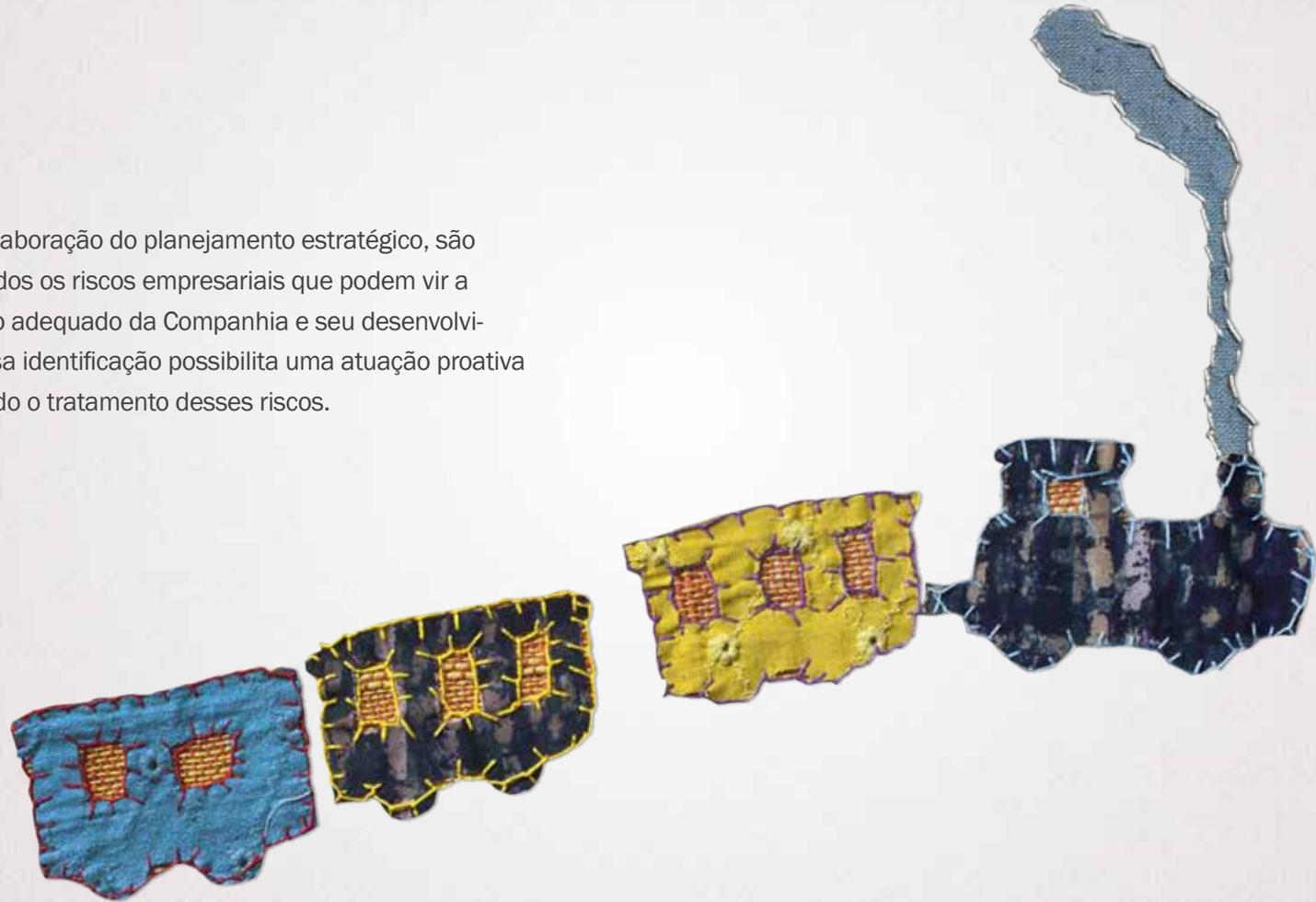
Os índices de inadimplência vêm diminuindo de maneira constante nos últimos anos, como consequência de uma política comercial consistente, que tem entre seus pilares o desenvolvimento de ações firmes de cobrança e a política de negociação de débitos com grandes clientes e órgãos da administração pública.



# Principais riscos, Oportunidades e Estratégias

(GRI 1.2/GRI 4.11/GRI EC2)

No processo de elaboração do planejamento estratégico, são identificados e analisados os riscos empresariais que podem vir a afetar o funcionamento adequado da Companhia e seu desenvolvimento sustentável. Essa identificação possibilita uma atuação proativa da Empresa, objetivando o tratamento desses riscos.





## PRINCIPAIS RISCOS EMPRESARIAIS DA COPASA

### Riscos do negócio

Rescisão unilateral dos contratos de concessão.  
Não renovação dos contratos de concessão.

### Riscos operacionais

Vencimento da vida útil dos sistemas de água e de esgotamento sanitário.  
Aumento significativo de perdas de água.  
Mudanças climáticas (impactos relacionados à seca e a enchentes).

### Riscos financeiros

Redução de receita.  
Aumento de custos.  
Restrição de recursos financeiros para realização dos investimentos.  
Elevação do índice de inadimplência por parte dos órgãos públicos.

### Riscos ambientais

Redução da disponibilidade hídrica dos mananciais.  
Poluição das fontes de produção.  
Ações do Ministério Público e órgãos ambientais, devido ao passivo ambiental.

### Riscos legais e econômico-financeiros

Aumento de custos decorrentes de imposições legais e/ou regulatórias.  
Indefinição quanto à metodologia para revisão tarifária pelo órgão regulador.  
Gastos para renovação e obtenção de novas concessões.



A Copasa instituiu, em junho de 2012, um grupo de trabalho com o objetivo de identificar e buscar a melhor metodologia utilizada no mercado para gestão de riscos corporativos, cujos membros realizaram pesquisas e visitas técnicas de *benchmarking* e participaram de fóruns e treinamentos relacionados ao tema. Contratou, também, empresa especializada para prestar serviços de consultoria ao grupo no desenvolvimento do processo de gestão de riscos corporativos, com base nos padrões definidos pelo *Comitee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), em seu documento COSO II – ERM, visando a identificar, avaliar, mensurar, montar matriz, propor tratamento, estabelecer planos de ação, comunicar e monitorar os riscos corporativos que podem impactar a Empresa e influenciar o alcance dos objetivos estratégicos. De acordo com o plano geral de trabalho e respectivo cronograma, o projeto será concluído em maio de 2014. Esse processo é uma iniciativa do objetivo estratégico de aumentar a eficiência e eficácia dos processos.

Os riscos corporativos foram identificados tendo como subsídios: biblioteca de riscos do setor de serviços públicos apresentada pela consultoria, consulta aos chefes de departamento e superintendentes, além de entrevistas individuais com todos os diretores. Posteriormente, a equipe de Auditoria Interna e o grupo de trabalho revisaram os riscos identificados, classificando-os em estratégicos, financeiros, operacionais, regulatórios, legais e *compliance*. Em seguida, em *workshop* de gestão de riscos, os chefes de departamento, superintendentes, assessores, analistas máster e coordenadores de projeto estratégico avaliaram os riscos inerentes aos critérios de

impacto e probabilidade e as formas de tratamento adotadas pela Empresa para sua mitigação, resultando na avaliação dos riscos residuais pelos mesmos critérios.

A partir da avaliação da relevância dos riscos, será definida a matriz de riscos, na qual serão priorizados quanto à sua criticidade, considerando os aspectos de impacto e de probabilidade. O mapa de risco apresentará os riscos mais relevantes.

## REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A revisão do planejamento estratégico ocorrida em 2013, processo abrangente e estruturado, contou com a participação de todo o corpo gerencial, levando em consideração as análises do macroambiente e do mercado de atuação, as características do setor e o ambiente interno da organização. As alternativas decorrentes dessas análises foram avaliadas para redefinição dos fundamentos empresariais, estabelecimento do posicionamento estratégico da organização e consolidação de seus objetivos estratégicos, visando a potencializar forças, corrigir fraquezas, aproveitar as oportunidades e reduzir ameaças.

Nesse processo, foram avaliadas alternativas de entrada em novos mercados, tanto em Minas Gerais quanto fora do estado, e as formas de atuação em consonância com os objetivos estabelecidos, definindo-se iniciativas, indicadores e metas, bem como os respectivos planos de ação necessários ao êxito das estratégias. De acordo com a metodologia de gestão estratégica estabelecida, a análise do



desempenho da organização é acompanhada, sistematicamente, pela Diretoria Executiva e pelos líderes de objetivos estratégicos, que controlam a execução das iniciativas e respectivos planos de ação e o alcance das metas, utilizando um sistema de reuniões hierarquizadas, que ocorrem de acordo com pauta e calendário preestabelecidos.

Nesse modelo de gestão da estratégia, os líderes dos objetivos são responsáveis por garantir a execução das iniciativas conforme planejado, respeitando prazos, prioridades e custos; montar, orientar e motivar os responsáveis por essas iniciativas e respectivos grupos de trabalho na execução dos planos de ação; e apresentar os resultados ao gestor do planejamento estratégico, com ênfase nas dificuldades encontradas e possíveis soluções para apreciação e tomada de decisão da Diretoria, visando a cumprir a missão institucional e alcançar a visão de futuro da organização.





# DIMENSÃO AMBIENTAL

---

*Lembro-me ainda que, aos domingos e feriados, meu pai gostava de pescar, e eu ia junto, para conhecer as riquezas das águas daquela região. Ali, em contato com a exuberância das águas, despertou em mim o interesse de preservar e cuidar do outro que são as águas.*

# Política Ambiental

A Copasa tem o compromisso de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compatibilizando suas atividades com a preservação do meio ambiente, dentro dos conceitos do desenvolvimento sustentável e apoiada nos seguintes princípios, também disponíveis em:

[www.copasa.com.br/meioambiente](http://www.copasa.com.br/meioambiente)

- ▶ atender à legislação e às normas ambientais relativas à preservação do meio ambiente e desenvolver um trabalho constante para o seu aperfeiçoamento;
- ▶ desenvolver procedimentos para a avaliação do desempenho ambiental dos seus sistemas produtivos, buscando o aprimoramento contínuo de seus processos;
- ▶ reduzir os impactos ambientais e prevenir a poluição em todos os seus processos, produtos e serviços;
- ▶ promover a implantação e a sustentação de um sistema de gestão ambiental na Empresa;

- ▶ atuar, em conjunto com a comunidade e instituições federais, estaduais e municipais, nas bacias hidrográficas de interesse da Empresa, em busca da recuperação e da preservação de mananciais;
- ▶ promover a comunicação entre a Empresa, acionistas, fornecedores, clientes, órgãos governamentais e a comunidade, para motivar e disseminar ações responsáveis de conservação e defesa do meio ambiente;
- ▶ promover e manter, de forma constante, programas educacionais que visem ao comportamento adequado com relação ao meio ambiente;
- ▶ documentar e implementar sua política ambiental, divulgando-a para todos os setores da sociedade, avaliando, revisando e atualizando periodicamente seus objetivos e metas.

No processo de revisão do planejamento estratégico, realizado em 2013, foi identificada a necessidade de rever a política de atuação ambiental da Companhia. A Empresa obedece à legislação vigente, buscando a regularização ambiental de seus empreendimentos e a redução gradativa dos impactos ambientais de suas operações, por



meio do cumprimento de todas as medidas mitigadoras determinadas pelos órgãos ambientais responsáveis, quando da emissão de condicionantes para empreendimentos da Companhia. Dependem de prévio licenciamento ambiental a construção, instalação, ampliação e funcionamento de obras de saneamento que utilizem recursos ambientais e que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou passíveis de causar degradação ambiental. A base legal para o licenciamento ambiental é a Lei Estadual nº 7.772/1980, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 39.424/1998.

O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos objetiva assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. A Lei nº 9.433/1997 reconhece a água como bem econômico e visa a criar condições de equilíbrio entre a oferta e a demanda e definir a cobrança pelo seu uso. Para que a cobrança ocorra, é necessário: estar instalado e em funcionamento, em cada bacia hidrográfica, um Comitê de Bacia; ser criada e instalada uma Agência de Bacia; ser realizado um estudo de viabilidade econômico-financeira; e ser desenvolvido, pelo Comitê, um Plano de Bacia, visando a fundamentar e orientar a implantação de programas e projetos.

A Lei Estadual nº 13.199/1999 dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos de Minas Gerais e estabelece o direito de acesso aos recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento público, a manutenção dos ecossistemas e a

participação do poder público, dos usuários e das comunidades na gestão dos recursos hídricos.

O crescimento sustentável é o fundamento do planejamento estratégico da Empresa, que desenvolve ações voltadas para a preservação e recuperação de ecossistemas, como, por exemplo, a manutenção de aproximadamente 25 mil hectares de áreas de proteção de mananciais e a participação em Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, em unidades regionais colegiadas e em ações de educação ambiental.



# Regularização Ambiental

(GRI EN14)

No estado de Minas Gerais, as atribuições para regularização ambiental são exercidas pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por intermédio das Unidades Regionais Colegiadas (URCs) das Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Suprams).

Desde 2011, qualquer novo projeto a ser apresentado para aprovação da Diretoria Executiva deve ser previamente validado pela unidade responsável pelas questões de natureza ambiental na Copasa, a Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de maneira a possibilitar o seu processo de regularização ambiental, alinhado aos objetivos estratégicos da Empresa. A regularização ambiental possibilita a execução das obras de expansão, melhoria e implantação de sistemas de água e esgoto sanitário, gerando novas receitas e investimentos para a Copasa.

Em 2013 no que se refere aos sistemas de abastecimento de água, foram obtidas pela Empresa 394 regularizações ambientais, entre autorizações ambientais de funcionamento e perfuração de poços, licenças prévias e de instalação, certidões de dispensa de licenciamento e de intervenção ambiental e documento autorizador

de intervenção ambiental. Quando as intervenções têm efeitos sobre a biodiversidade, são realizados os estudos de impacto ambiental local, com estabelecimento de objetivos de proteção e processos de monitoramento; quando é o caso, são elaborados relatórios, enviados aos órgãos ambientais, sobre as ações previstas e implementadas que atestam a redução dos riscos à biodiversidade.

Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, foram obtidas 274 regularizações ambientais, entre autorizações provisórias de operação e ambiental de funcionamento, licenças prévias, de instalação e de operação, certidões de dispensa de licenciamento, anuências, autorizações, documento autorizador de intervenção ambiental e de dispensa de intervenção ambiental. Em 2013, foram investidos, aproximadamente, R\$ 621 mil nos processos de obtenção das regularizações ambientais dos empreendimentos.

## PAGAMENTO PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um instrumento econômico de gestão das águas previsto na política nacional de recursos hídricos e na política estadual de recursos hídricos de



Minas Gerais. A cobrança refere-se ao uso dos recursos hídricos que estiverem sujeitos à outorga e tem como objetivos estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais das bacias.

Em 2013, o valor total pago foi de R\$ 11,6 milhões, sendo R\$ 10,8 milhões na esfera estadual (bacias dos rios Piracicaba, Jaguari, Araguari, Velhas, Piracicaba, Caratinga, Piranga, Suaçuí Grande, Santo Antonio e Manhuaçu) e R\$ 800 mil na esfera federal (bacias dos rios Doce, Paraíba do Sul, São Francisco, Piracicaba-Capivari- Jundiá (PCJ/Piracicaba).

O valor pago por cada sistema operacional é repassado integralmente ao cliente das localidades onde a cobrança é realizada, por meio de rubrica específica na fatura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

## COMITÊS DE GERENCIAMENTO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

(GRI S05/GRI 4.13)

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos deliberativos e normativos, em suas áreas territoriais de atuação, que têm por finalidade promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilidade técnica e econômico-financeira do programa de investimento e a consolidação das políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentável da respectiva bacia.

São atribuições desses Comitês, entre outras: aprovar o Plano diretor dos recursos hídricos e seu respectivo orçamento, para integrar o plano estadual de recursos hídricos e suas atualizações; aprovar planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos (inclusive repasse de recursos a fundo perdido), bem como os valores propostos para a cobrança, estabelecendo os critérios e normas para tal; e aprovar a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor.



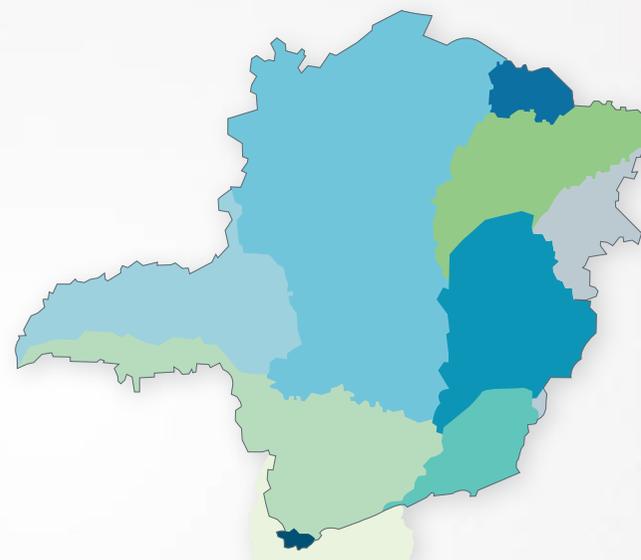
A criação de Comitês de Bacias no estado de Minas Gerais deve ser efetivada em conformidade com a Lei nº 13.199/1999 e ter como base as unidades de planejamento e gestão dos recursos hídricos, definidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A criação de Comitês de Bacias no Estado de Minas Gerais deve ser efetivada em conformidade com a Lei 13.199/99 e ter como base as Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos, definidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

## BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Copasa possui representantes em 34 dos 36 Comitês Estaduais existentes em Minas Gerais e em quatro Comitês Federais de Bacias Hidrográficas. Além dos Comitês, duas Agências de Bacias foram instaladas no estado de Minas Gerais: a Agência Peixe Vivo e a Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (ABHA), as quais são unidades executivas descentralizadas de apoio aos seus Comitês de Bacias Hidrográficas, destinadas a prestar-lhes suporte administrativo, técnico e econômico. A ABHA é responsável pelo apoio ao Comitê do Araguari e a Agência Peixe Vivo, pelo apoio das bacias hidrográficas do Rio das Velhas, do entorno da Represa de Três Marias, do rio Pará, dos afluentes do Alto São Francisco e dos rios Jequitai e Pacuí. Sua atuação é pautada pelo objetivo de garantir ações que promovam a recuperação e a preservação dos recursos hídricos do estado, assegurando à Companhia as condições

necessárias que permitam garantir à população de suas áreas de concessão o acesso à água de boa qualidade, a preços acessíveis.



 Bacia Rio Doce	 Bacia Rio Pardo
 Bacia Rio Grande	 Bacia Rio Piracicaba/Jaguari
 Bacia Rio Jequitinhonha	 Bacia Rio São Francisco
 Bacia Rio Paraíba do Sul	 Bacias do Leste de menor porte: Rio Buranhém, Rio Jucuruçu, Rio Itanhaém, Rio Peruibe, Rio Itaúnas, Rio Mucuri, Rio São Mateus, e Rio Itapoana
 Bacia Rio Paranaíba	



## CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Em suas principais atividades de captação de água, a Copasa possui outorga para utilizar mananciais superficiais ou subterrâneos concedida pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas ou pela Agência Nacional de Águas, conforme o domínio do manancial seja estadual ou federal. A disponibilidade de recursos hídricos no estado de Minas Gerais, combinada com a política de preservação ambiental e com o incentivo ao consumo consciente – amparado na política tarifária da Companhia –, tem permitido à Copasa evitar a implementação de políticas de racionamento ao longo de sua história.

A Copasa é proprietária ou possui direito de uso da terra das áreas de captação dos seus sistemas de produção de água. Segue a situação em relação ao direito de uso das águas, em dezembro de 2013:



### OUTORGAS ESTADUAIS E FEDERAIS

### QUANTIDADE

### VOLUME OUTORGADO PARA UTILIZAÇÃO (m<sup>3</sup>/s)

Captações superficiais	628	49,40
Captações subterrâneas	1.339	12,04
Total outorgado	1.967	61,44



## MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

A Copasa monitora seus 1.551 mananciais superficiais e subterrâneos nas cidades operadas pela Empresa em todo o estado de Minas Gerais. Os dados coletados são armazenados em bancos de dados específicos e disponibilizados para consulta para a determinação das características geo-hidrológicas e hidroclimáticas das diversificadas regiões mineiras. O programa de monitoramento contempla:

ESTAÇÃO	PONTOS DE COLETA	TIPO DE MEDIÇÃO
Fluviométrica	401	Vazão de mananciais superficiais
Pluviométrica	534	Regime de chuvas
Qualidade de água bruta	Superficiais: 609 Subterrâneos: 893 Mananciais/represas: 87	Qualidade da água captada
Automonitoramento de ETEs	827	



# Coleta e Tratamento de Esgoto

(GRI EN26)

A Empresa vem desenvolvendo um significativo esforço para ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, buscando a ampliação da cobertura com coleta, interceptação dos esgotos gerados e implantação de novas ETEs. Nesse sentido, foram realizados investimentos da ordem de R\$ 341,2 milhões em 2013, com um aumento do volume de esgoto tratado, que atingiu 237,3 bilhões de litros, da ordem de 12% em relação ao ano de 2012. De forma consolidada, a Copasa, em 2013, atuou como concessionária para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 283 municípios.

Para contribuir com a estratégia de crescimento da Empresa no que se refere à expansão em concessões de serviços de esgoto sanitário e promover a capacitação dos empregados, a adequação dos sistemas e a padronização dos procedimentos dos serviços de esgotamento sanitário, foi desenvolvido o Programa de Capacitação e Padronização de Procedimentos Operacionais em Sistemas de Esgotamento Sanitário (Proceg), com o objetivo de nivelar e disseminar o conhecimento e as melhores práticas inerentes a esses serviços, com suas interfaces e temas afins. Em 2013, foram capacitados 126 empregados.

Para monitorar os resultados obtidos, entre outras iniciativas, a Companhia mantém indicadores estratégicos relacionados à realização do plano de expansão de mercado e à carga poluente

removida dos esgotos coletados. Buscando adequar os lançamentos indevidos de esgoto e a despoluição dos rios, a Copasa investe nas seguintes ações:

**Programa Caça-Esgoto:** é uma das ações ambientais da Copasa, que tem por objetivo identificar e eliminar todos os lançamentos indevidos de esgoto em redes pluviais e córregos, direcionando-os para as ETEs. Dessa maneira, o programa contribui para a despoluição dos corpos d'água e a melhoria da qualidade de vida da população. Esse programa foi idealizado e concebido em 1997 e iniciou suas obras de interligação a partir do ano 2000. Desde então, foram eliminados diversos lançamentos de esgoto indevidos em redes pluviais e cursos d'água, nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia, integrantes da bacia do Rio das Velhas, e em Betim, município pertencente à bacia do Paraopeba. Em 2013, foi aumentada a abrangência do programa, incluindo o município de Teófilo Otoni.

Em outras localidades, onde não há um programa estruturado, são realizadas ações diversificadas visando a coibir o lançamento indevido, como, por exemplo, a atuação em municípios em que há ligações com valores elevados de factíveis de esgoto.



**Programa de Recebimento e Controle de Efluentes não Domésticos (Precend):** criado em 2003, após a inauguração da ETE Arrudas, o Precend passou a atuar junto às empresas mineiras buscando uma destinação adequada para os esgotos industriais dessas organizações. Inicialmente implantado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o programa vem se expandido para o interior do estado de Minas Gerais. Iniciado com 32 empresas cadastradas em 2003, atualmente possui mais de 2.770 empresas.

O programa, por meio de seus mecanismos de controle, possibilita que a Copasa receba em seu sistema de esgotamento sanitário os esgotos não domésticos e encaminhe-os às estações de tratamento, com segurança. São seus objetivos: assegurar a integridade das tubulações que recebem despejos diversos; evitar a ocorrência de explosões e inflamabilidade; prevenir a introdução de poluentes que passam pela ETE e continuam a poluir os cursos d'água; proteger o sistema coletor contra corrosão, incrustação, obstrução e vapores tóxicos; reduzir os riscos relacionados à saúde dos trabalhadores que lidam com o sistema público de esgoto; viabilizar a utilização do efluente final das ETEs para reuso industrial (reuso da água); viabilizar o atendimento aos padrões legais referentes às características do efluente final e lodos produzidos nas ETEs; garantir maior vida útil às estações de tratamento de efluentes da Copasa.

Para verificar o atendimento à norma de lançamento de efluentes no sistema público de esgotamento sanitário, atualmente, cerca de 40% das empresas cadastradas têm obrigação contratual de apresentar à Copasa o automonitoramento dos seus efluentes. A frequência de apresentação do relatório de automonitoramento é definida de acordo com o porte do empreendimento, seu potencial poluidor e risco no recebimento dos seus efluentes.

**Programa de Monitoramento de Corpos Receptores:** objetiva o conhecimento da qualidade das águas dos diversos córregos e ribeirões existentes no estado de Minas Gerais, de maneira a subsidiar a implantação de novas ETEs e estações elevatórias de esgoto; verifica o funcionamento e a eficácia do processo das ETEs; e afere a eficiência das ações ambientais realizadas pela Copasa, no âmbito do Programa Caça-Esgoto e do Precend.



# Projeto Estratégico Revitalização da Bacia do Rio das Velhas - Meta 2014

(GRI S05)

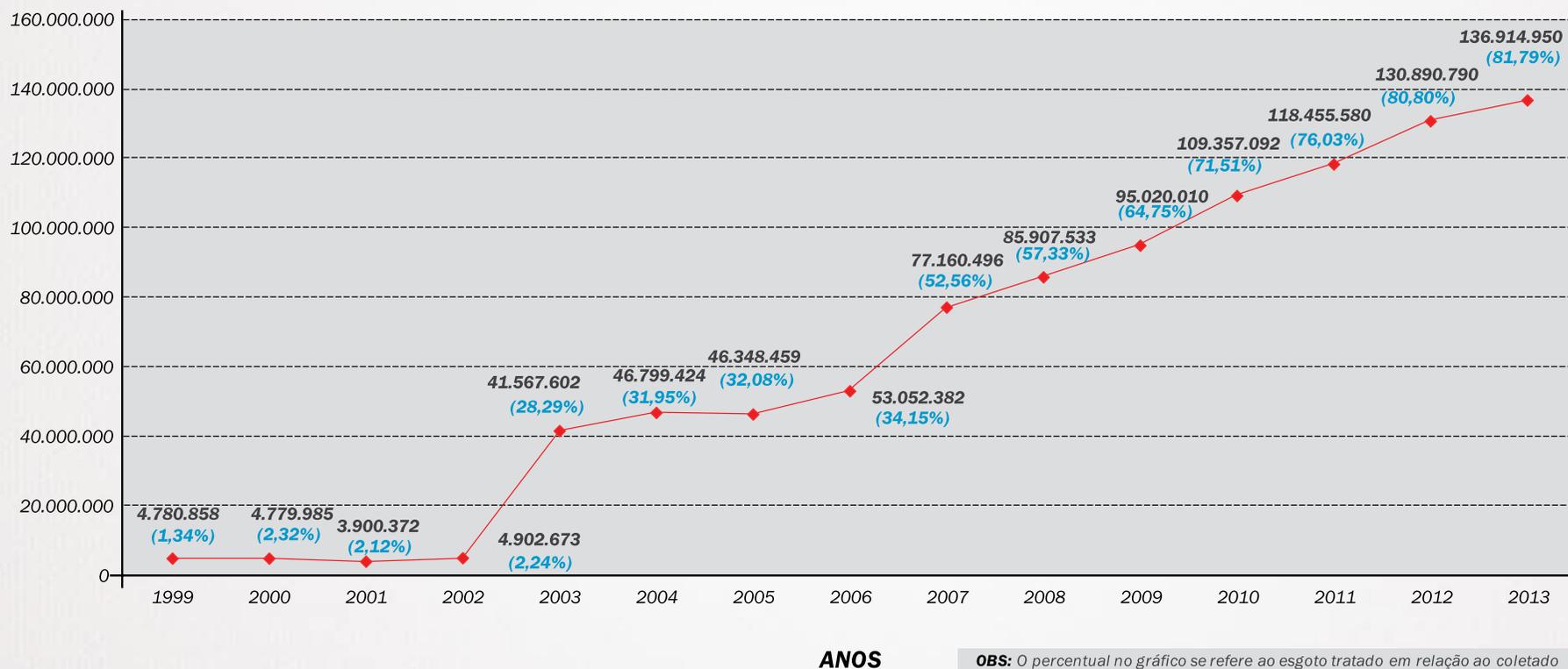
O Rio das Velhas é o maior afluente do Rio São Francisco, com extensão de 801 km, ao longo dos quais estão compreendidos 51 municípios cortados pelo rio e seus afluentes. Considerando a relevância econômica da região e o nível de degradação da bacia, fez-se fundamental a instituição de ações visando à conservação, preservação e recuperação dos padrões de qualidade da água por meio da Meta 2014, um dos projetos estruturadores do Governo do Estado de Minas Gerais, cujas principais ações são: coleta seletiva e tratamento dos resíduos sólidos; coleta, interceptação e tratamento dos esgotos sanitários e industriais em todos os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e revitalização da Lagoa da Pampulha, visando a assegurar a volta do peixe e o nadar na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2014.

No período de 2004 a 2013, a Copasa contratou mais de 200 obras, no valor aproximado de R\$ 1,8 bilhão, com destaque para a modernização da ETE Arrudas e a implantação do tratamento secundário na ETE Onça, localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também se destacam as obras para a retirada dos esgotos sanitários da Lagoa da Pampulha, no município de Belo Horizonte.



## PERCENTUAL DE ESGOTO TRATADO EM RELAÇÃO AO COLETADO NA BACIA DO RIO DAS VELHAS

### BACIA DO RIO DAS VELHAS - RMBH



## PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BACIA DO RIO PARAOPEBA

A República Federal da Alemanha, por meio do KfW, apoia o Brasil nos seus esforços pela proteção do clima e do meio ambiente. Com o Programa de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, o governo alemão apoia a Copasa e o Governo do Estado de Minas Gerais na realização das suas metas em relação às melhorias na situação ambiental e das condições de vida da população local. O programa envolve recursos da ordem de R\$ 450 milhões, dos quais a Copasa investiu aproximadamente 30% até dezembro de 2013, sendo de 100 milhões de euros o valor contratado junto ao banco alemão. O cronograma do projeto prevê ações a ser realizadas até 2016.

Esse programa vincula-se diretamente às ações estratégicas do Governo do Estado de Minas Gerais, visando à revitalização das bacias hidrográficas e à universalização do acesso ao saneamento básico, por meio dos seguintes componentes: construção e ampliação de oito sistemas de esgotamento sanitário e uso de biogás; construção de duas unidades de tratamento de resíduos; mobilização, sensibilização e educação sanitária e ambiental, especialmente para promover a adesão dos imóveis à rede de esgoto, objetivando a perenidade dos benefícios socioeconômicos e ambientais; proteção dos mananciais mais importantes para o abastecimento de água potável.

## REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Visando a garantir o saneamento de municípios mineiros localizados na bacia do rio São Francisco, a Copasa firmou convênio com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), por meio do qual contratou obras para os sistemas completos de esgotos sanitários (redes coletoras, interceptores, elevatórias e ETE) para as seguintes cidades: Bom Despacho, Capitão Enéas, Francisco Dumont, Itacarambi, Juvenília, Lontra, Manga, Pedras de Maria da Cruz, Presidente Juscelino, Prudente de Moraes, São João da Ponte, Taquaraçu de Minas, Varzelândia e Verdelândia (conclusões previstas para 2014); e Brasilândia de Minas, Espinosa e São Gonçalo do Abaeté (conclusões previstas para 2015).



# Preservação Ambiental

## (GRI EN13)

Ao preservar diversas áreas verdes, a Copasa garante a proteção de várias espécies da flora e fauna nativas dos ecossistemas presentes no estado de Minas Gerais. Desde as orquídeas, que ocorrem em áreas de vegetação de canga ferruginosa nas áreas do quadrilátero ferrífero do estado, até os lobos-guarás da região do semiárido mineiro nos campos da região do município de Montes Claros, há um grande número de espécies protegidas, componentes da biodiversidade. Algumas das espécies protegidas só são encontradas em locais restritos das reservas ambientais, denominadas espécies endêmicas.

A Copasa mantém 15 reservas ambientais no âmbito do estado de Minas Gerais, totalizando 24.297 hectares de áreas preservadas, sob vigilância patrimonial permanente, com o intuito de evitar a presença de invasores, os riscos de incêndio e a degradação da flora e fauna nativas, além de riscos aos mananciais ali existentes. As brigadas de incêndio da Companhia são especialmente capacitadas para atuar na prevenção e no combate a princípios de incêndio, atuando também em áreas circunvizinhas, evitando que o fogo se propague e adentre suas reservas. A execução e manutenção de aceiros manuais e mecanizados nas áreas dos sistemas produtores

de água possibilitam o acesso rápido de brigadistas e bombeiros na contenção da propagação de focos de incêndio.

Entre as atividades desenvolvidas nas reservas, destacam-se: contenção da propagação de focos de incêndio; coibição da pesca e da caça ilegal e proteção do patrimônio natural; identificação, estudo e reintegração das espécies ameaçadas de extinção; manutenção das estradas que cortam as reservas, para agilizar o deslocamento das equipes; monitoramento dos mananciais superficiais e subterrâneos; execução e manutenção de aceiros manuais e mecanizados; realização de campanhas sobre desmatamentos e queimadas, além de ações de educação ambiental para a população local.

Além de manter parceria com instituições que também zelam pela preservação da biodiversidade, como universidades, a Copasa compõe os Conselhos Consultivos do Parque Estadual do Rola Moça, Parque Estadual Serra Verde, Parque Estadual Lapa Grande, Área de Preservação Ambiental Sul e Área de Preservação Ambiental Carste Lagoa Santa.

## (GRI 4.13)



## RESERVAS AMBIENTAIS

A tabela a seguir apresenta as reservas ambientais e suas respectivas áreas:

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA (HA)
Bálsamo	Ibirité	391
Barreiro	Belo Horizonte	880
Catarina	Brumadinho	387
Cercadinho	Belo Horizonte	151
Fechos	Nova Lima	1.074
Juramento	Juramento	3.180
Medina	Medina	569
Mutuca	Nova Lima	1.250
Pau de Fruta	Diamantina	1.700
Pedra Azul	Pedra Azul	1.156
Rio Manso	Rio Manso, Bonfim, Brumadinho, Crucilândia, Itatiaiuçu	9.000
Rola Moça	Ibirité	112
Serra Azul	Mateus Leme, Igarapé, Itaúna, Juatuba	3.200
Taboões	Ibirité, Sarzedo	247
Todos os Santos	Teófilo Otoni	1.000
	<b>TOTAL</b>	<b>24.297</b>

(GRI EN11)



## PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE MANANCIAS

Implantado há 24 anos, trata-se de programa voltado para a recuperação, proteção e preservação das sub-bacias dos mananciais utilizados pela Copasa, de forma a garantir sua vida útil e a continuidade de captação de água para abastecimento público e proteção ambiental. Os proprietários rurais são engajados no programa, de modo a formar a consciência ambiental necessária à continuidade das atividades, essencial para obter os resultados pretendidos.

Com o intuito de ampliar as ações, são realizadas oficinas de educação ambiental e outras atividades educacionais e sensibilizadoras, solidificando ainda mais as ações executadas. Em 2013, foram investidos aproximadamente R\$ 2 milhões, com o plantio de mais de 86 mil mudas de matas ciliares, beneficiando propriedades rurais de 43 municípios. O programa também atende ao que determina a Lei Estadual nº 12.503/1997, que criou o Programa Estadual de Conservação da Água.



# Eficiência Energética

(GRI EN26)

A Copasa realiza acompanhamento e controle da energia elétrica para aquisição nos mercados cativo e livre, da autoprodução e das ações de eficiência energética, incluindo o controle e combate às perdas reais e aparentes de água, principal oportunidade de reduzir o consumo específico de energia elétrica. Com essa atuação, tem obtido ganhos na uniformização das ações para a redução dos custos de energia elétrica e das perdas de água, bem como no aproveitamento das oportunidades de autoprodução a partir da energia disponível nos processos de tratamento de esgoto e nas barragens de acumulação de água.

Os projetos de eficiência energética visam a obter o menor consumo de energia elétrica, com os mais baixos custos, sem prejuízo da excelência na qualidade dos serviços prestados à sociedade, por meio de ações integradas, com atuação matricial e participativa, em sintonia com as diretrizes do setor e as políticas internacionais, na busca pela preservação dos recursos naturais e pela melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais.

A Copasa mantém o Programa Integrado de Redução de Perdas de Água e dos Custos de Energia Elétrica, mais conhecido como Programa de Eficiência Energética (PEE), que instituiu ações de racionalização

do uso da energia elétrica nos seus processos operacionais e administrativos, fundamentando-se nos conceitos e diretrizes do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água, da International Water Association, e nas resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica no Setor de Saneamento. O PEE tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos que permitam à Empresa atingir e manter níveis elevados de eficiência em seus processos operacionais e administrativos, com os menores custos de energia elétrica.

No contexto do Planejamento Estratégico 2013-2017, foi preconizado o aprimoramento do programa como uma das iniciativas para atingir o objetivo estratégico de aumentar a eficiência e eficácia dos processos. Esse aprimoramento transpassa a revisão e a atualização do PEE, incluindo as ações de autoprodução de energia, concentrando esforços na busca de eficiência produtiva, na otimização do volume produzido e na minimização das despesas operacionais, mantendo o padrão de qualidade com o menor custo possível.

O indicador Energia Não Convertida em Resultado (ENCR) expressa a quantidade de energia agregada ao volume de água não convertido em receita, conforme preconizado no PEE, e retrata o resultado das ações de eficiência energética em redução de perdas de água.





## EVOLUÇÃO DO USO DA ENERGIA ELÉTRICA NA COPASA

(GRI EN3)

ANO	KWH ADQUIRIDO	KWH AUTOPRODUZIDO <sup>1</sup>	ENCR <sup>2</sup> KWH/LIG./DIA	ANCR <sup>2</sup> L/LIG./DIA
2013	864.755.531	8.586.790	0,20	236,48
2012	831.820.818	-	0,20	234,12
2011	802.778.591	-	0,19	230,57

**Notas:** <sup>1</sup>Em 2013, a Companhia iniciou a operação regular da usina termelétrica da ETE Arrudas, alcançando 60,6% do consumo de energia da ETE com a geração da usina. A potência dessa central termelétrica é de 2,4 megawatts. O calor resultante da produção de energia elétrica nas turbinas também aquece o lodo utilizado na reação anaeróbica e aumenta a eficiência dos biodigestores, o que acelera o trabalho e aumenta a capacidade atual do tratamento na estação. Além disso, a Copasa obteve aprovação do projeto Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), relativo à redução de emissões de gases de efeito estufa resultante da implantação dessa termelétrica, no qual foi prevista uma redução de 26.237 toneladas de gás carbônico equivalente para o período de duração da certificação.

<sup>2</sup> Os valores informados referem-se à média móvel dos 12 últimos meses apurada no mês de dezembro de cada ano respectivo.



# Mudanças Climáticas

A Copasa vem desde 2010, a partir dos dados de 2009, participando voluntariamente do Programa de Registro Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado de Minas Gerais, junto ao Carbon Disclosure Project (CDP). A elaboração anual de inventários de gases de efeito estufa é uma importante ferramenta de gestão ambiental e a Copasa a tem utilizado para identificar e quantificar as principais fontes de emissão desses gases gerados em suas atividades.

- ▶ As alterações no regime hidrológico advindas das mudanças e variabilidades climáticas representam um risco às atividades da Copasa, principalmente quanto ao abastecimento público. A Empresa vem implementando e participando de outras iniciativas que buscam aprofundar o tema, mitigar a geração desses gases e/ou tratar os impactos das mudanças climáticas, tais como:
- ▶ participação no Fórum Clima do Instituto Ethos, no Fórum Mineiro de Produção e Consumo Sustentável e no Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;

- ▶ ações de preservação, manutenção e ampliação das áreas verdes de proteção dos mananciais, que contribuem para o sequestro dos gases de efeito estufa;
- ▶ Programa Frota Azul: desenvolvido no Departamento Operacional Norte, com sede no município de Montes Claros, objetiva aperfeiçoar a gestão da sua frota de veículos, incorporando práticas que priorizem a redução dos custos operacionais, o sequestro das emissões de poluentes e o gerenciamento de resíduos;
- ▶ projetos de eficiência energética: cogeração de energia elétrica na central termelétrica da ETE Arrudas, evitando que gases poluentes sejam lançados no meio ambiente; estudos de aproveitamento energético de biogás e lodo em outras ETEs de médio porte de concessão da Empresa.

(GRI EN18)

Com vistas a estabelecer uma política de mudanças climáticas, a Diretoria Executiva aprovou a constituição do Comitê Clima, um comitê gestor de política de prevenção contra os efeitos causados pelas mudanças e variabilidades climáticas. No presente relatório, são considerados

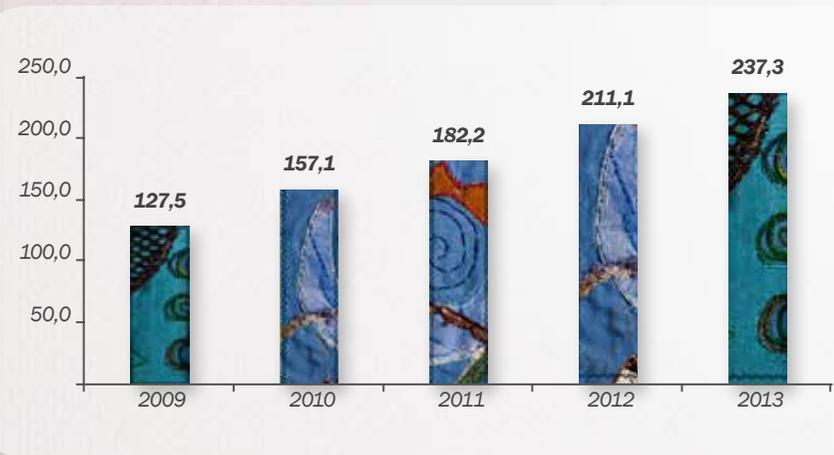


os dados relativos a 2012, que mostraram que 87,1% dessas emissões são provenientes da coleta de esgotos. O transporte de produtos, bens, materiais e trabalhadores apareceu como responsável por 2,4% das emissões; o consumo de energia elétrica, por 10,4%; e 0,1% por outras fontes.

(GRI EN29)

Alguns indicadores apresentados nesse inventário comprovam que o aumento na fração de esgoto tratado em relação ao total de esgoto coletado e o aumento da fração de esgoto tratado em estações mistas e aeróbias contribuem para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Há uma tendência de que essas emissões apresentem uma redução gradativa nos próximos anos, considerando que a Companhia vem aumentando o volume de esgoto tratado.

### VOLUME DE ESGOTO TRATADO (milhões m<sup>3</sup>)



## EMISSÕES EM TONELADAS DE CO<sub>2</sub>eq EM 2012

EMISSÃO	ATIVIDADE	INDICADOR		EMISSÕES EM TONELADAS DE CO <sub>2</sub> EQ	
				2012	
				INDICADOR	EMISSÃO
Escopo 1 - emissões diretas	Esgoto coletado (não tratado)	Volume total de esgoto coletado l/ano		114.971.192.000,00	254.047,89
	Esgoto tratado	Volume total de esgoto tratado l/ano		178.263.990.345,60	205.959,28
	Consumo de combustível	Consumo total de combustível em litros	Diesel	2.234.011,51	5.600,96
			Gasolina	3.305.221,00	5.904,24
Gás Natural Veicular (GNV)			0,00	0,00	
Escopo 2 - emissões indiretas	Energia elétrica	Consumo total de energia		831.820,82	55.033,98
<b>Total do inventário</b>		<b>Volume total de esgoto coletado (m<sup>3</sup>)</b>		<b>324.279.599,00</b>	<b>526.546,34</b>
Escopo 3 - outras emissões	Transporte de ônibus	Soma das distâncias percorridas em todos os trechos		764.441,00	21,94
	Transporte aéreo			2.616.212,00	384,69
				<b>Total do escopo 3</b>	<b>406,63</b>
Emissões de biomassa	Consumo de combustível	Consumo total de biocombustível em litros	Biodiesel	0,00	0,00
			Etanol	1.852,85	2,73
		Biocombustível contido nos combustíveis	Biodiesel	111.700,58	272,39
			Etanol	661.044,20	972,32
				<b>Total de biomassa</b>	<b>774.597,63</b>
				<b>774.597,63</b>	<b>1.247,44</b>



## TOTAL DE EMISSÕES EM 2012 – COMBUSTÍVEL

COMBUSTÍVEL	VOLUME (l)*	ENERGIA (kcal)	ENERGIA (MWh)	EMISSÕES (tCO <sub>2</sub> eq)
Diesel comum	2.234.011,51	18.005.685,97	20.936,84	5.600,96
Gasolina comum	3.305.221,00	20.349.584,65	23.662,31	5.904,24
Etanol consumido	1.852,85	9.443,42	10,98	2,73
Biodiesel contido no diesel	111.700,58	884.668,56	1.028,68	272,39
Etanol contido na gasolina	661.044,20	3.369.143,97	3.917,61	972,32
Total do escopo 1		38.355.270,62	44.599,15	11.505,19
Total de biomassa		4.263.255,95	4.957,27	1.247,44
Total		42.618.526,57	49.556,43	12.752,63

## TOTAL DE EMISSÕES EM 2012 – ENERGIA ELÉTRICA

ANO	TOTAL		FATORES DE EMISSÃO	EMISSÕES EM TCO <sub>2</sub> EQ
	KWH TOTAL	MWH TOTAL		TOTAL
<b>2012</b>	831.820.818,09	831.820,82	0,0653	<b>55.033,98</b>

(GRI EN16/GRI EN17)



# Educação Ambiental

Em 2013, foi implantado o Programa de Educação Ambiental Ampliando Horizontes, cujo objetivo é fortalecer e dar suporte à prática de educação ambiental na Empresa, estabelecendo diretrizes voltadas para o alinhamento dos programas vinculados, projetos e ações na construção de uma nova cultura em relação ao meio ambiente, tendo como eixo temático central a água, considerando-a elemento essencial para a vida, a saúde, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Após processo participativo de elaboração, o programa foi aprovado e institucionalizado pela direção da Copasa, bem como institucionalizado o Comitê Gestor Intersetorial de Educação Ambiental, composto por representantes das diretorias operacionais e corporativas. Com reuniões mensais, o Comitê tem trabalhado no cumprimento de suas atribuições, promovendo algumas atividades, entre as quais se destacam: a realização trimestral de encontros de educação ambiental, que integram o processo de formação interna dos trabalhadores no tema; e a articulação com a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) para estabelecimento

de parceria para implementação do Programa Ambientação na Copasa, que pretende promover a sensibilização para a mudança de comportamento e a internalização de atitudes ecologicamente corretas no cotidiano dos empregados, com benefícios na redução do desperdício e geração de resíduos, entre outros.

## PROGRAMA CHUÁ DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

O estudo da água, do processo de tratamento, das noções básicas de higiene e limpeza e das doenças de veiculação hídrica é assunto ligado direta ou indiretamente ao saneamento e faz parte do currículo escolar das instituições de ensino fundamental. O Programa Chuá foi desenvolvido com o apoio das Superintendências Regionais de Ensino para atender aos estudantes e à comunidade, oferecendo material didático para professores, alunos e representantes de outros segmentos das comunidades, visitas monitoradas às reservas ambientais da Copasa, estações de tratamento de água, ETEs e centros de educação ambiental. Além das visitas, são



proferidas palestras, nas quais os técnicos da Companhia ensinam noções sobre o tratamento da água e do esgoto, consumo consciente, cuidados com o meio ambiente, processos de monitoramento da água tratada pela Empresa em seus laboratórios, cuidados com as áreas de preservação, entre outros.

Com 27 anos de atuação, o Chuá é também destinado a outros segmentos da sociedade, buscando a formação de cidadãos comprometidos com os valores ecológicos, atitudes e práticas pessoais que reflitam positivamente na qualidade de vida e no meio ambiente. Realizado em centenas de municípios mineiros, o programa já atendeu a mais de dois milhões de crianças e adolescentes. Em 2013, cerca de 250 mil pessoas participaram do programa.

## **CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CEAM)**

(GRI EN12)

### **CEAM BARREIRO**

Situado em uma área de proteção especial para fins de preservação ambiental (Decreto Estadual nº 22.091, de 8 de junho de 1982), possui 880 hectares, nos quais também está localizado um manancial responsável por reforçar o abastecimento para a população daquela região.

A estrutura do Ceam Barreiro possibilita que a comunidade o utilize como fonte de informação e sensibilização sobre a importância da preservação ambiental, especialmente para a garantia dos mananciais

de abastecimento. As ações socioambientais desenvolvidas buscam a conscientização dos visitantes para a preservação da área, por meio da participação em oficinas ambientais e atividades lúdicas, com a utilização de uma trilha interpretativa que percorre parte do leito do rio e parte da mata que circunda a área.

Em 2013, cerca de 3.700 pessoas, entre alunos e professores de 78 instituições de ensino, empresas, empregados e outros representantes da sociedade, visitaram o centro. Também foram desenvolvidas outras ações de educação ambiental diretamente nas escolas (seminários, palestras, outras atividades), voltadas para o tema de esgotamento sanitário, para cerca de 1.430 alunos.

### **CEAM CURVELO**

Em 2012, foi implantado o Ceam no município de Curvelo, numa parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Localizado na área da estação de tratamento de água do município, o espaço é utilizado para desenvolvimento de ações de educação ambiental para toda a comunidade.

### **CEAM ETE ARRUDAS E ETE BETIM**

A ETE Arrudas possui um Ceam criado com o objetivo de realizar atividades ligadas ao meio ambiente e promover a conscientização da preservação ambiental. Entre outras atividades, trata-se de um local de visitação aberto ao público. O Ceam ETE Arrudas tem como grande destaque o sistema de biomonitoramento, composto por um aquário



de aproximadamente dez mil litros, que é alimentado exclusivamente pelo líquido resultante do tratamento dos esgotos da ETE, permitindo controlar a qualidade do efluente final da estação de tratamento, antes de ser lançado no Ribeirão Arrudas. Uma das particularidades desse biomonitoramento é a utilização de peixes da própria bacia do São Francisco como indicador de eficiência. Entre as várias espécies encontradas, existem: matrinxã, mandi-amarelo, curimatã e piau-branco. O Ceam ETE Betim está em operação desde o mês de novembro de 2013 e assemelha-se ao da ETE Arrudas.

## EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO DE ÁGUA

A Copasa ministra palestras em indústrias, escolas, hospitais, condomínios, órgãos públicos e empresas, abordando assuntos ligados à atuação geral da Companhia em relação aos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e educação ambiental. São apresentadas informações que visam a sensibilizar o público da necessidade da preservação ambiental e do combate ao desperdício de água, bem como dicas de detecção de vazamento e de limpeza de caixa d'água. Em 2013, foram realizadas 163 palestras, atendendo a um público aproximado de 12.290 pessoas, sendo que 63% foram ministradas em entidades de ensino.

## VISITAS MONITORADAS

Com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre a importância da conservação dos mananciais e do uso racional dos recursos hídricos, por meio da demonstração das diversas fases do

processo produtivo, como captação, tratamento e distribuição de água, a Copasa mantém visitas monitoradas em seus sistemas de serviços de saneamento básico.

## AÇÃO INTEGRADA AMBIENTAL

Por meio de ações lúdicas, palestras e audiências públicas, a Companhia promove encontros que visam a engajar os participantes em temas relacionados à educação ambiental. Em 2013, destacam-se a realização de jogos educativos, concursos de frases, desenhos e redações referentes ao esgotamento sanitário, que beneficiaram mais de duas mil pessoas.





# DIMENSÃO SOCIAL

*Então, é através da arte que nós vamos mostrar a importância da estação de tratamento de esgoto e a importância de um rio limpo, cada dia mais limpo.*

# A Copasa e seus Empregados

A política de gestão de recursos humanos da Copasa preconiza a promoção do tratamento justo, ético, isonômico e democrático aos empregados, buscando compatibilizar as expectativas e interesses entre eles e a Companhia. A Empresa busca conhecer as expectativas e necessidades dos empregados, sobretudo, por meio da realização, a cada dois anos, da pesquisa de clima organizacional, utilizando o indicador Clima Organizacional (CLOG) como referencial de gestão. A análise do resultado subsidia o planejamento de ações visando a manter a qualidade e a harmonia no ambiente de trabalho e a melhorar a qualidade de vida e o desempenho dos empregados. A pesquisa realizada em 2012 demonstrou um índice de favorabilidade de 75,7% e evidenciou o sentimento de importância e o orgulho de trabalhar na Companhia. O resultado apurado foi superior à média de mercado de 66,4%, apurada em pesquisa realizada no mesmo período com 20 empresas mineiras de médio e grande porte. Em 2013, com base na pesquisa realizada no ano anterior, todas as unidades da Empresa desenvolveram ações visando à melhoria das oportunidades apontadas. As necessidades levantadas também foram tratadas no processo de revisão do planejamento estratégico, que contemplou iniciativas relativas à adequação de algumas políticas de recursos humanos.

Também em 2013, buscando referenciais externos a respeito das políticas e práticas de gestão de pessoas, a Copasa participou da pesquisa Melhores Empresas para Você Trabalhar, conduzida pela

revista Você S/A e pela Fundação Instituto de Administração (FIA). O resultado, divulgado no Guia 2013 Você S/A, apontou a Copasa como uma das cinco instituições públicas modelos em gestão de pessoas em todo o Brasil.

Em 2014, a Empresa realizará novamente, com todos os empregados, pesquisa interna de clima e continuará participando de pesquisas externas, de forma a se comparar com o mercado, promover melhorias e elevar seus índices de produtividade.

## CORPO FUNCIONAL

(GRI LA1)

ANO	2013	2012	2011
Quantidade de Empregados	11.864	11.611	11.535
Quantidade de admissões	767	378	479
Quantidade de empregados reintegrados	1	3	5
Quantidade de demissões	490 <sup>1</sup>	278	355
Quantidade de aposentados por invalidez	23	27	30

**Nota:** <sup>1</sup> Este número inclui os 335 empregados aposentados desligados por meio do Programa de Desligamento Voluntário (PDV).



## EMPREGADOS POR CATEGORIA

CATEGORIAS	2013		2012		2011	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Superior	1.017	8,6	1.034	8,9	1.002	8,7
Técnico (operacional ou administrativo)	2.399	20,2	2.334	20,1	2.207	19,1
Operacional	7.524	63,4	7.282	62,7	7.369	63,9
Apoio administrativo	924	7,8	961	8,3	957	8,3
<b>Total</b>	<b>11.864</b>	<b>100,0</b>	<b>11.611</b>	<b>100,0</b>	<b>11.535</b>	<b>100,0</b>

## EMPREGADOS POR REGIÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÁREA/GÊNERO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Região central	858	61	919	7,75
Região centro-norte	679	50	729	6,14
Região Metropolitana de Belo Horizonte	4.084	757	4.841	40,80
Região nordeste	699	36	735	6,20
Região norte	549	33	582	4,91
Região sudeste	934	45	979	8,25
Região sudoeste	731	57	788	6,64
Região sul	1.517	97	1.614	13,60
Região do Vale do Aço	636	41	677	5,71
<b>Total</b>	<b>10.687</b>	<b>1.177</b>	<b>11.864</b>	<b>100,00</b>



UNIDADE	2013		2012		2011	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Diretorias operacionais	10.152	85,6	9.824	84,6	9.754	84,6
Unidades de gestão e administração	1.712	14,4	1.787	15,4	1.781	15,4
<b>Total</b>	<b>11.864</b>	<b>100,0</b>	<b>11.611</b>	<b>100,0</b>	<b>11.535</b>	<b>100,0</b>

FAIXA ETÁRIA	2013	2012	2011
De 18 a 35 anos	2.922	2.678	2.799
De 36 a 45 anos	3.680	3.674	3.683
De 46 a 60 anos	4.853	4.822	4.694
Acima de 60 anos	409	437	359
<b>Total</b>	<b>11.864</b>	<b>11.611</b>	<b>11.535</b>

#### ROTATIVIDADE DE EMPREGADOS (TOTAL POR GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E REGIÃO)

	ANO		2013
	HOMENS (%)	MULHERES (%)	TOTAL (%)
	5,50	4,80	5,43
<b>Faixa etária</b>			
Menos de 30 anos	2,24	1,60	3,85
30 a 50 anos	1,67	1,31	2,98
Acima de 50 anos	1,58	1,90	3,48
<b>Região</b>			
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1,93	0,34	2,27
Interior do estado de Minas Gerais	3,57	0,20	3,77

(GRI LA2)



## VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Na Copasa, as pessoas são recrutadas, selecionadas e contratadas de acordo com critérios estabelecidos na legislação vigente. Para garantir igualdade de oportunidades, imparcialidade e justiça, a Companhia estimula práticas inclusivas, como nos processos seletivos internos para cargos de confiança e para cargos efetivos, que preveem, em caso de empate na pontuação final, preferência para as candidatas do sexo feminino e para as(os) candidatas(os) negras(os), nessa ordem. Os editais de concurso público preveem 10% dos postos de trabalho vagos de cada cargo para admissão de pessoas com necessidades especiais e a Empresa tem buscado adequar suas dependências com elevadores especiais, rampas de acesso e banheiros próprios.

A Companhia promove o respeito à diversidade religiosa, permitindo a realização de missas, cultos e outros eventos em seus espaços internos. A comemoração do Dia Internacional da Mulher é um evento de significância no calendário da Copasa, que oferece diversificada programação cultural e artística às empregadas, promovida com o apoio da Aeco.

Desde 2003, os empregados homossexuais podem incluir seus companheiros de mesmo sexo como dependentes na Associação de Assistência à Saúde dos Empregados da Copasa (Copass Saúde), tendo a Companhia se antecipado à implantação da Súmula Normativa nº 12/2010 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.



## EMPREGADOS POR ESCOLARIDADE E GÊNERO

ESCOLARIDADE	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
4ª série incompleta	1	269	270
4ª série completa	5	515	520
5ª a 8ª série incompleta	4	268	272
5ª a 8ª série completa	7	960	967
Ensino médio incompleto	5	176	181
Ensino médio completo	453	6.681	7.134
Ensino superior incompleto	32	166	198
Ensino superior completo/pós-graduação	670	1.652	2.322
<b>Total</b>	<b>1.177</b>	<b>10.687</b>	<b>11.864</b>

## REMUNERAÇÃO POR GÊNERO

FAIXA SALARIAL	FEMININO		MASCULINO	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
De 1 a 4 SMs*	353	29,9	7.880	73,7
De 5 a 9 SMs*	455	38,6	1.690	15,8
De 10 a 14 SMs*	189	16,0	519	4,9
De 15 a 19 SMs*	73	6,2	167	1,6
De 20 a 24 SMs*	55	4,6	175	1,6
25 SMs* ou mais	52	4,4	256	2,4
<b>Total</b>	<b>1.177</b>	<b>100,0</b>	<b>10.687</b>	<b>100,00</b>

Nota: \* Salário-mínimo vigente em dezembro de 2013.

(GRI LA14 )



### CARGOS GERENCIAIS POR GÊNERO

CARGO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Assessor	2	20	22
Auditor geral	0	1	1
Chefe de assessoria técnica da Presidência	1	0	1
Chefe de departamento	0	11	11
Chefe de gabinete	0	1	1
Coordenador	2	7	9
Gerente de distrito operacional	1	39	40
Gerente de divisão	33	72	105
Gestor de captação de recursos financeiros	0	1	1
Gestor de empreendimentos de grande porte	0	2	2
Procurador jurídico	0	1	1
Superintendente	6	16	22
Subtotal	45	171	216
Diretor	1	9	10
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>180</b>	<b>226</b>

### DIRETORIA/CONSELHO

CARGO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Diretoria Executiva	1	9	10
Conselho de Administração	0	9	9
Conselho Fiscal	0	5	5

(GRI LA13)

### ADMISSÕES POR GÊNERO

GÊNERO	2013		2012		2011	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
Feminino	57	7,4	44	11,6	40	8,4
Masculino	710	92,6	334	88,4	439	91,6
<b>Total</b>	<b>767</b>	<b>100,0</b>	<b>378</b>	<b>100,0</b>	<b>479</b>	<b>100,0</b>



## NÚMERO DE EMPREGADOS POR GÊNERO E RAÇA<sup>1</sup>

RAÇA	2013			2012			2011		
	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Total
Branca	820	5.959	6.779	833	5.907	6.740	852	5.944	6.796
Amarela	5	44	49	5	38	43	4	35	39
Parda <sup>2</sup>	305	3.698	4.003	294	3.561	3.855	285	3.476	3.761
Negra	47	981	1.028	47	924	971	43	896	939
Indígena	0	5	5	0	2	2	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.177</b>	<b>10.687</b>	<b>11.864</b>	<b>1.179</b>	<b>10.432</b>	<b>11.611</b>	<b>1.184</b>	<b>10.351</b>	<b>11.535</b>

**Nota:** <sup>1</sup> A classificação dos empregados por raça é realizada por autodeclaração. <sup>2</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pardos configuram um dos cinco grupos de “cor ou raça” que compõem a população brasileira, junto a brancos, pretos, amarelos e indígenas. O termo ‘pardo’ é o mais comumente usado para referir-se a brasileiros mestiços, ou seja, indivíduos com as mais variadas ascendências raciais.



## REMUNERAÇÃO POR RAÇA

FAIXA SALARIAL	NEGROS		PARDOS		DEMAIS RAÇAS		TOTAL DE EMPREGADOS
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
1 a 4 SMs*	832	7,0	3.025	25,5	4.376	36,9	8.233
5 a 9 SMs*	141	1,2	677	5,7	1327	11,2	2.145
10 a 14 SMs*	36	0,3	181	1,5	491	4,1	708
15 a 19 SMs*	9	0,1	41	0,3	190	1,6	240
20 a 24 SMs*	6	0,1	44	0,4	180	1,5	230
25 SMs* ou mais	4	0,0	35	0,3	269	2,3	308
<b>Todas</b>	<b>1.028</b>	<b>8,7</b>	<b>4.003</b>	<b>33,7</b>	<b>6.833</b>	<b>57,6</b>	<b>11.864</b>

**Notas:** \* Salário Mínimo vigente em dezembro de 2013 (SMs)

Em 2013, o salário mais baixo da Copasa atingiu, a partir da data-base da categoria (maio), um valor 62% maior que o salário-mínimo nacional, sendo que apenas 6,8% dos empregados da Companhia estão enquadrados nesse grupo.

(GRI EC5)



## OPORTUNIDADES PARA TODOS

A gestão de recursos humanos se baseia nas práticas que asseguram a não discriminação e a igualdade de oportunidades para todos, possibilitando o crescimento profissional dos empregados e estimulando a inclusão de minorias.

Por ser uma empresa estatal, de economia mista, cujo principal acionista é o Governo do Estado de Minas Gerais, a seleção e a contratação de empregados para provimento de vagas dos cargos efetivos são realizadas, obrigatoriamente, por meio de concursos públicos, atendendo à Constituição Federal, cujos editais são amplamente divulgados na imprensa e na internet. A Empresa também pode absorver pessoal de sistemas operacionais assumidos, além de conceder estágios e contratar aprendizes, conforme descrito a seguir:

**CONCURSO PÚBLICO:** processo seletivo por meio do qual a Companhia recruta, seleciona e contrata pessoas, tendo como objetivos principais atender às necessidades de mão de obra e gerar cadastro de reserva para preenchimento de vagas. Por meio de edital específico, divulgado amplamente, são oferecidas vagas para todas as regiões de atuação da Copasa no estado de Minas Gerais, com a previsão, inclusive, de cotas para contratação de pessoas portadoras de deficiência, em cumprimento à lei específica.

**ABSORÇÃO DE PESSOAL:** na assunção de sistemas operacionais, por meio do contrato de programa firmado com as

prefeituras municipais, poderá ocorrer a absorção de pessoal dessas instituições, desde que os empregados estejam trabalhando na atividade de saneamento básico, sejam concursados e atendam aos requisitos exigidos pela Companhia. A absorção deve ocorrer no prazo máximo de seis meses após o início de operação. No ano de 2013, foram absorvidos 22 empregados das prefeituras.

(GRI EC7)

**PROGRAMA DE ESTÁGIO:** concebido com o objetivo de contribuir para a formação profissional de estudantes de nível universitário e técnico, em 2013 ofereceu oportunidades para 232 estudantes, que realizaram estágio nas várias unidades da Empresa. O programa também oferece oportunidade de estágio aos empregados estudantes. Em 2013, 135 empregados estagiaram na própria Companhia.

**CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES:** a Copasa admite aprendizes, concedendo-lhes um aporte financeiro de meio salário-mínimo, além de encargos (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) e vale-transporte. Em 2013, por meio de uma parceria firmada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Copasa contratou 226 jovens aprendizes com idade entre 16 e 24 anos. São oferecidos cursos de aprendizagem em processos administrativos. Os aprendizes, após concluírem a parte teórica no Senai, desenvolvem atividades



práticas na Empresa, permitindo o seu desenvolvimento profissional. Nesse período, os jovens recebem acompanhamento de seus tutores e da unidade de recursos humanos.

Internamente, os empregados podem participar de processos seletivos para cargos efetivos e para cargos de confiança, desde que cumpram os requisitos solicitados nos editais amplamente divulgados em toda a Empresa, inclusive na intranet e nos quadros de aviso, conforme descrito a seguir:

**PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA CARGOS DE CONFIANÇA:** realizado duas vezes por ano, é o processo pelo qual a Empresa identifica empregados com potencial de liderança para provimento de vagas em cargos de confiança. Os novos gestores da Companhia, em todos os níveis hierárquicos—exceto presidente, diretores e alguns outros cargos estratégicos—, são selecionados por meio de avaliações técnicas e comportamentais, de acordo com regras estabelecidas em regulamento específico, disponível aos empregados. Visando a renovar seu quadro gerencial e manter a competitividade interna, os gerentes que completam seis anos na função também participam do processo seletivo, caso tenham interesse em permanecer no cargo.

Em 2013, 113 empregados inscreveram-se nesse processo seletivo. Como resultado, 36 gerentes foram selecionados. Desse total, 15 novos gerentes assumiram a gerência de uma unidade pela primeira vez, recebendo o apoio do Programa de Acompanhamento

e Desenvolvimento de Novos Gerentes, que promove a adaptação e o desenvolvimento dos empregados selecionados para ocupar cargos gerenciais. Para tanto, prevê: orientação sobre o desempenho no processo seletivo, reuniões de feedback com o superior hierárquico, construção do plano de desenvolvimento individual, grupos de desenvolvimento, ciclo de palestras sobre os processos internos de interesse dos novos gerentes, entrevista de acompanhamento do primeiro semestre no cargo, reuniões de orientação e retorno aos superiores hierárquicos. Em 2013, 5 novos gerentes participaram do programa e, em 2014, 13 novos gerentes iniciarão sua participação.

(GRI EC7)

**SELEÇÃO INTERNA PARA CARGOS EFETIVOS:** processo pelo qual a Copasa recruta e seleciona, entre todos os empregados que atendam aos critérios e requisitos estabelecidos no Regulamento do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) e cumpram as etapas classificatórias de análise curricular e entrevista de seleção, aqueles que reúnem os perfis de competências mais apropriados.

Além da contratação e seleção de pessoal, a Copasa possibilita o crescimento profissional dos empregados, por meio das práticas descritas a seguir:

**CRESCIMENTO PROFISSIONAL:** viabilizado com base em avaliações individuais de desempenho aplicadas a partir do momento



em que o empregado ingressa em uma especialidade que requeira um período de aprendizagem para alcance da maturidade, experiência e competências individuais e funcionais necessárias. Conforme o resultado obtido, o empregado poderá ter seu crescimento para um nível e/ou faixa imediatamente superior, até alcançar a plenitude de sua faixa salarial na mesma especialidade. Em 2013, foram realizadas 9.984 avaliações de crescimento profissional e 131 para ocupantes de cargo de confiança. Foi também criado um grupo de trabalho interno com o objetivo de desenvolver um sistema integrado de gestão de desempenho, tendo como objetivo mensurar a evolução de desempenho de cada empregado e a eficácia dos treinamentos, além de promover a valorização e o aprimoramento das potencialidades desses empregados.

(GRI LA12 )

**PROGRESSÃO FUNCIONAL:** elevação funcional do empregado a uma atividade de maior valoração para provimento de posto de trabalho vago, desde que atenda aos requisitos exigidos e aos critérios estabelecidos no Regulamento do PCCS.

**ANALISTA MÁSTER E TÉCNICO ESPECIALISTA:** para sedimentar o aprendizado organizacional, a Copasa mantém essa especialidade de profissionais especializados, com referenciais de excelência técnica, notório saber e reconhecida capacidade técnica para propor soluções referentes às políticas e diretrizes de gestão empresarial e operacional. Em 2013, a Empresa contava com seis analistas máster e um assistente técnico especialista.

## CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

(GRI LA11 )

Os preceitos da educação corporativa na Copasa buscam fomentar o desenvolvimento das competências individuais necessárias à consolidação da cultura da excelência empresarial e à sustentação da vantagem competitiva da Companhia. Em 2013, foram investidos R\$ 1,9 milhão em ações de capacitação e desenvolvimento dos empregados, com a oferta de 40.071 oportunidades de treinamento e 433.864 horas de atividades realizadas.



ANO	INVESTIMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (R\$)	NÚMERO DE PARTICIPANTES (UNIDADE)	NÚMERO DE HORAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL (H)	MÉDIA DE HORAS POR EMPREGADO (H)
2013	1.912.468,39	40.071	433.864	37,40
2012	1.804.750,01	41.865	453.095	40,75
2011	1.096.808,09	44.984	418.144	36,20
2010	1.439.644,00	41.507	434.281	34,90

(GRI LA10)

As necessidades de capacitação e desenvolvimento dos empregados são identificadas por meio do levantamento de necessidades de treinamento, processo realizado anualmente, que abrange todas as unidades organizacionais, contribuindo para a elaboração do programa de educação corporativa, cujo objetivo é assegurar a continuidade da geração, detenção e multiplicação do conhecimento na Copasa. Outra iniciativa para incentivar o crescimento profissional é a ampliação das competências dos empregados e sua participação em cursos técnicos profissionalizantes para agentes de saneamento, com subsídios financeiros de 90%. Em 2013, 178 empregados utilizaram esse subsídio.

A Copasa inclui em suas políticas e procedimentos ações alinhadas ao estabelecido na Declaração de Direitos Humanos,

especialmente na capacitação e desenvolvimento, como o direito à educação, segurança, igualdade, isonomia, liberdade, entre outros. Desde o Programa de Integração de Novos Empregados e continuamente em outras oportunidades, são abordados os direitos e deveres dos empregados e o significado do trabalho e disseminado o Código de Ética. Em 2013, foram oferecidas 15.857 oportunidades de treinamento sobre esses temas, perfazendo uma carga horária total de 124.530 horas/homem. Destacam-se, também, as ações de educação ambiental, que buscam conscientizar e despertar, nos públicos interno e externo, os elementos principais para uma cultura de sustentabilidade.

(GRI HR3)



## REMUNERAÇÃO POR RESULTADOS

Os mecanismos de remuneração variável buscam promover, valorizar e aprimorar as potencialidades dos empregados, motivando-os para a obtenção de melhores resultados. Nesse sentido, a Copasa utiliza modelos de remuneração variável que premiam o esforço coletivo para atender às metas definidas no planejamento estratégico, conforme descrito a seguir:

**GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ENCARREGADO DE SISTEMA:** concedida ao empregado ocupante da especialidade de encarregado de sistema, em função da apuração do desempenho operacional das localidades sob sua responsabilidade.

**GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO GERENCIAL:** sistema de avaliação que premia mensalmente os empregados ocupantes de cargo de confiança, em função da apuração do desempenho de sua unidade em relação ao alcance das metas estabelecidas.

**GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL:** sistema de avaliação trimestral com relação direta com os objetivos estratégicos da Empresa, que premia mensalmente os empregados de acordo com o resultado obtido por sua unidade de trabalho. Em 2013, o percentual dessa gratificação passou de 15,28 para 16,5% do salário-base do empregado.

**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS:** consiste na distribuição de parte do lucro líquido anual da Companhia aos empregados, em

conformidade com a legislação trabalhista. É calculada de forma linear, sendo o valor igual para todos os empregados, independentemente do nível de remuneração.

## SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

As ações relativas à saúde e segurança ocupacional na Copasa são reguladas pela legislação em vigor e por uma cláusula específica de saúde, segurança e medicina do trabalho presente no acordo coletivo de trabalho firmado entre a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais (Sindágua MG), o Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais (Saemg) e o Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge).

Todos os empregados são representados em comitês, comissões ou grupos formais de segurança e saúde, como Comitês de Combate à Dengue, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Mediadores da Saúde, ligados ao Programa de Promoção da Saúde, que abrange o Programa de Atenção à Saúde e Prevenção de AIDS (APA), o Programa de Prevenção e Atendimento ao Sujeito em Relação ao Alcool e às Drogas (PASA) e outras ações de saúde ocupacional, descritas a seguir.

(GRI LA6/GRI LA9)



O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional formam a base das ações em saúde e segurança ocupacional dos empregados. O primeiro permite identificar e propor soluções para situações do trabalho que possam resultar em prejuízo para a saúde do empregado. O segundo possibilita o acompanhamento da saúde dos empregados por meio de exames admissionais, periódicos, demissionais e outros. Outras ações complementam a estratégia de manutenção da saúde e segurança ocupacional na Copasa:

**COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA):** as 76 Cipas existentes na Companhia prestam apoio aos profissionais da medicina e da segurança no trabalho no que se refere à identificação e ao tratamento dos riscos relacionados à saúde ocupacional, segurança e ergonomia, em atendimento à Norma Regulamentadora nº 9 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego.

(GRI LA8)

**PROGRAMA DE COMBATE À DENGUE:** em 2013, a Copasa deu continuidade às atividades das 52 Comissões Permanentes de Combate a Focos do Mosquito Transmissor da Dengue, formadas por 503 agentes treinados. As Comissões são responsáveis por manter uma vigilância permanente, visando à eliminação dos focos do mosquito transmissor da dengue nos estabelecimentos da Copasa, além de apoiar ações promovidas pelos governos municipal e estadual. Mensalmente, são realizadas reuniões e emitidos relatórios das atividades desenvolvidas, que são repassados ao Governo do

Estado de Minas Gerais. Diversos eventos foram realizados nas comunidades, envolvendo apresentações de atores fantasiados de mosquitões e disponibilização de material informativo. Em 2013, a campanha teve o *slogan* “Prevenção vence a dengue”. Para 2014, prevê-se o fortalecimento das ações de vigilância, além de uma atuação de mobilização dos prestadores de serviço.

**APA:** atua em caráter preventivo, educativo e de assistência ao portador do vírus HIV e ao doente de AIDS. Os trabalhos de prevenção envolvem palestras, distribuição de material educativo e de preservativos nas campanhas anuais, entre outras atividades. Os trabalhos de apoio objetivam proporcionar tratamento para o portador do HIV, que inclui a realização de exames laboratoriais, atendimento psicossocial, médico e odontológico e fornecimento de medicamentos específicos, além de orientação e assistência aos familiares.

**PASA:** objetiva reduzir as doenças relacionadas com as dependências químicas, o absenteísmo e os acidentes de trabalho. O programa contempla: palestras para os públicos interno e externo sobre a prevenção contra o alcoolismo, tabagismo e outras dependências químicas; e acompanhamento do processo de tratamento–avaliação diagnóstica, projeto individual terapêutico, reuniões dos grupos terapêuticos, orientação e apoio aos familiares dos participantes do programa e atendimentos de urgência. Inclui, também, o tratamento do tabagismo, com fornecimento subsidiado de medicamento, o encaminhamento para consultas e exames médicos específicos e a assistência psicológica durante o período de um ano.



**PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** em parceria com o INSS, esse Programa possibilita a movimentação funcional do empregado que apresenta incapacidade para o exercício de sua função original devido a algum problema de saúde ou acidente de trabalho. Em 31 de dezembro de 2013, 26 processos de reabilitação estavam em andamento. Os empregados em processo de reabilitação são acompanhados por médicos e assistentes sociais e realocados em novas funções, nas quais sejam possíveis o aproveitamento e a valorização do seu potencial laborativo.

**GRUPO DE TRABALHO EM ERGONOMIA:** presta assistência especializada às unidades organizacionais voltada para a prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e para a identificação de fatores que afetam a saúde, o desempenho e, conseqüentemente, a produtividade dos empregados. Dessa forma, busca assegurar condições ideais de trabalho, além de desenvolver projetos de ergonomia e subsidiar as unidades em demandas de perícias judiciais.

**PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL:** instituído para motivar os empregados a desenvolver de forma efetiva a prática de exercícios específicos e a aplicar outros elementos da ergonomia que produzem efeitos benéficos à saúde dos trabalhadores. São realizadas três sessões diárias na sede da Empresa, conduzidas por profissional da área de fisioterapia, acontecendo em horários e locais diferentes para possibilitar a participação do maior número possível de empregados. Além de Belo Horizonte, o programa é

desenvolvido nos municípios de Corinto, Montes Claros e Salinas. A ampliação da abrangência do programa para as demais unidades organizacionais está prevista para 2014, de acordo com a iniciativa de melhoria da qualidade de vida, constante no planejamento estratégico.

**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL:** destinado a empregados e seus dependentes com necessidades especiais, oferece reembolso de despesas com tratamentos de saúde específicos e atendimento escolar diferenciado. O valor máximo do subsídio é fixado em acordo coletivo de trabalho, revisto anualmente. Em 2013, foram atendidos 307 beneficiários, sendo 92 empregados e 248 dependentes.

Em 2013, foram oferecidas 10.074 oportunidades de treinamento com foco em programas de saúde e segurança no trabalho, totalizando 74.619 horas. Esse valor corresponde a 25% do total de oportunidades de capacitação daquele ano. Entre essas ações, destacam-se: Programa de Capacitação e Desenvolvimento em Saúde e Segurança no Trabalho, que preconiza a capacitação nos conhecimentos básicos de segurança específicos para cada função; Programa de Promoção da Saúde e Bem-Estar, com a capacitação de 265 agentes multiplicadores e carga horária de 2.839 horas; treinamentos em observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, focados nas exigências legais para o exercício de determinadas atividades; formação de empregados brigadistas prediais e florestais, esses últimos responsáveis pela proteção das áreas de preservação ambiental da Empresa.



(GRI HR8)

Alguns números retratam os resultados da saúde e segurança ocupacional da Copasa em 2013:

- ▶ índice de recuperação dos empregados para tratamento de alcoolismo e outras drogas: 73,07%;
- ▶ índice de recuperação dos empregados para tratamento de tabagismo: 82,10%;
- ▶ redução de 19,55% no número de acidentes de trabalho em relação a 2012;
- ▶ redução no percentual de acidentes com afastamento temporário e permanente e na taxa de frequência de acidentes de trabalho em relação a 2012.

Abaixo quadro com os indicadores da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e Interior do estado de Minas Gerais:



INDICADOR	2013		2012		2011	
	RMBH	INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	RMBH	INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	RMBH	INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Percentual de acidentes com afastamento temporário	0,89	1,32	0,95	1,69	0,77	1,68
Percentual de acidentes com afastamento permanente	0,18	0,30	0,34	0,52	0,36	0,40
Percentual de acidentes que resultaram em morte	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,03
Taxa de frequência de acidentes de trabalho	14,69	17,56	20,63	21,40	21,29	21,99
Taxa de gravidade dos acidentes de trabalho <sup>1</sup>	36,27	617,84 <sup>2</sup>	59,02	82,93	43,62	1.388,44

**Notas:** <sup>1</sup>Esse indicador mede a gravidade dos acidentes com base nos dias de afastamento (dias perdidos). <sup>2</sup> A variação desse valor deve-se à ocorrência de um acidente de veículo com vítima fatal.

(GRI LA7)



## BENEFÍCIOS COM RESPONSABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

O Programa de Benefícios da Copasa obteve um índice de 84% de favorabilidade na última pesquisa de clima organizacional realizada em 2012.

A Companhia promove a melhoria da qualidade de vida de seus empregados, buscando atender aos fatores relativos à saúde, lazer, assistência social e financeira. Para tanto, uma das iniciativas corresponde aos benefícios oferecidos aos seus empregados, independentemente do regime de contratação (prazo determinado ou indeterminado) ou carga horária: assistência médica e odontológica, assistência especial, seguro de vida em grupo, auxílio-educação, auxílio-educação especial, auxílio-funeral, vale-transporte, tiquete-refeição/alimentação, cesta básica, cesta de Natal, lanche padrão, auxílio-creche e auxílio-moradia.

(GRI LA3)

**ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL:** com o objetivo de contribuir para a melhoria do bem-estar pessoal e do desempenho profissional dos empregados, a Empresa mantém uma equipe de psicólogos e assistentes sociais que acompanham e orientam os empregados e seus familiares que estejam vivenciando situações adversas. Em 2012, foi desenvolvido um plano de ação específico para melhoria das condições de trabalho dos empregados que atuam em locais isolados, cuja implantação aconteceu no decorrer

de 2013. Entre as ações realizadas, destacam-se a disponibilização de celulares, melhorias na estrutura física dos postos de trabalho, treinamentos específicos para os empregados, aumento da frequência de contatos e visitas dos superiores. Dando continuidade ao monitoramento do plano de ação, foram também realizadas novas pesquisas com os empregados e suas unidades, que comprovaram os resultados positivos das ações implantadas.

**AECO:** criada com o objetivo de prestar assistência aos empregados da Copasa, visa a promoção do esporte, lazer, cultura, saúde e bem-estar social de seus associados e dependentes. Para tanto, oferece benefícios aos associados por meio de rede de estabelecimentos credenciados, como ópticas, farmácias, livrarias etc. Realiza promoções, como a distribuição gratuita anual de kits escolares para estudantes, filhos de empregados. Mantém quatro clubes sociais, nos quais promove campeonatos de futebol de campo, torneios de truco, dama e outros jogos. Patrocina equipe de ciclismo e atletas de kung fu, judô, taekwondo e jiu jitsu. Apoia o Coral Copasa e a equipe de atletismo da Empresa.

**EMPRESA CIDADÃ:** é facultada aos empregados a possibilidade de extensão de algumas faltas legais (casamento e luto de familiares, por exemplo) e abonos que excedem a previsão legal, como aniversário e assistência a parente enfermo. A Companhia concede o acréscimo de 60 dias na licença-maternidade, nos termos da Lei nº 11.770/2008.

**FESTA 25 ANOS:** a Copasa homenageia, anualmente, os empregados que completam 25 anos de serviços prestados à



Empresa. Em 2013, foram 617 profissionais contemplados, que contribuíram com esforço e dedicação para a melhoria da qualidade de vida de milhões de mineiros.

#### **PROGRAMA DE APOIO À FAMÍLIA E AO ADOLESCENTE:**

objetiva promover a saúde do adolescente, proporcionando aos pais um espaço de discussão para melhor compreensão do processo vivenciado por seus filhos, melhorando as relações familiares e profissionais. Em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Escola de Saúde de Minas Gerais, realiza o atendimento aos adolescentes, dentro do contexto da família, incluindo a discussão sobre saúde e temas próprios da adolescência. O trabalho é realizado por meio do atendimento médico e da promoção de atividades educativas, como oficinas, palestras e reuniões entre pais e filhos. Em 2013, foram realizados 233 atendimentos, incluindo avaliações médicas, atendimentos clínicos e acompanhamentos, palestras ministradas para grupos de pais e de adolescentes e atendimentos em grupo.

#### **PROGRAMA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR:**

objetiva contribuir para a redução do índice de endividamento e incentivar a poupança, por meio da orientação para o planejamento financeiro familiar, visando à melhoria da qualidade de vida dos empregados. Em 2013, o programa contemplou 342 pessoas, entre empregados, dependentes e público externo, por meio de palestras e atendimentos individualizados.

#### **PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA:**

objetiva preparar o empregado para a aposentadoria, ajudando-o a estabelecer um projeto de vida produtiva fora do ambiente da Empresa, com realização pessoal, bem-estar físico e emocional e

qualidade de vida, incentivando-o a encarar essa nova fase da vida como mais uma etapa de crescimento e aprendizado. Em 2013, foram realizados seis seminários, com participação de 88 empregados e 65 acompanhantes, estando previsto para 2014 o mesmo número de seminários.

(GRI LA11)

Outro fator que garante tranquilidade para o empregado é a Fundação de Seguridade do Estado de Minas Gerais (Fundação Libertas), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, patrocinada por empresas que operam em diversos setores. A Fundação tem como foco a concessão de benefícios previdenciais aos seus participantes e grupos familiares vinculados às patrocinadoras e assegura a suplementação de aposentadorias concedidas pelo INSS.

(GRI EC3)

A Copasa mantém o Programa de Desligamento Voluntário de Empregados Aposentados e/ou em Condições de se Aposentar, que garante a rescisão do contrato de trabalho por dispensa sem justa causa, com todos os direitos previstos nessa modalidade, além de oferecer ao empregado a prerrogativa da utilização vitalícia do plano de saúde e seguro de vida em grupo, sem ônus para a Empresa. Em 2013, foram realizados 335 desligamentos de empregados.



## RELAÇÕES SINDICAIS

Os empregados são representados, principalmente, por três entidades: Sindágua MG, Saemg e Senge. Por reconhecer sua representatividade, a Companhia mantém um relacionamento profissional harmonioso com os sindicatos, zelando permanentemente pelo cumprimento dos acordos coletivos de trabalho celebrados. Todos os empregados gozam dos benefícios previstos nesses acordos, mesmo aqueles que não são filiados aos sindicatos.

(GRI LA4)

A cada ano, por ocasião da data-base da Copasa (mês de maio), é constituída uma comissão com representantes de todas as diretorias para conduzir, com os sindicatos, o processo de discussão e negociação da pauta de reivindicações apresentada. O último acordo coletivo de trabalho foi firmado em 10 de julho de 2013, vigorando retroativamente de 1º de maio de 2013 a 30 de abril de 2014.

Para tratar dos assuntos rotineiros apresentados pelos sindicatos, a Companhia mantém um diálogo constante com os representantes sindicais, assegurando a comunicação efetiva com as entidades representativas dos empregados. Durante o ano de 2013, não foram verificadas situações nas quais esse direito de liberdade de associação e negociação tenha sofrido risco.

(GRI HR5)

## GESTÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento e experiência do corpo técnico são diferenciais competitivos da Companhia, que incentiva ações para preservar a informação e o conhecimento técnico e operacional de seus empregados, tais como:

**BIBLIOTECA CORPORATIVA:** o abrangente acervo, composto por aproximadamente 39 mil registros, possibilita aos empregados a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, estimulando o autodesenvolvimento. A biblioteca da Copasa tem se firmado como referência municipal e estadual para pesquisas, especialmente aquelas referentes à engenharia sanitária, ciências do ambiente e assuntos afins.

**PRÊMIO COPASA DE TECNOLOGIA & INOVAÇÃO:** busca consolidar os objetivos estratégicos da organização, por intermédio do envolvimento, participação e comprometimento dos empregados na busca de maior eficiência e produtividade. O projeto se baseia na inovação tecnológica e na melhoria de todos os métodos e processos de trabalho, favorecendo a obtenção de melhores resultados e de melhor atendimento a clientes e investidores. O interesse, por parte dos empregados, em participar do projeto tem superado as expectativas iniciais quando do lançamento dessa premiação. Em 2013, foram apresentadas inúmeras propostas, as quais foram avaliadas do ponto de vista técnico por especialistas na matéria. O resultado será divulgado em fevereiro de 2014.



**PROGRAMA TRAINEE:** seleciona, anualmente, de acordo com as regras estabelecidas em regulamento específico, os profissionais com maior potencial para aproveitamento e aprendizado. Em 2013, 14 empregados aprovados em processo seletivo tiveram a oportunidade de ampliar a visão sistêmica dos processos organizacionais da Copasa e de seu modelo de gestão, além de desenvolver as competências de orientação ao negócio e a ampliação do foco corporativo.

**SISTEMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO EMPRESARIAL:** permite a gestão das práticas gerenciais de acordo com os critérios que avaliam a adoção dos fundamentos da excelência, estabelecidos na metodologia do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, além de possibilitar a previsibilidade das práticas de gestão, visando a assegurar a estabilidade dos resultados.

A Copasa dispõe de uma Comissão Interna de Normalização Técnica, que coordena a participação corporativa nas Comissões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Em 2013, evidenciou-se a participação da Empresa nas discussões referentes a tubos de ferro fundido dúctil e normas de projetos de saneamento básico; na coordenação de revisão de normas técnicas relativas a estruturas de concreto para saneamento, escoramento de valas, projeto de abastecimento de água e esgotamento sanitário de loteamento e conjuntos habitacionais; na revisão da especificação técnica da tampa de concreto (DN 600) e dos padrões múltiplos da medição individualizada; e no grupo de trabalho interno para avaliar a utilização de materiais de redes e interceptores de esgoto.

A Copasa também teve representantes em grupos de trabalho da Comissão de Estudo da ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) na revisão e/ou elaboração de normas técnicas e portarias. Por exemplo: CE-02:111.02 – Comissão de estudo de sistemas de adução e distribuição de água – tubos e conexões de PVC – NBR 5647-1-5; CE-02:143.25 – Comissão de estudos de tubos e conexões de ferro fundido dúctil – NBR 7675; CE-177:002.02 – Comissão de estudo de tubos de poliolefinas – NBR 15551.

Também ocorreu a apresentação de trabalhos técnicos, por meio de representantes da Companhia, em evento realizado em Goiânia em 2013, tais como: *Reuso agrícola de águas residuárias da ETE de Janaúba/MG; O tamanho da amostra num plano de amostragem para o controle da qualidade da água em rede de distribuição; Um olhar estatístico sobre a realidade atual no Brasil; Portaria nº 2914 – estudo de caso: Belo Horizonte.* Destaca-se, ainda, a participação no 24º Encontro Técnico da Associação dos Engenheiros da Sabesp (Aesabesp) – Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente, com a apresentação do trabalho Levantamento do comportamento energético.

## PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Na atuação da Copasa no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, destacam-se a prospecção e inovação tecnológica, que visam, primordialmente, mediante celebração de convênios de cooperação técnica, à realização de testes voltados a comprovar a qualidade e operacionalidade de produtos que possam



vir a ser utilizados pela Empresa, tendo como foco a racionalização de processos, métodos e recursos utilizados, buscando a constante melhoria dos serviços prestados.

Entre as tecnologias prospectadas e implantadas em 2013, destacam-se: a bomba anfíbia, utilizada para captação de água bruta no município de Cataguases; e a tubulação flexível para poços profundos, testada no município de Patos de Minas e implantada em diversos sistemas operacionais das regiões oeste e norte do estado de Minas Gerais.

Também merecem destaque: o Projeto de Fertirrigação, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros, que se refere ao reuso de efluente tratado da ETE do município de Janaúba para fertilização de culturas, como banana-prata e algodão, com redução de 30% no consumo de água e 80% do gasto com adubação; e o Projeto de Redução da Dureza da Água, com a aplicação de gás carbônico, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Núcleo de Ciências Agrárias do *Campus* Montes Claros.

Em projetos de radiocomunicação, foram investidos mais de R\$ 650 mil, com a implantação de sistemas de controle de unidades operacionais via rádio, dos quais se destacam os sistemas

implantados em Além Paraíba, Alfenas, Divinópolis, Inhapim, Monte Sião, Pará de Minas, Patos de Minas, Resplendor e Varginha, além da atualização da solução de controle das equipes operacionais do Distrito Norte, localizado no município de Belo Horizonte.

Ainda com relação ao desenvolvimento operacional, salienta-se a aquisição de equipamentos e veículos, incluindo a adaptação de alguns para operações específicas, destinados às atividades do Sistema de Atendimento Integrado (Sati) nas unidades operacionais, visando ao atendimento das demandas de ligações de água e esgoto e manutenções em geral nas respectivas redes. Em 2013, foram investidos aproximadamente R\$ 5,7 milhões em ferramental, equipamentos e veículos para novos sistemas em operação e para reposição em outros que já se encontravam em operação. O Sati da unidade operacional do município de Araxá possui certificação ISO 9001:2008, auditada pela BSI, certificação que atesta que os produtos e serviços atendem a rígidos padrões de qualidade e especificações precisas.

O aparelhamento adequado das unidades proporciona agilidade no atendimento às demandas operacionais, impactando na redução de custos, na satisfação dos clientes e na ratificação da qualidade dos serviços prestados. O desempenho desse atendimento operacional na Copasa é acompanhado, entre outras



ferramentas, por meio da apuração mensal do indicador de processo Atendimento de Solicitações de Serviço Depois do Prazo.

No desenvolvimento das atividades de marcas e patentes, ocorreu um fato relevante em 2013, que foi a concessão de direitos de industrialização de artefatos patenteados por processos licitatórios. A Copasa possui 18 patentes (entre patentes de invenção e modelos de utilidade), 40 marcas e oito *softwares*, além de diversos inventos em processo de análise no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.



# A Copasa e seus Clientes

O bom relacionamento com seus clientes é uma prioridade para a Copasa, que tem como base a garantia de um serviço de qualidade, aliada à abertura permanente para o diálogo.

**AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO:** 737 locais de atendimento ao público (agência de atendimento, escritório local e unidade operacional) disponibilizados no estado de Minas Gerais.

**CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE:** atendimento aos clientes, por meio telefônico e virtual, prestando informações e encaminhando suas demandas de serviços para os setores operacional e comercial da Companhia. A Central de Relacionamento com o Cliente disponibiliza alguns canais para o registro das demandas dos clientes: telefone 115, *chat*, Fale Conosco, além das redes sociais, blog, SMS e *e-mail marketing*, que são utilizados também para disponibilizar informações sobre intermitências no abastecimento, obras e manutenções nas redes.

**AGÊNCIA VIRTUAL:** possibilita ao cliente fazer consultas e obter serviços como: alteração de endereço, análise e simulação do cálculo de contas, rede conveniada de bancos e outros agentes autorizados a receber contas, emissão de certidão negativa de débito, consulta de histórico de consumo, contas pagas, pagamento *on-line* de contas, alteração da data de vencimento da conta, prazos

de execução de serviços, religação de água, emissão de segunda via de contas e solicitação de correção de vazamento de água e esgoto.

## RESPONSABILIDADE PELOS PRODUTOS E SERVIÇOS

(GRI PR1)

A concepção dos produtos e serviços da Copasa visa a garantir que sejam adequados para o uso pretendido e não apresentem perigos para a saúde e segurança da sociedade.

## CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA

Com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos e serviços, a Copasa mantém um indicador estratégico que avalia o atendimento dos padrões de potabilidade de água determinados pelo Ministério da Saúde nos aspectos de frequência de amostragem, qualidade da água e continuidade no abastecimento. A rede laboratorial da Copasa vem sendo reestruturada desde 2009, com a reforma de laboratórios e a construção de novas unidades, como, por exemplo, o Laboratório Regional Leste, situado no município de Ipatinga. Essa rede subdivide-se em laboratórios central, regionais e distritais, totalizando 29 laboratórios, e centenas de laboratórios locais, os quais estão distribuídos estrategicamente no estado



de Minas Gerais, cobrindo as estações de tratamento de água operadas pela Empresa. São realizadas mais de um milhão de análises mensais que comprovam que a água fornecida pela Copasa atende aos requisitos do controle interno de qualidade e à Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

O Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório Central, situado em Belo Horizonte, possui certificação ISO 9001:2008, auditada pela SGS ICS Certificadora Ltda. Essa certificação vem sendo revalidada, semestralmente, desde o ano 2000. O Laboratório Central também é acreditado pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 e certificado CRL 0474, concedido pelo Inmetro. Esse certificado constitui a expressão formal do reconhecimento da competência técnica da Copasa para realizar ensaios em amostras de água e esgotos.

Nas contas de água, são informados os principais parâmetros: cloro, cor, flúor, coliformes totais, turbidez e *Escherichia coli*, conforme estabelece a Portaria nº 2.914 do Ministério da Saúde. No site da Copasa, [www.copasa.com.br/aguadequalidade](http://www.copasa.com.br/aguadequalidade), são divulgadas informações sobre parâmetros básicos de controle de qualidade da água de cada uma das localidades operadas com o serviço público de abastecimento de água. Também é disponibilizado o Relatório de Qualidade de Água, de periodicidade anual, que contém mais informações sobre a qualidade da água, situações sobre proteção dos mananciais, descrição dos tipos de tratamento empregados e informações gerais sobre a localidade.

(GRI PR3)

A essa qualidade, soma-se a atuação direta da água da Copasa na prevenção contra a cárie dentária, com a adição do flúor no processo de tratamento em todos os sistemas de abastecimento da Empresa, sempre atendendo aos padrões exigidos pela legislação brasileira.

O detalhamento da conta é disponibilizado também para os clientes portadores de deficiência visual, desde que seja de seu interesse.

## CONTROLE DE QUALIDADE DO ESGOTO

A rede laboratorial da Copasa está estruturada para realizar o controle das unidades de tratamento de esgoto, que vêm aumentando significativamente nos últimos anos. Todas as ETEs construídas são dotadas de laboratórios para o controle das análises diárias de rotina. As análises que requerem procedimentos mais complexos são realizadas nos laboratórios regionais.

Para a avaliação da qualidade do esgoto, são realizadas análises visando ao controle dos processos de tratamento e à verificação da eficiência das unidades de tratamento em atendimento à legislação ambiental em vigor (Resoluções Conama nº 357, de 17 de março de 2005, e 430, de 13 de maio de 2011, além da Deliberação Normativa Conjunta Copam/CERH-MG nº 1, de 5 de maio de 2008). Para o atendimento à legislação, o programa de monitoramento de efluentes líquidos, águas superficiais e águas subterrâneas associadas à ETE é estabelecido segundo os critérios



da Nota Técnica 002/2005 – DIMOG/DISAN, da FEAM, permitindo a verificação dos impactos ambientais e a efetividade das ações de controle adotadas.

## RESPONSABILIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

A Copasa dispõe de um laboratório de ensaios metrológicos relativos à hidrometria, coordenado por um corpo técnico diferenciado, responsável pelo desenvolvimento tecnológico e gestão da micro e macromedição da Empresa. Esses processos são de suma importância para o controle e gestão dos medidores instalados no parque da Copasa, bem como para o controle de perdas de água.

Esse laboratório possui certificação específica do Inmetro como posto de ensaio autorizado, sob o número PMG-68, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Portaria Inmetro nº 066/2000. Essa certificação, publicada por meio da Portaria Inmetro nº 072/2009, comprova e assegura o reconhecimento da capacidade e competência em realizar as atividades metrológicas prescritas para a recuperação, montagem e verificação de hidrômetros. O laboratório é dotado de estrutura moderna, com equipamentos de última geração e processos de controle das atividades e da rastreabilidade dos resultados informatizados, assegurando a qualidade e a confiabilidade dos serviços conforme os padrões de qualidade exigidos.

Com o objetivo de ampliar a atuação do laboratório, garantindo a busca contínua pela melhoria da qualidade metrológica dos hidrômetros utilizados pela Copasa, está em andamento junto ao Inmetro,

desde 2012, outro credenciamento para novos métodos de trabalho a ser aplicados no laboratório de hidrometria, assegurando o atendimento aos requisitos definidos pelos regulamentos técnicos metrológicos vigentes. Além disso, está sendo implementando o sistema de gestão da qualidade nos moldes estabelecidos pelos mais rigorosos requisitos técnicos e gerenciais, buscando evidenciar sua competência na execução das atividades e na geração de resultados tecnicamente válidos e reconhecidos pelo Inmetro.

Em dezembro de 2011, em auditoria realizada, o laboratório de hidrometria foi recomendado ao Inmetro para acreditação pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, comprovando, com isso, a padronização e harmonização dos serviços realizados, em nível internacional, aumentando a confiabilidade dos resultados emitidos, bem como confirmando e reconhecendo a competência técnica do laboratório. Também foi acreditado pelo Inmetro, conforme certificado CRL nº 0563, de 17 de agosto de 2012. Em dezembro de 2013, o laboratório foi novamente submetido à auditoria do Inmetro para revalidação do credenciamento concedido, cujo resultado será divulgado em 2014.

Destacamos algumas ações desempenhadas para aprimorar a eficiência técnico-operacional da Companhia:

**PROGRAMA DE MELHORIA DE QUALIDADE DA MICROMEDIÇÃO:** instituído em 2004, trata-se de um conjunto de ações voltadas para a gestão do parque de hidrômetros da Copasa. Esse programa contempla a manutenção preventiva desse parque, com a substituição de hidrômetros que apresentem baixo desempenho de medição do volume consumido pelos clientes, além



dos seguintes segmentos: substituição de hidrômetros por idade; redimensionamento e modernização do parque de medidores; atendimento a demandas do Programa de Redução de Perdas de Água; grandes consumidores (clientes considerados especiais, com consumo superior 600 m<sup>3</sup>/mês); medidores especiais para pesquisas, praças e jardins.

**SISTEMA DE GESTÃO ESTATÍSTICA DO PARQUE DE HIDRÔMETROS:** inserido no contexto do Programa de Melhoria de Qualidade da Micromedição. Juntas, essas ferramentas permitem maior eficiência no sistema de micromedição, possibilitando ganhos financeiros e contribuindo com a redução das perdas aparentes e, em consequência, com a melhoria do indicador interno ANCR, além de permitir o uso racional da água, contribuindo com a preservação do meio ambiente. Desde 2008, o sistema mantém armazenados 60 meses de dados referentes ao hidrômetro, que permitem obter indicadores de desempenho relativos à idade do parque, necessidade de redimensionamento, resultados dos impactos resultantes da substituição de hidrômetros, além de permitir inferências acerca do desempenho dos medidores e de possíveis fraudes e violações.

**PROGRAMA SOU + COPASA:** objetiva incentivar as boas práticas e promover melhorias nos quesitos Segurança, Organização e Urbanização (SOU) das unidades operacionais, com foco no bem-estar dos empregados e na valorização da imagem da Empresa. Anualmente, são premiadas as unidades que se destacaram no zelo pela sua conservação, conforme avaliação dos quesitos citados e do resultado de indicadores de desempenho que compõem o mapa estratégico.

**PROGRAMA SOS COPASA:** metodologia de comunicação de ocorrências relevantes à Diretoria Executiva para o gerenciamento de crises, que possibilita ações proativas na solução de ocorrências que possam afetar a imagem da Copasa.

Além disso, a Companhia mantém contínuo aprimoramento dos mecanismos utilizados para atender às normas de vigilância, visando a garantir a segurança em suas instalações. Para tratar os assuntos relevantes e/ou emergenciais, possui um plano de contingências que aborda aspectos técnicos, operacionais, ambientais, de recursos humanos, financeiros, logísticos e sociais. As eventuais ocorrências são analisadas com o escopo de determinar ações preventivas para evitar reincidências.

## SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

(GRI PR5)

As insatisfações e reclamações identificadas são tratadas pelas equipes das unidades operacionais, a partir da geração de uma nova ordem de serviço no ato da pesquisa, sendo estabelecido um prazo para atendimento. Os resultados da pesquisa pós-venda são consolidados no sistema comercial informatizado e disponibilizados, via intranet e e-mail, às unidades operacionais. O controle é realizado pelos distritos operacionais, por meio da análise de relatório específico, com possibilidade de comparação dos resultados dos últimos 13 meses, por unidade operacional.

O acompanhamento das transações recentes com novos clientes acontece por meio da pesquisa pós-venda, aplicada pelos distritos



operacionais do interior e pela Central de Relacionamento com o Cliente na Região Metropolitana de Belo Horizonte após a execução das novas ligações de água e esgoto. A finalidade da pesquisa é obter informações quanto à qualidade no atendimento e no relacionamento com o empregado/prestador do serviço, abordando os aspectos de limpeza do local da obra, cumprimento dos prazos estabelecidos, utilização de uniformes pelos empregados, sinalização no local da obra, execução da recomposição e avaliação geral dos serviços.

Também é realizada a pesquisa de satisfação, que ocorre no final do atendimento telefônico, pela qual o cliente responde a duas perguntas para avaliar o atendimento da sua demanda e o operador de telemarketing.

Em 2013, não houve ação judicial contra a Copasa por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio.

(GRI S07)

## OUVIDORIA

A Ouvidoria atua como um canal diferenciado de comunicação da Copasa com a sociedade, recebendo denúncias e reclamações que não foram atendidas ou solucionadas satisfatoriamente por meio dos canais convencionais de atendimento (Fale Conosco, agência virtual, telefone 115 e pontos de atendimento). Com o objetivo de identificar os fatores que interferem na qualidade do atendimento aos clientes, sua equipe visita as unidades operacionais responsáveis pela maioria das demandas recebidas e, a partir das informações coletadas nessas visitas, interage com outras unidades organizacionais para tentar

solucionar os problemas apontados, atuando na busca da melhoria contínua dos serviços prestados.

Conforme previsto no Relatório de Sustentabilidade de 2012, foi desenvolvida uma pesquisa de satisfação em relação ao atendimento prestado pela Ouvidoria, a qual vem sendo aplicada, mensalmente, desde abril de 2013. Os resultados da pesquisa, as críticas e as sugestões apontadas pelos demandantes contribuem para o aprimoramento dos trabalhos da Ouvidoria. O questionário dessa pesquisa tem três perguntas: como avalia o prazo para solução da demanda após acionar a Ouvidoria; como avalia a clareza e objetividade das informações contidas na resposta da Ouvidoria; e se acionaria novamente a Ouvidoria para solução do seu problema. Em 2013, a pesquisa foi aplicada em 45% dos demandantes que acionaram a Ouvidoria para registrar reclamações, no período de março a novembro. O índice de respondentes foi de 27% dos pesquisados.

(GRI PR5)

Quando solicitados a avaliar o prazo para solução da demanda após acionar a Ouvidoria e a qualidade da resposta enviada, 55% dos pesquisados consideraram excelentes/bons e 81% declararam que acionariam novamente a Ouvidoria para solução da sua demanda. A perspectiva para 2014 é a de que 60% dos respondentes considerem a atuação da Ouvidoria excelente/boa.

A Ouvidoria também é responsável por receber as solicitações enviadas por meio do Portal da Transparência, disponível em [www.copasa.com.br/portaldatransparencia](http://www.copasa.com.br/portaldatransparencia), e por cumprir o prazo legal para resposta ao demandante, de acordo com a Lei



de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Ainda, acompanha os processos que envolvem a Copasa, abertos pela Ouvidoria da ARSAE-MG e pela Ouvidoria Geral do Estado.

Em 2013, não foram registradas reclamações relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.



# A Copasa e seus Fornecedores

(GRI PR8)

A Copasa busca contribuir para o desenvolvimento da sua cadeia de suprimentos, visando a garantir a qualidade dos serviços e dos materiais adquiridos, além de observar as práticas de responsabilidade socioeconômica e ambiental.

A seleção dos fornecedores é realizada por meio de processos licitatórios conduzidos pelas Comissões Permanentes de Licitação, em conformidade com a legislação aplicável e com as condições e os critérios previstos nos editais públicos de licitação. Para garantir a qualidade dos materiais adquiridos dos fornecedores, a Empresa realiza inspeções de controle de qualidade, visando a atender ao estabelecido nos editais e especificações técnicas. Por meio da homologação de materiais de fornecedores, são verificados os processos produtivos, a capacidade técnica instalada e os sistemas de qualidade e de proteção ambiental dos fornecedores. O desempenho dos fornecedores de materiais e equipamentos é avaliado mediante os seguintes critérios: cumprimento dos prazos de entrega e atendimento aos requisitos das especificações técnicas.

A Copasa não adota política ou prática de preferência a fornecedores locais, uma vez que suas contratações seguem os preceitos estabelecidos na Lei nº 8.666/1993. No entanto, a

Companhia observa em seus processos licitatórios o cumprimento da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece direito de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.

(GRI EC6)

São disponibilizadas, no ícone Licitações e Compras do site [www.copasa.com.br/Licitacoes e Compras](http://www.copasa.com.br/Licitacoes_e_Compras), as informações necessárias para o cadastramento dos fornecedores, sendo possível acompanhar a situação cadastral, a fim de participar das licitações.

A modalidade de licitação mais utilizada para a contratação de materiais e serviços é o pregão eletrônico, que agrega maior transparência, melhores condições de negociação com fornecedores, menor custo e maior agilidade na condução dos procedimentos. Além disso, a Copasa possibilita o acompanhamento do pregão em tempo real, via internet, disponibilizando acesso a todas as informações e fases do processo, prática que confere transparência, publicidade e confiabilidade ao certame.

A Copasa exige de todos os fornecedores a comprovação do cumprimento de obrigações trabalhistas e a apresentação de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, de que não emprega menor de 16



anos, salvo sob a condição de aprendiz e, nesse caso, que seja a partir de 14 anos, e, ainda, de que não submete a sua mão de obra a trabalho degradante e forçado. Estes e outros documentos são verificados durante o processo licitatório e na fase de habilitação pelas Comissões de Licitações e Pregoeiros.

**(GRI HR1/GRI HR2)**

A Companhia inclui nos editais de licitação para contratação de pneus a exigência de que o fornecedor retire, nos mesmos quantitativos a ser fornecidos, os pneus usados, para que lhes seja dada a destinação adequada, bem como contrata empresas especializadas para coletar diversos materiais, uniformes e equipamentos de proteção individual e cooperativas para recolher materiais recicláveis como papéis, tubos de plástico, tubos de metais, pilhas, reatores, além de elaborar contratos para recolhimento de lâmpadas e coleta de resíduos ambulatoriais, dando-lhes a devida destinação.

**(GRI EN26)**

A Copasa não contrata terceiros diretamente, porém realiza ações visando a engajar a mão de obra alocada nos contratos de serviço nos valores e princípios organizacionais. Nesse sentido, são realizadas atividades de integração buscando disseminar assuntos como: missão e visão da Copasa; PNQS; prevenção e combate à dengue; Código de Conduta Ética.



# A Copasa e a Comunidade

No processo de revisão do planejamento estratégico, foi identificada a necessidade de a Companhia rever sua política de atuação social; sendo que o tratamento dessa necessidade ocorrerá em 2014.

Em 2013, foram realizadas diversas ações visando a minimizar e tratar os impactos causados pelas intervenções oriundas da infraestrutura inerente aos serviços prestados pela Companhia e buscando promover o engajamento das comunidades no entendimento e valoração desses serviços, tais como:

**TRABALHO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL (TTS):** são desenvolvidas ações que visam à melhoria da qualidade de vida da comunidade e à sustentabilidade do seu negócio. Em 2013, destacaram-se as ações executadas nos municípios de Belo Horizonte e Contagem, referentes ao TTS do Programa de Despoluição da Bacia da Lagoa da Pampulha, desenvolvido para minimizar os impactos, incentivando uma gestão participativa que promova a sustentabilidade do empreendimento.

(GRI SO1)

**REDE DE PERCEPÇÃO DE ODORES:** um canal de comunicação exclusivo é disponibilizado para que a comunidade do entorno da ETE Arrudas informe a percepção de odor aos operadores da estação. Além disso, são realizadas reuniões com a comunidade para esclarecimentos quanto às ações operacionais para minimizar/eliminar os maus odores.

## SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nas comemorações de eventos especiais, como o Dia Mundial da Água e a Semana do Meio Ambiente, a Copasa, por meio de campanhas informativas e de conscientização da população, intensifica ainda mais suas ações voltadas para a mobilização da sociedade em favor do uso racional de água e da preservação ambiental. Em 2013, foi criada a campanha *Água. Quem ama cuida*, que contou com a adesão de entidades de classe, instituições de ensino, clubes esportivos, supermercados e *shoppings*, no intuito de fortalecer e ampliar a divulgação dessas ações.

Ainda em 2013, a Copasa apoiou o Dia Mundial do Banheiro, em 19 de novembro, data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para convidar a população a refletir sobre a importância do saneamento básico. Nessa oportunidade, foi apresentada na Praça Sete, no centro da cidade de Belo Horizonte, uma instalação artística reunindo 60 vasos sanitários com informativos sobre a situação atual do saneamento no Brasil e no mundo. Pelo inusitado, a Copasa busca despertar a consciência crítica do cidadão, chamando atenção para a importância do saneamento para a saúde pública e preservação ambiental.



Para promover o acesso dos cidadãos aos serviços de saneamento básico e a consequente melhoria da saúde da população do estado de Minas Gerais, a Companhia mantém as seguintes iniciativas:

(GRI EC8)

**APADRINHAMENTO:** as entidades filantrópicas cadastradas na ação *Conta com a gente* podem se beneficiar com o serviço de arrecadação mensal de contribuições de pessoas físicas e jurídicas por meio das contas de água/esgoto da Copasa. Os valores arrecadados destinam-se ao pagamento dos serviços prestados pela Companhia às entidades. Caso haja excedente arrecadado, é creditado nas contas-correntes das instituições. Em dezembro de 2013, o programa continha 476 instituições cadastradas.

**PROGRAMA ÁGUA NAS ESCOLAS:** realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e a Sedru, com recursos do governo do estado no valor de R\$ 16,9 milhões, objetiva a implantação, ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água em 414 escolas estaduais, além da análise e acompanhamento da qualidade da água fornecida por sistemas de abastecimento de água públicos em 3.555 escolas estaduais. Mais de dois milhões e 500 mil alunos foram beneficiados com a iniciativa. Em 2013, foram realizadas 105 obras de implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água e 102 visitas técnicas sociais às escolas com obras em andamento, para repasse de informações sobre o tratamento da água e questões de educação sanitária.

**SANEAMENTO RURAL:** a Copasa participa das ações do Governo do Estado de Minas Gerais no atendimento às pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, implementando diversos programas

sociais em sedes municipais, comunidades rurais e escolas estaduais efetivados por convênios e/ou contratos. Esses programas visam à melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações onde a Copasa não detém a concessão para prestação dos serviços, por meio da implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos.

**PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS (PROÁGUA NACIONAL):** desenvolvido em parceria com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, tendo o apoio técnico da Copasa, com investimento dos governos federal e estadual no valor de R\$ 29,4 milhões, visa a garantir a melhoria e a implantação da oferta de água de boa qualidade para a região norte do estado de Minas Gerais, promovendo o seu uso racional. Em 2013, encontravam-se em fase de conclusão os sistemas de abastecimento de água das sedes municipais de Janaúba, Janaúba, Mato Verde e Rio Pardo de Minas e das 62 localidades vinculadas a essas sedes municipais.

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) SANEAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS I E II –** Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal/Sedru/Copasa: o objetivo dos convênios, com o valor de R\$ 7 milhões, é a elaboração de estudos de concepção, serviços de campo, projetos básicos, projetos executivos, licenciamento ambiental e apoio institucional para unidades integradas de localidades consorciadas. São oito polos (Bom Despacho, Divinópolis, Formiga, Frutal, Itajubá, Janaúba, Montes Claros e Teófilo Otoni) – 128 municípios. Em 2013, foi realizada a reprogramação dos referidos convênios, bem como a licitação do estudo de concepção do consórcio de Janaúba.



**PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA (ÁGUA PARA TODOS):** com valor aproximado de R\$ 84 milhões, trata-se de convênio celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas Gerais (Sedvan), com interveniência do estado de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Estado de Governo (Segov), tendo a Copasa como interveniente executora. Referido convênio possui como objetivo a implantação, recuperação e/ou ampliação de sistemas coletivos de abastecimento de água no estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa Água para Todos. A área de abrangência do programa será constituída pelos 85 municípios que compõem o semiárido mineiro. Em 2013, foram licitados nove lotes de obra, um para fiscalização e um para trabalho social. As ordens de serviço foram emitidas a partir de setembro de 2013 e foi iniciada a perfuração de poços profundos.

**PROGRAMA SOLIDARIEDÁGUA:** arrecada contribuições voluntárias de clientes da Copasa, diretamente nas faturas de água/ esgoto, para quitação de débitos vencidos de hospitais filantrópicos com a Companhia.

**PROGRAMA VALE ÁGUA:** incentiva os moradores de aglomerados de Belo Horizonte a trocar latas de alumínio e garrafas PET por descontos na conta de água, tendo como objetivos: beneficiar clientes de baixa renda; criar consciência ambiental de reciclagem; e diminuir o volume de lixo lançado no meio ambiente. Em 2013, recebeu 4.290 kg de latas de alumínio e 51.810 kg de garrafas PET.

**SUBVENÇÃO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS:** a Copasa pode destinar até 0,6% de seu faturamento mensal ao programa de

concessão de subvenção, que foi adequado à ação *Conta com a Gente*, realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social e com o Serviço Voluntário de Assistência Social. Em 2013, 795 entidades filantrópicas foram beneficiadas com descontos nas tarifas de água e esgoto até o limite da demanda contratada. Para as entidades cadastradas na ação *Conta com a Gente*, a subvenção representa desconto de 25% nas tarifas. Para os hospitais filantrópicos vinculados ao Programa Solidariedágua, o desconto é de 50%.

**TARIFA SOCIAL:** instituída em 1994, tendo como critérios de adesão a área construída do imóvel residencial e o consumo de água. Em 2012, com a Resolução Normativa nº 020/2012 da ARSAE-MG, foram estabelecidos os seguintes critérios para ter direito à tarifa social: o cliente deve pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com renda per capita mensal menor ou igual a meio salário-mínimo nacional. Em 2013, 630.188 residências (média/mês) foram beneficiadas pela tarifa social com abastecimento de água e 316.215 residências (média/mês), com esgotamento sanitário.

(GRI EC9)

Para apoiar as vítimas de tragédias, foram enviados, em dezembro de 2013, 114 mil copos de água envasada para a Secretaria de Estado de Defesa Civil de Minas Gerais. Nesse ano, esse apoio atendeu à parte da população da cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, que sofreu com fortes chuvas.



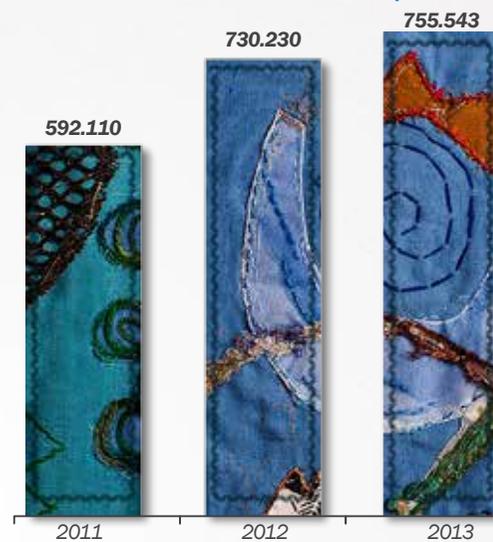
Em parceria com a Delegacia Especializada em Localização de Pessoas Desaparecidas, a Copasa divulga, no verso das contas de água e esgoto, distribuídas em todo o estado de Minas Gerais, fotos de pessoas desaparecidas.

## PROMOVENDO CIDADANIA

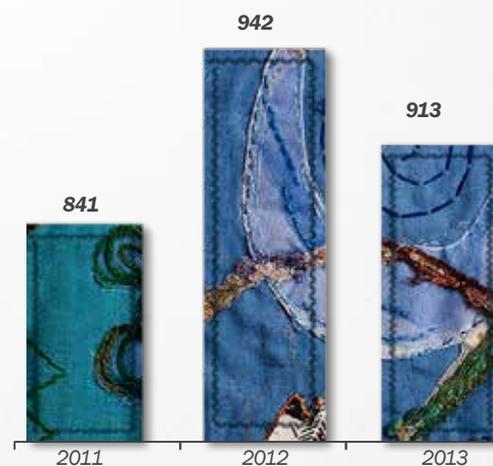
**PROGRAMA CONFIA EM 6%:** possibilita que os empregados da Copasa destinem parte do seu imposto de renda devido ao Fundo da Infância e da Adolescência, o qual é um dos meios fundamentais para a viabilização das políticas de atendimento à população infanto-juvenil preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Na campanha de 2013, 913 empregados aderiram ao programa e as doações totalizaram R\$ 755.543, destinados aos seguintes municípios: Alfenas, Almenara, Alvinópolis, Andradas, Araçuaí, Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Cambuquira, Caratinga, Contagem, Corinto, Coronel Fabriciano, Cristais, Crucilândia, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Frutal, Ipatinga, Itajubá, Jaboticatubas, Janaúba, Januária, Jordânia, Lavras, Leopoldina, Liberdade, Matozinhos, Montes Claros, Palma, Patos de Minas, Resende Costa, Ribeirão das Neves, Sabará, Salinas, Santa Luzia, Santos Dumont, São Domingos do Prata, São Francisco, São Sebastião do Paraíso, Teófilo Otoni, Três Corações, Ubá e Varginha.

O desempenho do programa, nos últimos três anos, está representado a seguir:

### VALOR DOADO R\$



### NÚMERO DE DOADORES





### **PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ALÉM**

**DOS MUROS:** desenvolvido para integrar a Copasa às comunidades, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população do entorno da unidade da Copasa localizada próxima às vilas Pedreira Prado Lopes e Senhor dos Passos, na cidade de Belo Horizonte. Entre as principais atividades, destaca-se o Coral Infantil Gotas da Canção, grupo de canto composto por cerca de 50 crianças, com idades entre 6 e 11 anos.

**PROGRAMA FICA VIVO!:** criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, objetiva intervir na realidade social antes que o crime aconteça, diminuindo os índices de homicídios e melhorando a qualidade de vida da população. Para tanto, é feito acompanhamento especializado e são oferecidas oficinas culturais, esportivas, profissionalizantes e de lazer para jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes em áreas que concentram indicadores elevados de homicídios. A Copasa é parceira dessa iniciativa, por meio de convênio firmado com a Secretaria de Estado de Defesa Social e com o Senai, tendo contratado, em 2013, 19 jovens como aprendizes, que foram indicados pela secretaria.

**VOLUNTARIADO:** os empregados da Copasa, com o apoio da Empresa, organizam e realizam diversas ações de voluntariado, como campanhas de arrecadação de diversos produtos e coleta de material reciclável para doação a famílias carentes e instituições beneficentes, comemorações do Dia das Crianças, Natal etc.



## RELACIONANDO E EDUCANDO COM ARTE

**CONCERTO AO PÉ DAS MANGUEIRAS:** mais uma vez, a Copasa abriu as portas da sua sede para a comunidade do entorno, oferecendo um concerto de Natal, que também contou com a presença de seus empregados.

**CONTADORES DE HISTÓRIAS:** objetiva transmitir valores éticos de cidadania e estimular a reflexão sobre atitudes positivas em relação à preservação do meio ambiente, por meio de momentos de entretenimento, aproximação e integração, promovendo a arte de contar “causos e histórias”. Em 2013, foram feitas sete apresentações, destacando-se a solenidade de premiação do Programa Chuá e a comemoração do Dia da Natureza, beneficiando um público aproximado de seis mil pessoas.

**CORAL COPASA:** criado há 32 anos, é composto por 34 empregados e familiares. Em 2013, o coral realizou 15 apresentações, beneficiando um público aproximado de dez mil pessoas, destacando-se o Concerto da Festa de 50 anos da Copasa e a apresentação no Festival Internacional de Corais. Nas festividades natalinas, executou suas tradicionais apresentações: o 5º Concerto Sob os Pés das Mangueiras e a Cantata de Natal da Copasa, realizada na Praça da Liberdade, local turístico em Belo Horizonte.

**ENCONTRO MERCADO:** com a finalidade de estimular a integração entre os empregados, proporciona aos empregados músicos e cantores a oportunidade de mostrar aos colegas seus talentos.

Em 2013, foram realizados oito encontros, prestigiados por, aproximadamente, 100 pessoas em cada uma das edições.

**GALERIA DE ARTE COPASA:** instalada no saguão de entrada da sede da Copasa, trata-se de um espaço destinado a divulgar artes plásticas e visuais, com uma programação regular de exposições, que são definidas por concorrência pública. Em 2013, foram realizadas seis exposições, visitadas por, aproximadamente, quatro mil pessoas.

**GALERIA INTERNA COPASA:** instalada na sede da Empresa, promove a expressão artística dos empregados. Em 2013, foi apresentada uma coletiva de trabalhos artísticos desenvolvida pelo Programa de Desenvolvimento e Valorização de Equipe, cujo objetivo é mobilizar o potencial humano para a identificação e resolução de problemas por meio do desenvolvimento e valorização das equipes envolvidas e do estímulo e respaldo à iniciativa e à inovação.

**GRUPO DE TEATRO COPASA:** composto por empregados, objetiva valorizar os talentos internos e utilizar a linguagem lúdica do teatro para disseminar temas estratégicos para a Empresa e suas partes interessadas, permitindo o entendimento e a assimilação por todos os níveis de empregados. O grupo desenvolveu 25 peças e várias esquetes, sendo que, em 2013, completou 20 anos de existência. Nesse ano, destacaram-se as seguintes apresentações: *A arapuca*, que trata do planejamento financeiro familiar, e *Começar de novo*, que faz parte do Programa de Preparação para Aposentadoria.



## INCENTIVO A AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### RECURSOS LIBERADOS PELA COMPANHIA POR MEIO DAS LEIS DE INCENTIVO

ANO	LEI ROUANET (R\$)	LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (R\$)	DOAÇÕES PARA O FIA (R\$)	TOTAL (R\$)
2013	2.700.000,00	675.000,00	–	3.375.000,00
2012	2.884.000,00	671.000,00	671.000,00	4.226.000,00
2011	3.000.000,00	750.000,00	750.000,00	4.500.000,00

A Copasa patrocina, por meio das Leis de Incentivo à Cultura e Esporte, projetos que promovem cultura e entretenimento e incentiva a prática esportiva, tais como:

#### **CAMPANHA DE POPULARIZAÇÃO DE TEATRO E DA DANÇA:**

evento que acontece anualmente nos meses de janeiro e fevereiro. A campanha tem como objetivos apresentar e divulgar os artistas e facilitar o acesso às artes, com preços reduzidos dos ingressos. Em 2013, contou com 154 peças, nos municípios mineiros de Belo Horizonte, Ipatinga e Araxá, com um público total de aproximadamente 350 mil pessoas;

#### **ESPETÁCULO MULTIDISCIPLINAR VALORES DE MINAS:**

o projeto fez parte do Programa Valores de Minas, na 9ª edição e,

para o encerramento de suas atividades, apresentou um espetáculo que reuniu 500 jovens em cena. Em 2013, apresentou o espetáculo Garimpar, resgatando temas da história do garimpo no estado de Minas Gerais, como Vissungos, uma língua cantada africana, a cultura Bantu;

**PALÁCIO DAS ARTES – TEMPORADA DE ÓPERAS 2013:** um dos maiores centros de atividades artísticas e culturais do estado de Minas Gerais, o Palácio das Artes é palco de grandiosos espetáculos, configurando-se como um importante complexo cultural. A Fundação Clóvis Salgado, que o administra, tem sob sua gestão quatro importantes corpos artísticos de reconhecida expressão: a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, a Companhia de Dança do Palácio das Artes, o Coral Lírico de Minas Gerais e o Coral Infantil.



Em 2013, integrando a Temporada de Óperas, foram produzidos três títulos do repertório operístico mundial: Madame Butterfly, Il Trovatori de Verdi e Tristão e Isolda;

**ORQUESTRA JOVEM DE CONTAGEM:** fundada há 14 anos, é um projeto voltado para a promoção do desenvolvimento humano por meio do acesso à arte, à cultura e à educação, de forma a possibilitar a promoção da cidadania e a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade no município de Contagem e Belo Horizonte (Pedreira Prado Lopes e Taquaril). O trabalho envolve a realização de cursos e oficinas de formação musical em que os alunos têm a oportunidade de aprender e desenvolver habilidades artísticas e, ao mesmo tempo, se preparar para uma relação social mais estruturada e segura;

**PONTO DE PARTIDA – SEMPRE EM CARTAZ!:** grupo de teatro com 31 anos de atividade, fundado no município de Barbacena, com 20 profissionais em exercício permanente. Criou e sistematizou métodos e processos de produção na dramaturgia brasileira que sustentam seus 31 espetáculos montados. Em 2013, foram realizadas 24 apresentações;

**PRÊMIO DE ARTES CÊNICAS DE MINAS GERAIS (CENA MINAS):** desenvolvido pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Cultural Sérgio Magnani, objetiva incentivar e fortalecer as produções cênicas no estado. Em suas últimas edições, o prêmio contemplou 45 projetos, divididos em três categorias: manutenção de espaços cênicos, circulação de espetáculos cênicos e equipamentos e materiais;

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATLETAS POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE:** objetiva promover o aprimoramento dos atletas jovens e adultos do Minas Tênis Clube e da comunidade esportiva estadual e nacional, entre 6 e 35 anos, com qualidades físicas e habilidades técnicas apropriadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, nas modalidades de basquete e futebol de salão masculino, ginástica artística, ginástica de trampolim, judô, tênis, natação e vôlei masculino e feminino;

**NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE ATLETAS DE BASQUETEBOL:** o Mackenzie Esporte Clube tem como objetivo principal disponibilizar às crianças e adolescentes, em sua maioria estudantes de escolas públicas, excelentes condições para o desenvolvimento de suas aptidões esportivas, com capacidade técnica comprovada para o desporto de rendimento.

## APOIO EM EVENTOS

**CONCERTOS NO PARQUE:** iniciativa da Fundação Clóvis Salgado – Palácio das Artes, na qual são realizados concertos públicos no Parque Municipal Renné Gianetti, com apresentações da Orquestra Sinfônica e do Coral Lírico de Minas Gerais, tendo se tornado uma tradição cultural no município de Belo Horizonte. Cada concerto conta com um público aproximado de quatro mil pessoas. A participação da Copasa se dá com a distribuição de água tratada para o público presente.



**COOPERATIVISMO E ARTE NOS PARQUES:** promovido pelo Sistema do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, esse projeto busca integrar e valorizar a filosofia cooperativista por meio da cultura e lazer, com apresentações artísticas em parques. O público estimado foi de duas mil pessoas por evento, para as quais a Copasa forneceu água tratada por meio de copinhos envasados e do Pipinha.

**FESTIVAL NATURA MUSICAL:** trata-se de um encontro com a música popular brasileira, com apresentação de 21 artistas de diferentes estilos e ritmos em dois palcos simultâneos. A Copasa distribuiu água tratada para um público aproximado de 50 mil pessoas.

A Copasa não realiza quaisquer contribuições financeiras ou em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas.

(GRI S06)



# Balanco Social Anual

(GRI EN30)

## BALANÇO SOCIAL: EMPRESA: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

1 - BASE DE CÁLCULO		2013 - VALOR (MIL REAIS)		2012 - VALOR (MIL REAIS)		
Receita líquida de água e esgoto (RL) <sup>1</sup>		3.007.736		2.768.365		
Receita líquida total <sup>2</sup>		3.714.818		3.499.941		
Resultado operacional (RO) <sup>3</sup>		566.158		647.034		
Folha de pagamento bruta (FPB)		1.011.363		904.002		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	116.746	11,54%	3,88%	103.702	11,47%	3,75%
Encargos sociais compulsórios	235.379	23,27%	7,83%	202.586	22,41%	7,32%
Previdência privada	37.282	3,69%	1,24%	33.683	3,73%	1,22%
Saúde	47.425	4,69%	1,58%	42.408	4,69%	1,53%
Segurança e saúde no trabalho	6.928	0,69%	0,23%	5.839	0,65%	0,21%
Educação	2.829	0,28%	0,09%	2.538	0,28%	0,09%
Cultura	191	0,02%	0,01%	124	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.912	0,19%	0,06%	1.805	0,20%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	846	0,08%	0,03%	787	0,09%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	32.670	3,23%	1,09%	27.613	3,05%	1,00%
Outros <sup>4</sup>	11.649	1,15%	0,39%	10.457	1,16%	0,38%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>493.857</b>	<b>48,83%</b>	<b>16,42%</b>	<b>431.542</b>	<b>47,74%</b>	<b>15,59%</b>



3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Educação	1.084	0,19%	0,04%	1.120	0,18%	0,04%
Cultura	3.355	0,59%	0,11%	3.314	0,52%	0,12%
Saúde e saneamento <sup>5</sup>	277.249	48,97%	9,22%	214.789	33,61%	7,76%
Esporte	874	0,15%	0,03%	883	0,14%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar <sup>6</sup>	29	0,01%	0,00%	433	0,07%	0,02%
Outros <sup>7</sup>	535	0,09%	0,02%	773	0,12%	0,03%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>283.126</b>	<b>50,01%</b>	<b>9,41%</b>	<b>221.312</b>	<b>34,63%</b>	<b>7,99%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	381.832	67,44%	12,69%	374.541	58,60%	13,53%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>664.958</b>	<b>117,45%</b>	<b>22,11%</b>	<b>595.853</b>	<b>93,23%</b>	<b>21,52%</b>

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	363.947	64,28%	12,10%	356.345	55,75%	12,87%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	7.335	1,30%	0,24%	9.642	1,51%	0,35%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>371.282</b>	<b>65,58%</b>	<b>12,34%</b>	<b>365.987</b>	<b>57,26%</b>	<b>13,22%</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos:

(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75%  
 ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%

#### 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2013	2012
Número de empregados ao final do período	11.864	11.611
Número de admissões durante o período	767	378
Número de empregados terceirizados <sup>8</sup>	1.340	725
Número de estagiários	103	101
Número de empregados acima de 45 anos	5.262	5.259
Número de mulheres que trabalham na empresa	1.177	1.179
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,98%	20,54%



Número de negros que trabalham na empresa	5.031	4.826
% de cargos de chefia ocupados por negros	14,28%	13,40%
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	469	459

**6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES  
QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA  
EMPRESARIAL**

	2013			METAS 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,79			ND		
Número total de acidentes de trabalho	284			276		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados	(X) todos + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados	(X) todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	( ) não se envolve	(X) apoia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará



Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa: 1.111.911	no Procon: 344	na Justiça: 2.502	na empresa: 1.089.312	no Procon: 176	na Justiça: 2.452
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 42,61%	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 60%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 2.094.570			Em 2012: 2.045.417		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,60% governo 6,66% acionistas 13,38% retido 41,71% colaboradores 11,65% terceiros				26,08% governo 7,76% acionistas 15,95% retido 37,84% colaboradores 12,36% terceiros	

## 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.

Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Divisão de Responsabilidade Social, telefone 55 31 3250.1560, e-mail [dvrs@copasa.com.br](mailto:dvrs@copasa.com.br).

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

1 - No Balanço Social de 2013, está sendo considerado o valor da Receita Líquida proveniente das atividades principais da Companhia, ou seja, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o cálculo dos indicadores, não sendo considerado o valor das Receitas de Construção advindas da conversão para o IFRS.

2 - Receita líquida de água e esgoto + receita de construção. O valor de 2012 difere do divulgado em 2012, em função de ajustes contábeis, conforme descrito na Nota Explicativa 3.23 das Demonstrações Financeiras de 2013.

3 - O valor de 2012 difere do divulgado em 2012, em função de ajustes contábeis, conforme descrito na Nota Explicativa 3.23 das Demonstrações Financeiras de 2013.

4 - Gastos com benefícios para os empregados tais como: auxílio-funeral, confraternizações institucionais, Programa de Planejamento Financeiro Familiar, Programa de Preparação para a Aposentadoria, seguros, solenidade para os empregados que completaram 25 anos de serviços prestados à Copasa e vale-transporte para empregados.

5 - Ampliação das famílias beneficiadas com a Tarifa Social, em conformidade com a Resolução Normativa 020/2012 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE MG).

6 - A diferença do valor deve-se à destinação de recursos, realizada em 2012 por meio de incentivo fiscal, a um programa que distribuiu complemento alimentar para entidades de assistência social.



7 - Patrocínio a eventos e projetos diversos, tais como: Programa de Doação dos Empregados da Copasa ao Fundo da Infância e Adolescência, Programa Fica Vivo e Seminário Internacional de Responsabilidade Social.

8 - O número de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente.

---





# SOBRE O RELATÓRIO

*O rio passava pelo povoado em vários pontos e, por isso, a qualquer lugar que eu fosse, dava de cara com ele.*

# Parâmetros de Elaboração do Relatório

(GRI 4.17)



A Copasa publica anualmente, desde 2005, os seus resultados econômicos, sociais e ambientais integrados em um único documento. Este relatório se refere ao exercício de 2013, em cuja elaboração foram adotadas, pelo quarto ano consecutivo, as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), tendo a Companhia alcançado o nível de aplicação B. As demonstrações financeiras foram auditadas pela empresa PricewaterhouseCoopers.

(GRI 3.1/GRI 3.2/GRI 3.3/GRI 3.13)

A Companhia vem aprimorando o processo de elaboração dos seus relatórios, tendo sido definido que, a partir de 2012, a elaboração do conteúdo seria realizada pelo próprio corpo técnico, buscando fortalecer o engajamento do público interno nesse processo, que conta com o envolvimento da Alta Administração.

Nesta edição, mais uma vez, buscou-se ampliar o atendimento dos indicadores da GRI, de forma a abranger todos os aspectos da sustentabilidade. Nesse sentido, foram acrescentadas informações referentes a seis indicadores de desempenho relativos aos seguintes temas: direitos humanos; práticas trabalhistas e trabalho decente; responsabilidade pelo produto. Para nortear seu processo de elaboração, foram observados os seguintes princípios, entre outros:

(GRI 3.5/GRI 3.11)

**INCLUSÃO DAS PARTES INTERESSADAS:** foram identificadas como principais partes interessadas da Copasa os clientes, os empregados, o estado de Minas Gerais (acionista majoritário), os fornecedores, os investidores (acionistas minoritários), os órgãos reguladores, o poder concedente (municípios) e a sociedade.

(GRI 4.15)

**ABRANGÊNCIA:** foram analisados e relatados os temas, informações e indicadores considerados de importância para a avaliação das estratégias e do desempenho da Copasa, como empresa unitária, nas dimensões econômica, ambiental e social. Informações complementares sobre as Subsidiárias foram assimiladas e indicadas no texto. Considerando a relevância do assunto para a localidade ou para o público envolvido, em alguns trechos encontram-se detalhados exemplos e situações específicos de unidades organizacionais distintas.

(GRI 3.6/GRI 3.7/GRI 3.8)



**MATERIALIDADE:** a materialidade direciona a comunicação para os temas de maior relevância para os públicos com os quais a Empresa se relaciona. Em 2013, a Copasa realizou uma análise da materialidade para identificar as questões de sustentabilidade mais relevantes para seu negócio e para suas partes interessadas, especialmente por meio do mapeamento das expectativas das partes interessadas, realizado quando da revisão do planejamento estratégico, que identificou como principais questões nas perspectivas interna e externa:

#### STAKEHOLDERS

Cientes  
Empregados  
Estado de Minas Gerais  
Fornecedores  
Investidores  
Órgãos reguladores  
Poder concedente  
Sociedade

#### DOCUMENTOS ANALISADOS

Formulário de Referência  
Imposições legais e regulatórias  
Indicadores Ethos de Responsabilidade Social  
ISE  
Mapeamento das expectativas das partes interessadas  
Perception study  
Pesquisa de clima organizacional  
Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado  
Relatório anual da Ouvidoria Interna  
Relatório da Administração

Os resultados da análise mostram as seguintes questões materiais para a Copasa:



**A** Temas de alta relevância para a empresa e para mais de um grupo de *stakeholders*.

**B** Temas de relevância mediana para a empresa ou para mais de um dos grupos de *stakeholders*.





**A - TEMAS DE ALTA RELEVÂNCIA  
PARA A EMPRESA E PARA MAIS DE  
UM GRUPO DE STAKEHOLDERS**

Ampliação dos projetos e ações de responsabilidade socioambiental.

Aprimoramento da educação ambiental.

Atendimento das exigências dos órgãos do governo e de regulação.

Disponibilidade e qualidade dos produtos e serviços.

Fomento da valorização dos serviços de esgotamento sanitário.

Otimização do resultado operacional e financeiro.

Preservação dos recursos naturais.

Revisão das políticas de recursos humanos.

Revisão tarifária.

Universalização dos serviços de saneamento básico.

**B - TEMAS DE RELEVÂNCIA MEDIANA  
PARA A EMPRESA OU PARA MAIS DE  
UM DOS GRUPOS DE STAKEHOLDERS**

Modernização dos atuais sistemas de água e esgoto.

Relacionamento com os fornecedores.

Valorização da diversidade.

# Índice de conteúdo da GRI

(GRI 3.12)



Indicadores	Páginas	Observações
<b>Estratégia e análise</b>		
1.1	08; 10	
Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.		
1.2	66	
Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.		
<b>Perfil organizacional</b>		
2.1	17	
Nome da organização.		
2.2	17; 18	
Principais marcas, produtos e/ou serviços.		
2.3	18; 19	
Estrutura operacional.		
2.4		A sede da Copasa está localizada na Rua Mar de Espanha, 525, no bairro Santo Antônio, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.
2.5	17	
Número de países em que a organização opera.		

Indicadores	Páginas	Observações
2.6		A Copasa é uma sociedade de economia mista, por ações, de capital autorizado, sob controle acionário do estado de Minas Gerais.
Tipo e natureza jurídica.		
2.7		A atuação da Copasa concentra-se em municípios do estado de Minas Gerais na prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário. Além disso, mantém convênios de cooperação técnica, no âmbito nacional e internacional, com o objetivo de compartilhar experiências e expertises do corpo técnico.
Mercados atendidos.		
2.8	23; 60	
Porte da organização.		
2.9	23	
Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório.		
2.10	30	
Prêmios recebidos no período.		



Indicadores	Páginas	Observações	
<b>Parâmetros para o relatório</b>			
<b>Perfil do relatório</b>			
3.1	Período coberto pelo relatório.	142	O relatório se refere ao ano de 2013.
3.2	Data do relatório anterior.	142	O relatório anual e de sustentabilidade anterior foi publicado em 2012 (disponível em <a href="http://www.copasa.com.br/acopasa/relatoriosde-sustentabilidade">www.copasa.com.br/acopasa/relatoriosde-sustentabilidade</a> ).
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.).	142	
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo .	158	
<b>Escopo e limite do relatório</b>			
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório.	142	
3.6	Limite do relatório.	142	
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou limite do relatório.	142	

Indicadores	Páginas	Observações	
3.8	Base para elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, Subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações.	142	
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo.		Podem ser encontradas ao longo do relatório, próximas à apresentação dos valores, quando aplicável.
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e das razões para tais reformulações.	16	
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	142	
<b>Sumário de conteúdo da GRI</b>			
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	145	



**Indicadores** **Páginas** **Observações**

**Verificação**

3.13 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório. 39; 142

**Governança, compromisso e engajamento**

**Governança**

4.1 Estrutura de governança da organização. 33

4.2 Indicação caso o presidente do mais alto grau de governança seja, também, um diretor executivo . 37

4.3 Declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança . 37

4.4 Mecanismo para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança. 43

4.5 Relação entre a remuneração para membros do mais alto órgão de governança, Diretoria Executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental). 36



**Indicadores****Páginas****Observações**

- |     |   |    |
|-----|---|----|
| 4.6 | Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.   | 36 |
| 4.8 | Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação .   | 40 |
| 4.9 | Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios. | 40 |



**Indicadores****Páginas****Observações****Compromissos com iniciativas externas**

4.11	Informar sobre como a empresa considera a abordagem de precaução em sua gestão.	66	
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.		A Copasa não é signatária de nenhum compromisso dessa natureza.
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização possua assento em grupos responsáveis pela governança corporativa; integre projetos ou comitês; contribua com recursos de monta além da taxa básica como organização associada; considere estratégica sua atuação como associada.	74; 83	Além de ter participação ativa em comitês na área ambiental, a Copasa participa das seguintes associações e entidades: Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), ABNT, Associação Brasileira de Ouvidores (ABO), Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD), Associação Comercial de Minas Gerais (ACM), Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (Aidis), Câmara Americana de Comércio (Amcham), Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Instituto Brasileiro do Concreto (Ibracon) e Instituto Qualidade Minas (IQM).





Indicadores	Páginas	Observações
<b>Engajamento dos stakeholders</b>		
4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados na organização .	42
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar .	142
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i> , incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupo .	42
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e medidas adotadas pela organização para tratá-los.	142

#### Indicadores de desempenho

##### Desempenho econômico

EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído .	12
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	66
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	114

Indicadores	Páginas	Observações
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	A Copasa não recebe ajuda financeira do governo.
<b>Presença no mercado</b>		
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário-mínimo local em unidades operacionais importantes .	103
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes .	125
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	104; 105

##### Impactos econômicos indiretos

EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.	128
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a sua extensão .	129



Indicadores	Páginas	Observações
<b>Desempenho ambiental</b>		
<b>Energia</b>		
EN3	87	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
EN4		Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
EN8	14	Total de retirada de água por fonte.
<b>Biodiversidade</b>		
EN11	84	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
EN12	93	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

Indicadores	Páginas	Observações
EN13	83	Habitats protegidos ou restaurados.
<b>Emissões, efluentes e resíduos</b>		
EN16	91	Total de emissões diretas ou indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.
EN17	91	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
EN18	88	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.



Indicadores	Páginas	Observações
<b>Produtos e serviços</b>		
EN26	78;86; 126	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
<b>Transporte</b>		
EN29	89	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.
EN30	136;140	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.
<b>Desempenho social</b>		
<b>Práticas trabalhistas e trabalho decente</b>		
<b>Emprego</b>		
LA1	99	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
LA2	98	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.
LA3	113	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.

Indicadores	Páginas	Observações
<b>Relações entre os trabalhadores e a governança</b>		
LA4	115	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
LA5		Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
		Nos acordos coletivos, não é estipulado prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais. Eventuais mudanças são comunicadas com antecedência, sendo que o prazo varia conforme a situação.
<b>Saúde e segurança no trabalho</b>		
LA6	108	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
LA7	112	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região .



Indicadores	Páginas	Observações
LA8	109	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
LA9	108	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.
<b>Treinamento e educação</b>		
LA10	107	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminada por categoria funcional.
LA11	106; 114	Programas para gestão de competência e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos empregados e para gerenciamento do fim da carreira.
LA12	106	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.
<b>Diversidade e igualdade de oportunidades</b>		
LA13	101	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade .

Indicadores	Páginas	Observações
LA14	100	Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional.
<b>Direitos humanos</b>		
<b>Práticas de investimentos e processos de compra</b>		
HR1	126	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.
HR2	126	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.
HR3	107	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.



Indicadores	Páginas	Observações
-------------	---------	-------------

#### Não discriminação

HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	Não foram registrados casos de discriminação na Copasa em 2013.
-----	--	---

#### Liberdade de associação e negociação coletiva

HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	115	Nenhuma operação foi identificada como tendo risco significativo ao direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva.
-----	--	-----	---

#### Trabalho infantil

HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	Nenhuma operação foi identificada como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho infantil.
-----	---	--

#### Trabalho forçado ou análogo ao escravo

HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Nenhuma operação foi identificada como tendo risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo.
-----	--	---

Indicadores	Páginas	Observações
-------------	---------	-------------

#### Práticas de segurança

HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações .	111
-----	---	-----

#### Direitos indígenas

HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e as medidas tomadas.	Não foram registrados casos de violação de direitos de povos indígenas pela Copasa em 2013.
-----	---	---

#### Sociedade

##### Comunidade

SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	128
-----	--	-----



Indicadores	Páginas	Observações
<b>Corrupção</b>		
S02	39	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.
S03	40	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos de anticorrupção da organização .
S04	39	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção .
<b>Políticas públicas</b>		
S05	20;74	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies .
S06	135	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país. A Copasa é proibida de realizar quaisquer contribuições financeiras e em espécie para políticos, partidos políticos ou instituições relacionadas.
<b>Concorrência desleal</b>		
S07	123	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados. Não houve nenhuma ação judicial contra a Copasa em 2013 por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio.

Indicadores	Páginas	Observações
<b>Responsabilidade pelo produto</b>		
<b>Saúde e segurança do cliente</b>		
PR1	119	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando à melhoria e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos .
PR2		Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado. Não há nenhum caso de não conformidade relacionado ao tema.
<b>Rotulagem de produtos e serviços</b>		
PR3	120	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigido por procedimentos de rotulagem e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.



### Indicadores

PR4 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.

### Páginas

### Observações

Os serviços prestados pela Copasa e seus respectivos produtos não envolvem procedimentos de envasamento e rotulagem; portanto, a Companhia não adota procedimentos relativos à minimização de riscos específicos à rotulagem dos produtos e serviços. A Subsidiária Copasa Águas Minerais de Minas utiliza rótulos autorizados pelos órgãos competentes.

PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação

122; 123

### Comunicações de marketing

PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.

A Copasa busca representar a diversidade em peças publicitárias, além de não associar sua imagem a elementos religiosos, times de futebol etc.

### Indicadores

PR7 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.

### Páginas

### Observações

Não ocorreram, em 2013, casos de não conformidade referentes a códigos e legislações relacionados a marketing, publicidade, promoção e patrocínio.

### Conformidades

PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.

125



# Agradecimento



Em 2013, entre tantos momentos de comemoração dos 50 anos da Copasa, 71 empregados viveram uma experiência única: a criação das ilustrações do livro Povo d'água. Nos bordados, a materialização de suas histórias e do compromisso de todos os empregados da Copasa com as águas de Minas. A cada colega, parceiro de sonhos, desafios e sentimentos, nossos sinceros agradecimentos pela beleza que emprestou ao nosso relato e por sua participação diária na construção de uma empresa cada dia melhor.





## Ficha Técnica



### Auditoria Independente - Demonstrações Financeiras

PricewaterhouseCoopers

### Relações com Investidores

Paula Vasques Bittencourt

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Telefone: +55 31 3250.2015

Fax: + 55 31 3250.1409

E-mail: [ri@copasa.com.br](mailto:ri@copasa.com.br)

### Esclarecimentos referentes ao relatório

(GRI 3.4)

Divisão de Responsabilidade Social

Telefone: +55 31 3250.1560

E-mail: [dvrs@copasa.com.br](mailto:dvrs@copasa.com.br)

### Criação e Desenvolvimento Digital

Ideorama Comunicação Ltda

### Editoração

Divisão de Imprensa

Telefone: +55 31 3250-1069

Fax: +55 31 3250-1666

E-mail: [imprensa@copasa.com.br](mailto:imprensa@copasa.com.br)

### Coordenação Geral

Assessoria da Presidência

Gabinete da Presidência

### Aviso Legal

Este documento pode conter considerações referentes às perspectivas do negócio da Copasa, que são projeções e baseiam-se nas expectativas em relação ao futuro do negócio. Essas estimativas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições, que incluem, entre outras, condições econômicas, políticas, financeiras e comerciais nos mercados em que a Companhia atua. Possíveis investidores são aqui alertados de que nenhuma dessas previsões é garantia de futuro desempenho, pois envolvem riscos e incertezas.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

*Demonstrações financeiras ilustrativas,  
de acordo com as práticas contábeis  
adotadas no Brasil e as IFRS,  
em 31 de dezembro de 2013*

## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	6	260.481	496.425	241.536	261.938	497.701	242.371
Contas a receber de clientes	7	697.105	578.853	471.797	702.205	583.513	475.726
Títulos e valores mobiliários	7	-	20.135	-	-	20.135	-
Estoques		34.486	33.121	29.074	37.166	35.187	31.965
Impostos a compensar		23.283	21.171	36.236	24.436	21.913	37.009
Convênio de cooperação técnica	16	-	-	5.085	12.298	-	5.817
Bancos e aplicações de convênio	16	36.688	47.480	9.161	36.794	67.715	11.671
Créditos diversos		27.665	22.991	21.741	25.201	23.066	21.762
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.079.708</b>	<b>1.220.176</b>	<b>814.630</b>	<b>1.100.038</b>	<b>1.249.230</b>	<b>826.321</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Realizável em longo prazo							
Contas a receber de clientes	7	212.580	220.000	220.060	212.580	220.000	220.060
Caução em garantia de financiamentos	7	133.410	132.961	131.778	133.410	132.961	131.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	118.944	176.406	149.566	118.944	176.406	149.566
Créditos com Controladas	7/26	109.790	106.831	76.048	-	-	-
Aplicação financeira vinculada	7	97.380	188.661	328.891	97.380	188.661	328.891
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	48.638	28.850	25.079	48.638	28.850	25.079
Ativos financeiros – contratos de concessão	5	494.836	390.757	325.493	494.836	390.757	325.493
Créditos diversos	7	54.524	39.907	16.534	54.835	40.218	17.241
		<b>1.270.102</b>	<b>1.284.373</b>	<b>1.273.449</b>	<b>1.160.623</b>	<b>1.177.853</b>	<b>1.198.108</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos	08	260	260	260	260	260	260
Intangível	9	6.900.753	6.463.360	6.060.456	6.900.755	6.463.373	6.060.461
Imobilizado	10	205.478	175.494	160.871	226.794	198.623	185.699
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>8.376.593</b>	<b>7.923.487</b>	<b>7.495.036</b>	<b>8.288.432</b>	<b>7.840.109</b>	<b>7.444.528</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.456.301</b>	<b>9.143.663</b>	<b>8.309.666</b>	<b>9.388.470</b>	<b>9.089.339</b>	<b>8.270.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	NOTA	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>CIRCULANTE</b>							
Empréstimos e financiamentos	12	196.259	228.981	371.225	196.663	228.981	371.225
Debêntures	12	275.267	134.024	172.457	275.267	134.024	172.457
Fornecedores		135.338	157.397	108.068	156.104	172.440	111.494
Impostos, taxas e contribuições		53.385	47.293	42.427	53.914	47.774	42.748
Imposto de renda e contribuição social a pagar		379	-	7.374	379	-	7.374
Parcelamento de impostos	11	41.144	35.676	41.239	41.144	35.676	41.239
Provisão para férias	11	92.023	84.653	76.587	92.679	85.172	76.949
Participação dos empregados nos lucros	14	33.087	27.968	28.317	33.087	27.968	28.317
Convênio de cooperação técnica	16	6.547	31.851	-	-	39.734	-
Obrigações de benefício de aposentadoria	17	26.409	24.602	12.119	26.409	24.602	12.119



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Juros sobre o capital próprio	18	31.646	46.469	26.921	31.646	46.469	26.921
Energia elétrica	11	10.832	6.618	24.670	11.202	6.932	24.670
Obrigações diversas	11	12.317	13.652	56.558	12.343	13.868	56.742
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>914.633</b>	<b>839.184</b>	<b>967.962</b>	<b>930.837</b>	<b>863.640</b>	<b>972.255</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos e financiamentos	12	1.192.469	1.152.892	1.248.370	1.193.498	1.152.892	1.248.370
Debêntures	12	1.492.272	1.543.481	1.017.907	1.492.272	1.543.481	1.017.907
Parcelamento de impostos	11	212.580	220.000	220.060	212.580	220.000	220.060
Provisão tributária	13	-	16.456	44.619	-	16.456	44.619
Provisão para demandas judiciais	13	76.474	63.932	43.956	77.753	64.318	46.447
Obrigações de benefício de aposentadoria	17	106.010	259.071	149.285	106.010	259.071	149.285
Provisão para perdas em investimentos	8/26	86.346	79.169	45.604	-	-	-
Obrigações diversas	11	38.158	34.590	38.808	38.161	34.593	38.811
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.204.309</b>	<b>3.369.591</b>	<b>2.808.609</b>	<b>3.120.274</b>	<b>3.290.811</b>	<b>2.765.499</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social realizado	18	2.773.985	2.773.985	2.636.499	2.773.985	2.773.985	2.636.499
Reservas de capital	18	-	-	3.782	-	-	3.782
Reservas de lucro	18	2.508.330	2.198.133	1.870.586	2.508.330	2.198.133	1.870.586
Ações em tesouraria	18	(8.576)	(8.576)	(9.190)	(8.576)	(8.576)	(9.190)
Ajustes de avaliação patrimonial	18	63.620	(28.654)	31.418	63.620	(28.654)	31.418
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.337.359</b>	<b>4.934.888</b>	<b>4.533.095</b>	<b>5.337.359</b>	<b>4.934.888</b>	<b>4.533.095</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.456.301</b>	<b>9.143.663</b>	<b>8.309.666</b>	<b>9.388.470</b>	<b>9.089.339</b>	<b>8.270.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
			(REAPRESENTADO)		(REAPRESENTADO)
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	22	3.714.818	3.429.090	3.733.397	3.448.176
Custo das vendas e dos serviços prestados	23	(2.322.956)	(2.077.253)	(2.341.918)	(2.097.045)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.391.862</b>	<b>1.351.837</b>	<b>1.391.479</b>	<b>1.351.131</b>
Despesas com vendas	23	(230.568)	(211.860)	(234.983)	(215.308)
Despesas administrativas	23	(423.531)	(369.003)	(430.095)	(376.589)
Outras receitas operacionais	22	108.727	122.330	111.733	127.521
Outras despesas operacionais	23	(81.716)	(90.673)	(79.183)	(96.039)
Participação dos empregados no lucro	23	(32.670)	(27.613)	(32.670)	(27.613)
Participação no resultado de controladas	08/23	(7.177)	(13.320)	-	-
		<b>(666.935)</b>	<b>(590.139)</b>	<b>(665.198)</b>	<b>(588.028)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>724.927</b>	<b>761.698</b>	<b>726.281</b>	<b>763.103</b>
Receitas financeiras	25	85.834	134.819	84.687	133.756
Despesas financeiras	25	(244.603)	(257.370)	(244.747)	(257.459)
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS</b>		<b>(158.769)</b>	<b>(122.551)</b>	<b>(160.060)</b>	<b>(123.703)</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>566.158</b>	<b>639.147</b>	<b>566.221</b>	<b>639.400</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(138.681)	(155.999)	(138.744)	(156.252)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(7.682)	(1.425)	(7.682)	(1.425)
		<b>(146.363)</b>	<b>(157.424)</b>	<b>(146.426)</b>	<b>(157.677)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>419.795</b>	<b>481.723</b>	<b>419.795</b>	<b>481.723</b>
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício		119.327.217	119.327.193	119.327.217	119.327.193
Lucro básico e diluído do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)		3,52	4,04	3,52	4,04

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### Demonstração do resultado abrangente

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
		(REAPRESENTADO)	(REAPRESENTADO)	(REAPRESENTADO)	(REAPRESENTADO)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>419.795</b>	<b>481.723</b>	<b>419.795</b>	<b>481.723</b>
<b>OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE</b>					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ganho/perda atuarial com benefícios de aposentadoria	17	100.485	(74.268)	100.485	(74.268)



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.060	2.489	13.060	2.489
<b>OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>113.545</b>	<b>(71.779)</b>	<b>113.545</b>	<b>(71.779)</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>533.340</b>	<b>409.944</b>	<b>533.340</b>	<b>409.944</b>
<b>ATRIBUÍVEIS A:</b>				
Acionistas da Controladora			533.340	409.944
Participação dos não controladores			-	-
			<b>533.340</b>	<b>409.944</b>

Os itens na demonstração do resultado são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 15.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA

	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCRO			LUCROS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL SOCIAL	DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS	AÇÕES EM TESOURARIA	LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	RETENÇÃO DE LUCROS			
EM 01 DE JANEIRO DE 2012	<b>2.636.499</b>	<b>3.782</b>	<b>(9.190)</b>	<b>170.109</b>	<b>20.277</b>	<b>1.680.200</b>	-	-	<b>4.501.677</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DE MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS (NOTA 3.23)

Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(4.050)	(4.050)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	3.279	3.279
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	<b>48.284</b>	<b>48.284</b>
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	-	(16.095)	(16.095)
<b>TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>31.418</b>	<b>31.418</b>

### SALDOS DE ABERTURA AJUSTADO

<b>2.636.499</b>	<b>3.782</b>	<b>(9.190)</b>	<b>170.109</b>	<b>20.277</b>	<b>1.680.200</b>	-	<b>31.418</b>	<b>4.533.095</b>
------------------	--------------	----------------	----------------	---------------	------------------	---	---------------	------------------

### RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO

Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	481.723	-	481.723
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(74.268)	(74.268)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	2.489	2.489
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	-	-	<b>481.723</b>	<b>(71.779)</b>	<b>409.944</b>

Conversão de debêntures	-	133.704	-	-	-	-	-	-	133.704
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	137.486	(137.486)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	614	-	-	-	-	-	614
Distribuição proposta:									
- Reserva legal	-	-	-	24.346	-	-	(24.346)	-	-
- Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	7.208	-	(7.208)	-	-
- Retenção de lucros	-	-	-	-	-	295.993	(295.993)	-	-



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Juros sobre o capital próprio (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	(159.381)	-	(159.381)
Reconhecimento antecipado de contratos de concessão (Nota 3.23)	-	-	-	-	-	16.912	-	-	16.912
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	7.887	(7.887)	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	(2.682)	2.682	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)</b>	<b>2.773.985</b>	-	<b>(8.576)</b>	<b>194.455</b>	<b>27.485</b>	<b>1.993.105</b>	-	<b>(45.566)</b>	<b>4.934.888</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONSOLIDADO

	ATRIBUÍDO À PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA										
	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCRO				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL	PARTICIPAÇÃO ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL SOCIAL	DEBÊNTURES CONVERTÍVEIS	AÇÕES EM TESOURARIA	LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS				
<b>EM 01 DE JANEIRO DE 2012</b>	<b>2.636.499</b>	<b>3.782</b>	<b>(9.190)</b>	<b>170.109</b>	<b>20.277</b>	<b>1.680.200</b>	-	<b>31.927</b>	<b>4.533.604</b>	-	<b>4.533.604</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ajustes de exercícios anteriores e de mudanças nas políticas contábeis (Nota 3.23)											
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(4.050)	(4.050)	-	(4.050)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis p/venda	-	-	-	-	-	-	-	3.279	3.279	-	3.279
IR e CS diferidos sobre ajustes	-	-	-	-	-	-	-	262	262	-	262
Total dos ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	<b>(509)</b>	<b>(509)</b>	-	<b>(509)</b>
<b>SALDOS DE ABERTURA AJUSTADO</b>	<b>2.636.499</b>	<b>3.782</b>	<b>(9.190)</b>	<b>170.109</b>	<b>20.277</b>	<b>1.680.200</b>	<b>-</b>	<b>31.418</b>	<b>4.533.095</b>	<b>-</b>	<b>4.533.095</b>
Resultado abrangente do exercício											
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	481.723	-	481.723	-	481.723
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(74.268)	(74.268)	-	(74.268)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis p/venda	-	-	-	-	-	-	-	2.489	2.489	-	2.489
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>481.723</b>	<b>(71.779)</b>	<b>409.944</b>	<b>-</b>	<b>409.944</b>
Conversão de debêntures	-	133.704	-	-	-	-	-	-	133.704	-	133.704
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	137.486	(137.486)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição intangível	-	-	614	-	-	-	-	-	614	-	614
Distribuição proposta:											
- Reserva legal	-	-	-	24.346	-	-	(24.346)	-	-	-	-
- Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	7.208	-	(7.208)	-	-	-	-
- Retenção de lucros	-	-	-	-	-	295.993	(295.993)	-	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio (Nota 18)	-	-	-	-	-	-	(159.381)	-	(159.381)	-	(159.381)
Reconhecimento antecipado de contratos de concessão (Nota 3.23)	-	-	-	-	-	16.912	-	-	16.912	-	16.912



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	7.887	(7.887)	-	-	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	-	(2.682)	2.682	-	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)</b>	<b>2.773.985</b>	-	<b>(8.576)</b>	<b>194.455</b>	<b>27.485</b>	<b>1.993.105</b>	-	<b>(45.566)</b>	<b>4.934.888</b>	-	<b>4.934.888</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	ATRIBUÍDO À PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS DA CONTROLADORA									
	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCRO			LUCROS ACUMULADOS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL	PARTICIPAÇÃO ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES EM TESOURARIA	LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	RETEÇÃO DE LUCROS					
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)</b>	<b>2.773.985</b>	<b>(8.576)</b>	<b>194.455</b>	<b>27.485</b>	<b>1.993.105</b>	-	<b>(45.566)</b>	<b>4.934.888</b>	-	<b>4.934.888</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	419.795	-	419.795	-	419.795
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	100.485	100.485	-	100.485
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis p/venda	-	-	-	-	-	-	13.060	13.060	-	13.060
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	-	-	-	-	-	<b>419.795</b>	<b>113.545</b>	<b>533.340</b>	-	<b>533.340</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição proposta:										
- Reserva legal	-	-	20.990	-	-	(20.990)	-	-	-	-
- Retenção de lucros	-	-	-	-	263.582	(263.582)	-	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio (Nota 18)	-	-	-	-	-	(139.582)	-	(139.582)	-	(139.582)
Outras movimentações do patrimônio líquido	-	-	-	-	8.713	-	-	8.713	-	8.713
Amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	6.604	(6.604)	-	-	-
IR e CS diferidos sobre ativos corrigidos 96/97	-	-	-	-	-	(2.245)	2.245	-	-	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>2.773.985</b>	<b>(8.576)</b>	<b>215.445</b>	<b>27.485</b>	<b>2.265.400</b>	<b>-</b>	<b>63.620</b>	<b>5.337.359</b>	<b>-</b>	<b><u>5.337.359</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	(REAPRESENTADO)		(REAPRESENTADO)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>419.795</b>	<b>481.723</b>	<b>419.795</b>	<b>481.723</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido				
Provisões (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	73.672	57.421	75.649	58.715
Recuperação de contas baixadas	(66.193)	(35.732)	(66.582)	(36.340)



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encargos e variações monetárias e cambiais, líquidas	16.096	(122)	17.521	1.164
Receitas e despesas de juros	175.754	189.762	175.866	189.762
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.682	1.425	7.682	1.425
Resultado da equivalência patrimonial	7.177	13.320	-	-
Baixas líquidas de intangível e imobilizado	28.902	11.019	31.193	14.809
Depreciação e amortização	428.034	377.342	430.618	379.930
Constituição (reversão) de provisões	(209)	(3.392)	344	(4.477)
Provisão com benefícios de aposentadoria	61.366	53.854	61.366	53.854
Ativos financeiros	(12)	-	(12)	-
Receita de subvenção	-	(7.208)	-	(7.208)
Margem líquida da receita de construção	(16.509)	(15.080)	(16.509)	(15.080)
<b>LUCRO AJUSTADO</b>	<b>1.135.555</b>	<b>1.124.332</b>	<b>1.136.931</b>	<b>1.118.277</b>
<b>Redução (aumento) no ativo operacional</b>				
Contas a receber de clientes	(95.988)	(76.712)	(98.016)	(78.129)
Estoques	(1.365)	(4.047)	(1.979)	(3.221)
Impostos a recuperar	(2.112)	16.173	(2.525)	16.204
Bancos e aplicações de convênios	10.792	(38.319)	30.922	(56.044)
Caução em garantia de financiamentos	8.171	11.527	8.171	11.527
Créditos com controladas	(3.856)	(1.073)	-	-
Outros ativos financeiros	(15.031)	(65.264)	(15.031)	(65.264)
Outros	(24.867)	(24.623)	(24.748)	(24.282)
<b>Aumento (redução) no passivo operacional</b>				
Fornecedores	(22.059)	49.329	(16.337)	60.948
Impostos, taxas e contribuições	6.471	(2.508)	6.518	(2.350)
Provisões para férias	7.370	8.066	7.509	8.222
Participação dos empregados nos lucros	5.119	(349)	5.119	(349)
Convênio de cooperação técnica	(25.304)	36.936	(52.032)	45.551
Contingências	(3.705)	(4.795)	(3.365)	(5.815)
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(36.559)	(22.383)	(36.559)	(22.383)



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia elétrica	4.214	1.176	4.270	1.490
Outros	10.596	(39.383)	10.606	(39.350)
Juros pagos	(233.779)	(241.804)	(233.854)	(241.804)
Pagamento de passivo atuarial	(23.811)	(21.730)	(23.811)	(21.730)
Pagamento de parcelamento de impostos	(37.140)	(32.090)	(37.140)	(32.090)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>662.712</b>	<b>672.459</b>	<b>664.649</b>	<b>669.408</b>
Fluxo de caixa nas atividades de investimento:				
Aplicações de ativos financeiros e aplicação financeira vinculada	-	(80.000)	-	(80.000)
Resgates de ativos financeiros e aplicação financeira vinculada	118.083	229.307	118.083	229.307
Aquisição de investimentos	-	(8.179)	-	-
Compra de ativos intangível e imobilizado	(911.759)	(706.033)	(914.911)	(710.720)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(793.676)</b>	<b>(564.905)</b>	<b>(796.828)</b>	<b>(561.413)</b>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	391.806	785.553	393.368	785.553
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(337.823)	(457.559)	(337.989)	(457.559)
Juros sobre o capital próprio pagos	(154.405)	(140.941)	(154.405)	(140.941)
Pagamento de principal e juros Cemig	-	(20.112)	-	(20.112)
Pagamento de principal e juros de débitos de concessões	(4.558)	(9.073)	(4.558)	(9.073)
Pagamento de provisão tributária	-	(10.533)	-	(10.533)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(104.980)</b>	<b>147.335</b>	<b>(103.584)</b>	<b>147.335</b>
<b>Varição líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(235.944)</b>	<b>254.889</b>	<b>(235.763)</b>	<b>255.330</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	496.425	241.536	497.701	242.371
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	260.481	496.425	261.938	497.701



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

VARIAÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**(235.944)**

**254.889**

**(235.763)**

**255.330**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
		(REAPRESENTADO)		(REAPRESENTADO)
<b>1 RECEITA BRUTA</b>	<b>4.057.281</b>	<b>3.780.774</b>	<b>4.079.040</b>	<b>3.806.197</b>
1.1 Prestação de serviços de água e esgoto	3.315.144	3.064.739	3.335.874	3.086.664
1.2 Outras receitas	42.534	76.999	45.151	81.183
1.3 Receitas relativas a construção de ativos	707.082	660.725	707.082	660.725
1.4 Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.479)	(21.689)	(9.067)	(22.375)
<b>2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(1.613.334)</b>	<b>(1.479.514)</b>	<b>(1.625.487)</b>	<b>(1.504.077)</b>
2.1 Custo dos serviços prestados	(1.380.184)	(1.263.440)	(1.390.021)	(1.277.378)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(163.387)	(130.137)	(168.206)	(136.062)
2.3 Outras despesas operacionais	(69.763)	(85.937)	(67.260)	(90.637)
<b>3 VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>2.443.947</b>	<b>2.301.260</b>	<b>2.453.553</b>	<b>2.302.120</b>
<b>4 DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(428.034)</b>	<b>(377.342)</b>	<b>(430.618)</b>	<b>(379.930)</b>
<b>5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>2.015.913</b>	<b>1.923.918</b>	<b>2.022.935</b>	<b>1.922.190</b>
<b>6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>78.657</b>	<b>121.499</b>	<b>84.687</b>	<b>133.756</b>
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	(7.177)	(13.320)	-	-
6.2 Receitas financeiras	85.834	134.819	84.687	133.756



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<b>2.094.570</b>	<b>2.045.417</b>	<b>2.107.622</b>	<b>2.055.946</b>
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<b>2.094.570</b>	<b>2.045.417</b>	<b>2.107.622</b>	<b>2.055.946</b>
8.1	PESSOAL	<b>873.654</b>	<b>777.036</b>	<b>883.076</b>	<b>783.593</b>
8.1.1	Remuneração direta	557.100	505.129	564.698	510.926
8.1.2	Benefícios	218.885	196.286	220.274	196.714
8.1.3	FGTS	64.999	48.008	65.434	48.340
8.1.4	Participação dos empregados nos lucros	32.670	27.613	32.670	27.613
8.2	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	<b>557.146</b>	<b>532.892</b>	<b>560.590</b>	<b>536.565</b>
8.2.1	Federais	541.627	526.111	544.284	528.950
8.2.2	Estaduais	8.375	5.993	9.087	6.790
8.2.3	Municipais	7.144	788	7.219	825
8.3	REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	<b>243.975</b>	<b>253.766</b>	<b>244.161</b>	<b>254.065</b>
8.3.1	Juros e atualização monetária	239.516	250.050	239.591	250.052
8.3.2	Aluguéis	4.459	3.716	4.570	4.013
8.4	REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	<b>419.795</b>	<b>481.723</b>	<b>419.795</b>	<b>481.723</b>
8.4.1	Juros sobre o capital próprio	139.582	159.381	139.582	159.381
8.4.2	Lucros retidos	280.213	322.342	280.213	322.342

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



## 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “Copasa MG”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A Copasa MG possuía 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2013:

**Copasa Águas Minerais de Minas S/A (Águas Minerais)** – criada pela Lei Estadual nº 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.

**Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copanor)** – criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da

região de planejamento do norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

### **Copasa Serviços de Irrigação S/A (Serviços de Irrigação)**

– criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, podendo utilizar, para tanto, recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos, poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº 46.080, de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da Serviços de Irrigação considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007. Dessa forma, as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaíba II para o Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ) foram concluídas em 2 de março de 2013, quando venceu o Contrato de Prestação de Serviços nº 460/12 firmado com a Fundação Rural Mineira (Ruralminas), em 3 de setembro de 2012. As atividades ainda não foram totalmente encerradas em virtude de processos trabalhistas e cobranças judiciais relativas a clientes, contra e a favor da Subsidiária, respectivamente.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia atuava em 888 localidades no estado de Minas Gerais (882 em dezembro de 2012), em operações de abastecimento de água ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.647.083 economias atendidas (4.499.455 em dezembro de 2012). Merecem destaque as 20 maiores concessões dos serviços de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário das quais a Companhia é detentora: Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2013, 55

concessões, que representam cerca de 6,19% das economias totais da Companhia, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 da controladora e consolidadas em 28 de janeiro de 2014.

### CONCESSÕES DE ÁGUA

LOCALIDADE	Nº. DE ECONOMIAS	VENCIMENTO
Belo Horizonte	976.304	2034
Contagem	231.399	2073
Betim	137.171	2042
Montes Claros	130.098	2028
Ribeirão das Neves	97.429	2034
Divinópolis	89.943	2041
Ipatinga	82.716	2022
Santa Luzia (1)	69.275	2013
Patos de Minas	54.930	2038
Ibirité	52.283	2034
Pouso Alegre	50.436	2046
Varginha (1)	49.937	2013
Conselheiro Lafaiete (1)	49.195	2010
Teófilo Otoni	41.989	2034
Sabará	41.773	2042
Lavras	40.136	2034

### CONCESSÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

LOCALIDADE	Nº. DE ECONOMIAS	VENCIMENTO
Belo Horizonte	938.773	2034
Contagem	201.682	2073
Montes Claros	129.836	2028
Betim	111.215	2042
Ipatinga	88.872	2022
Divinópolis	80.489	2041
Ribeirão das Neves	73.137	2034
Patos de Minas	54.475	2038
Santa Luzia	54.127	2013
Pouso Alegre	49.967	2046
Varginha (1)	48.875	2013
Conselheiro Lafaiete (1)	42.529	2010
Ibirité	39.976	2034
Lavras	38.134	2034
Araxá	37.775	2032
Teófilo Otoni	36.080	2034



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Araxá	38.619	2032	Sabará	33.257	2042
Ubá	35.453	2014	Itajubá	32.909	2034
Itajubá	35.190	2034	Alfenas	31.568	2033
Nova Lima	34.960	2028	Pará de Minas (1)	30.254	2009

**Nota:** (1) O contrato de concessão com o município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010 e com o município de Pará de Minas, em 11 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto em 2013 de Conselheiro Lafaiete foi de R\$ 30.566 e de Pará de Minas, de R\$ 29.930 (R\$ 28.076 e R\$ 30.374 em 2012) ou 0,87 e 0,85% (0,88 e 0,95% em 2012) do faturamento da Companhia, respectivamente. O contrato de concessão com o município de Varginha encerrou-se em 1º de dezembro de 2013 e com o município de Santa Luzia, em 1º de setembro de 2013. A Companhia está envidando esforços para renovar essas concessões, estando em processo de negociação com os referidos municípios.

Encontravam-se vencidas, em 31 de dezembro de 2013, 55 concessões, representando cerca de 6,19% das economias totais da Companhia, estando todas em fase de negociação com os municípios. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 da Controladora e Consolidados em 28 de janeiro de 2014.

## 02. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

### 2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis

para venda e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

### a) Demonstrações Financeiras individuais - Controladora

Encontravam-se vencidas, em 31 de dezembro de 2013, 55 concessões, representando cerca de 6,19% das economias totais da Companhia, estando todas em fase de negociação com os municípios. A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais.



atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Copasa MG, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em Controladas realizada pelo método de equivalência patrimonial, visto que conforme as IFRS seria pelo custo ou valor justo.

**b) Demonstrações Financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, e as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Uma vez que as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, ela está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

**2.2. Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	
	TOTAL	VOTANTE
<b>CONTROLADAS:</b>		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhado de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, sendo a consolidação interrompida a partir da data em que esta deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras das Subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupos, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupos, são eliminados por completo. Uma mudança na participação relativa em uma Subsidiária que não resulte em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.



### 03. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, definidas a seguir, foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 3.1. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, isto é, a Diretoria Executiva, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e participante na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui dois segmentos distintos: um representado pelo segmento de serviços de água e esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua Subsidiária Copanor; e o outro representado pela venda de produtos pela sua Subsidiária Águas Minerais. As informações por segmento são demonstradas na Nota 19.

#### 3.2. Conversão de moeda estrangeira

##### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa

atua (“a moeda funcional”). Assim, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

##### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações ou na data da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro.

#### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### 3.4. Ativos financeiros

##### 3.4.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível



para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos em garantias, contas a receber de clientes, bancos e aplicações de convênios, aplicações financeiras vinculadas, ativos financeiros de concessões, título patrimonial, créditos com Controladas e demais contas a receber.

**b) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, designados nessa categoria ou não classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os investimentos realizados pela Companhia classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio

líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

**3.4.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos vencem ou são transferidos; nesse último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

**3.4.3. Impairment de ativos financeiros**

**a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia e suas Subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou even-



tos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (I) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (II) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (III) a Companhia e suas subsidiárias, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (IV) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (V) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (VI) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - ▶ mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - ▶ condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### **b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está



deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo-medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

### **3.5. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decurso normal das atividades da Companhia, sendo classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos, são classificadas como não circulantes. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda no valor recuperável.

Uma provisão para perda no valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata

e falta de pagamento ou inadimplência (há mais de 180 dias) são consideradas indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

#### **Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:**

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

#### **Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:**

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos há mais de 180 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Para os créditos de valor até R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica “despesas com vendas”.



Para os créditos de valor acima de R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica “despesas com vendas”, desde que já esteja iniciado o processo de cobrança judicial. Caso contrário, esses valores são mantidos na conta de provisão para perda ao valor recuperável.

**Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:**

Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

**Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:**

A Companhia não constitui provisão para perda ao valor recuperável dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

**Provisão complementar:**

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para

clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda ao valor recuperável.

### **3.6. Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

### **3.7. Ativos financeiros - contratos de concessão**

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.



Estas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### **3.8. Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### **3.9. Ativos intangíveis**

#### **a) Concessões**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.2, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 3.7. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo de aquisição é acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que

seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

#### **b) Direito de uso**

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Copasa MG de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescidos de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia aos municípios como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, mas representam o investimento realizado por ela para a renovação da concessão, sendo são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.



### c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

### 3.10. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas no valor recuperável, se for o caso. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo de aquisição ou ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil era considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a eles que possam ser mensurados com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor

contábil de itens ou peças substituídos é baixado e todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados, sendo a depreciação do ativo imobilizado realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas a seguir:

	ANOS
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo ou da companhia de ativos ao qual pertence é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de



depreciação, e reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado.

### 3.11. Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

### 3.12. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

#### a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação deste, uma vez que é provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.



O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado pelo uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não seja conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que a obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida, sendo reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendida, serão capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e tais custos forem mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os

custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção concernentes aos contratos de concessão de serviços públicos.

### **c) Apresentação pelo líquido**

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se há um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, além de intenção de compensação ou realização do ativo e liquidação do passivo simultaneamente.

### **3.13. Provisões**

As provisões tributárias e para demandas judiciais são reconhecidas quando: (I) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (II) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (III) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que



devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual deve refletir as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

### **3.14. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, por ser considerado uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os juros sobre o capital próprio a pagar a acionistas são

tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

### **3.15. Tributação**

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

#### **a) Imposto de renda e contribuição social corrente**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço dos países que a controladora e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.



O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

#### **b) Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ nas situações em que o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- ▶ nas diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em Subsidiárias, em que o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias de créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis sejam realizadas e os créditos e perdas tributários não utilizados sejam utilizados, exceto:

- ▶ quando o imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível for gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerada uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- ▶ nas diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em Subsidiárias, em que os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias sejam utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e reconhecidos na extensão em que se torna provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera aplicar no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de



compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionada com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos, contribuições e respectivas alíquotas básicas:

IMPOSTOS	ALÍQUOTA %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(\*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

## 3.16. Benefícios a empregados

### a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera três planos de pensão: benefício definido, benefício de fundo salgado e benefício de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de contribuição definida é o plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com seu serviço no período corrente e anterior. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem o valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A Copasa MG implantou, em 29 de outubro de 2010, uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. Essa estratégia resultou em uma redução dos riscos para a Companhia e os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano recebe apenas as contribuições



para a cobertura de despesas administrativas; apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, em face da diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes, de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora, que são depositadas em conta individual de cada participante e aplicadas conforme Nota 17. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora é igual à do participante, que, por sua vez, é correspondente à aplicação de um percentual de 3 a 10%, conforme opção do participante, sobre seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos suprarreferenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os

benefícios serão pagos e têm prazo de vencimento próximo daquele da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças no plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

#### **b) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, com base em metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

### **3.17. Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas, sendo registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que pretendem compensar.



Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e, ao mesmo tempo, evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e, por consequência, nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

### **3.18. Capital social**

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### **3.19. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Com-

panhia, sendo apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

#### **a) Prestação de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo as receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### **b) Contratos de construção**

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: **(I)** o grupo de contratos é negociado como um pacote único; **(II)** os contratos estão tão diretamente inter-relacionados que são, com efeito, partes do projeto único, com margem de lucro global; e **(III)** os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita de construção é composta por contratos na modali-



dade custo mais margem (cost plus), em que a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionados de uma margem. Essa margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita é atribuída com base na taxa do custo ponderado médio de capital (WACC nominal), de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, no resultado da margem de retorno de investimentos e na margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita será reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

#### **c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável (*impairment*) é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a

receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### **d) Venda de produtos**

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre elas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando estas são faturadas e os descontos, quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Quando a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à sua propriedade, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia e os riscos e benefícios dos produtos sejam integralmente transferidos ao comprador.

#### **e) Receita de dividendos**

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.



### **3.20. Contratos de concessão**

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os municípios e com interveniência do estado de Minas Gerais. Esses contratos são reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrança de tarifa dos usuários durante o período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado na Nota 3.9.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto naquele com o município de Ipatinga, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nesses casos, reconhece um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado na Nota 3.5.

### **3.21. Partes relacionadas**

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com suas Subsidiárias Integrais, as

transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

### **3.22. DVA**

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de fundamento para a preparação das demonstrações financeiras e nas disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de



terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### **3.23. Reapresentação das cifras comparativas**

As demonstrações financeiras de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23.

#### **3.23.1 Mudança de prática contábil**

**A)** A Companhia reconheceu de forma retrospectiva a mudança de prática contábil decorrente da revisão do IAS 19 – Employee benefits, correlato ao CPC 33 (R1), que eliminou o reconhecimento do diferimento de ganhos (perdas) atuariais (método do corredor), que, por sua vez, gerou o reconhecimento de um passivo em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

#### **3.23.2 Outros itens de reapresentação**

**B)** Ajuste de correção monetária complementar relativa aos anos de 1996 e 1997, requerida pelas IFRS para reconhecimento do efeito inflacionário residual sobre o patrimônio das empresas, gerando um aumento no intangível, imobilizado e ativos financeiros, em contrapartida a ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**C)** Investimento sem influência significativa na empresa Foz de Jeceaba, classificado inicialmente a custo e reclassificado como ativos financeiros disponíveis para venda. A mensuração pelo valor justo desse ativo gerou um aumento

**D)** Renovações antecipadas de contratos de concessão, sem que os prazos considerados na amortização fossem revisados. Dessa forma, o intangível foi aumentado em R\$ 25.625, com contrapartida no patrimônio líquido, como ajustes na conta reserva de retenção de lucros.

**E)** Reclassificação do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) efetuado para a Subsidiária Águas Minerais da rubrica investimentos para a rubrica créditos com Controladas e do valor de perdas em investimentos, que era redutor da rubrica investimentos, para a rubrica perdas em investimento, gerando aumento de R\$ 86.634 em créditos com Controladas, redução de R\$ 23.583 em investimentos e aumento de R\$ 63.051 em perdas em investimento.

**F)** Exclusão das adições de obras em andamento relativas ao imobilizado da base de cálculo da apuração da receita e do custo de construção.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Os itens (b) e (e) são aplicáveis apenas para as demonstrações financeiras individuais.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos dessa reapresentação são demonstrados a seguir:

### BALANÇO PATRIMONIAL DE 01/01/2012

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS
<b>ATIVO</b>						
Circulante	814.630	-	814.630	826.321	-	826.321
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (b) (c)	165.661	(16.095)	149.566	149.304	262	149.566
Ativos disponíveis para venda (c)	-	25.079	25.079	-	25.079	25.079
Ativos financeiros - contratos de concessão (b)	321.179	4.314	325.493	325.493	-	325.493
Investimentos (c)	22.063	(21.803)	260	22.060	(21.800)	260
Intangível (b)	6.015.805	44.651	6.060.456	6.060.461	-	6.060.461
Imobilizado (b)	161.552	(681)	160.871	185.699	-	185.699
Demais contas do não circulante	773.311	-	773.311	697.970	-	697.970
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.274.201</b>	<b>35.465</b>	<b>8.309.666</b>	<b>8.267.308</b>	<b>3.541</b>	<b>8.270.849</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Circulante	967.962	-	967.962	972.255	-	972.255
Não circulante						
Obrigações de benefício de aposentadoria (a)	145.235	4.050	149.285	145.235	4.050	149.285
Demais contas do não circulante	2.659.327	(3)	2.659.324	2.616.214	-	2.616.214
Patrimônio Líquido (a) (b) (c)	4.501.677	31.418	4.533.095	4.533.604	(509)	4.533.095
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.274.201</b>	<b>35.465</b>	<b>8.309.666</b>	<b>8.267.308</b>	<b>3.541</b>	<b>8.270.849</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### BALANÇO PATRIMONIAL DE 31/12/2012

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS
<b>ATIVO</b>						
Circulante	1.220.176	-	1.220.176	1.249.230	-	1.249.230
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) (b) (c) (d)	161.554	14.852	176.406	147.879	28.527	176.406
Créditos com controladas (e)	20.197	86.634	106.831			
Ativos disponíveis para venda (c)	-	28.850	28.850	-	28.850	28.850
Ativos financeiros - contratos de concessão (b)	388.031	2.726	390.757	390.757	-	390.757
Investimentos (c) (e)	45.643	(45.383)	260	22.060	(21.800)	260
Intangível (b) (d)	6.400.225	63.135	6.463.360	6.437.748	25.625	6.463.373
Imobilizado (b)	175.333	161	175.494	198.623	-	198.623
Demais contas do não circulante	581.529	-	581.529	581.840	-	581.840
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.992.688</b>	<b>150.975</b>	<b>9.143.663</b>	<b>9.028.137</b>	<b>61.202</b>	<b>9.089.339</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Circulante	839.184	-	839.184	863.640	-	863.640
Não circulante						
Obrigações de benefício de aposentadoria (a)	142.493	116.578	259.071	142.493	116.578	259.071
Obrigações diversas (e)	50.708	63.051	113.759			
Demais contas do não circulante	2.996.761	-	2.996.761	3.031.740	-	3.031.740
Patrimônio Líquido (a) (b) (c) (d)	4.963.542	(28.654)	4.934.888	4.990.264	(55.376)	4.934.888
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.992.688</b>	<b>150.975</b>	<b>9.143.663</b>	<b>9.028.137</b>	<b>61.202</b>	<b>9.089.339</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 31/12/2012

	CONSOLIDADO		
	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS
		(f)	
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>			
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	3.519.027	(70.851)	3.448.176
Custos das vendas e dos serviços prestados	(2.167.896)	70.851	(2.097.045)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.351.131</b>	-	<b>1.351.131</b>
Despesas operacionais líquidas	(588.028)	-	(588.028)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>763.103</b>	-	<b>763.103</b>
Receitas financeiras	133.756	-	133.756
Despesas financeiras	(257.459)	-	(257.459)
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>	<b>(123.703)</b>	-	<b>(123.703)</b>
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>639.400</b>	-	<b>639.400</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(156.252)	-	(156.252)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.425)	-	(1.425)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>481.723</b>	-	<b>481.723</b>



Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em atendimento às determinações do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, e na Demonstração do Valor Adicionado, em atendimento às determinações do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, foram feitos os seguintes ajustes:

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 31/12/2012

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>						
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	965.150	(292.691)	672.459	961.154	(291.746)	669.408
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (b)	(581.544)	16.639	(564.905)	(577.107)	15.694	(561.413)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (c)	(128.717)	276.052	147.335	(128.717)	276.052	147.335

(a) Refere-se à provisão de taxas sobre empréstimos e financiamentos não consideradas anteriormente, impactando o item “receitas e despesas de juros” no valor de R\$19.572, compensado pela transferência de R\$241.804 do item “juros de empréstimos, financiamentos e debêntures”, de R\$21.730 do item “pagamento de passivo atuarial” e de R\$32.090 do item “pagamento de parcelamento de impostos”, oriundo do grupo

“atividades de financiamento”, de R\$15.080 do item “compra de ativos intangível e imobilizado” para o item “margem líquida da receita de construção” e de R\$1.559 do item “compra de ativos intangível e imobilizado” para o item “outros ativos financeiros”, sendo R\$614 referente à aquisição de intangível com ações em tesouraria e R\$945 referente a ajustes de IFRS (não ocorreu no consolidado), gerando movimentação de R\$292.691 neste grupo (R\$291.746 no consolidado).



- (b) Refere-se à transferência de R\$15.080 do item “compra de ativos intangível e imobilizado” para o item “margem líquida da receita de construção” e de R\$1.559 do item “compra de ativos intangível e imobilizado” para o item “outros ativos financeiros”, sendo R\$614 referente à aquisição de intangível com ações em tesouraria e R\$945 referente a ajustes de IFRS (não ocorreu no consolidado), gerando movimentação de R\$16.639 neste grupo (R\$15.694 no consolidado).
- (c) Refere-se à transferência de R\$241.804 do item “juros de empréstimos, financiamentos e debêntures”, de R\$21.730 do item “pagamento de passivo atuarial” e de R\$32.090 do item “pagamento de parcelamento de impostos” para o grupo “atividades operacionais”, compensado pela transferência de R\$19.572 devido a amortização de taxas sobre empréstimos e financiamentos não consideradas anteriormente, gerando aumento nos itens “pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures” (R\$103), “juros de empréstimos, financiamentos e debêntures” (R\$18.530), “pagamento de passivo atuarial e CEMIG” (R\$407), e “pagamento de principal e juros de débitos de concessão” (R\$532), gerando movimentação de R\$276.052 neste grupo.

### Demonstração do Valor Adicionado de 31/12/2012

	CONTROLADORA		
	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS
DVA		(A) (B)	
Receita	3.851.625	(70.851)	3.780.774
Insumos adquiridos de terceiros	(1.547.400)	67.886	(1.479.514)
Retenções	(372.318)	(5.024)	(377.342)
Valor adicionado recebido em transferência	121.397	102	121.499
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal	777.036	-	777.036
Impostos, taxas e contribuições	535.574	(2.682)	532.892
Remuneração de capitais de terceiros	253.766	-	253.766
Remuneração de capitais próprios	486.928	(5.205)	481.723



**Demonstração do Valor Adicionado de 31/12/2012**

	CONTROLADORA		
	SALDOS DIVULGADOS	REAPRESENTAÇÕES	SALDOS REAPRESENTADOS
DVA		(A) (B)	
Receita	3.851.625	(70.851)	3.780.774
Insumos adquiridos de terceiros	(1.547.400)	67.886	(1.479.514)
Retenções	(372.318)	(5.024)	(377.342)
Valor adicionado recebido em transferência	121.397	102	121.499
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal	777.036	-	777.036
Impostos, taxas e contribuições	535.574	(2.682)	532.892
Remuneração de capitais de terceiros	253.766	-	253.766
Remuneração de capitais próprios	486.928	(5.205)	481.723

- (a) Exclusão das adições de obras em andamento relativas ao imobilizado da base de cálculo da apuração da receita e do custo de construção.
- (b) Ajuste de correção monetária complementar relativa aos anos de 1996 e 1997, requerida pelas IFRS para reconhecimento do efeito inflacionário residual sobre o patrimônio das empresas, gerando ajustes de R\$ 2.965 em baixas líquidas de ativos financeiros, R\$ 5.024 em amortização, R\$ 102 em receita de ativos financeiros, R\$ 2.682 em imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 5.205 em lucros retidos nas demonstrações financeiras individuais.

**3.24. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC.

- (a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amorti-



zado, sendo a determinação feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total da IFRS 9. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- (b)** IFRIC 21 – Taxas: a interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação – somente quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável desde 1º de janeiro de 2014.
- (c)** IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros: as alterações no IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. A Administração não acredita que a adoção das alterações no IAS 32 terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As alterações nas IFRS mencionadas ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que as alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não há outras IFRS ou IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

#### **04. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas Subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.



**(a) Reconhecimento de receita de construção**

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), em que a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionados de uma margem. Essa margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 – Contratos de Construção. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$ 282.918. Caso a diferença fosse inferior a 10%, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$ 102.918.

**(b) Benefícios de planos de pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras

estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (Nota do Tesouro Nacional série B – NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade desses títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

**(c) Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais, cujo valor baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de



interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças sejam utilizadas. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros, que tornarão as provisões que lhes deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

#### **(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### **(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

São reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até a data dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 13.

## **05. CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de concessão ou contratos de programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 888 localidades do estado de Minas Gerais, firmados com cada município, por períodos que variavam entre 30 e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.



As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela ARSAE-MG e devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como explícito na Lei Federal nº 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE-MG determiná-las por meio de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais, que têm por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face da inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturado multiplicado pela tarifa autorizada. Os prazos das principais concessões, bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão descritos na Nota 1.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 494.836 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao recebimento esperado ao final das concessões (2012 – R\$ 390.757; 1º de janeiro de 2012 – R\$ 325.493) por ativos não depreciados no período da concessão. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC), atreladas aos respectivos saldos da Companhia de contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos, para fins de prestação dos serviços de concessão, e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela

Companhia no exercício estão demonstrados a seguir:

**CONTROLADORA / CONSOLIDADO**

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas de construção	707.082	660.725
Custos de construção	(690.573)	(645.645)

**06. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**(a) Caixa e equivalentes de caixa**

**CONTROLADORA**

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Recursos em caixa e bancos	40.125	47.202	34.632
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	220.356	449.223	206.904
<b>TOTAL</b>	<b>260.481</b>	<b>496.425</b>	<b>241.536</b>

**CONSOLIDADO**

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
--	------------	------------	------------



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Recursos em caixa e bancos	41.582	48.478	35.174
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	220.356	449.223	207.197
<b>TOTAL</b>	<b>261.938</b>	<b>497.701</b>	<b>242.371</b>

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que, no exercício de 2013, foi de 100,0 a 110,5% (2012 – 75,0 a 110,5%; 1º de janeiro de 2012 – 75,0 a 113,0%). No exercício de 2013, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$ 28.237 (2012 – R\$ 40.657).

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### (b) Movimentação das aplicações financeiras

#### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 1º DE JANEIRO</b>	449.223	206.904
Novas aplicações	1.724.259	3.053.398
Rendimentos	28.237	40.522
Resgates	(1.981.363)	(2.851.601)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>220.356</b>	<b>449.223</b>

#### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 1º DE JANEIRO</b>	449.223	207.197
Novas aplicações	1.724.980	3.053.398
Rendimentos	28.282	40.529
Resgates	(1.982.129)	(2.851.901)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>220.356</b>	<b>449.223</b>

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

## 07. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

### (a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

#### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
A vencer	253.415	193.483	155.850
Vencidos até 30 dias	51.071	56.483	45.497
Vencidos de 31 até 60 dias	32.778	26.358	21.231



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencidos de 61 até 90 dias	22.598	15.279	12.307
Vencidos de 91 até 180 dias	32.919	24.185	19.481
Vencidos acima de 180 dias	16.186	15.318	12.339
Valores faturados	408.967	331.106	266.705
Valores a faturar	311.474	267.264	231.238
Contas a receber de clientes	720.441	598.370	497.943
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(23.336)	(19.517)	(26.146)
	697.105	578.853	471.797
Contas a receber de longo prazo	212.580	220.000	220.060
<b>CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS</b>	<b>909.685</b>	<b>798.853</b>	<b>691.857</b>

### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>A VENCER</b>	256.176	197.560	159.547
Vencidos até 30 dias	51.627	56.564	45.680
Vencidos de 31 até 60 dias	33.135	26.395	21.317
Vencidos de 61 até 90 dias	22.844	15.301	12.357
Vencidos de 91 até 180 dias	33.278	24.220	19.560
Vencidos acima de 180 dias	16.362	15.340	12.388
Valores faturados	413.422	335.380	270.849
Valores a faturar	312.787	268.043	232.537
Contas a receber de clientes	726.209	603.423	503.386
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(24.004)	(19.910)	(27.660)

	702.205	583.513	475.726
Contas a receber de longo prazo	212.580	220.000	220.060
<b>CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDAS</b>	<b>914.785</b>	<b>803.513</b>	<b>695.786</b>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013, o total das contas a receber de clientes da Controladora, no valor de R\$ 777.469 (2012 - R\$ 680.747; 1º de janeiro de 2012 - R\$ 607.148), e do Consolidado, R\$ 781.543 (2012 - R\$ 685.603; 1º de janeiro de 2012 - R\$ 612.144), estava adimplente.

Em 31 de dezembro de 2013, na Controladora, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 176.440 (2012 - R\$ 150.145; 1º de janeiro de 2012 - R\$ 123.875) e, no Consolidado, de R\$ 178.414 (2012 - R\$ 151.869; 1º de janeiro de 2012 - R\$ 125.295) encontravam-se vencidas, mas não possuíam provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes da Controladora, no total de R\$ 23.336 (2012 - R\$ 19.517; 1º de janeiro de 2012 - R\$ 26.146), e do Consolidado, no valor de R\$ 24.004 (2012



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

– R\$ 19.910; 1º de janeiro de 2012 – R\$ 27.660), foram consideradas irre recuperáveis. As contas a receber individualmente irre recuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais é vedada, legalmente, a interrupção dos serviços de fornecimento de água tratada e coleta de esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada.

O vencimento dessas contas a receber apresenta-se como segue:

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>A VENCER</b>	1.650	874	728
Vencidos até 30 dias	1.423	948	905
Vencidos de 31 a 60 dias	1.418	1.037	930
Vencidos de 61 a 90 dias	1.333	933	975
Vencidos de 91 a 180 dias	4.432	2.916	3.053
Vencidos de 181 a 360 dias	8.431	5.533	5.219
Vencidos acima de 360 dias	4.649	7.276	14.336
<b>TOTAL</b>	<b>23.336</b>	<b>19.517</b>	<b>26.146</b>

### cONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>A VENCER</b>	1.697	930	944

Vencidos até 30 dias	1.463	1.004	1.121
Vencidos de 31 a 60 dias	1.458	1.093	1.146
Vencidos de 61 a 90 dias	1.373	989	1.191
Vencidos de 91 a 180 dias	4.559	2.972	3.269
Vencidos de 181 a 360 dias	8.671	5.589	5.435
Vencidos acima de 360 dias	4.783	7.333	14.554
<b>TOTAL</b>	<b>24.004</b>	<b>19.910</b>	<b>27.660</b>

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

### (b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente, mantendo a Companhia receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Títulos e valores mobiliários (I)	-	20.135	-
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (II)	133.410	132.961	131.778
Créditos com controladas (III)	109.790	106.831	76.048
Aplicação financeira vinculada (IV)	28.936	33.137	35.973
Aplicação financeira vinculada (V)	68.444	155.524	292.918
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.638	28.850	25.079
Outros	54.524	39.907	16.534
<b>TOTAL</b>	<b>443.742</b>	<b>517.345</b>	<b>578.330</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>(443.742)</b>	<b>(497.210)</b>	<b>(578.330)</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>20.135</b>	<b>-</b>

### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Títulos e valores mobiliários (I)	-	20.135	-
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (II)	133.410	132.961	131.778
Aplicação financeira vinculada (IV)	28.936	33.137	35.973
Aplicação financeira vinculada (V)	68.444	155.524	292.918
Ativos disponíveis para venda	48.638	28.850	25.079
Outros	54.835	40.218	17.241
<b>TOTAL</b>	<b>334.263</b>	<b>410.825</b>	<b>502.989</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>(334.263)</b>	<b>(390.690)</b>	<b>(502.989)</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>20.135</b>	<b>-</b>

- (I) Refere-se a aplicações financeiras negociadas com prazo de resgate superior a 90 dias.
- (II) As cauções em garantia de empréstimos e debêntures estão detalhadas no item “b” da Nota 12.
- (III) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, contratos de mútuo e despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela Copasa MG às suas Subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$ 96.178 referentes a Águas Minerais, R\$ 12.733 referentes à Copanor e R\$ 879 referentes a Serviços de Irrigação, respectivamente (2012 – R\$ 86.634, R\$ 19.121 e R\$ 1.076; 1º de janeiro de 2012 – R\$ 57.541, R\$ 17.139 e R\$ 1.368, respectivamente).
- (IV) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas (ANA) em poder da Copasa MG, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), a ser transferidos na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Betim Central, no município de Betim, e da ETE Ibirité, no município de Ibirité, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (Nota 11 (c)).

O valor desse contrato, que era de R\$ 18.720, passou a ser de R\$ 10.160 no termo aditivo elaborado em dezembro de 2012 e assinado em maio de 2013, referenciado à data do



contrato original, repactuando as cargas e vazões para a situação implantada até o momento. Assim, em 28 de junho de 2013, a ANA resgatou o valor atualizado de R\$ 14.439 relativo à parte do valor repassado em dezembro de 2007. A elaboração do termo aditivo e o resgate ocorreram devido ao fato de que foi construída apenas a primeira etapa da referida ETE, sendo que o contrato assinado originalmente visava à etapa final da construção.

Em 29 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu repasse no valor de R\$ 8.114, proveniente da ANA, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da ETE do município de Patos de Minas. Conforme previsto na cláusula 6ª do Contrato 099/2012, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em 12 parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.

(V) Os recursos provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures (Nota 12 (b)) foram depositados em favor da Copasa MG, em conta de liquidação mantida pela Caixa Econômica Federal. A liberação de recursos da conta de liquidação para a conta de livre movimentação será efetuada de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada projeto, mediante a solicitação expressa da Companhia, e dependerá de prévia comprovação ao agente fiduciário do cumprimento das condições de liberação

previstas na referida escritura. Os valores disponíveis na conta de liquidação que ainda não foram destinados ao desenvolvimento dos projetos estão investidos no “fundo de investimento caixa corporativo II referenciado DI longo prazo”, administrado pela Caixa Econômica Federal, cujo rendimento em 2013 foi de R\$ 9.364 (2012 – R\$ 18.053).

## 08. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013, as subsidiárias apresentam patrimônio líquido negativo de R\$86.346 (2012 - R\$79.169; 01 de janeiro de 2012 - R\$45.604), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas, registrada no passivo não circulante, na rubrica “provisão para perdas em investimentos”.

A movimentação da provisão para perdas destes investimentos é a seguinte:

	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		
	31/12/2012	31/12/2013	
Águas Minerais	(63.053)	(10.646)	(73.699)
COPANOR	(15.931)	4.047	(11.884)
Serviços de Irrigação	(185)	(578)	(763)
<b>TOTAL</b>	<b>(79.169)</b>	<b>(7.177)</b>	<b>(86.346)</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	01/01/2012	TRANSFERÊNCIA DE AFAC	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2012
Águas Minerais	(31.046)	(20.245)	(11.762)	(63.053)
COPANOR	(13.665)	-	(2.266)	(15.931)
Serviços de Irrigação	(893)	-	708	(185)
<b>TOTAL</b>	<b>(45.604)</b>	<b>(20.245)</b>	<b>(13.320)</b>	<b>(79.169)</b>

A Subsidiária Águas Minerais, cujas operações iniciaram-se em setembro de 2008, vem apresentando prejuízos em razão do alto volume de investimentos aplicados em recursos de adequações de projetos fabris e industriais, na modernização dos equipamentos de envasamento, na adequação do mix de produtos às demandas do mercado, além de reformas nas quatro fábricas para atendimento das exigências dos órgãos reguladores. A absorção dos prejuízos começará a ser integralmente efetivada a partir do aumento da capacidade de utilização da vazão outorgada para a exploração das fontes de águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, em 42 e 58,65%, a partir dos anos de 2015 e 2016, respectivamente. Suas demonstrações contábeis, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de sua continuidade e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade de essa Subsidiária continuar operando.

Em 20 de dezembro de 2012, foi assinado Termo de Re-pactuação de Dívida entre a Copasa MG e a Copanor, o qual teve origem, na Subsidiária, no Comunicado de Resolução do Conselho nº 029/12 e no Comunicado de Resolução da Diretoria nº 099/12, ambos de 10 de dezembro de 2012, e na Companhia, no Comunicado de Resolução da Diretoria nº 1011/12, de 18 de dezembro de 2012. Assim, os contratos de mútuo com a Subsidiária passaram a ter as seguintes condições:

- (a) redução da taxa de juros de 101 para 90% do CDI;
- (b) prazo de amortização de 324 meses, conforme segue:

- (I) o período de carência será de 12 meses e os juros remuneratórios serão pagos em parcela única, ao final desse prazo;
- (II) o período de amortização será de 312 meses, com pagamento de 52 parcelas semestrais, a primeira vencendo em 20 de junho de 2014 e a última, em 20 de dezembro de 2039;

- (c) foi constituída conta reserva de titularidade da Copanor, sob o nº 6.210-3, na agência 3308 do Banco do Brasil S/A, não movimentável pela Subsidiária, de forma a garantir o pagamento do serviço da dívida.

Os empréstimos de mútuo entre a Copasa MG e a Copanor foram efetuados considerando assunções de novas concessões de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela referida Subsidiária, que lhe permitiriam gerar recursos suficientes à amortização de tais débitos. A não concretização de



parte das transferências de novas concessões, associada a problemas no equacionamento do cronograma físico-financeiro de obras, comprometeu o início da operação de algumas concessões e, por consequência, a geração de caixa da Copanor, levando à formalização do referido Termo de Repactuação de Dívida. A redução na taxa de juros foi fundamentada nas remunerações sobre os montantes individuais, referentes aos contratos de mútuos, que a Copasa MG obteria junto ao mercado financeiro, caso efetuasse aplicações financeiras. A carência aplicada para o início da amortização da dívida está de acordo com o que é praticado pelos agentes financeiros para a Copasa MG. Em dezembro de 2013, a dívida foi reduzida em R\$ 7.106, em virtude de cobrança a maior relativa a salários de funcionários cedidos pela Companhia à Subsidiária.

Em cumprimento ao Decreto do Governo do Estado de Minas Gerais nº 46.080, de 12 de novembro de 2012, a Diretoria Executiva da Subsidiária Serviços de Irrigação considerou cumpridas as atribuições que lhe foram atribuídas pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007. Dessa forma, as ações necessárias à transferência da gestão do Projeto Jaíba II para o DIJ foram concluídas em 2 de março de 2013, quando venceu o Contrato de Prestação de Serviços nº 460/12, firmado com a Ruralminas em 3 de setembro de 2012. As atividades ainda não foram totalmente encerradas, em virtude de processos trabalhistas e cobranças judiciais relativas a clientes, contra e a favor da Subsidiária, respectivamente.

## 09. INTANGÍVEL

### (a) Controladora

	31/12/2013		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	INTANGÍVEL LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	<b>2.078.741</b>
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	<b>2.575.420</b>
Direitos de uso	337.867	(116.547)	<b>221.320</b>
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	<b>183.288</b>
Outros	78.459	(8.341)	<b>70.118</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>9.435.610</b>	<b>(4.306.723)</b>	<b>5.128.887</b>
<b>EM OBRAS</b>			
Obras em andamento	<b>1.771.866</b>	-	<b>1.771.866</b>
<b>TOTAL EM OBRAS</b>	<b>1.771.866</b>	-	<b>1.771.866</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>11.207.476</b>	<b>(4.306.723)</b>	<b>6.900.753</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31/12/2012

	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	INTANGÍVEL LÍQUIDO
Em operação			
Sistemas de água	4.461.733	(2.453.245)	<b>2.008.488</b>
Esgotamento sanitário	3.128.549	(894.520)	<b>2.234.029</b>
Direitos de uso	310.972	(105.295)	<b>205.677</b>
Sistemas de uso comum	622.067	(465.059)	<b>157.008</b>
Outros	67.848	(7.444)	<b>60.404</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>8.591.169</b>	<b>(3.925.563)</b>	<b>4.665.606</b>
Em obras			
Obras em andamento	1.797.754	-	<b>1.797.754</b>
<b>TOTAL EM OBRAS</b>	<b>1.797.754</b>	-	<b>1.797.754</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>10.388.923</b>	<b>(3.925.563)</b>	<b>6.463.360</b>

01/12/2012

	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	INTANGÍVEL LÍQUIDO
Em operação			
Sistemas de água	4.717.936	(2.749.619)	<b>1.968.317</b>
Esgotamento sanitário	2.905.585	(799.631)	<b>2.105.954</b>
Direitos de uso	293.178	(89.661)	<b>203.517</b>
Sistemas de uso comum	-	-	-
Outros	(179.283)	34.479	<b>(144.804)</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>7.737.416</b>	<b>(3.604.432)</b>	<b>4.132.984</b>
Em obras			
Obras em andamento	1.927.472	-	<b>1.927.472</b>
<b>TOTAL EM OBRAS</b>	<b>1.927.472</b>	-	<b>1.927.472</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>9.664.888</b>	<b>(3.604.432)</b>	<b>6.060.456</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÃO	JUROS CAPITALIZADOS	TRANSFERÊNCIAS PARA O IMOBILIZADO	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Sistemas de água	<b>1.968.317</b>	66.488	(45.271)	(181.411)	-	200.365	2.008.488
Esgotamento sanitário	<b>2.105.954</b>	41.687	(48.929)	(148.890)	-	284.207	2.234.029
Direitos de uso	<b>203.517</b>	14.341	(2)	(15.421)	-	3.242	205.677
Sistemas de uso comum (I)	-	4.414	(1.266)	(13.127)	-	166.987	157.008
OUTROS	<b>(144.804)</b>	(7.555)	87.335	12.425	-	113.003	60.404
EM FORMAÇÃO	<b>1.927.472</b>	<b>626.706</b>	<b>(2.220)</b>	-	<b>58.536</b>	<b>(812.740)</b>	<b>1.797.754</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.060.456</b>	<b>746.081</b>	<b>(10.353)</b>	<b>(346.424)</b>	<b>58.536</b>	<b>(44.936)</b>	<b>6.463.360</b>

	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÃO	JUROS CAPITA- LIZADOS	TRANSFERÊNCIAS PARA ATIVO FINANCEIRO	TRANSFERÊNCIAS PARA O IMOBILIZADO	OUTROS	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Sistemas de água	<b>66.678</b>	(5.203)	(165.552)	-	(27.721)	197.298	4.753	<b>2.078.741</b>
Esgotamento sanitário	<b>58.763</b>	(5.181)	(158.981)	-	(52.812)	498.302	1.300	<b>2.575.420</b>
Direitos de uso	<b>25.640</b>	(9)	(11.393)	-	115	1.121	169	<b>221.320</b>
Sistemas de uso comum (I)	<b>38.255</b>	(173)	(54.380)	-	(4.934)	47.452	60	<b>183.288</b>
OUTROS	<b>18.812</b>	(1.441)	(2.745)	-	(3.684)	(2.734)	1.506	<b>70.118</b>
EM FORMAÇÃO	<b>713.904</b>	<b>(16.414)</b>	-	<b>58.656</b>	-	<b>(782.034)</b>	-	<b>1.771.866</b>
<b>TOTAL</b>	<b>922.052</b>	<b>(28.421)</b>	<b>(393.051)</b>	<b>58.656</b>	<b>(89.036)</b>	<b>(40.595)</b>	<b>7.788</b>	<b>6.900.753</b>

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$391.699 (2012 - R\$323.704) como custo dos serviços prestados, de R\$211 (2012 - R\$3.666) como despesas comerciais e de R\$1.141 (2012 - R\$19.054) como despesas administrativas.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Consolidado

	31/12/2013		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	INTANGÍVEL LÍQUIDO
<b>Em operação</b>			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	<b>2.078.741</b>
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	<b>2.575.420</b>
Direitos de uso	337.927	(116.605)	<b>221.322</b>
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	<b>183.288</b>
Outros	78.459	(8.341)	<b>70.118</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>9.435.670</b>	<b>(4.306.781)</b>	<b>5.128.889</b>
<b>EM OBRAS</b>			
Obras em andamento	1.771.866	-	<b>1.771.866</b>
<b>TOTAL EM OBRAS</b>	<b>1.771.866</b>	<b>-</b>	<b>1.771.866</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>11.207.536</b>	<b>(4.306.781)</b>	<b>6.900.755</b>
	31/12/2012		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	INTANGÍVEL LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Sistemas de água	4.461.733	(2.453.245)	<b>2.008.488</b>
Esgotamento sanitário	3.128.549	(894.520)	<b>2.234.029</b>
Direitos de uso	311.033	(105.343)	<b>205.690</b>
Sistemas de uso comum	622.067	(465.059)	<b>157.008</b>
Outros	67.848	(7.444)	<b>60.404</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>8.591.230</b>	<b>(3.925.611)</b>	<b>4.665.619</b>
<b>EM OBRAS</b>			
Obras em andamento	1.797.754	-	1.797.754
<b>TOTAL EM OBRAS</b>	<b>1.797.754</b>	<b>-</b>	<b>1.797.754</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>10.388.984</b>	<b>(3.925.611)</b>	<b>6.463.373</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			01/12/2012
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	INTANGÍVEL LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Sistemas de água	4.717.936	(2.749.619)	<b>1.968.317</b>
Esgotamento sanitário	2.905.585	(799.631)	<b>2.105.954</b>
Direitos de uso	293.195	(89.673)	<b>203.522</b>
Sistemas de uso comum	-	-	-
Outros	(179.283)	34.479	<b>(144.804)</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>7.737.433</b>	<b>(3.604.444)</b>	<b>4.132.989</b>
<b>EM OBRAS</b>			
Obras em andamento	1.927.472	-	<b>1.927.472</b>
<b>TOTAL EM OBRAS</b>	<b>1.927.472</b>	-	<b>1.927.472</b>
<b>TOTAL DO INTANGÍVEL</b>	<b>9.664.905</b>	<b>(3.604.444)</b>	<b>6.060.461</b>

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÃO	JUROS CAPITALIZADOS	TRANSFERÊNCIAS PARA O IMOBILIZADO	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Sistemas de água	<b>1.968.317</b>	66.488	(45.271)	(181.411)	-	200.365	<b>2.008.488</b>
Esgotamento sanitário	<b>2.105.954</b>	41.687	(48.929)	(148.890)	-	284.207	<b>2.234.029</b>
Direitos de uso	<b>203.522</b>	14.341	(2)	(15.433)	-	3.262	<b>205.690</b>
Sistemas de uso comum (I)	-	4.414	(1.266)	(13.127)	-	166.987	<b>157.008</b>
Outros	<b>(144.804)</b>	(7.555)	87.335	12.425	-	113.003	<b>60.404</b>
Em formação	<b>1.927.472</b>	629.992	(5.506)	-	58.536	(812.740)	<b>1.797.754</b>
<b>Total</b>	<b>6.060.461</b>	<b>749.367</b>	<b>(13.639)</b>	<b>(346.436)</b>	<b>58.536</b>	<b>(44.916)</b>	<b>6.463.373</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÃO	JUROS CAPITA- LIZADOS	TRANSFERÊNCIAS PARA ATIVO FINANCEIRO	TRANSFERÊNCIAS PARA O IMOBILIZADO	OUTROS	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Sistemas de água	66.678	(5.203)	(165.552)	-	(27.721)	197.298	4.753	<b>2.078.741</b>
Esgotamento sanitário	58.763	(5.181)	(158.981)	-	(52.812)	498.302	1.300	<b>2.575.420</b>
Direitos de uso	25.640	(9)	(11.403)	-	115	1.121	168	<b>221.322</b>
Sistemas de uso comum (I)	38.255	(173)	(54.380)	-	(4.934)	47.452	60	<b>183.288</b>
Outros	18.812	(1.441)	(2.745)	-	(3.684)	(2.734)	1.506	<b>70.118</b>
Em formação	713.904	(16.414)	-	58.656	-	(782.034)	-	<b>1.771.866</b>
<b>Total</b>	<b>922.052</b>	<b>(28.421)</b>	<b>(393.061)</b>	<b>58.656</b>	<b>(89.036)</b>	<b>(40.595)</b>	<b>7.787</b>	<b>6.900.755</b>

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$391.700 (2012 - R\$323.508) como custo dos serviços prestados, de R\$211 (2012 - R\$3.729) como despesas comerciais e de R\$1.150 (2012 - R\$19.199) como despesas administrativas.

Em 31 de dezembro de 2013, as adições ao intangível, no montante de R\$749.367, referem-se substancialmente a obras de ampliação da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão Arudas, implantação do sistema de tratamento de esgoto de Ibitiré e melhorias no sistema de esgotamento sanitário em Caratinga, Contagem e Betim.

Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passam a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”, a partir do exercício de 2012.

## 10. IMOBILIZADO

### (a) Controladora

	31/12/2013		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Máquinas e equipamentos	252.734	(165.305)	<b>87.429</b>
Veículos	141.973	(106.758)	<b>35.215</b>
Outros	191	(172)	<b>19</b>
	394.898	(272.235)	<b>122.663</b>
Terrenos e edificações	158.559	(75.744)	<b>82.815</b>
Total em operação	553.457	(347.979)	<b>205.478</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>553.457</b>	<b>(347.979)</b>	<b>205.478</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2012		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Máquinas e equipamentos	259.841	(155.394)	<b>104.447</b>
Veículos	111.799	(101.141)	<b>10.658</b>
Outros	191	(175)	<b>16</b>
	371.831	(256.710)	<b>115.121</b>
Terrenos e edificações	<b>131.946</b>	(71.573)	<b>60.373</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>503.777</b>	<b>(328.283)</b>	<b>175.494</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>503.777</b>	<b>(328.283)</b>	<b>175.494</b>

	01/12/2012		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Máquinas e equipamentos	240.088	(136.254)	103.834
Veículos	104.770	(97.793)	6.977
Outros	155	(125)	<b>30</b>
	345.013	(234.172)	<b>110.841</b>
Terrenos e edificações	117.886	(67.856)	<b>50.030</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>462.899</b>	<b>(302.028)</b>	<b>160.871</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>462.899</b>	<b>(302.028)</b>	<b>160.871</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	TERRENOS E EDIFICAÇÕES	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VEÍCULOS	OUTROS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012</b>	<b>50.030</b>	<b>103.834</b>	<b>6.977</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>160.871</b>
Adições	684	(178)	536	55	174	<b>1.271</b>
Baixas	(222)	(148)	(160)	38	(174)	<b>(666)</b>
Depreciação	(3.272)	(24.232)	(3.340)	(74)	-	<b>(30.918)</b>
Transferências para o intangível	13.153	25.171	6.645	(33)	-	<b>44.936</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>60.373</b>	<b>104.447</b>	<b>10.658</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>175.494</b>
Adições	18.541	5.867	335	-	-	<b>24.743</b>
Baixas	(7)	(373)	(101)	-	-	<b>(481)</b>
Depreciação	(3.633)	(23.818)	(7.524)	(8)	-	<b>(34.983)</b>
Transferências para o intangível	7.541	1.306	31.748	-	-	<b>40.595</b>
Outros	-	-	99	11	-	<b>110</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>82.815</b>	<b>87.429</b>	<b>35.215</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>205.478</b>

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$21.095 (2012 - R\$29.021) como custo dos serviços prestados, de R\$4.588 (2012 - R\$306) como despesas comerciais e de R\$9.300 (2012 - R\$1.591) como despesas administrativas.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Consolidado

	31/12/2013		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Máquinas e equipamentos	275.717	(172.063)	<b>103.654</b>
Veículos	142.712	(107.480)	<b>35.232</b>
Outros	348	(295)	<b>53</b>
	418.777	(279.838)	<b>138.939</b>
Terrenos e edificações	164.348	(76.493)	<b>87.855</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>583.125</b>	<b>(356.331)</b>	<b>226.794</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>583.125</b>	<b>(356.331)</b>	<b>226.794</b>
	31/12/2012		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO
<b>EM OPERAÇÃO</b>			
Máquinas e equipamentos	281.998	(159.951)	<b>122.047</b>
Veículos	112.637	(101.755)	<b>10.882</b>
Outros	327	(266)	<b>61</b>
	394.962	(261.972)	<b>132.990</b>
Terrenos e edificações	135.417	(72.075)	<b>63.342</b>
<b>TOTAL EM OPERAÇÃO</b>	<b>530.379</b>	<b>(334.047)</b>	<b>196.332</b>
<b>EM OBRAS</b>			
Obras em andamento	2.291	-	2.291



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

TOTAL EM OBRAS	<b>2.291</b>	-	<b>2.291</b>
TOTAL DO IMOBILIZADO	<b>532.670</b>	<b>(334.047)</b>	<b>198.623</b>
			01/12/2012
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO
EM OPERAÇÃO			
Máquinas e equipamentos	260.944	(138.436)	<b>122.508</b>
Veículos	106.172	(98.327)	<b>7.845</b>
Outros	912	(494)	<b>418</b>
	368.028	(237.257)	<b>130.771</b>
Terrenos e edificações	121.372	(68.166)	<b>53.206</b>
TOTAL EM OPERAÇÃO	<b>489.400</b>	<b>(305.423)</b>	<b>183.977</b>
EM OBRAS			
Obras em andamento	1.722	-	1.722
TOTAL EM OBRAS	<b>1.722</b>	-	<b>1.722</b>
TOTAL DO IMOBILIZADO	<b>491.122</b>	<b>(305.423)</b>	<b>185.699</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	TERRENOS E EDIFICAÇÕES	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VEÍCULOS	OUTROS	OBRAS EM ANDAMENTO	TOTAL
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2012</b>	<b>53.206</b>	<b>122.508</b>	<b>7.845</b>	<b>418</b>	<b>1.722</b>	<b>185.699</b>
Adições	708	603	536	82	743	<b>2.672</b>
Baixas	(198)	(234)	(569)	5	(174)	<b>(1.170)</b>
Depreciação	(3.475)	(26.243)	(3.575)	(201)	-	<b>(33.494)</b>
Transferências para o intangível	13.101	25.413	6.645	(243)	-	<b>44.916</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>63.342</b>	<b>122.047</b>	<b>10.882</b>	<b>61</b>	<b>2.291</b>	<b>198.623</b>
Adições	20.859	6.693	335	8	-	<b>27.895</b>
Baixas	(7)	(373)	(101)	-	(2.291)	<b>(2.772)</b>
Depreciação	(3.880)	(26.019)	(7.632)	(26)	-	<b>(37.557)</b>
Transferências para o intangível	7.541	1.306	31.748	-	-	<b>40.595</b>
Outros	-	-	-	10	-	<b>10</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>87.855</b>	<b>103.654</b>	<b>35.232</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>226.794</b>

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$23.523 (2012 - R\$31.510) como custo dos serviços prestados, de R\$4.588 (2012 - R\$322) como despesas comerciais e de R\$9.446 (2012 - R\$1.662) como despesas administrativas.



## 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Parcelamento de impostos (a)	253.724	255.676	261.299
Provisão para férias	92.023	84.653	76.587
Energia elétrica (b)	10.832	6.618	24.670
Depósito para obras (c)	30.389	34.590	27.875
Perdas com investimentos (Nota 08)	86.346	79.169	45.604
Obrigações diversas	20.086	13.652	67.491
<b>TOTAL</b>	<b>493.400</b>	<b>474.358</b>	<b>503.526</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>(337.084)</b>	<b>(333.759)</b>	<b>(304.472)</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>156.316</b>	<b>140.599</b>	<b>199.054</b>

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Parcelamento de impostos (a)	253.724	255.676	261.299
Provisão para férias	92.023	84.653	76.587
Energia elétrica (b)	10.832	6.618	24.670
Depósito para obras (c)	30.389	34.590	27.875
Perdas com investimentos (Nota 8)	86.346	79.169	45.604
Obrigações diversas	20.086	13.652	67.491
<b>TOTAL</b>	<b>493.400</b>	<b>474.358</b>	<b>503.526</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(337.084)	(333.759)	(304.472)
PASSIVO CIRCULANTE	156.316	140.599	199.054

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

- a) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA MG serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2013, restam 74 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.
- b) Refere-se a parcelamento de dívida, encerrado em setembro de 2012, oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2013 o circulante registra apenas o valor das faturas mensais, no

valor de R\$10.832 (2012 - R\$6.618; 01 de janeiro de 2012 - R\$5.442).

- c) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, e da estação de tratamento de esgoto Ibirité, no município de Ibirité, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (Nota 08).

O valor original desse contrato que era de R\$18.720, passou a ser de R\$10.160 no termo aditivo elaborado em dezembro de 2012 e assinado em maio de 2013, referenciado à data do contrato original, repactuando as cargas e vazões para a situação implantada até o momento. Assim, em 28 de junho de 2013, a ANA resgatou o valor atualizado de R\$14.439 relativo a parte do valor repassado em dezem-



bro de 2007. A elaboração do termo aditivo e o resgate ocorreram devido ao fato de que foi construída apenas a primeira etapa da referida ETE, sendo que o contrato assinado originalmente visava a etapa final da construção.

Em 29 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu repasse no valor de R\$8.114, proveniente da Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto sanitário do Município de Patos de Minas. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2012, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
Governo Estadual/BDMG	3.047	4.929	4.717
Caixa Econômica Federal	123.627	122.336	114.916
Tesouro Nacional	3.327	38.801	36.875
BNDES - BNE	59.269	59.255	54.074



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas Promissórias - Citibank	-	-	155.924
União Federal - bônus	2.004	3.656	4.719
Finame	4.981	-	-
KfW	4	4	-
<b>EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>196.259</b>	<b>228.981</b>	<b>371.225</b>
Debêntures simples	275.267	134.017	102.715
Debêntures conversíveis	-	7	69.742
<b>DEBÊNTURES</b>	<b>275.267</b>	<b>134.024</b>	<b>172.457</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>471.526</b>	<b>363.005</b>	<b>543.682</b>
Não circulante			
Governo Estadual/BDMG	1.032	3.726	7.756
Caixa Econômica Federal	508.499	554.152	613.804
Tesouro Nacional	-	3.311	41.806
BNDES - BNE	485.572	532.976	533.973
União Federal - bônus	59.654	52.506	51.031
Finame	72.042	-	-
KfW	65.670	6.221	-
<b>EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.192.469</b>	<b>1.152.892</b>	<b>1.248.370</b>
Debêntures simples	1.492.272	1.543.481	952.614
Debêntures conversíveis	-	-	65.293
<b>DEBÊNTURES</b>	<b>1.492.272</b>	<b>1.543.481</b>	<b>1.017.907</b>
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.684.741</b>	<b>2.696.373</b>	<b>2.266.277</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.156.267</b>	<b>3.059.378</b>	<b>2.809.959</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>Circulante</b>			
Governo Estadual/BDMG	3.047	4.929	4.717
Caixa Econômica Federal	123.627	122.336	114.916
Tesouro Nacional	3.327	38.801	36.875
BNDES - BNE	59.269	59.255	54.074
Notas Promissórias - Citibank	-	-	155.924
União Federal - bônus	2.004	3.656	4.719
Finame	4.984	-	-
Banco do Brasil	401	-	-
KfW	4	4	-
<b>EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>196.663</b>	<b>228.981</b>	<b>371.225</b>
Debêntures simples	275.267	134.017	102.715
Debêntures conversíveis	-	7	69.742
<b>DEBÊNTURES</b>	<b>275.267</b>	<b>134.024</b>	<b>172.457</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>471.930</b>	<b>363.005</b>	<b>543.682</b>
<b>Não circulante</b>			
Governo Estadual/BDMG	1.032	3.726	7.756
Caixa Econômica Federal	509.061	554.152	613.804
Tesouro Nacional	-	3.311	41.806
BNDES - BNE	485.572	532.976	533.973
União Federal - bônus	59.654	52.506	51.031
Finame	72.042	-	-
Banco do Brasil	467	-	-
KfW	65.670	6.221	-



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS E FINANCIAMENTOS	<b>1.193.498</b>	<b>1.152.892</b>	<b>1.248.370</b>
Debêntures simples	1.492.272	1.543.481	952.614
Debêntures conversíveis	-	-	65.293
<b>DEBÊNTURES</b>	<b>1.492.272</b>	<b>1.543.481</b>	<b>1.017.907</b>
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.685.770</b>	<b>2.696.373</b>	<b>2.266.277</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.157.700</b>	<b>3.059.378</b>	<b>2.809.959</b>

### (a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013 os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$127.332 (2012 - R\$62.387; 01 de janeiro de 2012-R\$55.750), sendo R\$61.658 em dólares e R\$65.674 em euros (2012 - R\$56.162 em dólares e R\$6.225 em euros; 01 de janeiro de 2012 somente em dólares).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

#### CONTROLADORA

ANO DE VENCIMENTO	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	-	212.188
2014	-	188.477	175.683
2015	173.935	153.067	141.171
2016	137.345	117.590	106.814
2017	100.523	81.494	72.858
2018	101.708	82.500	73.766

2019	103.395	83.989	75.145
2020 até 2036	575.563	445.775	390.745
<b>TOTAL</b>	<b>1.192.469</b>	<b>1.152.892</b>	<b>1.248.370</b>

#### CONSOLIDADO

ANO DE VENCIMENTO	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	-	212.188
2014	-	188.477	175.683
2015	174.399	153.067	141.171
2016	137.483	117.590	106.814
2017	100.593	81.494	72.858
2018	101.778	82.500	73.766
2019	103.465	83.989	75.145
2020 até 2036	575.780	445.775	390.745
<b>TOTAL</b>	<b>1.193.498</b>	<b>1.152.892</b>	<b>1.248.370</b>



A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>1.381.873</b>	<b>1.619.595</b>
Ingressos de empréstimos e financiamentos	216.072	126.382
Encargos provisionados	105.241	125.879
Varição monetária e cambial	19.663	8.382
Amortização de principal	(227.873)	(363.601)
Amortização de encargos	(106.248)	(134.764)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>1.388.728</b>	<b>1.381.873</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>(196.259)</b>	<b>(228.981)</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.192.469</b>	<b>1.152.892</b>

### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
<b>SALDO INICIAL</b>	<b>1.381.873</b>	<b>1.619.595</b>
Ingressos de empréstimos e financiamentos	217.634	126.382
Encargos provisionados	105.353	125.879
Varição monetária e cambial	19.663	8.382
Amortização de principal	(228.039)	(363.601)
Amortização de encargos	(106.323)	(134.764)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>1.390.161</b>	<b>1.381.873</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>(196.663)</b>	<b>(228.981)</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.193.498</b>	<b>1.152.892</b>

Em 07 de junho de 2013 a subsidiária COPANOR e o Banco do Brasil assinaram contrato de empréstimo no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). A remuneração será composta por juros à taxa de 112,5% a.a. da taxa média dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI), cujo pagamento será exigido a cada data base, a partir de 15 de julho de 2013, no vencimento e na liquidação da dívida.

Este empréstimo tem carência de principal de 3 (três) meses, e a amortização se dará em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$33.333,33 (trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) com vencimento no dia 15 de cada mês no período compreendido entre 15 de setembro de 2013 e 15 de fevereiro de 2016, data do vencimento final.

Os recursos deste empréstimo serão utilizados exclusivamente para garantir a provisão de fundos em conta corrente de depósitos, sendo que não será permitida qualquer aplicação desse crédito em investimentos fixos e sua utilização fora da agência do Banco do Brasil.

Os empréstimos e financiamentos e debêntures têm vencimento até 2036 e cupons médios de 7,66% ao ano (2012-8,04%; 1º de janeiro de 2012 - 8,84%). Além disso, as linhas de financiamento apresentam seus respectivos saldos devedores atrelados a índices específicos, conforme descrito a seguir:



## CONTROLADORA / CONSOLIDADO

### LINHAS DE FINANCIAMENTO

### ÍNDICES

Governo Estadual/BDMG	IGP-M
Caixa Econômica Federal	TR
Tesouro Nacional	TR
BNDES - BNE	Excedente a 6% da TJLP
FINAME	-
União Federal - bônus	Dólar
KfW	Euro
FINAME - Águas Minerais	-
Banco do Brasil - COPANOR	CDI
Debêntures	(*)
(*) Vide Nota 12 (c).	

### (b) Garantia dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

#### (i) Contratos em moeda estrangeira

União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia,

até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$42.518, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$40.527; 01 de janeiro de 2012 - R\$35.192), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos.

Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KfW:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento, pelo contrato de garantia em separado, celebrado entre a KfW e a República Federativa do Brasil, e pelo crédito de pagamento garantido pela República Federal da Alemanha. Como garantia acessória a Companhia manterá conta reserva na Caixa Econômica Federal, cujo saldo mínimo corresponda 1 (uma) vez o serviço da dívida vincendo. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$891 (2012 - R\$349; 01 de janeiro de 2012 - não havia esta caução).

#### (ii) Contratos em moeda nacional

- ▶ Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ▶ Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financiadores, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
  - ▶ Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA MG aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPCA divulgado pela FIPE;
  - ▶ Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos é de R\$25.462 (2012 - R\$25.448; 01 de janeiro de 2012 - R\$25.862).
- ▶ Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$23.546 (2012 - R\$24.171; 01 de janeiro de 2012 - R\$26.527).
- ▶ Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro dos programas CAIXA PAC - 2009 e 2010 destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário



nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$1.605 (2012 - R\$1.186; 01 de janeiro de 2012 - R\$555).

### (iii) Outros financiamentos

- ▶ Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$10.247 (2012 - R\$10.107; 01 de janeiro de 2012 - R\$9.918).

- ▶ Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (c) Debêntures

#### CONTROLADORA / CONSOLIDADO

SUBSCRIÇÕES/SÉRIES	DATA DA SUBSCRIÇÃO	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS</b>							
Subscrição 1ª. emissão							
1ª e 2ª	30/06/2004	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.245
3ª e 4ª	09/11/2004	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.245
5ª e 6ª	29/07/2004	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.245
7ª	19/12/2005	2.258	-	3.887	2.256	3.907	6.122
8ª e 9ª	24/04/2006	4.515	-	7.775	4.511	7.815	12.244
10ª	19/12/2006	2.258	-	3.887	2.256	3.907	6.122
11ª e 12ª	23/03/2007	4.516	-	7.775	4.511	7.815	12.244
<b>TOTAL 1ª EMISSÃO</b>		<b>27.092</b>	<b>-</b>	<b>46.649</b>	<b>27.067</b>	<b>46.889</b>	<b>73.467</b>
Subscrição 3ª. emissão							
1ª a 6ª	06/12/2007	15.923	79.246	16.174	95.096	16.299	110.945
7ª	25/09/2008	2.654	13.208	2.696	15.849	2.717	18.491
8ª	06/12/2008	7.962	39.623	8.087	47.548	8.149	55.472
9ª a 11ª	30/03/2009	7.962	39.623	8.087	47.548	8.149	55.472
12ª a 14ª	27/11/2009	2.654	13.208	2.696	15.849	2.717	18.491
15ª a 17ª	26/05/2010	7.962	39.623	8.087	47.548	8.150	55.473
18ª	02/07/2010	2.654	13.208	2.695	15.849	2.717	18.491
<b>TOTAL 3ª EMISSÃO</b>		<b>47.771</b>	<b>237.739</b>	<b>48.522</b>	<b>285.287</b>	<b>48.898</b>	<b>332.835</b>
Subscrição 4ª. emissão							



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1ª	27/12/2010	38.586	240.054	8.292	255.318	3.395	222.210
2ª	24/11/2011	24.840	187.232	13.549	211.923	1.198	36.102
3ª	27/12/2012	28.166	212.324	4.273	67.038	-	-
<b>TOTAL 4ª EMISSÃO</b>		<b>91.592</b>	<b>639.610</b>	<b>26.114</b>	<b>534.279</b>	<b>4.593</b>	<b>258.312</b>
Subscrição 5ª. emissão							
Única	27/10/2011	1.477	288.000	-	288.000	2.335	288.000
<b>TOTAL 5ª EMISSÃO</b>		<b>1.477</b>	<b>288.000</b>	<b>-</b>	<b>288.000</b>	<b>2.335</b>	<b>288.000</b>
Subscrição 6ª. emissão							
1ª	23/02/2012	59.096	142.840	1.840	200.000	-	-
2ª	23/02/2012	48.239	184.083	10.892	208.848	-	-
<b>TOTAL 6ª EMISSÃO</b>		<b>107.335</b>	<b>326.923</b>	<b>12.732</b>	<b>408.848</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL NÃO CONVERSÍVEIS</b>		<b>275.267</b>	<b>1.492.272</b>	<b>134.017</b>	<b>1.543.481</b>	<b>102.715</b>	<b>952.614</b>
<b>DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS</b>							
Subscrição 2ª. emissão							
Única	28/08/2007	-	-	-	-	43.313	39.050
Única	06/09/2007	-	-	-	-	25.180	25.002
Única	03/12/2007	-	-	7	-	1.249	1.241
<b>TOTAL CONVERSÍVEIS</b>				<b>7</b>	<b>-</b>	<b>69.742</b>	<b>65.293</b>
<b>TOTAL DE DEBÊNTURES</b>		<b>275.267</b>	<b>1.492.272</b>	<b>134.024</b>	<b>1.543.481</b>	<b>172.457</b>	<b>1.017.907</b>

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2013	31/12/2012
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>1.677.505</b>	<b>1.190.364</b>
Ingressos de debêntures	175.734	659.171
Encargos provisionados	124.978	127.777
Variação monetária	26.803	38.677
Amortização de principal	(109.950)	(93.958)
Conversão de debêntures em ações	-	(137.486)
Amortização de encargos	(127.531)	(107.040)
Saldo em 31 de dezembro	<b>1.767.539</b>	<b>1.677.505</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>(275.267)</b>	<b>(134.024)</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.492.272</b>	<b>1.543.481</b>

### (i) Debêntures não conversíveis

#### ► Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados pró-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2013, o montante caucionado é de R\$12.149 (2012 - R\$13.154; 01 de janeiro de 2012 - R\$14.205).

Os recursos dessa emissão foram destinados ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão da COPASA MG.

#### ► Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, constituídas por 450 (qua-



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2013, o montante caucionado é de R\$16.992 (2012 - R\$18.019; 01 de janeiro de 2012 - R\$19.519).

► Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em

ações, cuja emissão está sendo realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A - BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 9,046555% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na “conta vinculada” destinada a operacionalizar a



cessão fiduciária dos direitos creditórios.

▶ Subscrição 5ª emissão:

Em agosto de 2011, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela Planner Truste DTVM Ltda., constituídas por 288.000 (duzentas e oitenta e oito mil) debêntures de R\$1, cuja emissão foi realizada em série única no valor total de R\$288.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

A liberação dos recursos da “conta de liquidação” para a “conta de livre movimentação” será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da emissora e dependerá de prévia comprovação junto ao agente fiduciário das condições constantes no contrato.

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas contas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Os recursos dessa emissão destinam-se ao desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Companhia.

▶ Subscrição 6ª emissão:

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 400 (quatrocentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em duas séries de R\$200.000 cada uma, totalizando R\$400.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de fevereiro de 2012
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	24 meses
Amortização	07 parcelas semestrais, iguais e consecutivas para a 1ª série, e 06 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série e 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série
Remuneração	100% da taxa DI over extragrupo capitalizada de um spread de 0,94% a.a. para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios correspondentes a 100% da remuneração das Notas do Tesouro Nacional-série B, para a 2ª série
Garantia	Quirografária

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com os municípios com os quais a Companhia



tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no alongamento do perfil da dívida.

**(ii) Debêntures conversíveis**

▶ Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	01 de junho de 2012 e 01 de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (Nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA MG que possuíssem no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento

e duas) ações da COPASA MG. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA MG (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão era de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture poderia ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderia ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura.

Conforme demonstrado a seguir, 1.129.881 debêntures foram convertidas em 4.519.482 ações, e as 119 ações restantes foram pagas em 14 de junho de 2013.

DATA	QUANTIDADE	
	DEBÊNTURES CONVERTIDAS	AÇÕES ORDINÁRIAS
04/08/2008	188	752
06/03/2009	5.396	21.584
12/03/2009	973	3.892
01/04/2009	20.595	82.380
18/06/2009	2.039	8.156
02/07/2009	4.208	16.832
21/07/2009	240	960



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29/11/2011	314	1.256
31/05/2012	1.095.907	4.383.628
28/09/2012	9	18
30/10/2012	12	24
<b>TOTAL</b>	<b>1.129.881</b>	<b>4.519.482</b>

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Componente do passivo no início do período	7	135.035
Despesa financeira	-	8.848
Juros pagos	-	(6.389)
Amortização	(7)	-
Conversão da dívida	-	(137.487)
<b>COMPONENTE DO PASSIVO AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>7</b>

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

### (d) Valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.

### (e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros, conforme a seguir:

#### (i) Covenants de contratos sindicalizados:

ÍNDICE	LIMITE
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Igual ou maior que 350

#### (ii) Covenants de contratos com a CEF

Os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 “Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos”, acima descrito.

ÍNDICE	LIMITE
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Maior que 365



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (iii) Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:

ÍNDICE	LIMITE
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

### (iv) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:

ÍNDICE	LIMITE
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

### (v) Covenants do contrato com o KfW

ÍNDICE	LIMITE
Passivo total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/amortização da dívida	Igual ou maior que 1,5

### (vi) Covenants de contratos com a CEF/BB/HSBC, 5ª e 6ª emissões de debêntures:

ÍNDICE	LIMITE
Dívida líquida/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0
EBITDA/Receita operacional líquida	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

## 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

### (a) Contingências prováveis

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA

	31/12/2013			31/12/2012		
	CONTIN- GÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	SALDO LÍQUIDO	CONTIN- GÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	SALDO LÍQUIDO
Cíveis	37.164	(1.153)	36.011	30.575	(1.054)	29.521
Trabalhistas	33.542	(824)	32.718	27.282	(1.104)	26.178
Tributárias	828	(414)	414	2.209	(96)	2.113
Ambientais	7.331	-	7.331	6.120	-	6.120
Crédito prêmio IPI	-	-	-	16.456	-	16.456
<b>TOTAL</b>	<b>78.865</b>	<b>(2.391)</b>	<b>76.474</b>	<b>82.642</b>	<b>(2.254)</b>	<b>80.388</b>

### CONTROLADORA

	01/01/2012	
	CONTINGÊNCIAS	SALDO LÍQUIDO
Cíveis	24.296	(989)
Trabalhistas	14.616	(1.135)
Tributárias	2.081	(90)
Ambientais	5.177	-
Crédito presumido de PIS/COFINS	28.163	-
Crédito prêmio IPI	16.456	-
<b>TOTAL</b>	<b>90.789</b>	<b>(2.214)</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONSOLIDADO

	31/12/2013			31/12/2012		
	CONTIN- GÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	SALDO LÍQUIDO	CONTIN- GÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	SALDO LÍQUIDO
Cíveis	37.194	(1.153)	36.041	30.575	(1.054)	29.521
Trabalhistas	35.406	(1.439)	33.967	29.189	(2.625)	26.564
Tributárias	828	(414)	414	2.209	(96)	2.113
Ambientais	7.331	-	7.331	6.120	-	6.120
Crédito prêmio IPI	-	-	-	16.456	-	16.456
<b>TOTAL</b>	<b>80.759</b>	<b>(3.006)</b>	<b>77.753</b>	<b>84.549</b>	<b>(3.775)</b>	<b>80.774</b>

### CONSOLIDADO

	01/01/2012		
	CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	SALDO LÍQUIDO
Cíveis	24.296	(989)	23.307
Trabalhistas	17.619	(1.647)	15.972
Tributárias	2.081	(90)	1.991
Ambientais	5.177	-	5.177
Crédito presumido de PIS/COFINS	28.163	-	28.163
Crédito prêmio IPI	16.456	-	16.456
<b>TOTAL</b>	<b>93.792</b>	<b>(2.726)</b>	<b>91.066</b>

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, ANTES DA COMPENSAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>	<b>82.642</b>	<b>84.549</b>
Adições	31.009	32.300
Utilizações	(3.579)	(4.144)
Reversões	(31.207)	(31.946)
(-) Compensação de depósitos judiciais	(2.391)	(3.006)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>76.474</b>	<b>77.753</b>
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2012, ANTES DA COMPENSAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS</b>	<b>90.789</b>	<b>93.792</b>
Adições	44.252	46.163
Utilizações	(4.756)	(4.756)
Reversões	(47.643)	(50.650)
(-) Compensação de depósitos judiciais	(2.254)	(3.775)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>80.388</b>	<b>80.774</b>

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e

judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição da Procuradoria Jurídica.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Existe grande pulverização no número e no valor dos processos e os mais relevantes estão listados a seguir.

### (i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado nos municípios onde a COPASA MG opera em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de



2013, em R\$359 (2012 - R\$341; 01 de janeiro de 2012 - R\$324).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações civis públicas contra a COPASA MG, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decurso desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2013 o valor provisionado referente a 51 ações é de R\$7.331 (2012 - R\$6.120; 01 de janeiro de 2012 - R\$5.177).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. O processo está em fase decisória, sendo que em dezembro de 2013 o Juiz concedeu vistas às autoras e à empreiteira para apresentação das alegações finais, direito ao qual a COPASA MG terá acesso em seguida, e então o Juiz deverá proferir a sentença, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 de R\$2.720(2012 - R\$2.590;

01 de janeiro de 2012 - R\$2.454).

Em 18 de outubro de 2011, Vivina Alves de Oliveira Sales e outros ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais, perante a Vara de Feitos da Fazenda da Comarca de Varginha - MG, em virtude dos prejuízos ocasionados em seu imóvel, supostamente relacionados com vazamento de água, ocorrido na rede pública de abastecimento, no município de Varginha. A partir de setembro de 2012, o processo entrou na fase de exame de laudos periciais, em 29 de outubro de 2013 foi realizada audiência de instrução e julgamento, faltando assim, a prolação da sentença judicial. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.537 (2012 - R\$1.463; 01 de janeiro de 2012 - R\$1.386).

#### **(ii) Provisões trabalhistas**

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas “in itinere”, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 48,24% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras contratadas para a prestação de serviços



de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, conseqüentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constituiu provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.992 (2012 - R\$2.054; 01 de janeiro de 2012 - R\$2.594).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autuou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$5.066 (2012 - R\$4.731; 01 de janeiro de 2012 - R\$4.408).

Ação trabalhista, conexa a ação civil pública, em curso na 24ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDÁGUA e

o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e do programa motivacional adotado pela Companhia. Nesse processo a COPASA MG obteve êxito em 1ª instância, decisão reformada em 2ª instância, estando atualmente pendente de decisão judicial pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ainda assim estimamos a perda dessa ação como provável, provisionando em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$1.564 (2012 - R\$1.456; 01 de janeiro de 2012 - R\$1.342).

Ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho, questionando a contratação de empregado por prazo determinado, praticada pela Companhia, a qual ainda está na fase de instrução processual, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, mas, ainda assim, foi classificada como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$577 (2012 - R\$520; 01 de janeiro de 2012 - não havia valor provisionado).

Reclamação trabalhista apresentada pelo SINDÁGUA, reivindicando o pagamento de diferença da participação nos lucros da empresa aos empregados referente ao exercício de 2010. Essa ação, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, já teve julgamento em 1ª e 2ª instâncias, sendo declarado procedente o pedido, estando, atualmente, pendente de decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho, em face de recurso de revista apresentado pela COPASA MG, com interposição de agravo de instrumento. O processo está classificado como de perda provável, sendo provisionado, em 31 de dezembro de 2013, com o valor de R\$15.515 (2012 - R\$10.508; 01 de janeiro de 2012 - R\$53).



### (iii) Provisões tributárias

Em dezembro de 2013, por decisão da Administração da Companhia e após estudos efetuados pela Superintendência Contábil, foi revertida a provisão de R\$16.456, constituída em dezembro de 2010, referente ao efeito tributário da exclusão das parcelas pagas relativas ao parcelamento de débito do crédito-prêmio de IPI da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício de 2010.

### (b) Contingências possíveis

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

#### CONTROLADORA / CONSOLIDADO

NATUREZA	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Cível	376.057	477.222	402.021
Tributária	34.239	37.957	55.623
<b>TOTAL</b>	<b>410.296</b>	<b>515.179</b>	<b>457.644</b>

### (i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

#### Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

#### Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases,



Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

#### **Ações ambientais**

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta

ação no valor de R\$76.167 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$72.529; 01 de janeiro de 2012 - R\$68.317) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

#### **Termos de ajustamento de conduta - TACs**

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil, no valor de R\$2.240.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

#### **(ii) Tributária**

Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do



PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA MG ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei n° 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2013 é de R\$35.949 (2012 - R\$34.231; 01 de janeiro de 2012 - R\$32.432) e foi classificada como contingência possível.

#### **14. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 1º de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o mont-

ante a ser distribuído a título de participação dos empregados nos lucros da empresa será equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetros de desempenho para fins de alcance de metas o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado na reunião de 25 de julho de 2008, ratificado pelo Acordo Coletivo 2013, assinado em 10 de julho de 2013, determina que o montante apurado como participação nos lucros e resultados seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em duas parcelas de 50% cada uma, sendo a primeira na folha de pagamento do mês de abril e a segunda na folha de pagamento do mês de outubro.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia provisionou R\$ 32.670 referentes à participação dos empregados no resultado auferido nesse exercício (2012 - R\$ 27.613).

#### **15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

##### **(a) Imposto de renda e contribuição social do exercício**

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2013 e 2012. Os valores reportados como despesa de



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	566.158	639.147
Alíquota nominal	34%	34%
<b>DESPESA ESPERADA À TAXA NOMINAL</b>	<b>(192.494)</b>	<b>(217.310)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre: (Adições) / exclusões		
Equivalência patrimonial	(2.440)	(4.830)
Realização de correção monetária especial	(475)	(1.038)
Doações e subvenções	-	2.451
Outras (adições) / exclusões	(4.359)	1.694
Outros itens de reconciliação		
Juros sobre o capital próprio	47.458	54.189
Incentivos fiscais	5.947	7.420
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(146.363)</b>	<b>(157.424)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(138.681)	(155.999)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.682)	(1.425)
	<b>(146.363)</b>	<b>(157.424)</b>
Alíquota efetiva	25,9%	24,6%

### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	566.221	639.400
Alíquota nominal	34%	34%
<b>DESPESA ESPERADA À TAXA NOMINAL</b>	<b>(192.515)</b>	<b>(217.396)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre: (Adições) / exclusões		
Realização de correção monetária especial	(475)	(1.038)
Doações e subvenções	-	2.451
Outras (adições) / exclusões	(6.841)	(3.303)
Outros itens de reconciliação		
Juros sobre o capital próprio	47.458	54.189
Incentivos fiscais	5.947	7.420
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(146.426)</b>	<b>(157.677)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(138.744)	(156.252)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.682)	(1.425)
	<b>(146.426)</b>	<b>(157.677)</b>
Alíquota efetiva	<b>25,9%</b>	<b>24,7%</b>

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base



negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

**CONTROLADORA / CONSOLIDADO**

	31/12/2012	RESULTADO ABRANGENTE	RECONHECIDO NO RESULTADO	31/12/2013
<b>NO ATIVO</b>				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios	29.139	-	5.609	34.748
Provisão para obrigações atuariais	50.792	(39.637)	(11.155)	-
Provisão para ajustes de CPC's	126.118	-	10.950	137.068
Provisão para contingências tributárias	49.675	-	(6.931)	42.744
Outras provisões temporárias diversas	2.526	-	6.242	8.768



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>258.250</b>	<b>(39.637)</b>	<b>4.715</b>	<b>223.328</b>
<b>NO PASSIVO</b>				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Varição cambial diferida	-	-	-	-
Provisão para ajustes de CPC's	81.844	(1.985)	12.397	92.256
Provisão para obrigações atuariais	-	12.128	-	12.128
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>81.844</b>	<b>10.143</b>	<b>12.397</b>	<b>104.384</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>176.406</b>	<b>(49.780)</b>	<b>(7.682)</b>	<b>118.944</b>

### CONTROLADORA / CONSOLIDADO

	01/01/2012	RESULTADO ABRANGENTE	RECONHECIDO NO RESULTADO	31/12/2012
<b>NO ATIVO</b>				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios	24.587	-	4.552	29.139
Provisão para obrigações atuariais	11.490	38.260	1.042	50.792
Provisão para ajustes de CPC's	112.507	-	13.611	126.118
Provisão para contingências tributárias	68.047	-	(18.372)	49.675
Outras provisões temporárias diversas	2.600	-	(74)	2.526
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>219.231</b>	<b>38.260</b>	<b>759</b>	<b>258.250</b>

#### NO PASSIVO

Imposto de renda e contribuição social



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Variação cambial diferida	1.724	-	(1.724)	-
Provisão para ajustes de CPC's	67.941	9.995	3.908	81.844
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>69.665</b>	<b>9.995</b>	<b>2.184</b>	<b>81.844</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>149.566</b>	<b>28.265</b>	<b>(1.425)</b>	<b>176.406</b>

Em reuniões realizadas em 21 de fevereiro de 2013 pelo Conselho Fiscal e em 22 de fevereiro de 2013 pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pelo Departamento de Planejamento Estratégico e Desempenho Empresarial e pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2013, conforme estimativa a seguir:

### EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO

### CONTROLADORA / CONSOLIDADO

Em 2014	10.858
Em 2015	18.803
Em 2016	10.515
Em 2017	10.515
Em 2018	10.515
Após 2018	162.122
	<b>223.328</b>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.



## 16. CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item “bancos e aplicações de convênios”.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

### CONTROLADORA

	A RECEBER (ATIVO)	ADIANTAMENTO (PASSIVO)	LÍQUIDO
31 de dezembro de 2013			
Estado	229.229	(217.981)	<b>11.248</b>
Outros	68.823	(86.618)	<b>(17.795)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>298.052</b>	<b>(304.599)</b>	<b>(6.547)</b>

31 de dezembro de 2012			
Estado	232.475	(262.262)	<b>(29.787)</b>
Outros	10.340	(12.404)	<b>(2.064)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>242.815</b>	<b>(274.666)</b>	<b>(31.851)</b>

01 de janeiro de 2012			
Estado	211.111	(206.370)	<b>4.741</b>
Outros	12.446	(12.102)	<b>344</b>
<b>TOTAL</b>	<b>223.557</b>	<b>(218.472)</b>	<b>5.085</b>

### CONSOLIDADO

	A RECEBER (ATIVO)	ADIANTAMENTO (PASSIVO)	LÍQUIDO
31 de dezembro de 2013			
Estado	674.359	(644.266)	<b>30.093</b>
Outros	68.823	(86.618)	<b>(17.795)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>743.182</b>	<b>(730.884)</b>	<b>12.298</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2012			
Estado	583.913	(621.583)	<b>(37.670)</b>
Outros	10.340	(12.404)	<b>(2.064)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>594.253</b>	<b>(633.987)</b>	<b>(39.734)</b>
01 de janeiro de 2012			
Estado	484.400	(478.927)	<b>5.473</b>
Outros	12.446	(12.102)	<b>344</b>
<b>TOTAL</b>	<b>496.846</b>	<b>(491.029)</b>	<b>5.817</b>

Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

Plano de Benefícios RP1 - BD	3.667	2.687
Plano Copasa Saldado	19.729	11.873
Novo Plano Copasa - CD	948	88
	<b>24.344</b>	<b>14.648</b>
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	100.485	(74.268)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício	23.543	(76.942)

### 17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

#### CONTROLADORA / CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		(REAPRESENTADO)	(REAPRESENTADO)
Obrigações de longo prazo	106.010	259.071	149.285
Obrigações de curto prazo	14.342	13.256	12.072
	<b>120.352</b>	<b>272.327</b>	<b>161.357</b>
Contribuições normais	12.067	11.346	47
<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES REGISTRADAS NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>132.419</b>	<b>283.673</b>	<b>161.404</b>

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela Previminas, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vinha apresentando uma situação de déficit atuarial, que



foi equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que chegaram, até novembro de 2008, a aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de contribuição definida CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2011, após a conclusão do processo de migração, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos; o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos; e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes.

### (a) Valores consolidados

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações financiadas	(772.621)	(1.009.615)	(780.417)
Valor justo dos ativos do plano	703.355	737.288	619.059
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(51.086)	-	-
<b>ATIVO / (PASSIVO) LÍQUIDO DO PLANO</b>	<b>(120.352)</b>	<b>(272.327)</b>	<b>(161.357)</b>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 1° DE JANEIRO</b>	<b>1.009.615</b>	<b>780.417</b>
Custo do serviço corrente	447	(875)
Custo financeiro	91.615	82.083
Contribuições dos participantes do plano	1.894	2.000
Remensurações Atuariais	(295.992)	179.130

Benefícios pagos pelo plano	(34.958)	(33.140)
<b>VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>772.621</b>	<b>1.009.615</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 1° DE JANEIRO</b>	<b>737.830</b>	<b>619.060</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(24.939)	133.878
Contribuições do empregador	23.528	16.033
Contribuições dos empregados	1.894	2.000
Benefícios pagos	(34.958)	(33.141)
<b>VALOR JUSTO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>703.355</b>	<b>737.830</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos serviços correntes	447	(875)
Custo financeiro	91.615	82.083
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(67.718)	(66.560)
<b>24.344</b>	<b>14.648</b>	



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013 foi realizada a reversão do passivo atuarial da Companhia no valor de R\$176.133, que foi reconhecido no Patrimônio Líquido. Tal fato se deve, principalmente, à variação da taxa de juros de desconto que, nos planos de benefícios RP1 e Saldado passou de 9,25% a.a para 11,79% a.a entre 2012 e 2013 e de 8,25% a.a para 11,94% a.a no Novo Plano.

### (b) Valores segregados por plano de benefício

#### (i) Plano de benefícios RP1 - BD

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações financiadas	(38.914)	(47.774)	(36.398)
Valor justo dos ativos do plano	9.309	4.492	8.518
<b>ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO DO PLANO</b>	<b>(29.605)</b>	<b>(43.282)</b>	<b>(27.880)</b>

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>47.774</b>	<b>36.398</b>
Custo do serviço corrente	45	34
Custo financeiro	4.316	3.817
Contribuições dos participantes do plano	283	371

Remensurações atuariais	(11.283)	11.048
Benefícios pagos pelo plano	(2.221)	(3.894)
<b>VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>38.914</b>	<b>47.774</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>4.492</b>	<b>8.518</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(1.202)	(4.278)
Contribuições do empregador	7.957	3.775
Contribuições dos empregados	283	371
Benefícios pagos	(2.221)	(3.894)
<b>VALOR JUSTO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>9.309</b>	<b>4.492</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$8.354.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos serviços correntes	45	34
Custo financeiro	4.316	3.817
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(694)	(1.164)
	<b>3.667</b>	<b>2.687</b>



As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$3.667 (2012 - R\$2.687) foram reconhecidas no resultado em “despesas administrativas”.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi negativo em R\$1.202 (2012 - R\$4.278).

Estratégias de investimentos:

- ▶ O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- ▶ Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- ▶ Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- ▶ Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- ▶ Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

*Benchmarks* para ativos de plano de investimentos:

- ▶ Títulos de dívida: INPC + 5,22% a.a.;
- ▶ Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- ▶ Imóveis: INPC;

- ▶ Empréstimos aos participantes: INPC + 8% ao ano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

### CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Taxa anual de desconto	11,79% a.a.	9,25% a.a.	10,81% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,79% a.a.	9,25% a.a.	10,81% a.a.
Aumento anual de salário	6,95% a.a.	7,88% a.a.	7,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada 10%)	AT - 2000 Basic	AT - 2000 Basic
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez	GAMA experiência COPASA	GAMA experiência Libertas	GAMA experiência Libertas
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 agravada em 100%	AT - 1949 agravada em 100%	AT - 1949 agravada em 100%
Rotatividade	0,858%	0,697%	4,5% / (tempo de serviço + 1)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2013.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Categoria dos ativos do plano RP1 - BD

	31/12/2013	31/12/2012
Disponível	0,01%	-
Realizável (previdencial e administrativo)	23,97%	27,69%
Ações	0,01%	3,62%
Fundo de investimentos	75,25%	64,37%
Investimentos imobiliários	0,47%	3,92%
Empréstimos e financiamentos	0,30%	0,40%
<b>TOTAL EM PERCENTUAL DOS ATIVOS DO PLANO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS	POSIÇÃO EM	
	+ 1 IDADE	- 1 IDADE	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2013
<b>MONTANTE DO:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	38.476.124	39.338.262	37.812.661	40.072.822	38.914.413
Valor justo dos ativos do plano	9.309.173	9.309.173	9.309.173	9.309.173	9.309.173
<b>SUPERÁVIT / (DÉFICIT) TÉCNICO DO PLANO</b>	<b>(29.166.951)</b>	<b>(30.029.089)</b>	<b>(28.503.488)</b>	<b>(30.763.649)</b>	<b>(29.605.240)</b>
<b>VARIAÇÕES:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,1%	1,1%	-2,8%	3,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-1,5%	1,4%	-3,7%	3,9%	-



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (ii) Plano COPASA Saldado

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações financiadas	(720.020)	(945.651)	(728.963)
Valor justo dos ativos do plano	684.408	726.249	605.548
	(35.612)	(219.402)	(123.415)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(51.085)	-	-
<b>ATIVO / (PASSIVO) LÍQUIDO DO PLANO</b>	<b>(86.697)</b>	<b>(219.402)</b>	<b>(123.415)</b>

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>945.651</b>	<b>728.963</b>
Custo financeiro	85.990	76.821
Remensurações atuariais	(279.529)	168.695
Benefícios pagos pelo plano	(32.092)	(28.828)
<b>VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>720.020</b>	<b>945.651</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>726.249</b>	<b>605.548</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(21.979)	138.885
Contribuições do empregador	12.230	10.644
Benefícios pagos	(32.092)	(28.828)
<b>VALOR JUSTO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>684.408</b>	<b>726.249</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$14.489.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo financeiro	85.990	76.821
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(66.261)	(64.948)
<b>PROVISÃO PARA PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>19.729</b>	<b>11.873</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$19.729 (2012 - R\$11.873) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi negativo de R\$21.979 (2012 - R\$138.885 positivo).



Estratégias de investimentos:

- ▶ O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- ▶ Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- ▶ Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- ▶ Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- ▶ Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- ▶ Títulos de dívida: INPC + 5,22% a.a;
- ▶ Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- ▶ Imóveis: INPC;
- ▶ Empréstimos aos participantes: INPC + 8% ao ano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

**CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO**

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Taxa anual de desconto	11,79% a.a.	9,25% a.a.	10,80% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,79% a.a.	9,25% a.a.	10,80% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 Basic	AT - 2000 Basic
Mortalidade de inválidos	AT - 49 agravada em 100%	AT - 1949 agravada em 100%	AT - 1949 agravada em 100%
Tábua de entrada de invalidez	Light média	Light média	-
Tábua de morbidez	GAMA - experiência COPASA	GAMA - experiência	-

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2013.

**Categoria dos ativos do plano saldado**

	31/12/2013	31/12/2012
Disponível	0,01%	0,01%
Títulos públicos	11,74%	0,00%
Realizável (previdencial e administrativo)	11,64%	12,36%



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ações	0,01%	5,13%
Fundo de investimentos	68,88%	75,77%
Investimentos imobiliários	6,95%	5,88%
Empréstimos e financiamentos	0,76%	0,85%
<b>TOTAL EM PERCENTUAL DOS ATIVOS DO PLANO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		POSIÇÃO EM 31/12/2013
	+ 1 IDADE	- 1 IDADE	+ 0,25%	-0,25%	
<b>MONTANTE DO:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	708.956.538	730.704.728	702.237.293	738.583.413	720.020.288
Valor justo dos ativos do plano	684.408.343	684.408.343	684.408.343	684.408.343	684.408.343
<b>SUPERÁVIT / (DÉFICIT) TÉCNICO DO PLANO</b>	<b>(24.548.195)</b>	<b>(46.296.385)</b>	<b>(17.828.950)</b>	<b>(54.175.070)</b>	<b>(35.611.945)</b>
<b>VARIAÇÕES:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,5%	1,5%	-2,5%	2,6%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-31,1%	30,0%	-49,9%	52,1%	-

### (iii) Novo plano COPASA - CD

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Valor presente das obrigações financiadas	(13.687)	(16.190)	(15.056)
Valor justo dos ativos do plano	9.638	7.089	4.994
<b>ATIVO / (PASSIVO) LÍQUIDO DO PLANO</b>	<b>(4.049)</b>	<b>(9.101)</b>	<b>(10.062)</b>

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>16.190</b>	<b>15.056</b>
Custo do serviço corrente	402	(909)
Custo financeiro	1.309	1.445
Contribuições dos empregados	1.611	1.629
(Ganhos) / perdas atuariais	(5.180)	(613)
Benefícios pagos pelo plano	(645)	(418)
<b>VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>13.687</b>	<b>16.190</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$6.618.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>7.089</b>	<b>4.993</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(1.758)	(729)
Contribuições do empregador	3.341	1.614
Contribuições dos empregados	1.611	1.629
Benefícios pagos	(645)	(418)
<b>VALOR JUSTO EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>9.638</b>	<b>7.089</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos serviços correntes	402	(909)
Custo financeiro	1.309	1.445
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(763)	(624)
	<b>948</b>	<b>88</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$948 (2012 - R\$88) foram reconhecidos no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi negativo de R\$ 1.758 (2012 - R\$729).

Estratégias de investimentos:

- ▶ O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- ▶ Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- ▶ Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- ▶ Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;



- ▶ Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- ▶ Títulos de dívida: CDI;
- ▶ Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- ▶ Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
- ▶ Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2013 foi de 11,94% a.a.

As principais premissas atuariais usadas foram:

#### CRÉDITO UNITÁRIO PROJETADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Taxa anual de desconto	11,94% a.a	8,25% a.a.	10,59% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,94% a.a	8,25% a.a	10,59% a.a
Aumento anual de salário	5,00% a.a	7,88% a.a.	7,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a	5,20% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de invalidez	Light média	Light média	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de

alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2013.

#### Categoria dos ativos do novo plano

	31/12/2013	31/12/2012
Disponível	0,01%	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	1,46%	2,4%
Ações	0,01%	5,00%
Fundo de investimentos	88,01%	83,94%
Investimentos imobiliários	7,17%	5,50%
Empréstimos e financiamentos	3,34%	3,15%
<b>TOTAL EM PERCENTUAL DOS ATIVOS DO PLANO</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



**Análises de sensibilidade das principais hipóteses**

	TÁBUA BIOMÉTRICA		CRESCIMENTO SALARIAL		TAXA DE JUROS		POSIÇÃO EM 31/12/2013
	+ 1 IDADE	- 1 IDADE	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%	
<b>MONTANTE DO:</b>							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	14.044.716	13.354.474	13.842.422	13.535.168	13.522.895	13.855.680	13.687.217
Valor justo dos ativos do plano	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482	9.638.482
<b>SUPERÁVIT / (DÉFICIT) TÉCNICO DO PLANO</b>	<b>(4.406.234)</b>	<b>(3.715.992)</b>	<b>(4.203.940)</b>	<b>(3.896.686)</b>	<b>(3.884.413)</b>	<b>(4.217.198)</b>	<b>(4.048.735)</b>
<b>VARIAÇÕES:</b>							
Aumento / redução da obrigação atuarial	2,6%	-2,4%	1,1%	-1,1%	-1,2%	1,2%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	8,8%	-8,2%	3,8%	-3,8%	-4,1%	4,2%	-

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS**

**(a) Capital**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3 bilhões, mediante a deliberação do Conselho de Administração. O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), representado por 119.684.430 (cento e dezenove milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro

do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital na proporção do número de ações que possuírem, na forma dos artigos 171 e 172 da Lei 6.404/76.

Além disso, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, caso o controlador da Companhia, o Estado de Minas Gerais, inclua a COPASA MG em qualquer plano de desestatização de companhias sob seu controle, referida desestatização só poderá ocorrer mediante prévia realização de um referendo popular que assim a determine. Após a aprovação em referendo popular, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais deverá promulgar lei que autorize a transferência do controle acionário pelo Estado, nos termos da legislação estadual vigente.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 51,1% das ações da sociedade. A Companhia possui também 357 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, cujo valor é de R\$8.576, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acertos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário e convênios de cooperação técnica. A Companhia tem o direito de reemitir essas ações, mantidas como “ações em tesouraria”, em uma data posterior.

Os 48,6% remanescentes, que representam o Free Float da Companhia, são detidos por diversos acionistas.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
Estado de Minas Gerais	61.189	51,13
Administradores	2	-
Outros acionistas	58.136	48,57
Ações em tesouraria	357	0,30
<b>TOTAL</b>	<b>119.684</b>	<b>100,00</b>

### (b) Reservas de lucros

#### (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

#### (ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2013, nenhum valor foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (R\$7.208 em 2012).



**(iii) Retenção de lucros**

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$263.582 (2012 - R\$295.993; 01 de janeiro de 2012 - R\$284.379) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “plano de ação” aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

**(c) Ajustes de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i)** Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo credor dessa conta totaliza R\$23.543 (devedor em 2012 - R\$76.942 e 01 de janeiro de 2012 - R\$2.673).
- (ii)** Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo credor dessa conta totaliza R\$22.364 (2012 - R\$26.723; 01 de janeiro de 2012 - R\$31.927).
- (iii)** Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro

de 2013, o saldo credor desta conta totaliza R\$17.713 (2012 - R\$4.653; 01 de janeiro de 2012 - R\$2.164).

**(d) Remuneração aos acionistas**

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 01 de janeiro de 2012, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	419.795	481.723	470.437
Reserva legal - (5%)	(20.990)	(24.346)	(23.522)
Reserva de incentivos fiscais	-	(7.208)	(9.409)
Lucro líquido	398.805	450.169	437.506
<b>DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO - 25%</b>	<b>99.701</b>	<b>112.542</b>	<b>109.377</b>

A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009, delegou ao Conselho de Administração da Companhia o poder de definir anualmente o percentual a ser pago a título de juros sobre o capital próprio. Assim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 18 de março de 2013, a distribuição de divi-



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dendos de 2013, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 35% sobre o lucro orçado, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, no montante de R\$139.582 (R\$1,17 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.831. Em 2012, o valor foi de R\$159.381 (R\$1,34 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$9.678. Em 2011, o valor foi de R\$153.127 (R\$1,33 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$11.224.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$47.458. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de “juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>46.469</b>	<b>26.921</b>	<b>66.859</b>
Juros sobre o capital próprio propostos	139.582	159.381	153.127
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(12.971)	(7.229)	(15.627)

Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(141.434)	(133.712)	(177.438)
Transferência para impostos a compensar	-	1.108	-
<b>SALDO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO NO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>31.646</b>	<b>46.469</b>	<b>26.921</b>

### (e) Lucros acumulados

#### EM 01 DE JANEIRO DE 2013

Lucro do exercício	419.795
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2013	(139.582)
Transferência para reserva legal	(20.990)
Transferência para retenção de lucros	(263.582)
Reserva de incentivo fiscal	-
Realização da correção monetária de ativos	4.359

#### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

-

#### EM 01 DE JANEIRO DE 2012

Lucro do exercício (reapresentado)	481.723
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio 2012	(159.381)
Transferência para reserva legal	(24.346)
Transferência para retenção de lucros (reapresentado)	(295.993)
Reserva de incentivo fiscal	(7.208)
Realização da correção monetária de ativos	5.205

#### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

-



**(f) Lucro por ação**

▶ Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

**CONTROLADORA / CONSOLIDADO**

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	419.795	481.723
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	119.327	119.327
<b>LUCRO BÁSICO POR AÇÃO</b>	<b>3,52</b>	<b>4,04</b>

▶ Diluído

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que em 31 de dezembro de 2012 restavam apenas 119 debêntures potencialmente conversíveis cujo impacto na diluição do lucro é desprezível.

**19. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS**

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como abastecimento de água, esgotamento sanitário e venda de mercadorias.

**CONSOLIDADO**

	2013		
	ÁGUA E ESGOTO	VENDA DE MERCADORIA	SALDO CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Receita bruta dos serviços prestados e das vendas	4.039.456	3.500	4.042.956
Deduções da receita bruta	(309.042)	(517)	(309.559)
Receita líquida dos serviços prestados e das vendas	3.730.414	2.983	3.733.397
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.995.402)	(11.594)	(3.006.996)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	735.012	(8.611)	726.401
Outras despesas operacionais líquidas			(120)
Resultado financeiro, líquido			(160.060)
Lucro operacional antes dos impostos			566.221



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONSOLIDADO

	2012		
	ÁGUA E ESGOTO	VENDA DE MERCADORIA	SALDO CONFORME DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Receita bruta dos serviços prestados e das vendas	3.743.705	3.684	3.747.389
Deduções da receita bruta	(297.990)	(1.223)	(299.213)
Receita líquida dos serviços prestados e das vendas	3.445.715	2.461	3.448.176
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.675.193)	(13.749)	(2.688.942)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	770.522	(11.288)	759.234
Outras despesas operacionais líquidas			3.869
Resultado financeiro, líquido			(123.703)
Lucro operacional antes dos impostos			639.400



## 20. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia utiliza instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros e, dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo, utiliza a “programação diária do fluxo de caixa”, que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias), utiliza o orçamento empresarial, que retrata o seu plano de ação, tanto do ponto de vista operacional quanto de investimentos. No longo prazo, utiliza o Demonstrativo de Resultados (DRE), que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de dez anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um financeiro.

### 20.1 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos corporativos está alinhada às práticas de governança corporativa, bem como ao planejamento empresarial, que define os objetivos estratégicos da Companhia.

A Superintendência Financeira monitora os riscos financeiros, com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que podem comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias para mitigá-los. Sua premissa é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado pelas instituições financeiras com as quais nos relacionamos.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

#### (a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado, os quais englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tendo sido preparadas com base no valor da dívida líquida. O índice de taxas de juros fixos em relação às taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são valores constantes. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade de cada item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado, tendo por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

#### (b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União



Federal – Bônus). No entanto, o montante de recursos externos é muito pouco representativo na estrutura de capital da empresa.

No tocante aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TJLP, do IPCA e do CDI.

São simulados diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

**(i) Sensibilidade a taxas de juros**

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo todas as outras variáveis constantes, o resultado antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme descrito a seguir:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA

	AUMENTO/REDUÇÃO EM PONTOS-BASE	EFEITOS NO LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO (R\$)
31/12/2013	+ 0,5%	(12.329)
	- 0,5%	12.329
31/12/2012	+ 0,5%	(12.252)
	- 0,5%	12.252

### CONSOLIDADO

	AUMENTO/REDUÇÃO EM PONTOS-BASE	EFEITOS NO LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO (R\$)
31/12/2013	+ 0,5%	(12.333)
	- 0,5%	12.333
31/12/2012	+ 0,5%	(12.252)
	- 0,5%	12.252

A movimentação presumida em pontos-base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

#### (c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente às cotações do dólar americano e do euro em relação ao real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais, uma vez que o endividamento em moeda estrangeira é pouco representativo em relação à dívida total.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares americanos e em euros, totalizava R\$ 127.332 em 31 de dezembro de 2013 (2012 -



R\$ 62.387; 1º de janeiro de 2012 – R\$ 55.750), 4% de seu endividamento total (2012 e 1º de janeiro de 2012 – 2%).

A Copasa MG mantinha, em 31 de dezembro de 2013, caução de R\$ 42.518 (2012 – R\$ 40.527; 1º de janeiro de 2012 – R\$ 35.192) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

**(i) Sensibilidade à taxa de câmbio**

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos advindos de variação cambial do dólar americano e do euro nos resultados e no seu patrimônio. Mantendo todas as outras variáveis constantes, o resultado antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos à variação cambial, conforme descrito a seguir:

	VARIAÇÃO NA TAXA US\$	EFEITO NO LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO (R\$)
<u>31/12/2013</u>	+ 20%	(25.363)
	- 20%	25.363
	+10%	(12.682)
	-10%	12.682
<u>31/12/2012</u>	+ 20%	(12.363)
	- 20%	12.363
	+10%	(6.181)
	-10%	6.181

A movimentação do resultado e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em dólares americanos.

**(d) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

**(i) Contas a receber**

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a ele. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo, devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

**(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

No que diz respeito ao risco de crédito decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi criado, em outubro de 2012, o



Comitê de Aplicações Financeiras, que delibera de acordo com a Política de Aplicações Financeiras da Companhia. As instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar são analisadas segundo critérios preestabelecidos, sendo os recursos excedentes investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente ou quando ocorre qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

#### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)			
AAA	223.264	469.309	94.559
AA	20.766	26.933	63.469
A	16.290	65	26.520
B (BAA, BA e BBB)	161	118	56.988
<b>TOTAL</b>	<b>260.481</b>	<b>496.425</b>	<b>241.536</b>

**Nota:** (\*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

#### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)			
AAA	224.721	470.585	95.394
AA	20.766	26.933	63.469
A	16.290	65	26.520
B (BAA, BA e BBB)	161	118	56.988
<b>TOTAL</b>	<b>261.938</b>	<b>497.701</b>	<b>242.371</b>

**Nota:** (\*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

#### (e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes para cobrir as exigências de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 6). Geralmente, isso é realizado em nível de cada unidade operacional da Companhia, de acordo com a prática e os limites orçamentários preestabelecidos. Esses limites variam por localidade, para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a Política de Gestão de Liquidez



da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados são os fluxos de caixa não descontados contratados.

**FAIXA DE VENCIMENTO (I)**

	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS
Em 31 de dezembro de 2013				
Amortização	443.577	789.875	599.376	1.295.489
Juros	27.949	-	-	-
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>471.526</b>	<b>789.875</b>	<b>599.376</b>	<b>1.295.489</b>
<b>FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>149.680</b>	<b>29.918</b>	<b>32.751</b>	<b>39.148</b>
Em 31 de dezembro de 2012				
Amortização	331.820	782.484	606.133	1.307.756
Juros	31.185	-	-	-
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>363.005</b>	<b>782.484</b>	<b>606.133</b>	<b>1.307.756</b>
<b>FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>170.653</b>	<b>27.108</b>	<b>29.638</b>	<b>52.939</b>
Em 1º de janeiro de 2012				

**Nota:** (i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Amortização	521.288	660.715	431.026	1.174.536
Juros	22.394	-	-	-
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>543.682</b>	<b>660.715</b>	<b>431.026</b>	<b>1.174.536</b>
<b>FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>139.415</b>	<b>24.489</b>	<b>44.366</b>	<b>64.261</b>

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

INSTITUIÇÃO	GARANTIA (RECEITA VINCULADA)	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	24.920	24.792	22.459
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009	Vinculação da receita igual a três vezes o serviço da dívida mensal	11.234	11.234	11.234
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	R\$ 17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	24.546	23.097	21.956
Contratos sindicalizados II - 2006	R\$ 15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	22.091	20.787	19.760
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	R\$ 18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	22.511	21.291	20.115
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	R\$ 18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	23.738	22.595	21.215
BNDES PAC 2007/2008	R\$ 26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	34.289	32.449	30.907
BNDES 181 MM	R\$ 7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	8.345	7.881	7.498
BNDES debêntures simples 740 MM	R\$ 32 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/10/10	38.233	36.367	34.487
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	12.960	12.960	13.070
Banco KfW	Vinculação da receita equivalente ao serviço da dívida mensal	6.000	6.000	-
CEF - Financiamentos 2011- 2012	Vinculação da receita igual a três vezes o serviço da dívida mensal	6.189	6.189	-



**(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Com o objetivo de minimizar tal risco e monitorar antecipadamente o grau de endividamento, a Copasa MG possui, estatutariamente, uma Política de Endividamento com condições mais restritivas que os contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

**(g) Risco de não renovação das concessões**

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao poder concedente (municípios). Caso as concessões não sejam renovadas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos supradescritos.

**20.2 Gestão de risco de capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que suas exigibilidades totais sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazo), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2013, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2012, foi manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferiores a 100%. Os índices de exigível



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

total dividido pelo patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012, podem ser assim sumariados:

### CONTROLADORA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Total dos empréstimos e debêntures	3.156.267	3.059.378	2.809.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(260.481)	(496.425)	(241.536)
<b>DÍVIDA LÍQUIDA</b>	<b>2.895.786</b>	<b>2.562.953</b>	<b>2.568.423</b>
Total do patrimônio líquido	5.337.359	4.934.888	4.533.095
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>	<b>8.233.145</b>	<b>7.497.841</b>	<b>7.101.518</b>
Índice de alavancagem financeira (%)	<b>35</b>	<b>34</b>	<b>36</b>
Índice de capital de terceiros (%)	<b>54</b>	<b>52</b>	<b>57</b>

### CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Total dos empréstimos e debêntures	3.157.700	3.059.378	2.809.959
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(261.938)	(497.701)	(242.371)
<b>DÍVIDA LÍQUIDA</b>	<b>2.895.762</b>	<b>2.561.677</b>	<b>2.567.588</b>
Total do patrimônio líquido	5.337.359	4.934.888	4.533.095
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>	<b>8.233.121</b>	<b>7.496.565</b>	<b>7.100.683</b>
Índice de alavancagem financeira (%)	35	34	36
Índice de capital de terceiros (%)	54	52	57

## 20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes

e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próximo de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

### (a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas Subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- ▶ preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ▶ informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- ▶ inserções para os ativos ou passivos não baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Copasa MG e suas Subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA/CONSOLIDADO

	31/12/2013	
	ATIVO	
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL DO ATIVO
Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2)	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3)	48.638	48.638
<b>SALDO TOTAL</b>	<b>48.638</b>	<b>48.638</b>

### CONTROLADORA/CONSOLIDADO

	31/12/2012	
	ATIVO	
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL DO ATIVO
Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2)	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3)	28.850	28.850
<b>SALDO TOTAL</b>	<b>28.850</b>	<b>28.850</b>

### CONTROLADORA/CONSOLIDADO

	01/01/2012	
	ATIVO	
	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL DO ATIVO
Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2)	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3)	25.079	25.079
<b>SALDO TOTAL</b>	<b>25.079</b>	<b>25.079</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais, que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012, a Companhia e suas Subsidiárias não possuíam instrumentos



financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros não negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, as quais maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012, a Companhia e suas Subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento será incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- ▶ preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- ▶ outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

#### (b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis, em comparação com seus respectivos valores justos estimados, são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	VALORES			
	CONTÁBIL	JUSTO	CONTÁBIL	JUSTO
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Empréstimos bancários e financiamentos	1.388.728	1.430.504	1.390.161	1.431.932
Debêntures simples	1.767.539	1.727.836	1.767.539	1.727.836
<b>TOTAL</b>	<b>3.156.267</b>	<b>3.158.340</b>	<b>3.157.700</b>	<b>3.159.768</b>

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	VALORES			
	CONTÁBIL	JUSTO	CONTÁBIL	JUSTO
	31/12/2012	31/12/2012	01/01/2012	01/01/2012
Empréstimos bancários e financiamentos	1.381.873	1.454.429	1.619.595	1.719.016
Debêntures simples	1.677.498	1.650.652	1.055.329	1.012.141
Debêntures conversíveis	7	7	135.035	134.532
<b>TOTAL</b>	<b>3.059.378</b>	<b>3.105.088</b>	<b>2.809.959</b>	<b>2.865.689</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores de mercado passivos são calculados por meio da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restante para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando as taxas de mercado a seguir:

### CONTROLADORA/CONSOLIDADO

LINHA	TAXA CONTRATUAL	PERÍODO (MESES)	TAXA DE MERCADO	OBSERVAÇÕES
Governo estadual/BDMG	9,03%	15	7,33%	Taxa da CEF, por não existir similar.
CEF/FGTS	9,24%	132	7,33%	Cotação da taxa da CEF em dezembro de 2013.
Tesouro Nacional	5,38%	1	7,33%	Taxa da CEF, por não existir similar.
BNDES/BNE	6,57%	97	6,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dezembro de 2013.
Finame	3,51%	91	3,00%	Cotação da taxa do Finame em dezembro de 2013.
União Federal	4,37%	124	7,33%	Taxa da CEF, por não existir similar.
Debêntures simples	7,94%	88	8,75%	Cotação da taxa do BNDES/BND em dezembro de 2013.
KfW	2,07%	121	2,07%	Cotação da taxa do KfW em dezembro de 2013.
Finame - AGMM	2,50%	109	3,00%	Cotação da taxa do Finame em dezembro de 2013.
Banco do Brasil - Copanor	8,69%	26	7,33%	Taxa da CEF, por não existir similar.



## 21. INSTRUMENTO FINANCEIRO POR CATEGORIA

### (a) Controladora

	31/12/2013		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	260.481	-	260.481
Contas a receber de clientes	909.685	-	909.685
Bancos e aplicações de convênios	36.688	-	36.688
Aplicações financeiras vinculadas	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões	494.836	-	494.836
Título patrimonial	-	48.638	48.638
Créditos com Controladas	109.790	-	109.790
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	161.075	-	161.075
<b>TOTAL</b>	<b>2.069.935</b>	<b>48.638</b>	<b>2.118.573</b>
			31/12/2013
	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		TOTAL
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures		3.156.267	3.156.267
Fornecedores		135.338	135.338
Leasing financeiro		7.769	7.769
<b>TOTAL</b>		<b>3.299.374</b>	<b>3.299.374</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2012		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	496.425	-	496.425
Títulos e valores mobiliários	20.135	-	20.135
Contas a receber de clientes	798.853	-	798.853
Bancos e aplicações de convênios	47.480	-	47.480
Aplicações financeiras vinculadas	188.661	-	188.661
Ativos financeiros de concessões	390.757	-	390.757
Título patrimonial	-	28.850	28.850
Créditos com Controladas	106.831	-	106.831
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	155.952	-	155.952
<b>TOTAL</b>	<b>2.205.094</b>	<b>28.850</b>	<b>2.233.944</b>

	31/12/2012	
	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
<b>PASSIVOS</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.059.378	3.059.378
Fornecedores	157.397	157.397
<b>TOTAL</b>	<b>3.216.775</b>	<b>3.216.775</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			01/01/2012
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	241.536	-	241.536
Contas a receber de clientes	691.857	-	691.857
Bancos e aplicações de convênios	9.161	-	9.161
Aplicações financeiras vinculadas	328.891	-	328.891
Ativos financeiros de concessões	325.493	-	325.493
Título patrimonial	-	25.079	25.079
Créditos com Controladas	76.048	-	76.048
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	153.519	-	153.519
<b>TOTAL</b>	<b>1.826.505</b>	<b>25.079</b>	<b>1.851.584</b>

			01/01/2012
	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		TOTAL
<b>PASSIVOS</b>			
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.809.959		2.809.959
Fornecedores	108.068		108.068
<b>TOTAL</b>	<b>2.918.027</b>		<b>2.918.027</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Consolidado

	31/12/2013		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	261.938	-	261.938
Contas a receber de clientes	914.785	-	914.785
Bancos e aplicações de convênios	36.794	-	36.794
Aplicações financeiras vinculadas	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões	494.836	-	494.836
Título patrimonial	-	48.638	48.638
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	158.611	-	158.611
<b>TOTAL</b>	<b>1.964.344</b>	<b>48.638</b>	<b>2.012.982</b>

	31/12/2013	
	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
<b>PASSIVOS</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.157.700	3.157.700
Fornecedores	156.104	156.104
Leasing financeiro	7.769	7.769
<b>TOTAL</b>	<b>3.321.573</b>	<b>3.321.573</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2012		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	497.701	-	497.701
Títulos e valores mobiliários	20.135	-	20.135
Contas a receber de clientes	803.513	-	803.513
Bancos e aplicações de convênios	67.715	-	67.715
Aplicações financeiras vinculadas	188.661	-	188.661
Ativos financeiros de concessões	390.757	-	390.757
Título patrimonial	-	28.850	28.850
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	156.027	-	156.027
<b>TOTAL</b>	<b>2.124.509</b>	<b>28.850</b>	<b>2.153.359</b>

	31/12/2012	
	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
<b>PASSIVOS</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.059.378	3.059.378
Fornecedores	172.440	172.440
<b>TOTAL</b>	<b>3.231.818</b>	<b>3.231.818</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			01/01/2012
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	TOTAL
<b>ATIVOS</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	242.371	-	242.371
Contas a receber de clientes	695.786	-	695.786
Bancos e aplicações de convênios	11.671	-	11.671
Aplicações financeiras vinculadas	328.891	-	328.891
Ativos financeiros de concessões	325.493	-	325.493
Título patrimonial	-	25.079	25.079
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	153.540	-	153.540
<b>TOTAL</b>	<b>1.757.752</b>	<b>25.079</b>	<b>1.782.831</b>

	01/01/2012	
	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.809.959	2.809.959
Fornecedores	111.494	111.494
<b>TOTAL</b>	<b>2.921.453</b>	<b>2.921.453</b>



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22. RECEITAS

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

#### CONTROLADORA

	2013	2012
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	3.315.144	3.064.739
Receita de construção	707.082	660.725
<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>4.022.226</b>	<b>3.725.464</b>
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos	(307.408)	(296.374)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>3.714.818</b>	<b>3.429.090</b>

#### CONSOLIDADO

	2013	2012
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	3.332.374	3.082.980
Receita bruta de venda de produtos	3.500	3.684
Receita de construção	707.082	660.725
<b>TOTAL DA RECEITA BRUTA</b>	<b>4.042.956</b>	<b>3.747.389</b>
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos	(309.559)	(299.213)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>3.733.397</b>	<b>3.448.176</b>

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentadas a seguir:

#### CONTROLADORA

	2013	2012
Reversão de provisão não dedutível	33.058	57.678
Recuperação de contas baixadas	66.193	35.732
Outras receitas	9.476	28.920
<b>Total das outras receitas operacionais</b>	<b>108.727</b>	<b>122.330</b>

#### CONSOLIDADO

	2013	2012
Reversão de provisão não dedutível	33.796	60.728
Recuperação de contas baixadas	66.582	36.340
Outras receitas	11.355	30.453
<b>Total das outras receitas operacionais</b>	<b>111.733</b>	<b>127.521</b>



## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos	1.011.363	904.002	1.022.332	911.616
Materiais	118.939	105.436	121.270	107.664
Serviços de terceiros	615.020	536.949	624.842	547.803
Gerais	123.498	109.263	125.256	113.186
Depreciações e amortizações	428.034	377.342	430.618	379.930
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.672	67.019	75.649	68.313
Provisões para perdas de materiais obsoletos	-	221	353	221
Custos de construção (*)	690.573	645.645	690.573	645.645
Custos dos produtos vendidos	-	-	857	3.160
Provisões para demandas judiciais	31.009	44.252	32.300	47.049
Equivalência patrimonial	7.177	13.320	-	-
Participação dos empregados nos lucros	32.670	27.613	32.670	27.613
Outros	50.707	48.341	46.883	50.910
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.182.662</b>	<b>2.879.403</b>	<b>3.203.603</b>	<b>2.903.110</b>
<b>(-) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>(84.044)</b>	<b>(89.681)</b>	<b>(84.754)</b>	<b>(90.516)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS</b>	<b>3.098.618</b>	<b>2.789.722</b>	<b>3.118.849</b>	<b>2.812.594</b>
<b>CUSTOS</b>	<b>2.322.956</b>	<b>2.077.253</b>	<b>2.341.918</b>	<b>2.097.045</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>775.662</b>	<b>712.469</b>	<b>776.931</b>	<b>715.549</b>

**Nota:** (\*) Detalhamento dos custos de construção:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA/CONSOLIDADO

	2013	2012
Salários e encargos	28.756	26.083
Materiais	61.212	94.932
Equipamentos	48.924	69.963
Serviços de terceiros	487.650	393.901
Custos de financiamentos	56.149	60.275
Outros	7.882	491
<b>TOTAL DOS CUSTOS DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>690.573</b>	<b>645.645</b>

### CONSOLIDADO

	2013	2012
Salários	564.698	510.926
Custos previdenciários	171.927	155.641
FGTS	65.434	48.340
Contribuição para plano de pensão	37.282	33.683
Programa de alimentação	117.854	103.883
Programa de saúde	46.908	41.544
Outros benefícios	18.229	17.599
<b>TOTAL</b>	<b>1.022.332</b>	<b>911.616</b>
Número de empregados (não auditado)	<b>12.241</b>	<b>11.912</b>

## 24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS E EMPREGADOS

### CONTROLADORA

	2013	2012
Salários	557.100	505.129
Custos previdenciários	170.379	154.578
FGTS	64.999	48.008
Contribuição para plano de pensão	37.282	33.683
Programa de alimentação	116.632	103.646
Programa de saúde	46.785	41.446
Outros benefícios	18.186	17.512
<b>TOTAL</b>	<b>1.011.363</b>	<b>904.002</b>
Número de empregados (não auditado)	<b>11.864</b>	<b>11.611</b>



## 25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

### CONTROLADORA

	2013	2012
Juros ativos	9.907	21.696
Rendimentos com aplicações financeiras	37.601	58.710
Receita de variação monetária e cambial	14.200	51.645
Capitalização de ativos financeiros/outros	24.126	2.768
<b>TOTAL DE RECEITA</b>	<b>85.834</b>	<b>134.819</b>
Juros sobre financiamentos	(181.481)	(194.447)
Despesa de variação monetária e cambial	(58.036)	(55.603)
Outras despesas	(5.086)	(7.320)
<b>TOTAL DE DESPESA</b>	<b>(244.603)</b>	<b>(257.370)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(158.769)</b>	<b>(122.551)</b>

### CONSOLIDADO

	2013	2012
Juros ativos	8.780	21.903
Rendimentos com aplicações financeiras	37.646	58.717
Receita de variação monetária e cambial	14.136	50.362
Capitalização de ativos financeiros/outros	24.125	2.774
<b>TOTAL DE RECEITA</b>	<b>84.687</b>	<b>133.756</b>
Juros sobre financiamentos	(181.544)	(194.447)

Despesa de variação monetária e cambial	(58.047)	(55.605)
Outras despesas	(5.156)	(7.407)
<b>TOTAL DE DESPESA</b>	<b>(244.747)</b>	<b>(257.459)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(160.060)</b>	<b>(123.703)</b>

## 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pelo estado de Minas Gerais, que detém 51,13% das ações da sociedade (Nota 18).

### (a) Ativo, passivo e resultado

Além dos convênios descritos na Nota 15, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o estado de Minas Gerais, Cemig, Foz de Jeceaba e Subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA

	31/12/2013						
	SUBSIDIÁRIAS			TOTAL	ESTADO MG	OUTRAS	
	ÁGUAS MINERAIS	COPANOR	SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO			CEMIG	FOZ DE JECEABA
<b>Ativo</b>							
Circulante							
Clientes							
Valores faturados	-	-	-	-	47.072	-	-
Créditos diversos							
Créditos com Controladas	398	2.125	-	2.523	-	-	-
<b>Não circulante</b>							
Empréstimos	-	12.734	878	13.612	-	-	-
AFAC	96.178	-	-	96.178	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	48.638
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>96.576</b>	<b>14.859</b>	<b>878</b>	<b>112.313</b>	<b>47.072</b>	<b>-</b>	<b>48.638</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante							
Convênios	-	-	-	-	11.248	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	17.476	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	10.832	-
<b>Não circulante</b>							
Provisão para perdas em investimentos	73.699	11.884	763	86.346	-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>73.699</b>	<b>11.884</b>	<b>763</b>	<b>86.346</b>	<b>28.724</b>	<b>10.832</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO</b>							
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	107.828	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.373	75	1.448	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	8.913



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA

31/12/2012

	SUBSIDIÁRIAS			TOTAL	OUTRAS		
	ÁGUAS MINERAIS	COPANOR	SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO		ESTADOC MG	CEMIG	FOZ DE JECEABA
<b>Ativo</b>							
Circulante							
Clientes							
Valores faturados	-	-	-	-	17.996	-	-
Créditos diversos							
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	1.163
Não circulante							
Empréstimos	-	19.121	1.076	20.197	-	-	-
AFAC	86.634	-	-	86.634	-	-	-
Ativos disponíveis para venda							28.850
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>86.634</b>	<b>19.121</b>	<b>1.076</b>	<b>106.831</b>	<b>17.996</b>	<b>-</b>	<b>30.013</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante							
Convênios	-	-	-	-	29.787	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	24.197	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	6.618	-
Não circulante							
Provisão para perdas em investimentos	63.053	15.931	185	79.169	-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>63.053</b>	<b>15.931</b>	<b>185</b>	<b>79.169</b>	<b>53.984</b>	<b>6.618</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO</b>							
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	102.077	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.187	99	1.286	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	6.288



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### CONTROLADORA

01/01/2012

	SUBSIDIÁRIAS			TOTAL	OUTRAS		
	ÁGUAS MINERAIS	COPANOR	SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO		ESTADO MG	CEMIG	FOZ DE JECEABA
<b>Ativo</b>							
Circulante							
Cientes							
Valores faturados	-	-	-	-	8.905	-	-
Convênios	-	-	-	-	4.741	-	-
Créditos diversos							
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	986
Não circulante							
Empréstimos	57.541	17.139	1.368	76.048	-	-	-
Ativos disponíveis para venda							25.079
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>57.541</b>	<b>17.139</b>	<b>1.368</b>	<b>76.048</b>	<b>13.646</b>	-	<b>26.065</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	15.870	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	24.670	-
Não circulante							
Provisão para perdas em investimentos	31.046	13.665	893	45.604	-	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>31.046</b>	<b>13.665</b>	<b>893</b>	<b>45.604</b>	<b>15.870</b>	<b>24.670</b>	-
<b>RESULTADO</b>							
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	89.806	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	5.561	1.542	178	7.281	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	1.160



Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração compatíveis com os praticados no mercado, excetuando a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer por meio de negociações especiais (encontro de contas).

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

	2013	2012
Remuneração	4.637	4.538
Benefícios assistenciais	697	701
<b>TOTAL</b>	<b>5.334</b>	<b>5.239</b>

**26.1 Natureza das operações com partes relacionadas**

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

▶ **Águas Minerais**

A partir de janeiro de 2012, a atualização monetária sobre os contratos de mútuo com esta Subsidiária deixou de ser calculada e contabilizada, pois o saldo desses contratos foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital, cuja efetivação depende de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no 1º trimestre de 2014.

▶ **Coponor**

Contrato de mútuo, com remuneração de 90% do CDI, conforme renegociação descrita na Nota 8.

▶ **Serviços de Irrigação**

Contrato de mútuo, com remuneração de 101% do CDI.

▶ **Fornecimento de energia**

A Companhia é grande consumidora de energia elétrica, sendo o principal fornecedor a Cemig, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo cada um específico de cada unidade consumidora.

▶ **Contratos de financiamento com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)**

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal dos negócios.

▶ **Contratos com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig)**

A Companhia assinou com a Codemig, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 1.



► **Garantia do estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União**

Os contratos relacionados a seguir descrevem garantias prestadas pelo estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

- (i) Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com a União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, até o limite suficiente para liquidação da referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação da referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em aberto desses contratos era de R\$ 3.327, conforme Nota 12;
- (ii) Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 5 de agosto de 1998: o estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada venci-

mento. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em aberto desses contratos era de R\$ 61.658, conforme Nota 12;

- (iii) Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas tributárias constitucionais, até o limite suficiente para liquidação da referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação da referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em aberto desse contrato era de R\$ 65.674, conforme Nota 12.

## 27. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO EM BELO HORIZONTE

O estado de Minas Gerais e o município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a esse convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:



- (i) o município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$ 70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m<sup>3</sup> de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por metro cúbico em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 7 e 11). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a receber registrado era de R\$ 253.724, sendo R\$ 41.144 no ativo circulante e R\$ 212.580 no ativo não circulante (2012 – R\$ 255.676, sendo R\$ 35.676 no ativo circulante e R\$ 220.000 no ativo não circulante);
- (ii) a Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de

Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS), de interesse do município, a título de custo do direito de exploração da concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$ 170.000 está sendo atualizado pela variação do IPCA. Em dezembro de 2011, o município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, seu valor foi atualizado até a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$ 214.933. Quando da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo município, será realizado o reembolso das 240 parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$ 855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

## **28. COMPROMISSOS**

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, nos quais as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2013:



## Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Exercício findo em 31 de dezembro | Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONTRATADO	VALOR	DATA DA ASSINATURA	PRAZO EM DIAS <sup>(1)</sup>
Odebrecht Ambiental	693.731	20/12/2013	5.475
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	186.404	25/08/2011	1.080
Consórcio Orteng/Sonel	71.075	21/02/2013	990
Mendes Junior Trading e Engenharia S/A	60.339	30/11/2012	810
Prefisan Ltda.	28.797	23/05/2013	720
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	26.353	08/08/2012	630
Prefisan Engenharia S/A	21.624	14/03/2012	1.080
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	21.170	28/08/2013	540
Comim Construtora Ltda.	19.541	09/08/2013	720
Construtora Penchel Ltda.	19.239	19/04/2013	720
Consirel Constr. Silveira e Resende Ltda.	12.368	29/08/2013	600

**Nota:** <sup>(1)</sup> Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessão, a Companhia assumiu compromisso de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales a ser executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são contabilizadas como ativos intangíveis sob o título direito de exploração de concessões e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

MUNICÍPIO	VALORES		
	EMPENHADOS	REALIZADOS	% REALIZAÇÃO
Belo Horizonte	261.140	73.030	27,97
Betim	80.286	73.521	91,57
Contagem	83.707	83.707	100,00
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

## 29. POLÍTICA DE SEGUROS

A Companhia e suas Subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando a garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extra-judiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possuía contrato de seguro para a cobertura de danos causados em suas edificações ou instalações na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.



### 30. EXIGIBILIDADE DO ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/1996, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto e essa questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio da ADIN nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, muito embora existam manifestações do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes,

tampouco repassado ao governo estadual, como também inexistem qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

### 31. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia e suas Subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, as quais, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2013	2012
Debêntures convertidas em ações (Notas 12 e 18)	-	137.486
Dividendos propostos (Nota 18)	31.646	46.469
Renegociação de clientes com pagamento por meio da aquisição de terreno em Teófilo Otoni (Nota 9)	18.527	-
Aquisição de redes no município de Carneirinho, com pagamento por meio de ações em tesouraria (Nota 9)	-	614
Transferência do convênio Prodes/ANA (Notas 7 e 11)	4.201	7.576



## 32. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 627

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, entre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelecimento de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação da MP não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclusão de tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) inclusão de considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. Sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente realizado até a data de sua publicação, bem como os resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes, especialmente

relacionados com juros sobre o capital próprio, não relevantes nas suas demonstrações financeiras. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida MP para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas conclusões consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP. Considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento, é possível que, em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas conclusões possam ter que ser revistas à luz do texto definitivo.



## DIRETORIA EXECUTIVA

---

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS

PAULA VASQUES BITTENCOURT

CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO

GELTON PALMIERI ABUD

MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA

JUAREZ AMORIM

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU

VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA

TILDEN SANTIAGO

PAULO FERNANDO RODRIGUES LOPES

Diretor Presidente

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Diretor Técnico e de Novos Negócios

Diretor de Gestão Corporativa

Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos

Diretor de Operação Metropolitana

Diretor de Operação Norte

Diretor de Operação Centro-Leste

Diretor de Meio Ambiente

Diretor de Operação Sudoeste

## CONTADOR RESPONSÁVEL

---

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO

Contador - CRCMG - 36.109

BRÍGIDA BUENO MAIOLINI

Superintendente de Contabilidade, Custos e Patrimônio

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS

ALENCAR SANTOS VIANA FILHO

ALFREDO VICENTE SALGADO FARIA

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA

ÊNIO RATTON LOMBARDI

EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Presidente

Vice-Presidente

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro

Conselheiro



# Orçamento de Capital

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2014, a Companhia fará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas e perfuração e instalação de poços. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes (Programa Caça-Esgoto), entre outros.

Para a realização dos investimentos, a Companhia deverá utilizar recursos próprios da ordem de R\$ 335.000, que devem ser aplicados em investimentos diretos e como contrapartida de recursos de terceiros, que importam em R\$ 648.000. O investimento previsto para 2014 totaliza R\$ 983.000.

A tabela a seguir sintetiza a destinação dos investimentos da Companhia para 2014:

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 2014 (R\$ MILHÕES)

Água	353,2
Esgoto	610,5
Outros	19,3
<b>TOTAL</b>	<b>983,0</b>



# Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2014, examinou o relatório anual da Administração, as demonstrações financeiras, compreendendo: balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, as notas explicativas às demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Copasa MG à deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO): (i) aprovar as Demonstrações Financeiras da Copasa MG (Controladora e Consolidadas em IFRS) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013; e (ii) aprovar a seguinte destinação para o lucro da Copasa MG, no montante de R\$ 419.795 mil: R\$ 20.990 mil serão destinados a compor a reserva legal; R\$ 139.582 mil, correspondentes ao valor bruto de R\$ 1,17 por ação, serão destinados ao pagamento de juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo mínimo da seguinte forma: R\$ 105.502 mil foram aprovados em reuniões do Conselho de Administração em 18/03/2013, 24/06/2013 e 20/09/2013 e atribuídos aos acionistas; R\$ 54.100 mil serão distribuídos proporcionalmente aos

acionistas titulares das ações ordinárias com direito à remuneração; R\$ 263.582 mil serão destinados a compor a reserva de lucros retidos, conforme o orçamento de capital contido no programa de investimentos (Lei nº 6.404/1976).

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 27 de janeiro de 2014, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a ser submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Copasa MG.

## Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2014.

PAULO ELISIÁRIO NUNES

Presidente do Conselho

CARLOS EDUARDO CARVALHO DE ANDRADE

Conselheiro

JAIR SIQUEIRA

Vice-Presidente do Conselho

ALVIMAR SILVEIRA DE PAIVA

Conselheiro

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA

Conselheiro



# Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Parecer de Auditoria Independente pelos Diretores

Em atendimento aos incisos V e VI do art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte – MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

**Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2014.**



# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

## Aos Administradores e Acionistas Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG)

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG) – a “Companhia” ou “Controladora” –, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Copasa MG e suas Controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas

do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.



### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais suprarreferidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa MG em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas suprarreferidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa MG e suas Controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Copasa MG, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em Controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



## Outros assuntos

### Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs)

Examinamos também as DVAs individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e entendida como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem sua apresentação. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 20 de fevereiro de 2013, sem ressalva, com parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos:

- (i) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No caso das demonstrações financeiras individuais da Copasa MG, essas práticas diferem das IFRS somente no que se refere à avaliação dos investimentos em Controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto, para fins de IFRS, seria custo ou valor justo, e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado até 31 de dezembro de 1997, não registrada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e registrada para fins de IFRS;

- (ii) a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do Poder Executivo Estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto, bem como ele não é inserido no cálculo de tarifas da Companhia. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao governo estadual.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos



também os ajustes descritos na Nota 3, que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

**Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2014.**

**PRICEWATERHOUSECOOPERS**

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

**CARLOS AUGUSTO DA SILVA**

Contador

CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

